



HENRI CÓCARO

**DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA:
DIÁLOGOS ENTRE A NOVA CONDIÇÃO
CAMPONESA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO
ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO
EM CAMPO VERDE/MT**

**LAVRAS – MG
2015**

HENRI CÓCARO

**DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA: DIÁLOGOS ENTRE A NOVA
CONDIÇÃO CAMPONESA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO
ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO EM CAMPO VERDE/MT**

Tese apresentada a Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para obtenção do título de Doutor.

Orientadora

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira

Coorientadora

Dra. Cristina Lélis Leal Calegário

LAVRAS - MG

2015

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo (a) próprio(a) autor(a).

Cócaro, Henri.

Desafios da reforma agrária: diálogos entre a nova condição camponesa e a segurança alimentar no assentamento Dom Osório em Campo Verde/MT / Henri Cócaro. – Lavras: UFLA, 2015.
386 p. : il.

Tese(doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2015.
Orientador(a): Maria de Lourdes Souza Oliveira.
Coorientador(a):Cristina Lélis Leal Calegário.
Bibliografia.

1. Assentamentos. 2. Camponeses. 3. Impérios Alimentares. 4. Biodiesel. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

HENRI CÓCARO

DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA: DIÁLOGOS ENTRE A NOVA CONDIÇÃO CAMPONESA E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO EM CAMPO VERDE/MT

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Doutor.

APROVADO em 07 de agosto de 2015.

Dra. Cristina Lélis Leal Calegário	UFLA
Dr. Eli Lino de Jesus	IFSEMG/Campus Rio Pomba
Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira	UFV
Dra. Patrícia Aparecida Ferreira	UFLA
Dra. Sabrina Soares da Silva	UFLA

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira
Orientadora

**LAVRAS – MG
2015**

*Aos meus filhos incríveis, Vitor e Iuri, que este trabalho os inspire no futuro.
Aos defensores do campesinato brasileiro, que nele continuem acreditando.*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese envolveu o trabalho de muitas mãos além das minhas, por isso agradeço:

À Elaine Souza Cócaro, Vitor Cócaro, Iuri Cócaro e Roza Gomes Cócaro pessoas maravilhosas que compreenderam as minhas ausências e omissões familiares durante essa jornada, mas cujo apoio permanente garantiu que eu conseguisse realizá-la. Agradeço também à Nadir Moreira, que ao cuidar de meus filhos diariamente me auxiliou imensamente.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras e a seus professores que me receberam novamente, agora como estudante de doutorado.

À minha querida orientadora Maroca (Maria de Lourdes), por ter me dado a oportunidade de compartilhar a sua vivência como professora, pesquisadora, amiga e por ter me dado o apoio tão necessário para me tranquilizar nas várias etapas dessa jornada. Pelo privilégio que tive de ter a sua companhia no campo na etapa de coleta de dados. Agradeço também por ter conduzido com maestria minhas inúmeras limitações acadêmicas, inseguranças e incertezas pessoais para que conseguíssemos construir e concluir o trabalho.

À minha coorientadora Cristina Lélis, que me acolheu e acompanhou sempre atenciosamente meus passos iniciais como estudante de doutorado.

As famílias camponesas do assentamento Dom Osório, que cederam parte de seu precioso tempo, hospitalidade e compartilharam comigo experiências de vida para que eu construísse a pesquisa. Sem eles este trabalho não seria possível.

Aos representantes das instituições entrevistadas, especialmente da SEDAM e EMPAER, que me acolheram desde as visitas iniciais para explicar o projeto.

Ao meu filho Vitor, por ter me ajudado com algumas fotografias e ter me acompanhado em parte da etapa do trabalho de campo. A sua presença diminuiu um pouco a solidão que é a jornada de doutorado.

As amigas Maria Pacheco e Patricia Sedrez, do IFMT/*Campus* São Vicente, que me auxiliaram em várias etapas da coleta de dados, nas reflexões sobre o assentamento, metodologia e tema em estudo. Pela amizade e acolhimento que sempre me oferecem quando estou no Mato Grosso. Também sem elas este trabalho não seria possível.

Aos demais colegas do IFMT/*Campus* São Vicente: Dalmir Kuhn, José Roberto, Ulisses Nascimento, Marleide Guimarães, Gislene Cardoso, José Libêncio, Elton Feitoza que apoiaram momentos das atividades de campo e reflexões sobre o contexto assentamento.

Ao colega de trabalho que se tornou meu amigo, Eli Lino, do IFSEMG/*Campus* Rio Pomba, por ter me ajudado com o entendimento de alguns aspectos teóricos e práticos do campo em estudo.

Aos colegas Sâmara Sather e ao Paulo Jabour, também do IFSEMG/*Campus* Rio Pomba, que apoiaram a minha saída para afastamento das atividades docente quando eram chefes de departamento. Ao Bruno Olher, que ao adiar a sua saída favoreceu a minha. Ao companheiro Arnaldo Prata, pela colaboração decisiva nesse processo.

À Raiza Marques do *Campus* São Vicente e Luã de Souza do *Campus* Rio Pomba, pela amizade iniciada na condição de estudantes e que posteriormente se tornaram meus bolsistas de pesquisa e me ajudaram dedicadamente com as coletas de informações e reflexões iniciais sobre os

significados da segurança alimentar para os camponeses assentados da reforma agrária.

A todos os membros integrantes da banca de defesa, que leram o trabalho cuidadosamente e apresentaram sugestões e comentários proveitosos e que deixaram uma boa lembrança do momento da defesa da tese.

À Sabrina e ao Alex, estudantes do curso técnico em agropecuária e moradores do assentamento Dom Osório, que me auxiliaram em vários momentos da pesquisa.

Ao IFSEMG/*Campus* Rio Pomba, pelo aporte financeiro via PROAQ/DPPG que auxiliou as minhas atividades de doutorado e pela oportunidade de afastamento para concluir a pesquisa.

Aos diretores do IFSEMG/*Campus* Rio Pomba, professores Arnaldo Prata, José Manuel e Maurilio Lopes, que aceitaram o desafio de construir um acordo de mútua cooperação junto aos diretores do IFMT/*Campus* São Vicente, professores José Luiz, Vilson Dantas e Janáine Donini.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro fundamental para aquisição de materiais e diárias para a realização deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras que esqueci nessas laudas meus sinceros agradecimentos pelo apoio, motivação, troca de experiências e aprendizado que contribuíram decisivamente para a construção desse trabalho.

Agora só me resta colher os frutos verdes, maduros e podres dessa jornada!

“Não sou contra a engenharia genética como ciência por si só. Não sou contra terapia genética em seres humanos. Não sou contra o uso da engenharia genética para a produção de medicamentos ou para o estudo do DNA. Mas, no momento, estamos alimentando bilhões de pessoas com o produto de uma ciência que está engatinhando. Liberando-o no meio ambiente e isso não terá volta. O processo de engenharia genética está repleto de efeitos colaterais imprevisíveis.”

Jeffrey M. Smith
(Autor do livro *Roleta Genética: Riscos documentados dos alimentos transgênicos sobre a saúde*)

RESUMO

O objetivo neste trabalho foi investigar os desafios que famílias camponesas do assentamento Dom Osório, localizado no município de Campo Verde/MT, encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social no contexto da “nova” condição camponesa. Para sua execução foram combinadas estratégias de coleta e análise de dados e informações quantitativas e qualitativas. Os dados quantitativos foram coletados por meio de dois questionários junto a 48 famílias camponesas. Com o primeiro, embasado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), foi determinada a condição de (in)segurança alimentar e com o segundo foram analisadas as relações dessa condição com algumas características sociais, econômicas, produtivas e políticas das famílias. Os resultados quantitativos indicaram que a maioria das famílias não tinha dificuldades de acesso aos alimentos e, portanto encontrava-se em uma condição favorável de segurança alimentar. Isso pôde ser explicado, em parte, porque o principal destino dos alimentos cultivados era o autoconsumo e comercialização; alguns componentes da família realizavam trabalhos fora do lote; a maioria das famílias recebeu os créditos Habitação e Apoio Inicial; e acessou os programas públicos Bolsa Família e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Esses resultados indicaram que o PNPB reduziu a produção potencial de alimentos em função da área que ocupava, porém isso não se traduziu em insegurança alimentar, no entanto, essa situação contraditória tinha um alto preço: o da perda substancial da autonomia. Para compreender tal situação foram realizadas entrevistas em profundidade junto a cinco famílias cujas estratégias para construção de suas condições de segurança alimentar e reprodução social foram descritas individualmente e depois analisadas em conjunto. Os resultados qualitativos dessas análises apontaram que era baixo o controle que as famílias possuíam sobre as suas bases de recursos, mas que, apesar disso, a produção para autoconsumo era uma das principais expressões da sua (sobre)vivência. Essa produção era flexível às possibilidades que as famílias interpretavam, entre elas a pluriatividade e a “parceria” para entrega de soja ao PNPB. Entretanto, ficou claro que qualquer estratégia que buscasse a redução da dependência estava intrinsecamente ligada às relações estabelecidas entre a base de recursos e a (sobre)vivência das famílias. Assim, o estilo de agricultura, a decisão sobre comprar e/ou fabricar insumos, a agregação de valor pelo processamento dos alimentos e a sua comercialização apontavam outras possibilidades para que as famílias adquirissem uma autonomia relativa. Porém, como uma boa parte da coreografia da “nova” condição camponesa no assentamento estava dependente, no curto prazo, da obtenção de milho vinculado aos Impérios Alimentares, a luta por essa autonomia estava enfraquecida. Em síntese, embora a maioria das famílias apresentasse boas condições de segurança alimentar o maior desafio para elas era construir as suas condições de segurança alimentar e reprodução social de forma mais autônoma a partir da (re)elaboração de estratégias que reduzissem essa dependência.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Assentamento rural. Autonomia. Biodiesel.

ABSTRACT

In this study the objective was to investigate the peasant families challenges from the settlement *Dom Osório* located in the municipality of *Campo Verde/MT*, found to construction of their food security conditions and social reproduction in the context of the "new" peasant condition. For its achievement were combined collection strategies and data analysis and quantitative and qualitative information. Quantitative data were collected through two questionnaires to 48 peasant families. The first, based on the Brazilian Food Insecurity Scale, it was given the status of food (in)security and the second analyzed the relations of this condition with social, economic, productive and policy characteristics of the families. Quantitative results indicated that most families had no problems with access to food and thus was in a favorable condition of food security. This could be explained, in part, because the main destination for grown food was self-consumption and marketing; some family components works out land parcel; most families received the Housing and Initial Support credits; and accessed public programs as Brazil's Family Allowance and the Brazilian National Program for Production and Use of Biodiesel (NPPB). These results indicate that NPPB reduced the potential food production on the basis of area occupied, but this did not translate into food insecurity, however, this contradictory situation had a high price: the substantial loss of autonomy. To understand such situation were conducted in-depth interviews with five families whose strategies for constructing their food security and social reproduction conditions were described individually and then analyzed together. The qualitative results of these analyzes showed that families control was low on their resource bases, but nevertheless, production for self-consumption was one of the main expressions of their survival. This production was flexible to the possibilities that families interpreted, including pluriactivity and "partnership" for soybean delivery to NPPB. However, it became clear that any strategy seeking to reduce dependence was intrinsically linked to the relations established between the resource base and the families survival. Thus, the farming style, the decision on purchase and/or manufacturing inputs, value addition for food processing and its marketing pointed other possibilities for families to acquire a relative autonomy. However, as a good part of the "new" peasant condition choreography in the settlement was dependent, in the short term, of the corn achievement linked to the Food Empires, the struggle for autonomy was weakened. In summary, although most families have good food security conditions the biggest challenge for them was to construct their food security conditions and social reproduction more autonomously and re-develop strategies that reduces this dependence.

Keywords: Food Safety. Rural settlement. Autonomy. Biodiesel

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Matérias-primas utilizadas na produção mensal de biodiesel.....	85
Figura 2	Infraestrutura de produção de biodiesel.....	92
Figura 3	Esquema da condição camponesa	100
Figura 4	Síntese do percurso metodológico de coleta e análise de informações e sua relação com os objetivos geral e específicos	132
Figura 5	A entrada do Assentamento Dom Osório após a ponte sobre o Rio das Mortes; Galpões da antiga fazenda; Posto de saúde; Escola Estadual Boa Esperança.....	134
Figura 6	Processo circular de pesquisa em ciências sociais	148
Figura 7	Coleta de informações: Uma das “mesas” de trabalho do momento 1 na casa de um agricultor; Apoio logístico do IFMT/ <i>Campus</i> São Vicente; momento 2: Os grupos de foco.....	155
Figura 8	Mapa de localização do município de Campo Verde/MT em relação ao estado de Mato Grosso	166
Figura 9	Alguns agentes dos complexos agroindustriais de Campo Verde ...	171
Figura 10	Mapa geral do Projeto de Assentamento Dom Osório Stófell.....	180
Figura 11	Potenciais canais de comercialização para os alimentos produzidos pelos agricultores do assentamento Dom Osório	201
Figura 12	A feira livre de Campo Verde: frutas, legumes e verduras. Leite congelado para venda na banca da feira	276
Figura 13	Ligação dos elementos da condição camponesa com outros aspectos e recursos teórico-metodológicos utilizados na tese	294
Figura 14	A diversidade dos pomares.....	299
Figura 15	Diferentes tipos de infraestrutura das hortas: sistemas de irrigação; “proteção” dos frangos caipira com tela ou lona.....	301
Figura 16	Os diferentes sistemas para a criação de porcos caipira indo de criações extensivas a “intensivas” pautadas pelo uso do milho.....	302
Figura 17	Os diferentes sistemas para a criação de frangos, indo da criação de frangos caipira a criação semicaipira	303
Figura 18	As diferentes infraestruturas para a criação de bovinos de leite: cercas, pastos, mourões, arames, cochos, bebedouros e coberturas	305
Figura 19	O uso do milho espiga triturado para alimentação animal; Triturador adquirido com os recursos do Apoio Inicial; A introdução do caroço de algodão na alimentação de bovinos; Picadeira de forragens.....	307
Figura 20	A vivência produtiva das famílias em relação às frutas, legumes e verduras a partir do esquema da condição camponesa	310
Figura 21	A vivência produtiva das famílias em relação à produção animal a partir do esquema da condição camponesa.....	311

Figura 22	O plantio e colheita de grãos dentro do assentamento e sua proximidade das lavouras e estradas de uso comum e culturas	318
Figura 23	O capim napier como expressão da “resistência” a deriva de agrotóxicos.....	319
Figura 24	A agregação de valor: A preparação (abate e limpeza) dos frangos semicaipira para a venda na feira; Diversos tipos de corte de porco para consumo familiar e “a meia” com vizinhos; A preparação do doce de caju para o consumo familiar	325
Figura 25	Casas construídas com recursos do Crédito Habitação	328
Figura 26	Diferentes sistemas de captação e abastecimento de água para residência e lavouras.....	332

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da participação do PIB Agropecuário sobre o PIB Total do município de Campo Verde	169
Gráfico 2	Receitas da ADM, Bunge e Cargill em US\$ milhões	175
Gráfico 3	Condição de (in)segurança alimentar segundo as famílias do assentamento rural Dom Osório-MT.....	203
Gráfico 4	Condição de (in)segurança alimentar agrupada segundo as famílias do assentamento rural Dom Osório-MT.....	206
Gráfico 5	Principais frutas cultivadas nos lotes.....	297
Gráfico 6	Principais legumes e verduras cultivados nos lotes.....	298
Gráfico 7	Principais animais criados nos lotes.....	298
Gráfico 8	Principais fontes de renda para compra de alimentos	315
Gráfico 9	Principais itens adquiridos com o Apoio Inicial	330

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pontuação para classificação dos domicílios	143
Quadro 2	Composição dos grupos de foco realizados	156
Quadro 3	Relação das famílias entrevistadas em profundidade	159
Quadro 4	Elementos da condição camponesa divididos em blocos analíticos	161
Quadro 5	Algumas instituições entrevistadas que possuíam relacionamento direto ou indireto com a agricultura familiar do município	162
Quadro 6	Origem e composição dos feirantes da feira livre de Campo Verde	193
Quadro 7	Principais destinos do milho safrinha cultivado em “parceria” nos lotes das famílias entrevistadas	334

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cálculo do tamanho da amostra.....	136
Tabela 2	Composição de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT.....	146
Tabela 3	Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características sociais de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT	207
Tabela 4	Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características econômicas de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT	211
Tabela 5	Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características produtivas e de consumo alimentar de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT.....	217
Tabela 6	Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características políticas de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT	221
Tabela 7	Condição de (in)segurança alimentar segundo variáveis relacionadas à “parceria” para entrega de soja ao PNPB de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT .	225
Tabela 8	Distribuição do uso da terra nos lotes das famílias entrevistadas .	296
Tabela 9	Grãos cultivados nos lotes das famílias entrevistadas	297
Tabela 10	Área cultivada com grãos nos lotes das famílias entrevistadas	297
Tabela 11	Valor total do Apoio Inicial movimentado pelas 48 famílias entrevistadas	330
Tabela 12	Área cultivada com grãos em “parceria” nos lotes das famílias entrevistadas	331
Tabela 13	Dados da renda com o plantio de grãos em “parceria” nos lotes das famílias entrevistadas	335

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AFECAMPO	Associação dos Feirantes de Campo Verde
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APEX-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEIB	Comissão Executiva Interministerial
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses
CFP	Companhia de Financiamento de Produção
CIBRAZÉM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CJC	Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COEP	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPEROSORIO	Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento Dom Osório
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DTC	Departamento de Terras e Colonização
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ECO-92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER	Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

ETC	<i>Action Group on Erosion, Technology and Concentration</i>
FAMATO	Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
HFSSM	<i>Household Food Security Supplemental Module</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMEA	Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEA-MT	Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento
MCid	Ministério das Cidades
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDPS	Milho Triturado com Palha e Sabugo
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Programa de Assentamentos Rurais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom Osório Stófell
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação

PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
POF	Pesquisas de Orçamentos Familiares
PRODEIC	Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso
PRODESA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
RB	Relação de Beneficiários da Reforma Agrária
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCS	Selo Combustível Social
SEDAM	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente de Campo Verde
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIF	Selo de Inspeção Federal
SIM	Selo de Inspeção Municipal
SINDIBIO	Sindicato das Indústrias Produtoras de Biodiesel
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
TCU	Tribunal de Contas da União
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	23
1.1	Introdução	26
1.2	Objetivos	31
2	ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS EM DIÁLOGO: A SEGURANÇA ALIMENTAR E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	33
2.1	Por um entendimento do tema: a segurança alimentar e nutricional no Brasil.....	33
2.2	A mensuração da condição de Segurança Alimentar e Nutricional.....	46
2.3	A agricultura camponesa e o projeto democrático de desenvolvimento rural.....	55
2.3.1	As referências de Lenin, Kautsky e Chayanov para o entendimento do campesinato.....	55
2.3.2	A questão agrária e seus impactos sobre o campesinato brasileiro: uma síntese.....	59
2.4	A Agricultura Familiar também produz combustível – Parte I: O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel	84
2.5	A “nova” condição camponesa de Jan Douwe van der Ploeg: Impérios Alimentares e Segurança Alimentar	95
2.6	As potencialidades dos assentamentos rurais e a visão do Estado.	111
2.7	A formação dos assentamentos rurais no estado de Mato Grosso.	116
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	128
3.1	A centralidade das categorias temáticas família e trabalho para orientação metodológica	128
3.2	População e amostra	133
3.3	Caracterização e abordagem.....	139
3.4	Técnicas de investigação quantitativa	141
3.4.1	Momento 1: A Escala Brasileira de Segurança Alimentar.....	142
3.4.2	Momento 1: as características sociais, econômicas, produtivas e políticas	144
3.5	Técnicas de análise quantitativa	147
3.6	Técnicas de investigação qualitativa.....	148
3.6.1	Momento 2: os grupos de foco	153
3.6.2	Momento 3: as pesquisas em profundidade	157
3.6.3	Momento 4: os agentes que se relacionavam com os agricultores do Assentamento Dom Osório.....	162
3.7	Técnicas de análise qualitativa.....	163

4	CAMPO VERDE E O ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO: IMPÉRIOS ALIMENTARES, BIODIESEL E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	165
4.1	O município de Campo Verde: os complexos agroindustriais e Impérios Alimentares	165
4.2	O assentamento Dom Osório - breve histórico e caracterização ...	176
4.3	A Agricultura Familiar também produz combustível - Parte 2: O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel em Campo Verde.....	182
4.4	O apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente à agricultura familiar do município de Campo Verde.....	190
5	A CONDIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO: UM PANORAMA QUANTITATIVO.....	202
5.1	As condições de (in)segurança alimentar no Assentamento Dom Osório segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – Momento 1	202
5.2	Análise da condição de (in)segurança alimentar e sua relação com as características sociais, econômicas, produtivas e políticas	205
5.2.1	A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com as características sociais das famílias do assentamento Dom Osório.....	206
5.2.2	A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com as características econômicas das famílias do assentamento Dom Osório	210
5.2.3	A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com as características produtivas e de consumo alimentar das famílias do assentamento Dom Osório	216
5.2.4	A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com características políticas e organizacionais das famílias do assentamento Dom Osório	220
5.3	Análise da condição de (in)segurança alimentar e sua relação com o perfil dos lotes plantados com soja em “parceria” para entrega PNPB	224
5.4	Alguns limites da aplicação da EBIA como instrumento de aferição da segurança alimentar	226
6	ELEMENTOS DA CONDIÇÃO CAMPONESA: UMA DESCRIÇÃO PARTICULAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E OS DESAFIOS À REPRODUÇÃO SOCIAL.....	229
6.1	Perfil geral - Família 01	229

6.1.1	Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 01	230
6.1.2	Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 01	238
6.2	Perfil geral - Família 02	240
6.2.1	Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 02	241
6.2.2	Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 02	253
6.3	Perfil geral - Família 03.....	259
6.3.1	Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 03	261
6.3.2	Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 03	267
6.4	Perfil geral - Família 04.....	271
6.4.1	Bloco analítico 1: Intepretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 04	271
6.4.2	Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 04	279
6.5	Perfil geral - Família 05	282
6.5.1	Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 05	283
6.5.2	Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 05	289
7	ELEMENTOS DA CONDIÇÃO CAMPONESA: UMA ANÁLISE CONJUNTA SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E OS DESAFIOS À REPRODUÇÃO SOCIAL	294
7.1	Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados.....	296
7.2	Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação	315
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	339
	REFERÊNCIAS	348
	APÊNDICES	377
	ANEXOS.....	378

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo com esta seção foi explicar as motivações de escolha do local do estudo (assentamento Dom Osório em Campo Verde/MT) e o objeto de pesquisa (famílias assentadas da reforma agrária), bem como apresentar uma introdução ao tema e evidenciar os objetivos da tese.

A escolha do local e objeto de pesquisa foi em virtude da experiência de trabalho que tive como docente no Instituto Federal de Mato Grosso/*Campus* São Vicente. Nesse *campus*, incentivado por um grupo de professores que trabalhavam com agricultura familiar e por editais de pesquisa e extensão ofertados pela instituição, percebi a diversidade da agricultura no município de Campo Verde e a forte polarização entre o agronegócio e a agricultura familiar. Com essa percepção minha entrada no campo de estudo foi iniciada em 2010 com os primeiros estudos diretos sobre segurança alimentar, através do Projeto: “Determinação dos níveis de (in)segurança alimentar dos assentamentos rurais do município de Campo Verde MT-Edital PIBITI-CNPq/IFMT/2010”. Com esse trabalho verifiquei a necessidade de complementar o processo de investigação com uma abordagem qualitativa, para compreender melhor as estratégias que os agricultores familiares utilizavam para manter a sua condição de segurança alimentar. Com a aplicação da EBIA algumas questões não puderam ser elucidadas e culminaram neste trabalho de tese. É importante ressaltar que antes dessa tese o tema continuou na pauta de meus estudos e pesquisas mesmo com a minha redistribuição para o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais/*Campus* Rio Pomba, ocorrida em janeiro de 2011. Em especial destaco os seguintes projetos: em 2011 “Feira livre de Rio Pomba-MG: crise e perspectivas” (coordenador); em 2012 “Determinantes sociais, econômicos e políticos da condição de (in)segurança alimentar do assentamento rural Olga Benário e do acampamento rural Dênis Gonçalves, Zona da Mata/MG”

(coordenador); em 2013 “Determinantes socioeconômicos, produtivos e políticos das condições de segurança alimentar em assentamentos rurais: estudo de caso dos municípios de Visconde do Rio Branco/MG e Campo Verde/MT¹” (colaborador) e em 2014 “A segurança alimentar na perspectiva dos feirantes do assentamento Dom Osório e dos consumidores da feira livre de Campo Verde/MT” (colaborador). Também participei como colaborador em três projetos de extensão do Edital 056/2014/PROEX do IFMT que eram desenvolvidos no assentamento em estudo: “Fortalecendo a produção de leite no assentamento Dom Osório: alimentação de bovinos no período da seca”, “O IFMT *Campus* São Vicente contribuindo com a manutenção de mulheres trabalhadoras no campo por meio da avicultura alternativa”, “Qualificação na produção artesanal de derivados de leite e de panificação aos assentados da reforma agrária do assentamento Dom Osório no município de Campo Verde – MT”.

Essa trajetória de atuação permitiu a construção do Acordo de Mútua Cooperação entre o IFSEMG/*Campus* Rio Pomba e IFMT/*Campus* São Vicente, com vários desdobramentos. Foi possível, por exemplo, constituir uma equipe de apoio permanente composta por docentes e técnicos dos departamentos de Pesquisa e Extensão do IFMT/*Campus* São Vicente para sustentação de várias ações desenvolvidas neste trabalho. É necessário destacar que os apoios ocorreram também tanto nos debates sobre diagnósticos sociais ampliados da região, quanto na concepção das atividades que foram realizadas no âmbito de pesquisa e extensão, além do apoio em todas as fases de coleta de informações. As áreas de conhecimento envolvidas diretamente através deste coletivo para leitura interdisciplinar e aprofundada sobre a realidade social aqui investigada foram agronomia, zootecnia, história, tecnologias em agropecuária e ciências sociais aplicadas. Ressalto também os diálogos contínuos com

¹Este projeto foi aprovado na chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES nº 18/2012 e teve apoio financeiro do CNPQ. Ele foi desenvolvido multi-institucionalmente pela UFLA, IFMT/*Campus* São Vicente e IFSEMG/*Campus* Rio Pomba. Foi coordenado pela professora orientadora Maria de Lourdes Souza Oliveira e todas as etapas executadas pelo estudante de doutorado do PPGA/UFLA Henri Cócaro.

os agricultores e suas famílias, que me trouxeram seu conhecimento e experiência para apoiar a construção de minha compreensão sobre as relações sociais aqui pesquisadas. Sem este coletivo de trabalho ampliado, dificilmente os objetivos da pesquisa acadêmica para esta tese seriam alcançados.

Minhas primeiras visitas ao assentamento Dom Osório foram em 2010 e ao primeiro olhar indicavam que os agricultores haviam optado em plantar soja para atender ao PNPB porque preferiram atender às demandas de suas famílias com menor desgaste de trabalho e também porque ainda não haviam recebido os créditos de fomento à produção agrícola (Fomento I, II e PRONAF). Também constatei que muitas famílias exerciam atividades pluriativas fora do assentamento para obtenção de renda o que indicava menor tempo de trabalho dentro do lote para o plantio de alimentos que contribuíssem para a sua segurança alimentar (através do autoconsumo) e geração de renda (caso fossem comercializados). A retomada sistemática das visitas em 2013 reforçou esse posicionamento e incluiu outro: porque ao mesmo tempo em que os agricultores se autodesempregavam, ao ceder parte da área de sua unidade agrícola para a “parceria” (que será abordada mais a frente), ele buscava emprego fora da unidade agrícola? Porém, como estudante de doutorado, as leituras, conversas informais, debates e observações sinalizaram a necessidade de aprofundamento do entendimento da “nova²” condição camponesa e as formas de sua reprodução social em um contexto coercitivo dominado pelos Impérios Alimentares, caso do município de Campo Verde/MT. A partir daí o projeto de pesquisa foi delineado e, apoiado pelos eixos teórico-metodológicos, os resultados foram apresentados e discutidos nas sete seções seguintes que materializaram a tese. Antes de apresentá-los é preciso fazer uma introdução ao tema.

² Ao longo da tese, quando utilizamos o termo “nova” para qualificar a condição camponesa estamos nos referindo a interpretação que o autor (PLOEG, 2008) apresenta em seu trabalho sobre os elementos que constituem, se relacionam e influenciam o campesinato contemporâneo, o que será detalhada na subseção 2.5.

1.1 Introdução

A segurança alimentar vem sendo discutida como um direito fundamental a vida humana, o direito de se alimentar. Tal direito não vem sendo usufruído por milhões de pessoas que passam fome no mundo, as quais se encontram em situações de vulnerabilidade alimentar, principalmente em decorrência da insuficiência de renda para acesso aos alimentos via mercado e inconstância do abastecimento no mercado interno. Neste contexto, o direito a terra é visto também como estratégia de redução de tais riscos (DUVAL; VALENCIO; FERRANTE, 2008).

A versão latino-americana de segurança alimentar da FAO prioriza que os países deste continente sejam capazes de se autoabastecer individualmente, além de conclamar a que se facilite o acesso aos alimentos para quem tem renda insuficiente para se alimentar adequadamente por via das relações de mercado. Em um país como o Brasil, que tem muita facilidade para a produção agropecuária (suficiência de alimentos), mas profundos problemas quanto à distribuição da riqueza (insuficiência de renda), o problema é menos a disponibilidade dos produtos que as condições de seu acesso pelos grupos empobrecidos (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Para Braga (2004), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) implica na garantia de todos(as) ao acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Já a insegurança alimentar é caracterizada pela dificuldade de acesso à comida em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção da saúde e do bem-estar de uma pessoa e representa um dos sérios problemas sociais do Brasil.

Para tentar dimensioná-lo o IBGE realizou a Pesquisa Suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2004, sobre

Segurança Alimentar, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esta pesquisa produziu, pela primeira vez, informações sobre a condição domiciliar de segurança alimentar em âmbito nacional utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e classificou os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar (SA), insegurança alimentar leve (IA leve), insegurança alimentar moderada (IA moderada) e insegurança alimentar grave (IA grave). Ela foi repetida em 2009 também utilizando a EBIA como instrumento-chave para a análise.

Os resultados de 2004 apontaram maior prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave nos domicílios das áreas rurais do que nos das áreas urbanas. Na área urbana enquanto 10,4% e 7,5% dos domicílios estavam em condição de IA moderada e IA grave, respectivamente, no meio rural eram 15,9% e 11,7%. Em 2009, na área urbana enquanto 6,9% e 5,3% dos domicílios estavam em condição de IA moderada e IA grave, respectivamente, no meio rural eram de 10,1% e 8,4%. Ainda que os dados de 2009 tenham mostrado uma redução de ambas as condições, ainda nota-se que a IA moderada e IA grave nos espaços rurais é superior a encontrada na urbana.

No esforço de elaborar soluções para enfrentar o problema da fome no país, o diagnóstico do projeto Fome Zero (2002), que teve como base de informações a PNAD de 1999 que não utilizava a EBIA, indicou que pelo menos 44 milhões de brasileiros com renda inferior a US\$ 1,00/dia estariam vulneráveis à fome. Isso representava 28% da população total, sendo 25% da população urbana e 46% da população era rural. No que refere ao acesso aos alimentos, a abordagem de segurança alimentar pode permitir compreender porque, junto ao crescimento da capacidade de produção de alimentos, cresceu também a dificuldade de um número significativo de pessoas e grupos sociais de acessarem os alimentos. Entretanto, o acesso aos alimentos pode ser garantido, total ou parcialmente, pela produção realizada para o autoconsumo,

principalmente no que se refere a hortas e pomares caseiros, bem como a criação de pequenos animais domésticos para fornecimento de produtos alimentícios como carnes, leite e/ou ovos, produção presente e muito comum na agricultura familiar. Por outro lado, a concentração da terra é apontada com um dos fatores de pobreza rural, pois também concentra renda e poder político, o que impossibilita ou inibe que as pessoas garantam seu bem-estar por não estarem em algo (terra) que é seu. Nesse aspecto, a luta pela terra fez surgir uma “nova” categoria social no meio rural, os assentados, através, por exemplo, dos projetos de assentamentos rurais espalhados em todo o país.

Concordando com Norder (1997), essas observações permitem apontar a importância de estudos para compreensão e contribuição ao debate em torno da reforma agrária como opção estratégica para o desenvolvimento rural. O que se verifica, com frequência, na mídia de massa (noticiários, programas e revistas da área) é o constante aumento na produção das safras agrícolas, principalmente através das inovações tecnológicas, produtos e processos que ocorreram na agricultura. Contrária assim, o diagnóstico malthusiano, que previa a falta de alimentos decorrente do crescimento exponencial da população mundial, levando-nos a focalizar a disponibilidade de alimentos em lugar das restrições de acesso a eles por insuficiência de renda ou por incapacidade de produzi-los.

Apesar de esse discurso ser o predominante, ou seja, da necessidade de modernização da agricultura para atender à necessidade alimentar de uma população mundial crescente, os efeitos negativos de uma agricultura artificializada, intensiva no uso de insumos, dependente de preços estabelecidos em mercados globais, e novos arranjos organizacionais transnacionais (como os Impérios Alimentares), tem ficado cada vez mais evidente. O processo de globalização tem exigido uma nova leitura do rural e do fazer agricultura. Como consequências dos efeitos da globalização sobre a agricultura contemporânea, especialmente a agricultura camponesa, tem-se o afastamento dos agricultores

dos mercados locais e regionais, o aumento da vulnerabilidade dos agricultores diante da indústria alimentar, preços pagos e margens cada vez menores na comercialização de produtos e a desativação da atividade agrícola em determinadas regiões onde não há mais interesse de exploração por parte dos complexos agroindustriais. A permanência de uma condição camponesa produtora de alimentos, resistente e que luta diariamente por autonomia também foi um dos aspectos elementares que norteou a tese.

Dados do IBGE têm servido como ponto de partida para o entendimento da agricultura camponesa no Brasil e tem sistematicamente apontado a sua permanência e existência.

O olhar no Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015a) indicou o total 112.987 estabelecimentos agrícolas no estado de Mato Grosso ocupando área de 48.688.711 hectares. Desses estabelecimentos, 85.815 (76%) foram classificados como sendo de agricultura familiar (com base na Lei nº 11.326), e 22.172 (24%) classificados como não familiares (BRASIL, 2006). Esses dados também apontaram que os estabelecimentos da agricultura familiar ocupavam apenas 10% da área agrícola utilizada no estado, enquanto que os demais ocupavam 90% da área. Essa mesma tendência se repete no município de Campo Verde, pois lá de um total de 844 estabelecimentos ocupando área de 344.752 hectares, 69% foram classificados como de agricultura familiar, ocupando apenas 5% da área, e 31% foram classificados como não familiares, ocupando 95% da área agricultável do município.

Esses dados indicam uma realidade paradoxal no que se refere ao uso do espaço agrícola para a produção de alimentos pela agricultura familiar, pois o município de Campo Verde está localizado numa das regiões de agricultura mais modernizada do país focada na produção de *commodities* e, portanto distante da grande massa de agricultores familiares do município. Nos últimos anos Campo Verde vem apresentando sistematicamente altos valores de Produto Interno

Bruto (PIB) agropecuário, superando inclusive o PIB de Serviços. Segundo o IBGE (2015b) o PIB Agropecuário do município em 2011 foi de 664 milhões de reais. A produção da região é voltada principalmente para a produção de *commodities* agrícolas (milho, soja e algodão) tendo também expressivo número de produtores de frango (a maior do estado) e de ovos (a segunda maior do estado). Essa produção é completamente integrada com a Indústria e os Serviços, já que as indústrias do município eram responsáveis pelo processamento da produção agropecuária e o setor de Serviços era voltado à comercialização da sua produção, de insumos, máquinas e equipamentos, representação comercial e armazéns gerais. A integração com a agroindústria tem induzido médios e pequenos produtores rurais, incluindo-se os assentados, a passarem a condição de arrendatários de áreas de soja e milho, colocando em risco a diversidade agrícola e a produção local de alimentos.

Essa é uma questão preocupante, já que de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente – SEDAM (CAMPO VERDE, 2007) e dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2015a) em Campo Verde existem seis assentamentos rurais federais totalizando 1.005 domicílios em uma área total de 23.679 hectares sendo responsáveis por boa parte do abastecimento local e regional incluindo as cidades de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.

Nos assentamentos rurais os desafios à construção da condição de segurança alimentar dependem, não só da produção familiar, mas também de fatores como: o acesso e o consumo em quantidade e qualidade de alimentos; de políticas adequadas; de planos de desenvolvimento abrangentes que atendam às limitações e aproveitem as potencialidades das famílias e dos arranjos organizacionais que elas participam. Por isso, a compreensão das estratégias que esses agricultores familiares vêm utilizando para a construção da sua condição de segurança alimentar e reprodução social em um ambiente hostil,

marcadamente fomentado pelo agronegócio, portam elementos que podem contribuir para o entendimento de parte da complexa dinâmica dos assentamentos rurais no contexto da “nova” condição camponesa.

Assim esta tese foi organizada em oito seções, em que nesta primeira fizemos uma introdução sobre o tema e apresentamos os objetivos da pesquisa; na segunda contextualizamos os temas da segurança alimentar, da questão agrária brasileira, da “nova” condição camponesa e das expectativas do Estado quanto aos assentamentos rurais; na terceira relatamos os caminhos metodológicos percorridos pela equipe de pesquisa para utilização de técnicas de investigação e análise quantitativas e qualitativas; na quarta seção caracterizamos alguns aspectos da agricultura regional relacionados ao assentamento em estudo; na quinta analisamos a condição de segurança alimentar das famílias entrevistadas; na sexta descrevemos as estratégias de reprodução social de algumas dessas famílias tendo como eixo orientador os elementos constituintes da “nova” condição camponesa; na sétima realizamos uma análise conjunta sobre a condição de segurança alimentar e a “nova” condição camponesa; e na oitava apresentamos nossas considerações finais.

1.2 Objetivos

Neste trabalho o objetivo principal foi investigar os desafios que as famílias camponesas do assentamento Dom Osório em Campo Verde/MT encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar no contexto da “nova” condição camponesa. Para investigá-lo traçamos os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar aspectos da agricultura regional associados ao assentamento em estudo.
2. Determinar a condição de (in)segurança alimentar das famílias.
3. Analisar a relação entre a condição de (in)segurança alimentar e características sociais, econômicas, produtivas e políticas das famílias.
4. Descrever e discutir as estratégias que as famílias encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social, tendo como eixo orientador os elementos que constituem a “nova” condição camponesa.

Para concretizar esses objetivos nos apoiamos em sete eixos teóricos/bibliográficos detalhados na seção 2.

2 ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS EM DIÁLOGO: A SEGURANÇA ALIMENTAR E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Neste trabalho é levada em conta uma forte relação entre a produção de alimentos para o abastecimento interno oriunda da agricultura camponesa, especificamente vinda dos camponeses assentados. Ainda que não consigamos esgotar a farta bibliografia disponível sobre essa categoria social (assentados) nem do espaço social (assentamentos) onde se desenvolvem suas ações e constroem-se suas racionalidades, buscamos explorar nele algumas ideias que sustentaram a ida a campo para o trabalho de coleta de dados e informações, bem como as concepções teóricas que sustentaram as discussões desta pesquisa. Assim, este arcabouço se orienta em sete subseções, cada uma alinhada aos seguintes eixos teóricos/bibliográficos: a segurança alimentar; as suas formas de mensuração; a questão agrária brasileira; a agricultura familiar como produtora de biodiesel; a “nova” condição camponesa; a visão do Estado sobre os assentamentos rurais; e a formação dos assentamentos rurais no estado de Mato Grosso.

2.1 Por um entendimento do tema: a segurança alimentar e nutricional no Brasil

O tema segurança alimentar e nutricional não é novo, pois a questão da fome sempre foi um tema preocupante no Brasil. Na esfera política tal tema foi alvo de planos, programas e projetos e ainda o é. Atualmente, o conceito de segurança alimentar e nutricional construído pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é uma atualização (contemporânea) do tema da fome. No entanto, de acordo com Maluf (2007), a segurança alimentar e nutricional traz em seu escopo um objetivo público, estratégico e permanente, situando-se assim no rol das opções de

desenvolvimento de um país. Novo é o recorte de análise proposto neste trabalho, ao levar em conta uma forte relação entre a produção de alimentos oriunda da agricultura camponesa, em um contexto contemporâneo, em que as ações de grandes organizações agroalimentares vêm desafiando a permanência de milhares de camponeses que insistem em produzir alimentos para o abastecimento interno.

A discussão sobre as políticas públicas de combate à fome tem, em 1920, o seu marco teórico quando da discussão de médicos e outros profissionais da área da saúde, sobre a perspectiva da alimentação como problema de saúde. Esse debate culminou, em 1923, com o I Congresso Brasileiro de Higiene, presidido por Carlos Chagas (NASCIMENTO, 2009). O outro marco importante é datado de 1932 com os estudos de Josué de Castro, tendo o inquérito “As Condições de Vida das Classes Operárias do Recife”, realizado pelo ilustre médico, inaugurando o tema como questão política. O referido estudo serviu de base para que o Departamento Nacional de Saúde aprofundasse o conhecimento sobre a alimentação do povo brasileiro, tendo para isso realizado estudos semelhantes em São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades do país.

A fim de cumprir um decreto lei que instituía a obrigatoriedade de empresas com mais de quinhentos trabalhadores a instalarem refeitórios, em 1940 o governo de Getúlio Vargas criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) adstrito ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (CASTRO, 1977; L’ABBATE, 1982). Aquele serviço durou até 1967 e deu origem ao que é hoje o Programa de Alimentação ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego e também influenciou a criação dos Restaurantes Populares do atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2013). Em 1946, Josué de Castro foi nomeado diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) e em 1954 dirigiu a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que veio a substituir STAN. Nesse

meio tempo, em 1946, escreve o seu trabalho mais marcante o livro “Geografia da Fome” e apresenta novas reflexões para a compreensão do tema da fome. Reflexões que levam a definitivo o entendimento de que a fome não é apenas um fenômeno médico ou biológico, mas também é um fenômeno social, histórico e político. Sendo assim trouxe-nos os conceitos de fome aguda (quantitativa) e fome oculta (qualitativa). Na fome aguda há o estado de inanição facilmente visível enquanto na a fome oculta, mais frequente e grave, a carência de nutrientes prolongada e persistente levava a morte lenta. Para o autor a fome oculta era a mais danosa, resultado da nossa própria cultura que paulatinamente substituiu a variedade pela quantidade, investiu mais em alimentos de maior rendimento com produção, transporte e conservação fáceis (CASTRO, 1984). As reflexões sobre a fome de Josué de Castro foram construídas em um cenário mundial no qual os conceitos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento eram discutidos, após a recessão de 1929 e duas guerras mundiais.

De acordo com Silva (1995) em 1952 elaborou-se o plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil que incluía inquéritos nutricionais, ampliação da merenda escolar, apoio alimentar a adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos, suporte à indústria de alimentos. Segundo Belik, Silva e Takagi (2001) na década de 50, o processo de modernização na agricultura e mudança na orientação do desenvolvimento nacional levaram a atenção do Estado para o plano da distribuição e abastecimento, sendo criados a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) em 1951, dando origem posteriormente à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) um órgão de fiscalização, à Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZÉM) um órgão de armazenamento, e à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) um órgão de distribuição, e por fim à Companhia de Financiamento de Produção (CFP) que iria administrar os

estoques reguladores. Na década de 90 essas repartições são unidas na, ainda existente, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Na década de 70, a fome já era considerada uma questão de política nacional³, e isso impulsionou o governo militar a implantação do I e II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) vinculado ao Ministério da Saúde. A criação desse instituto para Burlandy (2003) representou um marco para as iniciativas públicas na área de nutrição. No âmbito internacional, de acordo com Maluf (2007) e Maluf e Menezes (2006) a concepção de que a segurança alimentar e nutricional estava subordinada unicamente a produção de alimentos e seus preços, ideia encampada principalmente pela FAO, revigorou a defesa elaborada pela indústria de insumos agrícolas para a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, fortalecendo, portanto a necessidade premente Revolução Verde. Para a FAO a utilização desses insumos levaria ao aumento de produção agrícola e com isso a possibilidade de eliminar a fome global. Com o apoio e orientação daquela instituição, o debate sobre a fome ficou restrito a condição da desnutrição permanente, enfocando-se na capacidade de acesso da população aos alimentos, notadamente nos países chamados de subdesenvolvidos.

Ao fim da década de 70 e início da década de 80, com o término do governo militar, a participação da sociedade na discussão do tema levou a criação de importantes organizações não governamentais preocupadas com o tema como o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CJC) em 1979, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em 1981, e a Pastoral da Criança em 1983. Na observação de Nascimento (2009) devido ao

³Os militares brasileiros herdaram uma interpretação de segurança alimentar que foi originada no período entre as duas grandes guerras mundiais. De acordo com Pessanha (2002) esse pensamento expressava o receio de dificuldades no abastecimento devido a possibilidade de bloqueio comercial internacional de alimentos, e também incluíamos a comercialização dos insumos necessários para a agricultura que se “modernizava”, entre os países. Isso indica o forte conteúdo estratégico do termo segurança alimentar vinculando-o a segurança nacional e às estratégias de dominação das corporações militares.

aumento da participação social nas questões sociais o tema da fome foi retratado em diversos livros⁴ a partir do questionamento do porque, em país que haviam crescido tanto economicamente na década de 70, ainda havia miséria e fome resultado da má distribuição de renda.

No desenrolar da década de 80, de acordo com Maluf (2007) o termo segurança alimentar e nutricional (SAN) no Brasil ganhou o seu desenho contemporâneo através do documento “Segurança Alimentar – proposta de uma política de combate à fome” resultado do trabalho de técnicos e consultores da Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura que também propuseram a criação de um conselho vinculado diretamente a Presidência da República. De acordo com Silva, Belik e Takagi (2001) esse conselho foi criado em 1993, extinto em 1994 e recriado em 2003, na representação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) existente até hoje. Outro fato marcante foi a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, na qual foram propostos desdobramentos da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Em seus debates surge a ideia de inserir o termo “nutricional” à noção de segurança alimentar e propôs-se a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar integrado por conselhos e sistemas nas esferas estadual e municipal, proposição que viria a ser retomada em 2004 na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2007). Em 1988, a nova Constituição Federal incorporou diversas entidades da sociedade civil que trabalhavam com o tema como parte das políticas públicas que se tornaram mais descentralizadas, notadamente as de saúde e assistência social (NASCIMENTO, 2009).

⁴Nascimento (2009) cita precisamente em seu trabalho as seguintes publicações: Fome, Criança e Vida (1982) de Nelson Chaves, debatendo a relação entre nutrição e a questão social; Fome: um tema proibido (1983), coletânea de artigos de Josué de Castro organizada pela filha e socióloga Anna Maria de Castro; Raízes da Fome (1985), organizado por Maria Cecília de Souza Minayo a partir de trabalhos apresentados no simpósio de 1983 em homenagem aos dez anos da morte de Josué de Castro e O que é Fome? (1983) de Ricardo Abramovay, professor da USP.

Na década de 90 à concepção de segurança alimentar e nutricional somou-se a questão ambiental devido, em boa parte, às discussões realizadas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92). De acordo com Nascimento (2009), nessa concepção foram introduzidos aspectos relacionados à ideia de alimento seguro (não contaminado biológica ou quimicamente); de qualidade do alimento (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica); de equilíbrio da dieta, da informação e das opções culturais (hábitos alimentares) dos seres humanos. Durante toda aquela década essas ideias foram surgindo em fóruns internacionais, o que contribuiu para ampliar a abrangência das políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Contudo, mesmo diante dos esforços realizados nos anos 80 e início dos anos 90, a ascensão de uma política neoliberal (iniciada pelo governo Collor) na orientação do país provocou o sucateamento dos instrumentos de SAN e uma re colocação do tema na agenda pública sob outro prisma. No governo Collor o que restou da regressão das políticas sociais da área da alimentação foi o Programa de Alimentação Escolar (atualmente, Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE e o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT). Vale apontar que foi naquele governo que se encerraram as atividades da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

No governo de Itamar Franco, ainda na década de 90, ocorreu forte movimentação social contra esse retrocesso nas políticas públicas e, liderada por Hebert de Souza, o Betinho, tomou vulto a campanha nacional “Contra a Fome e a Miséria e pela Vida” que demonstrou em definitivo a importância da participação social e sua capacidade em apontar temas que não poderiam ser desconsiderados da agenda política nacional. As pressões sobre o tema segurança alimentar e nutricional levaram ao importante relatório “Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar” elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que

correlacionava o custo da alimentação com o poder aquisitivo da população brasileira e o Plano de Combate à Fome e à Miséria – Princípios, Prioridades e Mapa das Ações do Governo, no qual todos os Ministérios apresentaram seus compromissos de ação. As empresas públicas, com a participação ativa de seus funcionários, se organizaram no Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP) com o objetivo de ampliar suas ações de caráter social (PELIANO, 2001).

É importante frisar que foi através da pressão social que se estabeleceu, em 1993, o CONSEA, espaço de interação entre o Estado e a sociedade. Nele participavam ministros de Estado e personalidades notáveis, identificadas com vários setores da sociedade civil e indicadas pela Ação da Cidadania. Para Peliano (2001) com o CONSEA inaugurou-se uma nova forma de articular políticas públicas, ampliando-se a participação social no controle de ações do governo. Em 1994 ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar com amplos debates sobre o tema e em 1995 aquele conselho foi substituído pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária, já no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No governo FHC, diante da urgência de buscar a estabilidade da moeda nacional e redução da inflação, esse novo prisma desviou o tema fome e segurança alimentar para o tema da pobreza, especificamente através do Programa Comunidade Solidária (BURLANDY, 2003). Ainda assim, em 1998, criou-se, com o apoio da sociedade civil, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) devido às dificuldades de Estados e municípios para combater a fome, após a extinção do CONSEA e do INAN em 1997. Ao final da década de 90 o Projeto Alvorada passou a coordenar e integrar ações de combate à pobreza em áreas de extrema vulnerabilidade sociais, antes executadas pelo Programa Comunidade Solidária, que passou a tratar de iniciativas de desenvolvimento local sustentável em parceria com o Estado e

Sociedade. Mesmo com a mudança de prisma nota-se uma preocupação com a segurança alimentar e nutricional já que 1999 foi estabelecida a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), coordenada pelo Ministério da Saúde. Para Burlandy (2003), ainda que essa política não tenha considerado em seu objetivo princípios constituintes da política de SAN, como a agricultura, reforma agrária, programas de transferência de renda etc., ela pode ser considerada um marco para o tema.

No início dos anos 2000, ainda no governo FHC, o Projeto Fome Zero, desenvolvido pelo Instituto de Cidadania e coordenado por José Graziano da Silva, trouxe em seu bojo a reflexão para a integração de políticas públicas estruturantes (voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, etc.) e as políticas públicas emergenciais (voltadas a retirada de condição vulnerável como a distribuição de cestas básicas e transferência de renda).

Com a eleição de Lula em 2003 criou-se o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) coordenado por José Graziano da Silva. Em 2004, ocorreu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que definiu o atual conceito de segurança alimentar e nutricional (MALUF, 2007). Aquela conferência apontou inúmeros obstáculos para a realização do direito humano à alimentação, entre os quais se pode mencionar: o modelo de desenvolvimento (concentrador de terra, riqueza e renda); práticas de monoculturas extensivas com ênfase para a exportação; lentidão na implementação de uma reforma agrária e de projetos de assentamentos; desigualdades sociais históricas no país; forte cultura de discriminação e naturalização da miséria e fome, faltando assim indignação contra esse quadro; apropriação privada dos recursos públicos; fragmentação das políticas públicas desenvolvidas por diferentes instituições sem coordenação e articulação; entre

tantos outros fatos (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA, 2004).

Para Miguel Altieri, da Universidade de Berkeley (Califórnia, EUA), e Peter Rosset, do Instituto Food First (EUA), citados por Jean Marc Von der Weid (WEID, 2002), existem, no mundo, alimentos suficientes para prover 2kg diários para cada pessoa: sendo 1,1kg de grãos, aproximadamente 450g de carne, leite e ovos e mais 450g de frutas e vegetais. Isso significa que, se os alimentos disponíveis fossem distribuídos adequadamente não subsistiriam carências nas dietas alimentares de qualquer pessoa. Essas informações validam o atual conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional construído na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p. 4).

De acordo com o CONSEA (2010) existem sete dimensões da segurança alimentar a saber: a) produção de alimentos; b) disponibilidade de alimentos; c) renda e despesas com alimentação; d) acesso à alimentação adequada; e) saúde e acesso a serviços de saúde; f) educação; e g) políticas públicas, orçamento e direitos humanos.

Como as dimensões, produção e disponibilidade de alimentos, são fortemente relacionadas elas são abordadas em conjunto. Para sua concretização, segundo Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (2010), é necessário: oferta suficiente para atender à demanda; estabilidade e continuidade para garantir a oferta permanente; autonomia para se alcançar a autossuficiência nacional de alimentos básicos; equidade para garantir acesso universal às

necessidades nutricionais adequadas para manutenção ou recuperação da saúde nas etapas do curso da vida, bem como nos diferentes grupos populacionais; sustentabilidade do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural, visando à garantia das condições de SAN às futuras gerações.

Em relação às dimensões, renda e despesas com alimentação, segundo o CONSEA (2010), a dificuldade de acesso regular e permanente a alimentos é um fator determinante do quadro de insegurança alimentar que persiste no Brasil. Por isso salientam a importância das políticas de redução da pobreza e das desigualdades sociais para o aumento da disponibilidade de renda, especialmente das populações mais carentes, para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional.

O acesso à alimentação adequada está relacionado com aspectos culturais, sociais e comportamentais e que também é muito relacionado com fenômenos sociais como a pobreza, a exclusão social e o acesso à informação. Para o CONSEA (2010), há necessidade das políticas de segurança alimentar e nutricional vincularem a discussão do acesso ao alimento com a adequação da alimentação, já que ela envolve todo o sistema agroalimentar desde a produção até o consumo.

Devido à forte ligação entre alimentação adequada e saúde, políticas e programas de saúde e nutrição são desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a Constituição Federal de 1988, contribuindo no combate à fome e na redução da desnutrição, e simultaneamente melhorando as condições de saúde dos brasileiros. Por isso é importante o reforço das ações de alimentação e nutrição para reorientar a atenção à saúde para as consequências do processo de transição nutricional⁵ da população.

Sobre a relação segurança alimentar e educação, nos estudos sobre a pobreza, a educação tem sido apontada como uma importante variável. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD (2004)

⁵Refere-se às modificações no perfil nutricional da população, caracterizada pela redução da prevalência da desnutrição e aumento da prevalência da obesidade (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003; OLIVEIRA, 2004).

deixaram isso claro, pois apontaram uma estreita relação entre poucos anos de estudo da pessoa de referência do domicílio pesquisado e a constatação de insegurança alimentar no domicílio. A educação é fundamental na ruptura da reprodução da pobreza, uma vez que mais anos de estudo oferecem maiores condições de maior renda e conseqüentemente maior quantidade e qualidade no consumo de alimentos.

As políticas públicas devem ser consideradas como os mecanismos do Estado para garantir a realização dos direitos humanos. Elas representam as características e os valores de um determinado governo, traduzindo a forma como este usa as instituições públicas para se relacionar com a sociedade e garantir os seus direitos (CONSEA, 2010).

Já a insegurança alimentar manifesta-se principalmente pela dificuldade no acesso aos alimentos e isso se dá, principalmente, pela indisponibilidade de renda que é determinada pela falta de trabalho e/ou baixa remuneração de certos empregos, ou ainda da impossibilidade de acesso aos meios produtivos para assim provê-los. No entanto, no âmbito da agricultura camponesa, a possibilidade da produção para autoconsumo é apresentada como uma das formas para garantir a segurança alimentar (DOMBEK, 2006).

As propostas da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional influenciaram fortemente a criação, em 2006, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Desde então, a construção do conceito vem dialogando com outros temas como o uso abusivo de agrotóxicos, os transgênicos, os programas de transferência de renda, a agricultura urbana e a agroecologia, e tem se tornado um núcleo importante de germinação de políticas de combate a fome (MALUF, 2007). Ainda em 2004 o MESA incorporou-se ao Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à fome⁶ (MDS) através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu em 2007 e, portanto, ainda dentro do governo Lula. Em sua declaração final reafirma que o objetivo da segurança alimentar e nutricional requer uma concepção de desenvolvimento socioeconômico que questiona os componentes do modelo hegemônico no Brasil geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. Fato marcante dessa conferência foi a deliberação de ações e programas para o início imediato do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No que se refere à produção, a conferência também colocou em destaque as ações do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e mencionou a reorientação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a retomada da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNSAN).

A IV Conferência ocorreu em 2011, já no governo Dilma, e apontou em sua carta política posicionamento contra o modelo agrícola concentrador de terra, focado na monocultura intensiva em agrotóxicos voltada para a exportação e os riscos da utilização dos transgênicos (CONSEA, 2011). De acordo com a carta, assinada pelo CONSEA, esse modelo tem, historicamente, forte presença no Brasil, que se tornou o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Também critica a livre atuação das grandes corporações cujas ações têm resultado na perda crescente de soberania alimentar dos povos e em fenômenos como o avanço do sobrepeso, a obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis. Outro ponto destacado é a necessidade de promover novas bases para um

⁶O ministério também incorporou atribuições da assistência social, antigamente ligada à previdência social, bem como o programa Bolsa-Família. O Bolsa-Família unificou os programas Bolsa-Escola do Ministério da Educação, o Vale-Gás do Ministério de Minas e Energia, o Bolsa-Alimentação do Ministério da Saúde e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA) ou Cartão Alimentação do MESA.

modelo de produção e consumo no Brasil, orientadas nos princípios da soberania alimentar, sustentabilidade, justiça social e climática e participação social, fortalecendo o papel regulador do Estado com relação à aquisição de terras por estrangeiros e ao combate aos monopólios no sistema agroalimentar.

A carta também menciona a necessidade de avançar na concretização do direito a terra, dos programas da reforma agrária, reconhecendo a função social da terra, nas dimensões trabalhista, sociocultural, econômica e ambiental. Defende também a prioridade para a estruturação de sistemas de produção sustentáveis e diversificados de alimentos saudáveis com o fortalecimento da autonomia da agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, reconhecendo o papel estratégico dessas populações na conservação e no uso sustentável da agrobiodiversidade, e dar continuidade à construção da Política e do Plano Nacional de Agroecologia.

Também apontou a urgência de aplicar o princípio da precaução em relação aos produtos transgênicos, estabelecer a rotulagem obrigatória de todos os alimentos transgênicos, manter a moratória ao uso da tecnologia “*terminator*” (sementes estéreis) e rever a Lei de Biossegurança na direção de impedir a produção e comercialização de produtos e cultivos transgênicos. Assinala também a modificação da composição e funcionamento da CTNBio para expressar as diferentes visões e ampliar a participação e o controle social. Em sua parte final a conferência comemorou os avanços na consolidação do SISAN como estrutura responsável pela formulação, implementação e gestão participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em todos os níveis.

O entendimento do tema indica uma forte intersectorialidade na concepção e na gestão das políticas públicas de SAN, que também têm interfaces com as políticas agrícolas e agrárias brasileiras.

2.2 A mensuração da condição de Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo com Pessanha, Vannier-Santos e Mitchell (2008) os métodos utilizados para mensurar a condição de segurança alimentar e nutricional, são divididos em dois grupos: os que avaliaram o fenômeno a nível nacional e os que o avaliam a nível domiciliar. Como alguns tratam da disponibilidade de alimentos e outros tratam do acesso aos alimentos, pode-se dizer que em seu conjunto os métodos são complementares. Obviamente quanto mais aspectos abordados, mais abrangente e completa será a compreensão da situação encontrada.

Existem cinco métodos comumente utilizados em inquéritos nacionais para avaliação de insegurança alimentar. De acordo com Pérez-Escamilla e Segall-Correa (2008), desses, quatro são indiretos e um é direto. Os métodos indiretos são: Método da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Pesquisas de despesas familiares; Avaliação de consumo individual de alimentos; e Pesquisas antropométricas. O método direto é representado por uma escala fundamentada na percepção de insegurança alimentar.

O Método da FAO estima as calorias disponíveis por habitante de um determinado território nacional com base na balança de alimentos (média de três anos) e nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF). As informações utilizadas são nacionais pautadas em dados de estoques, produção, importação, exportação e desperdício de alimentos. Quanto mais disponíveis e atualizadas essas informações, além das informações referentes ao número de habitantes daquele país, mais preciso será esse método (PESSANHA; VANNIER-SANTOS; MITCHELL, 2008).

Esse indicador é importante porque é utilizado para acompanhamento do cumprimento da meta de reduzir pela metade o número de pessoas com fome até 2015, no mundo, meta estabelecida pela Cúpula Mundial da

Alimentação, em 1996 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO, 2005).

As Pesquisas de Orçamentos Familiares são realizadas por meio de entrevistas com o responsável pela família na qual se busca determinar, durante um período de referência (dia, semana, mês, etc.), a informação da renda total do domicílio e o valor total gasto na aquisição de alimentos e no suprimento das demais necessidades básicas.

As informações sobre preços dos alimentos consumidos dentro e fora do domicílio e as respectivas quantidades compradas ou despesas efetuadas permitem estimar o consumo alimentar médio. Esse consumo é convertido em calorias, por meio de tabelas apropriadas, e fornece a média de quilogramas consumidos no domicílio por pessoa/dia (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

O método de pesquisar a ingestão individual de alimentos consiste em registrar a efetiva ingestão de alimentos de cada indivíduo da família, no período de referência. Para isso a coleta de informações utiliza as técnicas de: identificação de histórico alimentar; recordatório dos alimentos ingeridos nas 24 horas precedentes; aplicação de um questionário (pré-definido) de frequência alimentar; registro do peso dos alimentos ingeridos e análise do conteúdo químico e nutritivo dos alimentos ingeridos (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

Nas pesquisas antropométricas é realizada a avaliação do corpo humano, ou seja, seu tamanho, suas proporções e sua composição, geram resultados nutricionais. As técnicas de medição são padronizadas e efetuadas por pessoal treinado. Como têm procedimentos normatizados essas técnicas são reproduzíveis (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005). Com sua aplicação é possível o diagnóstico da subnutrição quando as medidas antropométricas dos indivíduos, em termos de peso e de altura, estão abaixo dos padrões internacionais de referência. Pesquisas antropométricas nacionalmente representativas já foram realizadas na maioria dos países em desenvolvimento. A partir delas, é possível

estimar a proporção de pessoas que estão abaixo dos valores de referência, e que são consideradas subnutridas (FOOD INSECURITY AND VULNERABILITY INFORMATION AND MAPPING SYSTEMS - FIVIMS apud PESSANHA; VANNIER-SANTOS; MITCHELL, 2008).

Os métodos baseados na percepção da insegurança alimentar e da fome foram, em grande parte, desenvolvidos para aplicação na América do Norte (MASON, 2002 apud PESSANHA; VANNIER-SANTOS; MITCHELL, 2008). São métodos que, diferentemente dos demais, levam em conta que a fome é um problema social tanto quanto biológico, e por isso nossa decisão em utilizar um desses métodos, que será mais à frente explicado.

Pessoas que não tenham meios para adquirir alimentos em quantidade suficiente podem se considerar vítimas da fome, ainda que não apresentem sinais clinicamente reconhecíveis de desnutrição. Além disso, mesmo não passando fome, algumas pessoas podem sentir um medo justificável de privações futuras (FIVIMS apud PESSANHA; VANNIER-SANTOS; MITCHELL, 2008). Por isso, avaliar a percepção da fome e o comportamento a ela correlato, muito mais que uma aproximação ou uma medida indireta, é uma tentativa de chegar ao coração do problema da fome (MASON, 2002 apud PESSANHA; VANNIER-SANTOS; MITCHELL, 2008).

O método para medir a condição de (in)segurança alimentar é composto pela medida direta da situação familiar de (in)segurança alimentar. Esse método foi criado nos anos 80, a partir da importante contribuição de uma pesquisa qualitativa e quantitativa desenvolvida na Universidade de Cornell (RADIMER et al. apud SEGALL-CORREA, 2007). O estudo qualitativo permitiu a criação de uma escala de medida quantitativa, com dez perguntas que cobriam questões referentes à preocupação com a insuficiência futura de alimentos, à qualidade usual da dieta e à quantidade disponível de alimentos no domicílio.

Nos anos 90, a partir da escala de Cornell, pesquisadores do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, desenvolveram uma escala que passou a ser aplicada, a partir de 1995, na pesquisa mensal telefônica (*Current Population Survey*) do *bureau* do censo daquele país e também em pesquisas periódicas de saúde e nutrição.

Essa escala é chamada de Módulo Suplementar da Segurança Alimentar Domiciliar (*Household Food Security Supplemental Module - HFSSM*). Ela apresenta 18 questões e vem sendo utilizada por aquela agência há vários anos com sucesso para medir o *status* de segurança alimentar nos domicílios americanos. O método também foi adaptado e validado em outros países do mundo, incluindo o Brasil.

No Brasil, essa adaptação foi realizada a partir do trabalho de Segall-Corrêa (publicada como artigo em 2007), que chamou a escala de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). O processo de validação da mesma foi realizado a partir de pesquisas desenvolvidas entre 2003 e 2004 em cinco unidades da federação através da PNAD de 2004. Este estudo colaborativo contou com uma primeira fase qualitativa, constituída por quatro painéis de especialistas e 11 grupos de foco em comunidades pobres, e uma segunda, quantitativa, com inquéritos em amostras intencionais de populações de estratos sociais diversos. O texto enfatizou o grau de compreensão que a população tinha dos conceitos contidos na escala, o que mostrou sua adequação à realidade brasileira. Para a autora, a partir desse trabalho, o Brasil passou a contar com um instrumento de medida direta de insegurança alimentar e da fome, de alta validade, fácil aplicação e baixo custo. Alguns exemplos da aplicação da EBIA são relatados a seguir.

Buscando descrever e avaliar o perfil de consumo diário de alimentos entre famílias em situação de insegurança alimentar, Panigassi et al. (2008), realizaram um inquérito populacional em Campinas (SP), em 2003, com 456

famílias, em que levantaram o consumo diário de 14 grupos de alimentos, mediante informação do responsável por cuidar da alimentação da família. Para categorização da insegurança alimentar utilizaram a EBIA, sendo os resultados divididos em 3 categorias: 1) Segurança alimentar; 2) Insegurança alimentar leve; 3) Insegurança alimentar moderada ou grave. Como resultados detectaram diferenças significativas entre categorias de segurança alimentar e consumo alimentar. A proporção de famílias em situação de insegurança, cujo informante não consome diariamente leite e derivados, frutas, verduras/legumes, e carnes foi maior do que aquelas em situação de segurança alimentar. Nas famílias em segurança alimentar, o consumo de pelo menos uma fruta diariamente foi 73,7% e de derivados do leite de 62,1%. Essas proporções são 11,4% e 5,5%, respectivamente, em famílias que experimentam insegurança alimentar moderada ou grave. Nestas últimas, a maioria consumia diariamente apenas cereais, óleo, açúcar e feijão e gasta cerca de 68,0% da renda com despesas em alimentação. Os autores concluíram que famílias em insegurança alimentar moderada ou grave apresentaram dieta monótona, basicamente composta por alimentos energéticos. A condição de acesso ao alimento entre famílias em segurança alimentar, entretanto, não garantiu a adequação qualitativa da dieta. Para os autores esses resultados trazem a necessidade de reforçar, nas políticas de segurança alimentar, ações educativas direcionadas à promoção de alimentação saudável.

Inúmeras experiências de políticas e programas voltados ao fortalecimento da segurança alimentar da população têm sido implementados no Brasil (PESSANHA, 2004). A necessidade de acompanhar os resultados efetivos dessas experiências é a preocupação de qualquer governo que as introduz e é nesse aspecto que pesquisadores internacionais também têm enfatizado a importância da mensuração da condição da segurança alimentar, tendo como referência a *HFSSM*. Em trabalho desenvolvido por Melgar-Quiñonez e Hackett

(2008) os autores descreveram o desenvolvimento e os procedimentos de validação da escala em cenários distintos. Eles concluíram que é vital que os pesquisadores, os responsáveis pela determinação de políticas públicas e as agências governamentais e não governamentais intensifiquem seus esforços para desenvolver novas ferramentas que forneçam medidas válidas e confiáveis de segurança alimentar em diferentes grupos populacionais. Para eles é necessário um esforço adicional para sintetizar uma ferramenta universalmente aplicável, que seja capaz de capturar o fenômeno humano global da insegurança alimentar. Ao que os trabalhos realizados no Brasil e no mundo, preocupados com saúde pública indicam, a *HFSSM* vem dando grandes contribuições nesse sentido.

Em trabalho realizado por Traldi (2011), o autor discorreu sobre as principais efetividades e entraves do Programa Bolsa Família⁷ no município de Araraquara/SP. Em seu recorte analítico utilizou elementos de segurança alimentar a partir das informações de 100 famílias beneficiárias e dos gestores e técnicos responsáveis pelo programa local. Como instrumento para coleta, valeu-se de metodologias validadas como a Rede Alimenta da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e que engloba a aplicação da EBIA.

A coleta dos dados foi referente ao perfil socioeconômico e sociodemográfico dos beneficiários, de suas percepções em relação ao programa e às entidades responsáveis. Os resultados indicaram que, apesar do maior gasto das famílias ser com a alimentação, houve a prevalência de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) em 95% das famílias, o que mostrou que o

⁷De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014a) o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Tem como foco de atuação 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

programa foi importante para melhorar de imediato as situações adversas de vida das famílias, mas não garantiu por si só a segurança alimentar destas. Concluíram a necessidade da integração do programa com outras políticas públicas voltadas à educação, saúde, segurança alimentar, capacitação, geração de trabalho e renda; além de uma maior intersectorialidade entre a equipe gestora local em relação às condicionalidades e ao controle social do programa.

Almeida, Ferrante e Paulilo (2010) apresentaram um caso de formação de uma rede de forte coesão social em torno de programas de segurança alimentar local em Araraquara-SP. O trabalho teve o propósito de discutir as principais eficácias e os entraves institucionais e organizacionais encontrados na rede principal que se formou no referido município. Um dos principais resultados indicou que nesse município paulista, de médio porte e de relevante geração de riqueza, para o estado de São Paulo, existia pequenos agricultores familiares locais compondo uma rede de políticas de segurança alimentar que tinha como instrumento dinamizador, o PAA coordenado pelo MDA. Isso foi comprovado mediante uma análise das características dos produtores e das conexões da referida rede de políticas de segurança alimentar.

Para analisar a hipótese de que a participação em programas governamentais de Transferência de Renda está associada à situação de segurança alimentar no domicílio Segall-Corrêa et al. (2008) selecionaram dentro da PNAD 2004, apenas os domicílios que recebiam transferência de renda correspondendo a 14,2% do total de domicílios entrevistados. A associação entre segurança alimentar e transferência de renda mostrou que os programas de transferência de renda considerados apresentaram um valor médio de benefícios de R\$81,68 por domicílio. As condições de: residência em área rural, chefe da família do sexo masculino, raça/cor branca também apresentaram associação positiva com a condição de segurança alimentar concluindo que houve associação positiva da transferência de renda sobre a segurança alimentar.

No cenário internacional cita-se o trabalho de Ajani, Adebukola e Oyindamola (2006), que utilizaram a *HFSSM* para determinar a condição de segurança alimentar em áreas selecionadas pelo governo em duas grandes cidades da Nigéria (Lagos e Ibadan), encontrando mais de 70% das famílias em condição de insegurança alimentar. Os autores além de validarem a utilização da escala recomendaram ao governo a sua utilização a nível nacional, já que a condição de insegurança alimentar aponta causas subjacentes da desnutrição.

O trabalho de Hackett et al. (2010) apresentou uma descrição dos fatores associados à condição de segurança alimentar das famílias participantes de um programa público de assistência alimentar em populações de baixa renda na Colômbia, especificamente na região de Antioquia. Os resultados mostraram que as famílias em situação de insegurança alimentar eram as que tinham mais membros, pais mais velhos, e de renda mais baixa. Também constataram que famílias em situação de insegurança alimentar tinham menores dispêndios mensais com alimentos e apresentavam alto consumo *per capita* dos suplementos alimentares fornecidos pelo programa. O trabalho mostrou que eram complexos os desafios socioeconômicos e demográficos enfrentados quando se trata de insegurança alimentar e sugere que estudos dessa natureza são fundamentais para o governo e organizações não governamentais orientarem melhor suas intervenções definindo claramente o público que irá se beneficiar das ações que visem à assistência alimentar.

Em outro trabalho coordenado por Hackett et al. (2007) com 53 famílias equatorianas, os autores examinaram a relação entre insegurança alimentar e abastecimento doméstico de alimentos. A amostra foi retirada de quatro comunidades rurais participantes do projeto *Planificación Local de la Agricultura y la Naturaleza*. Para os autores a adaptação da *HFSSM* e sua validação às condições latino-americanas é uma opção adequada, barata e de simples utilização como ferramenta para medir a insegurança a nível local e

nacional. Na opinião dos autores, embora não haja nenhuma solução mágica para eliminar a fome e a insegurança alimentar, a adaptação da *HFSSM* pode desempenhar um papel importante na identificação das suas possíveis causas e assim ajudar a desenhar estratégias para a criação de sistemas sustentáveis de alimentação, bem como ser utilizada para mensurar a eficácia de programas públicos criados para reduzir a condição de insegurança alimentar nas políticas de planejamento elaboradas na América Latina.

Em trabalho realizado por Rahim et al. (2011), os autores objetivaram determinar os fatores que influenciavam o estado de insegurança alimentar de 2.500 famílias da região de Qaresoo no Irã. O estudo encontrou 20% dos lares em condição de insegurança alimentar grave e dentre as causas citaram: grande distância das comunidades para a cidade; baixa infraestrutura residencial, grande número de membros das famílias, ausência de um dos pais no lar como fator negativo, baixa renda. Para os autores a melhor maneira de reduzir a condição de insegurança alimentar é a intervenção, tanto nos fatores econômicos como culturais, particularmente nos grupos de maior risco nutricional. Os autores deixam uma dúvida sobre a capacidade que a educação nutricional teria em superar a falta de recursos financeiros das famílias em condição de insegurança alimentar e que tais questões deveriam ser melhor pesquisadas pelos elaboradores de políticas públicas a fim de promover a condição de segurança alimentar nas comunidades.

Os trabalhos apresentados indicam a validade da EBIA para estudos que desejam compreender a segurança alimentar e por isso ela foi utilizada como ferramenta de investigação nesta pesquisa. Como ela foi aplicada às famílias camponesas assentadas da reforma agrária na subseção seguinte delimitamos conceitos sobre a agricultura camponesa e contextos da questão agrária brasileira.

2.3 A agricultura camponesa e o projeto democrático de desenvolvimento rural

Nesta seção não pretendemos aprofundar uma revisão teórica sobre o debate acerca do termo camponês e campesinato já que o mesmo tem sido exaustivamente realizado nos estudos brasileiros de sociologia rural. Pretendemos apresentar uma reflexão, a partir da visão de alguns autores para delimitar os conceitos que foram trabalhados nesta tese, a fim de compreender a questão agrária como eixo orientador do desenvolvimento rural, abordada sob a perspectiva de projeto político e econômico que o campesinato se depara insistentemente ao produzir alimentos.

2.3.1 As referências de Lenin, Kautsky e Chayanov para o entendimento do campesinato

No caminhar histórico dos estudos teóricos da sociologia rural é obrigatório tratar da obra de Lenin (1988) “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” quando desejamos identificar as contradições entre o campesinato e o capitalismo. Embasado em uma influência marxista, Lênin analisou detidamente censos agrícolas e alegou que o campesinato em sua forma antiga iria desaparecer e seria substituído por uma nova população rural, população que seria o alicerce da sociedade organizada em torno de uma economia mercantil e produção capitalista. É muito contundente a cisão da população rural que Lênin defende com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura dando origem a dois atores sociais distintos: o burguês e o proletário rural.

Tal cisão significa, conseqüentemente, a extinção do campesinato, ou seja, ou o camponês se tornaria detentor dos meios de produção e acumularia capital ou, destituído dos meios de produção, venderia a sua força de trabalho e empobreceria. Fica clara sua influência marxista uma vez que, nessa perspectiva,

o capital só se reproduz a partir da mais-valia dando prosseguimento ao seu processo de contínua valorização. Mesmo sendo detentor de um fator de produção, a terra, a venda da força de trabalho do camponês alimentaria o processo de acumulação do capital seguindo uma rota inevitável para o desenvolvimento da agricultura a partir do avanço do capitalismo. Esse pensamento embasou o debate sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira até a metade dos anos 80 e alicerçou o pensamento de modernização da agricultura impulsionado pela revolução verde. Sua principal tese era a de que a expansão do capital no campo se daria pela concentração de terra e capital em grandes unidades de produção com força de trabalho assalariada, bem como o acesso a tecnologias que permitiriam a obtenção de escalas de produção. Devido ao reduzido acesso aos fatores de produção, a perspectiva leninista alegava que a presença do camponês no espaço rural não afetaria a reprodução do capitalismo agrário, ficando este marginalizado a regiões periféricas ao processo de acumulação do capital ou a regiões de recorrente expulsão de terras (REDIN; SILVEIRA, 2010).

Outra contribuição importante para a compreensão do campesinato está nos escritos de Kautsky, no livro “A Questão Agrária”, especificamente no capítulo IV que trata sobre a agricultura moderna. Também de influência marxista ele se posiciona diferentemente de Lenin a respeito do processo de desenvolvimento da agricultura, alegando que o camponês passava por um processo de transformação de sua racionalidade de produção. Para ele, a produção capitalista, ao final do século XIX, não era a única forma de produção existente restando ainda traços da sociedade pré-capitalista em que o camponês, da idade média, era em boa medida autossuficiente produzindo seu alimento, suas roupas e instrumentos de trabalho. Entretanto, ao olhar de Kautsky, a indústria urbana tinha melhor desempenho do que a indústria doméstica camponesa que cada vez mais dependia do mercado.

A produção agrícola, vista agora como uma mercadoria, aumentava a necessidade de dinheiro como meio de troca, gerando problemas sociais como a migração e a proletarização. Ao invés de venderem os excedentes da produção nesse processo de transformação os camponeses passaram a vender o excedente de seu tempo, ou seja, passaram a vender a sua força de trabalho a vender o excedente de produção (REDIN; SILVEIRA, 2010). Uma das principais contribuições do pensamento de Kautsky está no entendimento de como esse processo de transformação da racionalidade de produção camponesa diante do avanço do capital no campo, levava a uma crescente subordinação da agricultura à agroindústria deixando claro, nessa perspectiva, que o camponês é um mero fornecedor de matéria-prima para atender às demandas da indústria. Os desdobramentos desse arranjo levaram a redução da venda direta ao consumidor e o surgimento da figura do “atravessador”, ou seja, do intermediário que compra a produção agrícola do camponês e a (re)vende para a indústria. Outro desdobramento estava no aumento da dependência do camponês do mercado para seu autoabastecimento alimentar.

Por último recorreremos às contribuições dos escritos de Chayanov (1981) “Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas” especificamente ao capítulo “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”, também bastante utilizado em estudos de Sociologia Rural. Chayanov, embasado na Escola da Organização e Produção, desenvolve a Teoria da Unidade Econômica Camponesa que busca uma reflexão para o processo de transição do sistema feudal para o capitalismo, focado no entendimento do funcionamento interno das unidades familiares de produção agrícola russa. O primeiro fundamento dessa teoria era de que o comportamento econômico dos camponeses russos não se enquadrava nos modelos de políticas agrárias baseadas na dinâmica das categorias clássicas - renda, salário e lucros, uma vez que os camponeses não maximizavam nenhum desses elementos em suas unidades agrícolas. O segundo era de que os fatores de

produção da economia clássica, terra, capital e trabalho, eram direcionados por uma racionalidade própria que colocava a unidade agrícola camponesa como fundamental para o funcionamento geral da economia e organização do espaço. A utilização mais ou menos intensiva desses recursos estava ligada à satisfação das necessidades da família. A mão de obra (força de trabalho) é o principal recurso e será determinada pelo tamanho e composição da família (homens e mulheres). A terra irá depender dos mercados e o capital irá depender da acumulação interna da família.

O autor notou que o comportamento dos camponeses era o de equilibrar o consumo e a produção para a reprodução social da família, ou seja, equilibrar a resolução das dificuldades de consumo e a disponibilidade de trabalho para a produção. A construção de sua teoria tem, portanto, na dinâmica da organização do trabalho familiar a sua essência. Deixa claro que a lógica de ação camponesa buscará um equilíbrio, mesmo que este deixe a família em baixo nível de bem-estar, porém que é compensado por maior resistência e adaptabilidade em momentos de dificuldades, uma vez que as atividades eram direcionadas a um equilíbrio natural, desvantajoso ao olhar empresarial.

A leitura do autor evidencia que a atividade econômica camponesa é diferente da atividade econômica empresarial, uma vez que nesta a obtenção do lucro se dá pela diferença entre as entradas (renda bruta) e saídas (custos), e naquela o tempo e a intensidade de trabalho são determinados pelo camponês, assemelhando-se por isso, mais ao trabalho de um artesão. A influência dos fatores econômicos sobre os processos de renovação e acumulação na unidade agrícola camponesa é observada por Chayanov para o atendimento do bem-estar da família e tem como apontamentos principais (CHAYANOV, 1981): a) a renda bruta da exploração é resultante da produção total da família sendo oriunda tanto de atividades agrícolas quanto não agrícolas; b) a parcela investida na reprodução e remoção dos meios de produção, correspondendo ao que

Chayanov chamou de “gastos econômicos” que são destinados à produção e não ao consumo, servindo para equipar a unidade agrícola com instrumentos; c) o orçamento pessoal da família, contabilizado pelos bens necessários à sobrevivência do grupo doméstico, tanto em alimentação, vestuário e outros, como em bens de uso na unidade agrícola; d) a parcela não investida diretamente na produção, destinada a poupança familiar. As somas extraídas da venda só seriam investidas na renovação de capital se estivessem garantidas as condições de sobrevivência da família. Dessa forma, não existe a menor possibilidade de acumular capital, mesmo que isso represente uma forma de herança futura a ser deixada aos membros de família, se as necessidades elementares não forem atendidas anteriormente. Esses são aspectos no início do século XX, da produção agrária não baseada na forma estritamente capitalista.

Esses autores clássicos foram pontualmente utilizados para ilustrar as principais compreensões sobre o campesinato e o ambiente hostil no qual ele sempre se inseriu, resultado de diversas ações do Estado e do mercado historicamente documentadas.

2.3.2 A questão agrária e seus impactos sobre o campesinato brasileiro: uma síntese

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013a) a Reforma agrária consiste em um conjunto de medidas para melhorar a distribuição de terras, por meio de mudanças no regime de posse e uso, com o propósito de “atingir os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção” (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2013). De acordo com a mesma fonte, esse conceito foi estabelecido pelo Estatuto da Terra (lei nº 4.504/64) e que na prática propõe-se: a desconcentração e a democratização da

estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e à miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campo-cidade; a democratização das estruturas de poder; a promoção da cidadania e da justiça social (BRASIL, 1964). Como será discutida a seguir “na prática” a reforma agrária não vem acontecendo desde o II PNRA.

Para a compreensão do que é a reforma agrária é preciso esclarecer o que é a questão agrária e a questão agrícola. A questão agrícola, de acordo com Silva (1982) diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz. A questão agrária é, interpretada como a análise das condições de posse, uso e propriedade da terra na sociedade, tema exaustivamente investigado em diferentes momentos da história brasileira.

Mesmo havendo interpretações congruentes ou divergentes, a maioria dos pesquisadores considera ter predominado, no período colonial brasileiro, a *plantation* como forma de organização capitalista na agricultura do período. Com a entrada da economia na etapa do capitalismo industrial, a partir da década de 1930 e durante todo o século XX, a agricultura brasileira recebeu investimentos capitalistas, processo chamado de modernização. Esse período foi resumido, na tese de José Graziano da Silva (SILVA, 1982), como de “modernização dolorosa”, porque desenvolveu as forças produtivas do capital na produção agrícola, porém excluiu milhões de trabalhadores rurais, que foram expulsos para a cidade ou tiveram de migrar para as fronteiras agrícolas, em busca de novas terras (STÉDILE, 2012).

Para José Graziano da Silva, a separação entre questão agrária e questão agrícola é apenas um recurso analítico, pois na realidade objetiva dos fatos não

se pode separar as coisas em compartimentos estanques. A questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário, muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária (SILVA, 1982). Ao revisitar alguns autores importantes que discutiram a questão agrária temos prova disso e por isso, iniciamos a revisitação desses autores por aqueles cujo pensamento influenciou os debates sobre a questão agrária na década de 60.

Inicialmente lançamos mão do texto “O regime econômico colonial: feudalismo ou capitalismo” da obra “Quatro Séculos de Latifúndio” (1968) de Alberto Passos Guimarães para apontar os fundamentos dos problemas agrários brasileiros herdados do período do Brasil-Colônia (GUIMARÃES, 1968).

O autor afirma que o entendimento do regime econômico colonial apresenta questões importantes de grande significado para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, além de questões políticas de relevância significativa. Especificamente sobre esse entendimento e sua repercussão sobre a questão agrária, o autor comenta:

A simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária (GUIMARÃES, 1968, p. 33).

O autor explica que a suposição de que o regime econômico capitalista tenha sido o regime implantado no Brasil-Colônia (chamada de Teoria do Capitalismo Colonial) traz em seu bojo uma solução política contrária à necessidade de reforma agrária. O autor explica que segundo aquele regime

econômico não é necessária uma ação reformista ou revolucionária para modificação da estrutura agrária brasileira. Sendo assim, ações políticas⁸ que facultassem o ingresso de mais capital às unidades agrícolas apressariam o desenvolvimento agrícola brasileiro sem a necessidade de reformas de base. Para o autor a Teoria do Capitalismo Colonial representava uma teoria conservadora alinhada a setores políticos retrógrados ao passo que a defesa da existência do feudalismo na estrutura latifundiária do Brasil-Colônia estava alinhada a um pensamento revolucionário atrelado a um movimento pela necessidade de reforma agrária. Enfim para o autor, se admitirmos que a origem da estrutura agrária brasileira fosse e continua sendo capitalista, desde sua colonização, não seria necessário uma reforma democrática nessa estrutura. Na década de 60, quando do escrito do seu texto aqui abordado, o autor apontava para as “relações de produção caducas” referenciando-se a unidades de produção herdeiras e continuadoras de relações de produção características do latifundismo feudo-colonial.

O autor defendeu então que a posse da terra no Brasil teve suas origens no monopólio feudal e colonial. Ao observar os fatores de produção clássicos, terra, capital e trabalho, o autor afirmou que a terra ao ser assumida como o mais importante fator de produção na agricultura brasileira colonial indica que tal situação é peculiar às condições históricas do pré-capitalismo. Quando o capitalismo vai entrando na agricultura ele aumenta a sua participação proporcional no conjunto de fatores, sendo que em uma agricultura plenamente capitalista os outros fatores (capital e trabalho) passam a ser mais importantes que a terra. No Brasil, o autor coloca que a terra possuía maior participação sobre o conjunto dos demais fatores de produção e que por isso dominar a terra significa ter o domínio sobre os demais

⁸Para Guimarães (1968) um exemplo dessas ações foram as adotadas pelo presidente Juscelino Kubitschek no Tomo III do seu *Plano de Metas* que previam recursos financeiros para a aquisição de insumos a fim de atingir a “meta agrícola” de seu governo.

meios de produção. Em síntese o autor colocava que a condição do monopólio feudal da terra acentuava os elementos de atraso àquele. Nas palavras do autor:

Com isso queremos dizer que no latifundismo brasileiro são mais fortes ainda os vínculos do tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, aos quais se acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária (GUIMARÃES, 1968, p. 33).

Enfim, na década de 60 o autor assinalava a presença na estrutura latifundiária brasileira, de características do feudalismo colonial, portanto, herdeiras diretas do regime econômico colonial implantado desde o descobrimento do país. Alberto Passos salienta que essas características não possuíam o mesmo grau de intensidade quando do Brasil-Colônia e enfatizou que, independente do grau que elas possuíam, era importante reconhecer a sua presença e “permanência ainda que residual, como vestígios de um passado que deveria estar morto”. O autor, portanto, defendia a necessidade de uma reforma agrária democrática que levasse ao rompimento das relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e também ao rompimento dos vínculos semifeudais de subordinação ao poder extraeconômico⁹, político e “jurídico” da classe latifundiária.

⁹O autor explica que o poder extraeconômico é uma característica e sobrevivência do feudalismo que se dá através do “governo” das coisas e pessoas dentro e em torno do latifúndio, vivido no século 20 sob a forma de “coronelismo”. Nele são estipuladas relações coercitivas entre os latifundiários e seus “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “colonos”, “camaradas” e mesmo assalariados, estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos. Milhões de trabalhadores brasileiros viviam inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais, ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terras. Estes determinavam as condições dos contratos de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, ou serviços gratuitos a prestar, ditam as sentenças judiciais e impõem as restrições à liberdade que lhes convêm, sem o mínimo respeito às leis vigentes (década de 60). Essas e outras relações

Ainda considerando textos da década de 60 de importância para a compreensão da questão agrária brasileira, a leitura dos escritos “Contribuição para análise da questão agrária no Brasil” (PRADO JÚNIOR, 2000a) e “Nova contribuição à questão agrária do Brasil” (PRADO JÚNIOR, 2000b) de Caio Prado Júnior apontou para uma crítica efusiva às relações sociais fundiárias e de trabalho no espaço rural brasileiro que, para o autor, são sub-humanas atingindo grande parte da população rural brasileira. O autor acreditava na tendência ao assalariamento crescente da força de trabalho atuante no espaço rural e por isso defendeu a legislação social-trabalhista, deixando a reforma agrária com um papel secundário. O autor também publicou importante obra em 1979 (PRADO JÚNIOR, 1979) na qual admitia que as relações de produção que dominavam a agricultura brasileira eram capitalistas desde o início da sua colonização e se caso houvesse uma reforma agrária ela deveria ser anticapitalista.

A contribuição de outro pensador importante na década de 60 são os escritos “Apresentação”, “A questão da terra” e “Crise Agrária e Metrôpole” de Ignácio Rangel (RANGEL, 2000a, 200b, 2000c). Em suas análises aprofundou o entendimento sobre a dinâmica de uma superpopulação rural para a questão agrária, superpopulação que em determinados momentos era fornecedora abundante de força de trabalho para outros setores da economia e em outros momentos era restritiva. Para o autor a reforma agrária era uma hipótese distante uma vez que suas análises sobre o crescimento urbano e a ampliação dos mercados externos apontavam para uma solução alternativa a da reforma agrária.

Com o golpe de 1964 o debate político no país foi impedido e com isso também foi o debate em torno dos problemas fundiários e suas consequências para o país. Aos poucos um pensamento conservador pautado na interação entre as forças de oferta e demanda de produtos agrícolas e seus efeitos sobre os preços, o emprego e o

extraeconômicas para o autor derivam do monopólio feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho (GUIMARÃES, 1968).

comércio exterior foram se avultando e consolidando. Pensamento alinhado com o de Johnston e Mellor (1961), conforme explica Delgado (2005, p. 56):

O pensamento econômico hegemônico no Brasil ficou calcado no pensamento funcionalista norte-americano com respeito aos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico. A imaginação dos economistas conservadores da época, e também de alguns críticos do sistema, está impregnada das chamadas cinco funções da agricultura: *i*) liberar mão-de-obra para a indústria; *ii*) gerar oferta adequada de alimentos; *iii*) suprir matérias-primas para indústrias; *iv*) elevar as exportações agrícolas; e *v*) transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente se reconheceria problemas ali onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas.

Dito de outra forma, porque tratar de uma crise no setor primário (setor agrícola) se as “funções básicas”, defendidas por esse pensamento conservador, para uma agricultura genérica não estava causando pressões estruturais sobre o Índice Geral de Preços, a balança comercial e a produção industrial?

Apesar de não ter sido plenamente executado, o Plano Trienal¹⁰ (1963-1965) talvez tenha sido uma das propostas mais interessantes elaboradas no período para enfrentar tal pensamento. O plano não foi plenamente executado em função do turbulento cenário no qual o Brasil se encontrava; turbulência de caráter econômico e, especialmente, político. Uma característica importante de tal plano foi sua proposta inovadora de enfrentar questões referentes à distribuição, propondo “reformas de base”

¹⁰ Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi proposto pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado no governo de João Goulart. Era uma resposta política para a disparada da inflação e a deterioração do comércio externo tendo como diretriz principal a substituição gradual das importações, colocando a culpa da disparada dos preços nos desequilíbrios estruturais da economia brasileira (ALMEIDA, 2004).

nas áreas administrativa, bancária, fiscal e agrária, além do reescalonamento da dívida externa. Nas palavras de Almeida (2004, p. 167):

O processo inflacionário e as crises políticas com que se defrontou o governo Jango [João Goulart], combinaram-se para frustrar os objetivos desenvolvimentistas do plano [Trienal], que buscava retomar o ritmo de crescimento do PIB da fase anterior (em torno de 7% ao ano), ao mesmo tempo em que pretendia, pela primeira vez, contemplar alguns objetivos distributivistas.

Tal plano, portanto, ao considerar a questão agrária dentro desse conjunto de reformas apontava pela posição afirmativa de Celso Furtado, principal idealizador do Plano Trienal, para a sua realização.

Com o regime militar implantado, o Plano Trienal foi suspenso e elaborou-se o Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG)¹¹ (1964-1966) elaborado no governo Castelo Branco. Este plano detectou atraso no setor agrícola ao compará-lo ao setor industrial por causa do baixo uso de tecnologia. Esse atraso se daria devido a uma fronteira agrícola em expansão contínua, paralisação do comércio exterior, pressões inflacionárias oriundas do desenvolvimento da agricultura e inadequação da estrutura agrária. Em relação à estrutura agrária, ponto polêmico das reformas propostas, o governo lançou o “Estatuto da Terra”¹², em 1964, que previa a desapropriação e o acesso à

¹¹O PAEG Atuou basicamente no nível da política econômica e seus instrumentos básicos, como a política monetária, mas ele também atacou as causas estruturais da inflação (custos da política substitutiva, inelasticidades setoriais). Seus efeitos foram basicamente institucionais, consistindo numa ampla reorganização da ação do Estado e preparando-o para as próximas etapas de alto intervencionismo governamental na economia. Seu principal mentor foi Roberto de Oliveira Campos, então ministro do planejamento de Castello Branco (ALMEIDA, 2004).

¹²Com o golpe militar em 1964 que levou a queda de João Goulart, o coordenador do golpe Marechal Castelo Branco assume o governo e no mesmo ano edita o Estatuto da Terra, legislação considerada progressista para a época. Dentre outras ações instituiu: o cadastro de todas as propriedades de terra do país; a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que viria a se transformar no hoje Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pelo cadastro das propriedades, dos processos de colonização de terras públicas e da desapropriação de terras; deu poderes ao Estado intervir em nome da

propriedade rural improdutiva, a colonização de terras livres e uma série de modalidades de assistência às atividades agrícolas pela formação de cooperativas, garantia de preços mínimos e disseminação de novas técnicas de produção (ALMEIDA, 2004). Em síntese, era uma proposta pautada por teses cepalinas, considerada, portanto uma reforma agrária de tipo clássico que combina a distribuição de terras com um projeto de desenvolvimento da indústria nacional favorecendo o desenvolvimento do mercado interno.

No que se refere à questão agrária, tanto o Plano Trienal quanto o PAEG foram criticados por um grupo de pensadores da USP, liderados por Delfim Neto¹³, tendo como característica um pensamento conservador radical apoiado em uma justificativa técnica e econométrica apontou para uma proposta de modernização¹⁴ técnica da agricultura sem a necessidade da reforma agrária. Ao assumir o Ministério da Fazenda em 1967, Delfim Neto implementou o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária e a questão agrária tomou outra interpretação, a de que era preciso crescer a produção e produtividade do setor agrícola em função da aceleração das demandas urbanas e das demandas externas. Esse conjunto de pensamentos e

sociedade para desapropriação de propriedades que subutilizavam seu potencial produtivo, rompendo, portanto com o direito absoluto de propriedade da terra, condicionando a propriedade a sua utilização social; pautado em critérios de tamanho, utilização e capacidade de produção criou uma classificação geral para todas as propriedades sendo elas: os minifúndios, as empresas rurais e o latifúndio, sendo este último subdividido em latifúndio por exploração e latifúndio por extensão; desapropriação para fins de reforma agrária de todas as propriedades classificadas como minifúndio e latifúndio para distribuição de terras; critérios de pagamento da área desapropriada: em dinheiro para benfeitorias e em Títulos da Dívida Pública (resgatáveis em 20 anos) para a terra nua; obrigatoriedade de pagamento do Imposto Territorial Rural.

¹³Em 1967 Antônio Delfim Neto foi convidado pelo então presidente Artur da Costa e Silva para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda. Ainda durante o regime Militar, entre 1969 e 1974 no governo de Emílio Garrastazu Médice, foi ministro da fazenda e, no governo do presidente João Figueiredo, foi sucessivamente Ministro da Agricultura em 1979 e Ministro do Planejamento entre 1979 e 1985.

¹⁴Para o grupo da USP, as teses modernizantes defendiam que a “modernização” se daria pelo aumento do nível técnico da “mão de obra”; do nível de mecanização; do nível de utilização de adubos; e finalmente de uma estrutura agrária eficiente (DELGADO, 2005).

ações culminaram com a “modernização conservadora”¹⁵ na agricultura representando portanto a derrota do debate da reforma agrária como reforma de base importante para o impulsionamento econômico do país.

Esse processo de modernização foi conduzido enfaticamente durante o período do regime militar¹⁶ (1964-1985), tendo como consequência uma mudança na base técnica dos meios utilizados para a produção agropecuária sendo consolidada, a montante, pelo aumento do uso de insumos agrícolas industrializados e mecanização na agricultura e, a jusante, por processos de integração¹⁷, em diferentes níveis, entre a agricultura e a segmentos da indústria alimentar, tudo apoiado por um conjunto de políticas agrícolas e comerciais. Ou seja, ocorreu o desenvolvimento de uma agricultura capitalista integrada com a economia industrial e com o setor externo devido à clara subvenção do Estado, através do crédito rural, que ofertava fartos recursos financeiros para a adoção dos “pacotes tecnológicos” da revolução verde, considerados como “modernos”. De acordo com Delgado (2005, p. 60) no período de 1969 a 1982

¹⁵Em linhas gerais, o termo modernização conservadora foi elaborado por Moore Junior (1975) para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Entretanto, o elemento que diferencia o processo de modernização conservadora no Brasil vis-à-vis ao caso alemão e japonês deve-se ao fato de que a elite dominante nacional não teve a preocupação em expandir a cidadania para parcelas significativas da população, ao contrário do caso alemão e japonês, que incorporou as classes inferiores à sociedade. Mesmo utilizando um termo cunhado por Barrington Moore Junior para compreender o processo de modernização das sociedades alemã e japonesa, países considerados desenvolvidos desde o fim da II Guerra Mundial, os autores nacionais (especialmente os primeiros a citá-lo como Alberto Passos Guimarães citou o termo em 1977; Fernando Antônio Azevêdo citou-o em 1982; Martine e Garcia em 1987) destacaram como traço marcante no caso brasileiro a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária que deitou raízes, predominantemente, nas médias e grandes unidades de exploração agrícolas. Assim, a estrutura fundiária nacional enraizou-se predominantemente em unidades de explorações agrícolas que se modernizaram seguindo o caminho da via prussiana, isto é, transformando as unidades de exploração agrícola em capitalistas sem que houvesse o fracionamento da estrutura fundiária nacional (PIRES; RAMOS, 2009).

¹⁶Regime autoritário que iniciou com o Golpe de 1964, quando as Forças Armadas do Brasil derrubaram o governo do presidente João Goulart e terminou quando José Sarney assumiu o cargo de presidente (1985) após a morte de Tancredo Neves.

¹⁷Nos EUA e na Europa Ocidental a integração da agricultura com a agroindústria ocorreu no final do século XIX e início do século XX.

ocorreu o “aumento nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, aumento da produção e sua diversificação, e significativa alteração no padrão técnico do setor rural”, o que agudizou a diversidade da agricultura brasileira no que concerne ao uso de tecnologias e relações de trabalho. Em outras palavras, naquele período a agricultura brasileira passou por um ciclo de modernização técnica sem mudança na estrutura agrária.

Vale lembrar que esses vinte anos de ditadura militar calaram as vozes que instigavam o debate sobre a reforma agrária no país e que só retornaram após o processo de redemocratização. Logo após esse período surgiram novos movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)¹⁸ que viria a se tornar um dos mais atuantes. De acordo com (MENDONÇA; STÉDILE, 2010) com a vitória do primeiro candidato civil a presidência em 1985, o país se encontrava em um momento de transição em que ocorriam negociações dos segmentos militares com os segmentos comprometidos com o projeto democrático. Logo após o falecimento de Tancredo Neves, o país passa por período de insegurança já que José Sarney, que assumiu a presidência¹⁹, representava para os defensores desse projeto uma ameaça, pois defendia o pensamento de uma elite conservadora do partido Arena com profundas raízes na oligarquia rural brasileira. Em face desse cenário político e também de mudanças econômicas, as forças populares²⁰ ainda se (re)organizando articularam-se entre 1984-85 para pressionar a realização de um

¹⁸O MST foi criado em 1984.

¹⁹Com o falecimento de Tancredo Neves, o seu vice-presidente, José Sarney, assumiu a Presidência da República brasileira tendo seu mandato iniciado em 15 de março de 1986 e findado em 15 de março de 1990.

²⁰Entre as forças populares mobilizadoras do retorno ao debate da questão agrária cita-se: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e várias organizações não governamentais (ONGs) em apoio ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária.

projeto democratizante do país e que a “Nova República”²¹ não tinha como recusar. Um dos resultados dessa pressão foi a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA²² (1985-1988), que na verdade teve o propósito de manter sob controle a violência que assolava o rural brasileiro, além de buscar abafar a capacidade organizativa de agricultores e trabalhadores rurais. Em grossas linhas o I PNRA buscava desapropriar as terras consideradas como improdutivas, buscando reduzir a posse da terra com finalidade especulativa, além de estancar os conflitos espalhados pelo campo, principalmente nas regiões do norte (Pará) e nordeste (Maranhão). Com a Constituição de 1988, muda-se o estatuto da propriedade fundiária que passa a ser legitimada pela sua função social²³. É importante também colocar que o cenário econômico brasileiro após a queda do regime militar também estava em um processo de ajustamento à ordem econômica globalizada, o que, de acordo com Delgado (2005) se estendeu durante toda década de 90, iniciando com a moratória do México, e início do século XXI. Tal período (1983 ao início do século XXI) se caracterizou por um alto endividamento público e dependência externa, que eram gerenciadas por meio de vários “ajustes macroeconômicos”, que prolongaram a fase de

²¹A Nova República iniciou com o governo de José Sarney em 1985 sendo a sequência dada por Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique, Lula e, em 2013, Dilma Rousseff. O “Nova” é a expressão utilizada para se referir ao ressurgimento da República após o término do período militar tendo como demarcador a criação da Constituição de 1988.

²²Ao assumir o governo, José Sarney encaminha a José Gomes da Silva, então presidente do INCRA, a elaboração do I PNRA conforme previa o Estatuto da Terra, porém, não percebendo um real compromisso daquele governo com a reforma agrária, pediu demissão em 1985.

²³De acordo com Delgado (2005) nos termos da Constituição Federal de 1988 o princípio da função social da propriedade é estabelecido como fonte legitimadora do direito de propriedade. Este conceito é herdado em parte do antigo Estatuto da Terra de 1964, mas também atende às pressões políticas do processo constituinte. Na função social da propriedade fundiária de 1988 entram simultaneamente os critérios “aproveitamento racional e adequado”, “preservação ambiental” e “bem-estar nas relações de trabalho”. Contudo, a lei que regulamenta esse dispositivo constitucional, promulgada em 1993, somente recolheu o critério do “aproveitamento racional e adequado”, conferindo-lhes indicadores precisos – “Grau de Utilização” e “Grau de Exploração Econômica”, deixando de definir os indicadores ambientais e de relações trabalhistas.

estagnação da economia brasileira por mais de duas décadas ao invés de resolver tais endividamentos. O setor agrícola passou a ser fundamental para atender às necessidades de financiamento do déficit em Conta Corrente²⁴ do balanço de pagamentos do país. Essa leitura é importante porque ela irá justificar o (re)surgimento do agronegócio no governo Fernando Henrique Cardoso, tendo o papel de auxiliar na gestão das conjunturas macroeconômicas do período, como será visto mais a frente.

Nesse cenário político e econômico agitado, a defesa do direito de propriedade foi encampada por um conjunto de organizações representantes de uma classe conservadora agrária que se aliaram em 1985, através da União Democrática Ruralista²⁵ (UDR), a fim de restringir as ações do I PNRA (RIBEIRO, 2010). Mesmo sem o governo Sarney ter executado o I PNRA conforme pautado pelo Estatuto da Terra, ele o aplicou mais vezes que os governos anteriores. Não obstante, a grande pressão exercida pelos grupos que defendiam um projeto ruralista levou a um retrocesso da Constituinte de 1987 no que se refere à questão agrária mantendo-se a concentração da propriedade da terra. De acordo com Stédile (2012, p. 153) esse retrocesso:

De certa forma, representou a reprodução da aliança histórica das classes dominantes brasileiras - a burguesia urbana e os latifundiários – que permite repartir algumas migalhas, conceder alguns direitos sociais e trabalhistas, mas mantém incólume os privilégios da riqueza e da renda.

²⁴Representa o saldo do Balanço de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos de um país. Expresso em dólares representa o resultado das transações do país com o exterior. O Balanço de Transações Correntes inclui a Balança Comercial (exportações e importações), a Balança de Serviços (frete, seguros, renda líquida de fatores de externos) e as transferências unilaterais. Se as exportações superarem as importações, há um superavit no Balanço de Transações Correntes e vice-versa.

²⁵De acordo com Mendonça e Stédile (2010), além da UDR existiam outras agremiações patronais rurais entre elas a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Nacional de Agricultura e a Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira, tendo, porém, a UDR apresentado maior visibilidade política no encampamento de um “projeto ruralista” como reação dos grandes proprietários a qualquer tipo de reforma da estrutura fundiária.

Ainda de acordo com Stèdile (2012), a nova constituição não suplantou todos os artigos do Estatuto da Terra, mas incorporou mudanças na classificação das propriedades²⁶ e excluiu do processo de desapropriação as pequenas, médias ou grandes propriedades “produtivas”, não tendo evidenciado os critérios para tal classificação. Além disso, de acordo com o mesmo autor, criou-se em outro artigo da Constituição um imbróglio jurídico que determinou que fossem passíveis para desapropriação todas as grandes propriedades que não cumprissem sua função social. Porém, esta função social não ficou clara, pois os únicos aspectos que receberam indicadores precisos foram os de produção e produtividade, deixando os aspectos ambientais e relativos às relações sociais existentes na propriedade sem parâmetros. Essa situação levou a um imbróglio que resultou na promulgação, pelo Congresso Nacional, da Lei Agrária em 1993 que dificultou ainda mais o processo de desapropriação e criou brechas para a contestação jurídica do latifundiário ao processo de desapropriação.

Como dissemos anteriormente, o resgate da leitura do cenário econômico pós-ditadura militar ajuda a entender como o lado direito ao projeto democratizante do campo, criou forças para impedir a aplicação do I PNRA e influenciou, negativamente, a questão agrária. Iniciamos essa leitura com as observações de Delgado (2005) sobre os ajustes macroeconômicos realizados a partir de 1982 para o enfrentamento da crise de crescimento econômico do país apresentam três períodos: a) 1983-1993 - primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos de comércio exterior a qualquer custo oriundos do setor primário; b) 1994-1999 - folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento; e c) 2000-2003 - relançamento da estratégia do saldo comercial externo a qualquer custo.

²⁶Essa mudança substitui a classificação anterior de minifúndio, empresa rural e latifúndio para pequena, média e grande propriedade respectivamente.

No primeiro período (1983-1993), as análises de Delgado (2005) mostram que os saldos comerciais²⁷ obtidos eram oriundos do fomento de setores produtivos com pouca necessidade de importação, caso da agricultura incluída no setor primário, promovendo o crescimento da produção desses setores. No entanto, tal política de fomento fracassou devido à redução do crescimento de demanda interna que tal política exigia. Conforme explica o autor:

Mas como esses saldos comerciais são remetidos ao exterior por exigência das condições de liquidez internacional, a política de saldos comerciais a qualquer custo não é compatível com o crescimento da demanda interna, que em última instância afetaria negativamente esses saldos. Por isso não pode haver recuperação sustentável no conjunto da economia, mas tão somente de alguns setores envolvidos nesse arranjo macroeconômico – que inclui o setor primário da economia (DELGADO, 2005, p. 64).

Ou seja, esse ajustamento beneficiava todo setor agrícola, mas restringia o avanço de outros setores econômicos especialmente àqueles que dependiam de uma demanda de consumo interno.

O segundo período (1994-1999) foi caracterizado por um excesso de capital nas economias emergentes, incluindo a brasileira, e conduziu o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso²⁸ (FHC) à implantação do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real). Caracterizado como uma política neoliberal, já que pretendia também atrair capital externo, aquele plano levou ao abandono da política de geração de saldos comerciais, uma vez que desaparecera

²⁷Para Delgado (2005), em resposta à relativa desorganização provocada pela recessão de 1982-1983, a política econômica do governo militar coordenada pelo ministro Delfim Neto, lança uma estratégia de geração de saldos comerciais expressivos. Estes estão ancorados basicamente na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados, que se expandem pela nova fronteira agrícola da região Centro-Oeste. Os saldos comerciais externos, que praticamente haviam desaparecido da balança comercial no período da liquidez internacional folgada, comparecem como variável-chave do ajustamento externo. Estes são a principal fonte de divisas de que o governo fará uso para enviar “renda líquida ao exterior”, requerida pelos credores internacionais.

²⁸Primeiro governo FHC foi de 1995 a 1998 e o segundo governo FHC foi de 1999 a 2002.

a restrição externa que levara o governo, no período militar, à estratégia do período anterior (1983-1993). Em um quadro internacional de alta liquidez, a sobrevalorização do real, a redução de tarifas e as desregulamentações de políticas de incentivo agrícola e industrial passaram a ser a orientação da política de comércio exterior. Isso conduziu a um déficit na Conta Corrente do país pela redução do superávit do comércio exterior e com isso necessidade, no período seguinte, de obtenção de empréstimos. De acordo com Delgado (2005) tal orientação política e a abertura comercial tiveram como consequências a queda generalizada da renda agrícola e a desvalorização do preço da terra, o que simultaneamente facilitou e dificultou a política de reforma agrária.

Delgado (2005, p. 65) explica que:

Ao baratear o custo da terra, criam-se condições facilitadoras à sua incorporação para fins de reforma agrária. Ainda por esta ótica, desvalorizar o preço da terra pode ser visto como uma desvalorização do poder econômico dos latifúndios. Paralelamente, a recessão e o absentismo do Estado na política agrícola dificultam a construção de uma política alternativa de desenvolvimento rural, no qual o papel do Estado teria de ser protagonista. Observe-se, por sua vez, que essa queda conjuntural do preço da terra é movida por um declínio muito acentuado dos preços agrícolas. Como há simultaneamente desmobilização das formas públicas de sustentação de preços (políticas de *support-price* abandonadas), seus efeitos sobre a renda agrícola são devastadores. No âmbito específico da agricultura familiar, verifica-se abandono de atividades, desmobilização de estabelecimentos ou sua conversão à atividade de subsistência. O Censo Agropecuário de 1996 registra um milhão a menos de estabelecimentos, comparativamente ao de 1985, ainda que entre os dois anos tenha havido mudança metodológica no censo.

No olhar do autor, como resultado da política neoliberal e a retirada do protagonismo do Estado, que aconteceu em boa parte do período (1994-1999), houve a marginalização de milhares de agricultores familiares. Ao fim de 1998, essa orientação de política econômica leva o país a uma crise, o que incentivou a retomada do modelo de saldos comerciais a qualquer custo no terceiro

período. Ressaltasse que nesse período o governo FHC assentou milhares de agricultores devido a pressões dos movimentos sociais tendo, como um dos motivos para tal pressão, a identificação de uma significativa parcela do território nacional (34,51%) considerada como área improdutiva e área devoluta, representando cerca de 290 milhões de hectares em 2003 (DELGADO, 2005). Isso levou a um expressivo aumento das ocupações de terra durante o primeiro mandato de FHC que passou de vinte mil famílias em 1994, para setenta e seis mil famílias em 1998. Também é válido lembrar, de acordo com Fernandes (2013), que tal governo acreditava que não havia mais latifúndios no Brasil e nem tantas famílias sem-terra e por isso o assentamento apenas das famílias acampadas resolveria o problema agrário. Essa tese, neoliberal, foi desacreditada quando vieram a público os massacres de Corumbiara-RO em 1995, e de Eldorado dos Carajás-PA, em 1996.

No terceiro período (2000-2003), devido à nova crise financeira internacional, ocorre a saída de capital do país e como consequências a mudança no regime cambial e a necessidade de aquisição de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos de 1999, 2001 e 2003. Esse quadro levou o segundo governo de FHC à mudança na orientação da política econômica com o relançamento da estratégia de gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo para suprir o déficit da Conta Corrente. Nessa estratégia, assim como aconteceu na crise de 1981, os segmentos do setor primário tiveram papel fundamental para a geração desse saldo, em especial a agricultura, que voltou a ser considerada no rol das políticas de governo, especialmente a política macroeconômica externa e a política agrícola interna (DELGADO, 2005). Essas foram retomadas em um cenário no qual os instrumentos de fomento agrícola²⁹ haviam sido desmontados no primeiro governo FHC, o que “adiou o relançamento da

²⁹Fomento agrícola como crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa, e investimento em infraestrutura comercial (serviços agropecuários, portos, malha viária).

modernização técnica, sem reforma, para o início do século XXI”, segundo Delgado (2005, p. 67).

Nesse período, o agronegócio, ou seja, a estratégia econômica desenvolvida pela associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária na busca de lucro e renda da terra, incentivados pelo Estado foi relançada. Esse relançamento teve como base um conjunto de iniciativas³⁰ que convergiram para dar possibilidades à sua expansão, alavancadas principalmente na produção de grãos para exportação a fim de contribuir com a reversão dos saldos negativos da Conta Corrente.

A retomada dessa estratégia levou a um crescimento setorial (incluindo as cadeias produtivas ligadas ao agronegócio) superior ao crescimento geral do país (4,8% do produto agrícola contra 1,8% do PIB geral) indicando que a estratégia não espalhava demanda efetiva para o conjunto da economia nacional porque estava atrelada ao pagamento do déficit da Conta Corrente. Além disso, ocorreram no período, três restrições fundamentais para que a expansão do produto do agronegócio acontecesse: *i*) a restrição da demanda interna de bens e serviços; *ii*) a limitação das oportunidades de emprego; e *iii*) a manutenção de amplas áreas de terra improdutivas (DELGADO, 2005), o que contribuiu para

³⁰Essas iniciativas foram: *i*) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; *ii*) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; *iii*) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; e *iv*) a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob mediação estatal) competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido”. Ainda que as iniciativas não tenham sido caracterizadas como uma política agrícola estruturada, elas deram a impulsão necessária ao agronegócio voltado a exportação de grãos passar a inverter os fluxos da Conta Corrente (DELGADO, 2005).

que a geração de renda e riqueza ficasse limitada aos setores exportadores primários, caso do setor agrícola exportador.

As consequências dessa mudança na orientação da política econômica em relação à questão agrária levaram, de acordo com Fernandes (2013), o segundo governo de FHC a construir ações repressoras à luta pela terra, criminalizando-a e dificultando-a. As Medidas Provisórias nº 2027/98 e nº 2183-56/01 expressaram essa repressão. A primeira impedia a vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez. A segunda determinava o não assentamento das famílias que participassem de ocupações de terra. Além disso, a criação do Banco da Terra, que através do Crédito Fundiário³¹ fomentava a compra de terras para criação de assentamentos, cresceu e enfraqueceu as ações de desapropriação. Ainda Fernandes (2013) salienta que tal governo sucateou a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, a política de assistência técnica e a política de educação para os assentamentos.

Ainda, de acordo com Fernandes (2013), mesmo o governo FHC alardeando que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, ela ficou estagnada no segundo período de seu mandato. Nesse período o número de famílias acampadas chegou a cento e vinte mil em 2003, e houve a precarização dos assentamentos implantados, cujos projetos na maior parte já não tinham infraestrutura básica e nem receberam crédito agrícola e de investimento. Isso deixa claro que durante o governo de FHC nunca houve um projeto de reforma agrária. Na análise de Fernandes (2013) 90% dos assentamentos implantados foram resultados das ocupações de terra. Quando estas reduziram, pois passaram a ser consideradas como crimes, também diminuiu o número de assentamentos

³¹Concordando com Fernandes (2013) a reforma agrária é uma política pública de desconcentração fundiária por meio da desapropriação de terras. Crédito Fundiário para compra de terras não deve ser confundido com reforma agrária, para não se repetir a esdrúxula expressão: “reforma agrária de mercado” do governo FHC. Tal instrumento de “fomento” à reforma agrária também continuou presente durante todo o governo Lula.

implantados. O autor ainda denuncia que os dados de assentamentos realizados em anos anteriores foram clonados para fortalecerem a propaganda do governo no atingimento de suas metas para a reforma agrária.

Com a eleição de Lula³², no seu primeiro ano de mandato apresenta o II PNRA em novembro de 2003 durante a Conferência da Terra, em Brasília. As metas que constavam no plano eram: até o final de 2006, assentar 400 mil novas famílias; dar condições a 130 mil famílias em ter acesso a terra por meio do Crédito Fundiário e outras 500 mil através da regularização fundiária. De acordo com o documento, desejava-se ir além do acesso a terra prevendo ações relacionadas à Saúde e Educação, Energia e Saneamento. Em sua apresentação o II PNRA colocou-se como um “novo modelo de reforma agrária” no qual os atuais e os novos assentamentos implantados contariam com assistência técnica e tecnologias apropriadas, além de projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e as características dos biomas nos quais estivessem inseridos. Também pretendia tratar de estratégias que atendessem conjuntamente à produção e à comercialização para abrir “novas possibilidades econômicas para os assentamentos e para sua integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial” (INCRA, 2005, p. 5). Ao fim da apresentação o plano evoca a reforma agrária como fundamental para o desenvolvimento sustentável da nação pautada por ações estruturantes visando à geração de trabalho, renda e produção de alimentos. Enfim o II PNRA era uma esperança para as forças sociais a favor da reforma agrária, que de fato ela ocorreria no país.

No entanto, nessa questão, tal governo mostrou-se fortemente influenciado pelo pensamento do Paradigma do Capitalismo Agrário, que coloca a questão agrária como possível de ser resolvida pelo capitalismo ao preparar os camponeses para a integração ao mercado e capital. O discurso de que a partir dessa preparação e o apoio de políticas desenvolvidas pelo Estado seria superado

³²Primeiro mandato de Lula foi de 2003 a 2006 e o segundo de 2007 a 2010.

o problema agrário do capitalismo, agradou tanto as forças políticas de esquerda e de direita e a questão agrária deixou de ser um problema sem solução. O próprio Partido dos Trabalhadores (PT), partido do ex-presidente Lula e partido que se colocou historicamente à esquerda do debate, tem defendido que a solução deve ser apresentada a partir da realidade capitalista (FERNANDES, 2013).

A compra de terras, através do Banco da Terra, e outras políticas estabelecidas pelo mercado, integradas ao agronegócio e que introduzissem os “agricultores familiares”, reforçaram esse posicionamento que passou a ser defendido pelos parlamentares do PT. Esse cenário político, inclusive apoiado pela mídia³³, impede, de acordo com Fernandes (2013) que a realidade do campo brasileiro sobressaia, ou seja, que venha à tona uma estrutura fundiária cada vez mais concentrada e intensificada, o aumento do número de acampamentos nas beiras de estrada e nos latifúndios e o empobrecimento e exclusão dos camponeses.

Graças à indicação de nomes ao INCRA realizada pelo MST e CPT, o início do governo Lula preparou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), reestabeleceu a política de educação para os assentados (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA), elaborou o II PNRA e procurou resolver os conflitos utilizando as diretrizes da política de reforma agrária, usando o diálogo, tentando desatar as medidas repressivas criadas pelo governo FHC.

No entanto, essa postura política do INCRA sofreu fortes retaliações dos ruralistas, que além de reagirem³⁴ ao aumento das ocupações de terra e famílias

³³Para Fernandes (2013) o que a mídia nacional mostra é o aumento do conflito no campo, mas não debate as suas causas. Mostra que os assentamentos criados no governo FHC estão precarizados, mas não debate as razões políticas dessa realidade. A mídia procura convencer a sociedade que os problemas são os movimentos camponeses, com destaque para o MST, por causa de sua amplitude e de seu poder de espacialização e territorialização. Assim, a mídia convence a opinião pública e, até mesmo, políticos e cientistas, que o problema é o conflito e não as causas dos conflitos.

³⁴De acordo com Fernandes (2013) com o forte apoio da mídia, os ruralistas mobilizaram-se contra a política agrária do governo Lula e conseguiram anular a

acampadas, também indicaram nomes ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) a fim de garantir a continuidade do projeto de agronegócio implantado no governo militar e resgatado no governo FHC. Esse cenário político levou o alto escalão do PT a pressionar Lula a exonerar do cargo o presidente do INCRA e sua equipe, o que representou tanto para os defensores da reforma agrária como para os ruralistas, que o PT tinha o objetivo de ter o controle político sobre os conflitos fundiários (FERNANDES, 2013).

O decorrer do governo Lula foi bem claro em relação à questão agrária, já que seguiu linha semelhante a todos os governos da Nova República. Não a tratou como política de desenvolvimento territorial, que visa o reordenamento e desconcentração fundiária, mas sim como política compensatória. Isso significa que a maior parte dos assentamentos foi fruto das pressões dos movimentos sociais e conjunturas políticas e não o resultado de um projeto de desenvolvimento territorial estruturado pelo Estado. Ainda para Fernandes (2013) esse comportamento contínuo levou a uma distribuição espacial destes assentamentos em várias regiões do país, ficando estes cercados por empresas capitalistas e latifúndios. Isolados uns dos outros, possuem menos facilidades para se organizarem, enfrentarem e resistirem ao mercado.

Com a eleição de Lula, os movimentos sociais a favor da reforma agrária esperaram uma ruptura daquele governo com o projeto político neoliberal aplicado a agricultura e resgatado por FHC. Esperaram uma ruptura com o projeto político apoiador do agronegócio, justificado e mantido pelo seu papel estratégico para o ajuste externo da economia brasileira. Isso não ocorreu e, portanto, de acordo com Delgado (2012) o governo de Lula encampou dois projetos políticos para o meio rural: um projeto

primeira desapropriação executada no município de São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul. Também se organizaram em todo o país, realizando marchas a cavalo ou carreatas, cercando acampamentos de famílias sem-terra e obstruindo estradas com o gado. Com a intensificação da reação dos ruralistas, aumentou o número de trabalhadores sem-terra mortos por pistoleiros.

democratizante e um projeto neoliberal. Quanto ao primeiro, Lula o defendeu durante toda sua trajetória política enquanto o segundo, sempre se opôs. No entanto, como já citado anteriormente, mesmo iniciando seu governo fiel ao seu histórico político de luta pela reforma agrária, a conjuntura política nacional e a necessidade de alianças partidárias para garantir a governança do país por um representante do PT, o impediu de sustentá-lo e seu governo teve que lidar com esses dois projetos simultaneamente.

Durante os dois mandatos do governo de Lula foram implementadas políticas públicas e um aparato governamental, que criaram oportunidades para o projeto democratizante avançar. Como exemplos de políticas públicas e marcos legais importantes, Delgado (2012) cita a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 24 de julho de 2006), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006) e, recentemente, a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010), publicou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Também cita o Plano Safra para a Agricultura Familiar³⁵; a consolidação e adaptação do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF)³⁶ às novas demandas oriundas da

³⁵Para Delgado (2012) o Plano Safra foi uma substancial medida de política pública para estimular a agricultura familiar e representou um esforço de ação conjunta entre atores da sociedade civil e agências governamentais articulados através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Ainda para aquele autor, outro instrumento de política desenvolvido no contexto dos Planos Safra foi o Seguro da Agricultura Familiar (composto pelo PROAGRO, PRONAF Mais e Seguro-Safra), que se aliou às políticas de crédito, garantia de preços e comercialização, como componentes de uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar durante o período 2003-2009 do governo Lula.

³⁶Consolidação e adaptação da criação de novas linhas de financiamento ou do fortalecimento das já existentes como: PRONAF Jovem, Mulher, Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia e ECO Sustentabilidade. Foram aumentados os tetos e limites de enquadramento e a redução de juros e simplificação de garantias para financiamento a diferentes grupos de agricultores familiares, classificados inicialmente em grupos A,

diversidade da agricultura familiar do país; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³⁷, a incorporação à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e de Empréstimos do Governo Federal (EGF) critérios específicos para facilitar a comercialização da agricultura familiar utilizando esses canais; o Plano Safra Mais Alimentos³⁸ com o objetivo de formular uma nova política estruturante de longo prazo para a agricultura familiar com o fortalecimento do mercado doméstico a partir do aumento da oferta de alimentos.

Como exemplos de aparato governamental, cita o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que mesmo com menor poder político quando comparado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem dado visibilidade às populações do meio rural excluídas. Essa visibilidade é dada a partir do reconhecimento de políticas públicas, direcionadas a reprodução econômica e social dessas populações. Essas políticas e aparato institucional têm, para Delgado (2012, P. 105), o seguinte significado:

Isso faz grande diferença, porque significa, de alguma forma, o reconhecimento explícito da existência de outro tipo de agricultura no país, além do agronegócio, e que essa agricultura tem abrangência nacional, é bastante diversificada, e deve ser fortalecida, dada a admissão de sua importância para a produção (especialmente para o

A/C, B, C, D e E (segundo seus níveis de renda e outros critérios), além da inclusão de outros públicos rurais, não propriamente de agricultores, como pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas e outras (DELGADO, 2012).

³⁷De acordo com Delgado (2012) o aperfeiçoamento e crescente dotação de recursos ao PAA, uma das linhas estruturantes do programa Fome Zero, foi impulsionado pelos Planos Safras, a partir do ano agrícola 2003-2004. O PAA promoveu tanto a produção de alimentos básicos como a canalização da produção para as políticas sociais e emergenciais do governo, a nível municipal, estadual e federal.

³⁸A partir do ano agrícola 2008/2009, durante o segundo mandato do governo Lula, o MDA criou o Plano Safra Mais Alimentos. De acordo com Delgado (2012) o propósito central desse plano era enfrentar a crise do mercado externo e seus efeitos ao mercado doméstico, fortalecer o mercado doméstico através da preservação do poder de compra dos consumidores pelo aumento da oferta de alimentos. Três linhas estruturavam o programa: a) uma linha especial de crédito para investimentos de longo prazo; b) assistência técnica e extensão rural; e c) instrumentos de comercialização que favorecem a agricultura familiar.

abastecimento alimentar doméstico), a geração de empregos e a defesa do meio ambiente. Significa também o reconhecimento da enorme diversidade cultural, econômica e social do rural brasileiro que abriga um amplo conjunto de populações e de povos, cuja saída da “invisibilidade”, através da conquista de direitos sociais universais e de políticas públicas diferenciadas, é uma das atribuições primordiais de um Estado democrático.

Esse reconhecimento foi continuado pelo governo Dilma, no entanto, até 2013, é o governo que apresenta os piores indicadores de desapropriação de terras nos últimos 20 anos, de acordo com o coordenador nacional do MST, Alexandre Conceição, em reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo (CARAMANTE; CARVALHO, 2013). De acordo com o levantamento daquele jornal o governo FHC desapropriou 3.535 imóveis, o governo Lula desapropriou 1.990 imóveis e até 2012 o governo Dilma havia desapropriado 86 imóveis.

Esse quadro aponta que a política para reforma agrária e assentamentos rurais conduzidos pelo governo Dilma é a da necessidade de consolidar os assentamentos já existentes à promoção de novos assentamentos. Tal postura tem levado a um confronto aberto de tal governo com os movimentos sociais defensores da reforma agrária.

Após essa síntese, finalizamos concordando com Stédile, que relata que depois de 40 anos de Estatuto da Terra, Constituição e Lei Agrária, a propriedade da terra ainda continua concentrada no Brasil e prossegue crescendo. O Brasil é um dos países que tem maior concentração da propriedade da terra no mundo, resultando também no aumento do número de famílias acampadas nas beiras das estradas, empobrecimento, expropriação e exclusão de camponeses (STÉDILE, 2012).

Embora a reforma agrária esteja esfacelada no Brasil, em anos recentes aumentaram as iniciativas do governo federal em incluir socialmente agricultores familiares em programas de estímulo ao desenvolvimento. Um desses é o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) criado em 2004, ainda no primeiro mandato do governo Lula. Apesar deste programa não ser exclusivo para inclusão de

agricultores familiares ele estabelece essa categoria como o seu núcleo de fornecimento de matéria-prima. A sua estrutura de funcionamento porta possibilidades de inclusão desses agricultores, abarcando também os agricultores familiares de assentamentos rurais. Os pressupostos do seu funcionamento, apresentados na próxima subseção, permitirão compreender seus efeitos para construção das condições de segurança alimentar a partir do desenho (arranjo institucional) que ele tomou na região em estudo e no assentamento em particular.

2.4 A Agricultura Familiar também produz combustível – Parte I: O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

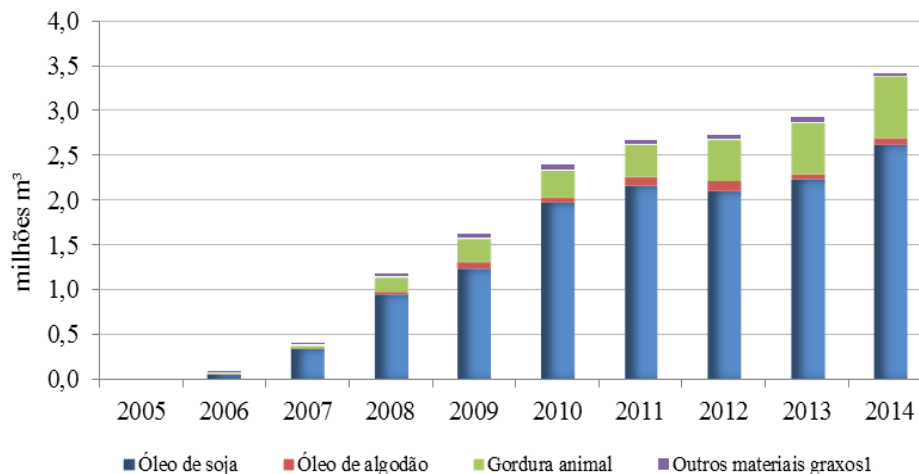
De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2015a) e Holanda (2004) o biodiesel³⁹ é um combustível produzido a partir de óleos vegetais ou de gorduras animais. Como em alguns lotes do assentamento Dom Osório, era realizado o plantio de soja como matéria-prima para entrega ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, podemos deduzir que alguns agricultores familiares também participavam da produção desse combustível. Por isso, nesta subseção da tese, discorreremos sobre a forma de funcionamento do programa.

No Brasil as espécies vegetais mais utilizadas para sua produção são: soja, dendê, girassol, babaçu, amendoim, mamona e pinhão-manso. Ainda que a soja seja uma leguminosa onde seu maior valor comercial esteja concentrado na proteína e não no óleo, ela responde por cerca de 90% da produção nacional de biodiesel. Embora tenha um rendimento baixo por hectare para a geração de óleo (500 litros/ha enquanto o dendê gera 5.000 litros/ha) como é oleaginosa com maior produção em escala no país e uma importante fonte de proteína ela sempre

³⁹De acordo com a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 - DOU 14.01.2005 Biodiesel é: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil (BRASIL, 2005).

terá contribuição significativa para a produção de biodiesel no Brasil (BRASIL, 2015a; HOLANDA, 2004).

Entre as gorduras animais que são utilizadas cita-se o sebo de boi, óleos de peixe e mocotó e banha de porco. Óleos e gorduras residuais advindos do uso doméstico, comercial ou industrial também podem ser utilizados como matérias-primas. Já para Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP (2015a) a gordura animal é a origem de cerca de 20% do biodiesel produzido no Brasil e esta informação é coerente com os dados representados na Figura 1.



1 Inclui óleo de palma, óleo de amendoim, óleo de nabo-forrageiro, óleo de girassol, óleo de mamona, óleo de sésamo, óleo de fritura usado e outros materiais graxos.

Figura 1 Matérias-primas utilizadas na produção mensal de biodiesel (B100) – 2005-2014

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (2015a)

Para que o óleo vegetal ou gordura animal se torne um combustível conciliável com os motores de combustão a óleo diesel (de petróleo) eles passam

pelo processo químico da transesterificação⁴⁰ realizado por 64 usinas produtoras de biodiesel, sendo 21 sediadas no estado de Mato grosso⁴¹ (32,8%), autorizadas pela ANP até 2013 (ANP, 2015a).

O biodiesel pode ser usado puro ou misturado ao diesel em variadas proporções. Para finalidade principal de comercialização, o biodiesel puro (B100) é misturado⁴² obrigatoriamente ao diesel de petróleo em proporções que aumentam de acordo com a legislação em vigor. Em 2015, as proporções em vigor foram estabelecidas pela legislação lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, na qual ficou estabelecido que a partir do dia 1º de julho de 2014 se adicionasse 6% de biodiesel (B6) ao óleo diesel e a partir de 1º de novembro de 2014 se adicionasse 7% (B7) (BRASIL, 2014c).

De acordo com MDA (BRASIL, 2015a) a inclusão de biodiesel na mistura com o óleo diesel de petróleo tem contribuições ambientais, econômicas e sociais. Como contribuições ambientais ele auxilia na redução das emissões de poluentes como o monóxido de carbono⁴³ (48% a menos), material particulado

⁴⁰É o processo utilizado para produção de ésteres de óleo vegetal, o qual é denominado biodiesel, cujas propriedades físicas são similares às do óleo diesel de petróleo, porém com maior lubrificidade. As etapas do processo de produção do biodiesel são: preparação da matéria-prima, reação de transesterificação, separação de fases, recuperação e desidratação do álcool (metanol ou etanol), destilação da glicerina (um subproduto) e purificação do biodiesel (HOLANDA, 2004).

⁴¹Os municípios onde elas estão presentes e as respectivas usinas são: Rondonópolis (ADM, Noble, Rondobio, SSIL, Transportadora Caiense); Nova Mutum (Bungue, Tauá); Alto Araguaia (Agréncio); Porto Alegre do Norte (Araguassú); Barra do Bugres (Barralcool); Terra Nova do Norte (Beira rio); Barra do Garças (Bio Brazilian); Várzea Grande (Bio Vida); Campo Verde (Biocamp); Nova Marilândia (Biopar); Cuiabá (Cooperbio, Bio Óleo); Feliz Natal (Cooperfeliz); Lucas do Rio Verde (Fiagril); Sorriso (Grupal); Colider (JBS) (ANP, 2015a).

⁴²As fases da mistura de biodiesel no óleo diesel foram: Fase da mistura opcional de 2% (janeiro 2006 a dezembro de 2007) e Fases da mistura obrigatória sendo: 2% (janeiro a junho de 2008) e 3% (julho a dezembro de 2008); 3% (janeiro a junho de 2009) e 4% (julho a dezembro de 2009); 5% (janeiro de 2010); 6% (julho a outubro de 2014) e 7% (a partir de novembro de 2014).

⁴³No entanto, quando a análise é feita em relação à soja como matéria-prima para a produção de biodiesel, Brieu (2009) aponta que é equivocado o investimento nessa oleaginosa, pois a soja apresenta um dos maiores custos por tonelada de CO₂ evitada.

(47% a menos) e hidrocarbonetos (67% a menos) e redução do efeito estufa, dependendo da proporção de biodiesel na mistura. As contribuições econômicas estão ligadas à diversificação da matriz energética, a redução da importação de óleo diesel, a redução na exportação de grãos *in natura* já que o esmagamento, a produção de óleo e de farelo é feita dentro do país. As contribuições sociais ligam-se a geração de trabalho e renda no campo e na cidade. No campo, o cultivo da matéria-prima cria oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar.

Essa contribuição foi primeiramente mencionada por Holanda (2004), que mencionou que em estudos concebidos pelo MDA, MAPA, MI, MCid foram evidenciados que a cada 1% de substituição de óleo diesel por biodiesel, produzido com a participação da agricultura familiar, poderiam ser gerados cerca de 45 mil empregos no campo, com uma renda média anual de aproximadamente R\$4.900,00 por emprego. Ainda para Holanda (2004), se para cada emprego no campo forem gerados três na cidade, então 180 mil empregos seriam criados, assim, se a participação da agricultura familiar fosse de 6% no mercado de biodiesel então seriam gerados mais de 1 milhão de empregos. A importância de priorizar a agricultura familiar na produção de biodiesel também é apontada pelo autor, pois segundo seus apontamentos, enquanto na agricultura empresarial, em média, emprega-se um trabalhador a cada 100 hectares cultivados na agricultura familiar a relação é de um para cada 10 hectares.

O PNPB é um programa interministerial do Governo Federal que foi criado pelo Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004 no qual se comprometeu a ensejar a produção e uso do biodiesel no Brasil, tendo como principal alicerce a expectativa de inclusão social de mais de quatro milhões de famílias de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel (BRASIL, 2004, 2015b). O programa é conduzido por uma Comissão Executiva Interministerial (CEIB), possui um Grupo Gestor a quem cabe ações operacionais e estratégicas estabelecidas pelo CEIB e é coordenado pelo

MME, alguns ministérios da CEIB e outros órgãos como o BNDES, ANP, Petrobrás e Embrapa.

O MDA tem a responsabilidade de promover a inserção dos agricultores familiares, atuando em duas frentes de ação: a) a concessão e gerenciamento do Selo Combustível Social⁴⁴ (SCS), e b) o planejamento e implementação da metodologia de organização da base produtiva. O Selo é concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel se este cumprir os critérios estabelecidos pelo Programa. O Selo concede posição de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O planejamento e a implementação da metodologia, nomeada Projeto Polos de Biodiesel, tem como objetivos articular a base produtiva (agricultura familiar) e os diversos atores envolvidos com a produção de biodiesel e assim facilitar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas, tecnologias e a capacitação. Das 64 usinas produtoras de biodiesel no país, 42 (65,6%) possuem o Selo (ANP, 2015a; BRASIL, 2015b).

Pelo entendimento do MDA as empresas (usinas) que recebem o Selo como produtoras de biodiesel estão favorecendo a produção da matéria-prima pela agricultura familiar e por isso estimulando a inclusão social, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento regional. De acordo com Brasil (2015b), algumas vantagens que a empresa produtora de biodiesel obtém com o Selo são: diferenciação e isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS; participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da ANP; acesso às melhores condições de

⁴⁴O Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios descritos na Portaria nº 60 de 06 de setembro de 2012 (BRASIL, 2004, 2012). O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados Pronaf. Será neste trabalho referido apenas como Selo.

financiamento junto aos bancos que operam o PNPB; possibilidade de uso do Selo para promover sua imagem no mercado. Operacionalmente, o Selo é um certificado que contém o registro de identificação do Selo.

Para aquisição, manutenção e uso do Selo, as empresas produtoras de biodiesel precisam comprovar que compraram matéria-prima da agricultura familiar de acordo com os percentuais mínimos, estabelecidos pela Portaria nº 60, de 06 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), e que vigoravam até junho de 2015 de: I) 15% (quinze por cento) para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; II) 30% (trinta por cento) para as aquisições provenientes das regiões Sudeste, Nordeste e Semiárido; III) 35% (trinta e cinco por cento) na safra 2012/2013, e 40% (quarenta por cento) a partir da safra 2013/2014, para as aquisições provenientes da região Sul. É importante mencionar que o atendimento a esse percentual mínimo também estimula uso de matérias-primas pouco comuns na produção de biodiesel, como a mamona e o dendê.

Outros pontos importantes dessa portaria estão colocados nas suas seções II, III e IV. Na seção II é prevista a aquisição de matéria-prima oriunda de cooperativa agropecuária desde que ela esteja habilitada conforme regulamentação do MDA; na seção III estabelece-se a necessidade da produtora de biodiesel em celebrar contratos previamente com todos os agricultores familiares (ou cooperativas), e na seção IV aponta a necessidade da empresa produtora de biodiesel assegurar assistência técnica e capacitação para a produção de matérias-primas a todos os agricultores familiares com os quais formalizarem contrato (BRASIL, 2012).

Concordando com Abramovay e Magalhães (2007) que em seu texto descrevem as forças sociais interessadas na construção dessa política e seus sistemas de governança, notamos que o programa retrata um mercado que se constitui como consequência de uma intervenção governamental. De

acordo com os autores a proposição central do programa recebeu rapidamente a união de grandes empresas processadoras de matérias-primas para a produção de biodiesel e o movimento sindical de trabalhadores rurais, dois agentes sociais cujas relações alternam-se permanentemente entre o conflito e a indiferença. Em síntese, o PNPB é um programa patrocinado pelo Estado, sob operacionalização de empresas privadas e com legitimação contratual por parte do sindicalismo. O Estado cria as condições para que parte importante da oferta de matéria-prima venha da agricultura familiar e chegue à empresa produtora de biodiesel algo que raramente ocorreria sem essa intervenção. O Estado intervém no formato organizacional e nos incentivos a partir dos quais se constitui um determinado mercado, mas não o faz a partir de um aporte de recursos públicos próprios como ocorre, por exemplo, com o PRONAF, um programa de crédito, e o Bolsa Família, um programa de transferência de renda. As empresas produtoras de biodiesel que desejam ter acesso ao mercado necessitam, portanto incluir o movimento sindical em seu sistema de governança, algo inédito no plano internacional ao se tratar de produção de biocombustível (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

No desenho operacional do PNPB para que o agricultor familiar possa participar é preciso que ele receba uma declaração do STR que formalize que ele é classificado como “agricultor familiar”⁴⁵ ou que seja beneficiário do PRONAF⁴⁶ necessitando possuir o DAP, documento obrigatório para que o agricultor familiar acesse políticas públicas. O

⁴⁵Classificação de acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, em que: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (BRASIL, 2006).

⁴⁶De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001).

contrato é feito individualmente com os agricultores familiares e assinado pelo presidente do STR do município onde se dará o cultivo da matéria-prima destinada à produção de biodiesel. As notas fiscais de compra da matéria-prima também são verificadas pelo STR e anualmente o cumprimento do contrato é verificado por auditoria. Os insumos (fertilizantes, sementes e agrotóxicos) utilizados pelo agricultor familiar são adquiridos através da empresa produtora de biodiesel que também presta orientação técnica para a cultura. O valor dos insumos é debitado do agricultor quando da entrega da matéria-prima com a própria colheita, sendo que a matéria-prima excedente pode ser vendida para a empresa produtora de biodiesel ou destinada a outra (por exemplo, uma *trader*). O biodiesel produzido é vendido obrigatoriamente para a Petrobrás, sendo transportado por ela em caminhões-tanque, até uma de suas unidades.

Os leilões são organizados pela ANP, pautados por demandas da Petrobrás e somente as empresas com o Selo podem participar. Como já mencionamos, ao atender os critérios para obtenção do Selo, as empresas produtoras têm a garantia de compra antecipada do biodiesel pela Petrobrás e isenção de uma série de impostos.

A maior concentração de empresas produtoras de biodiesel encontra-se na região Centro-Oeste conforme demonstrado na Figura 2. A capacidade instalada para produção no país é de 21.957,8 m³/dia (1m³ equivale a 1.000litros), a do Centro Oeste é de 10.611,3 m³/dia representando 50,0% da capacidade total e a de Mato Grosso é de 5.745 m³/dia representando 26,2% da capacidade total.

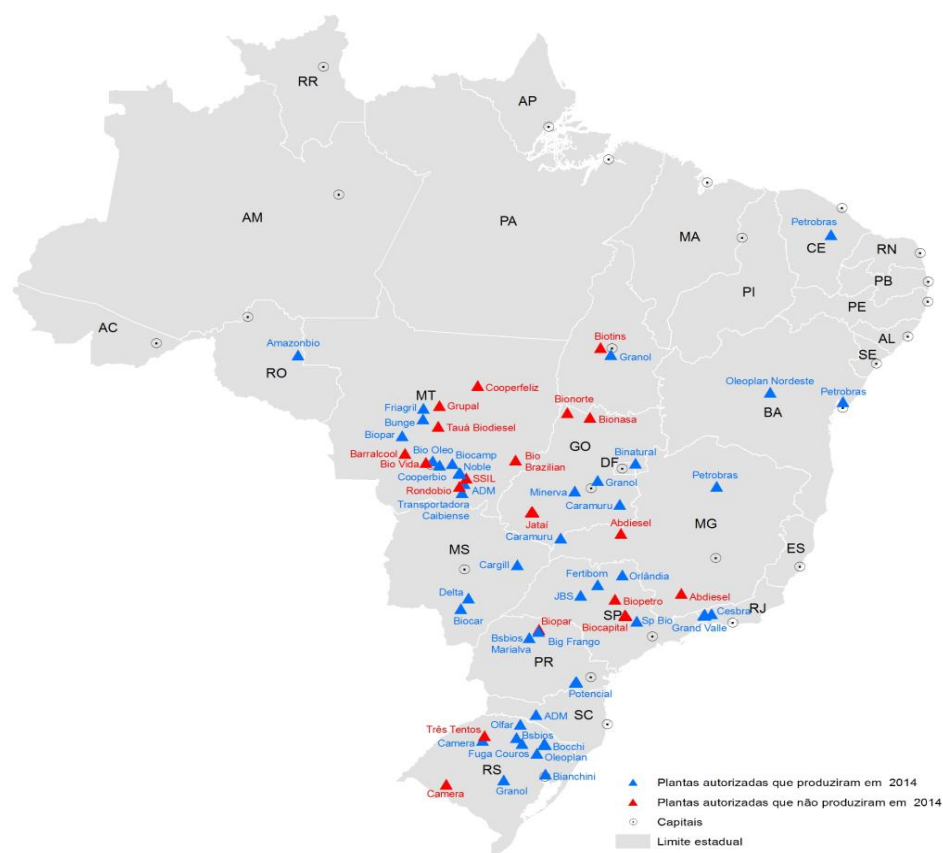


Figura 2 Infraestrutura de produção de biodiesel – 2014

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (2015b)

Essas informações são consubstanciadas também pelo ANEXO B, que reafirma que de todas as regiões, a Centro-Oeste é também a que apresentou a maior produção de biodiesel desde 2008. Na análise da produção acumulada de 2005 a 2013, Mato Grosso é o segundo estado com maior volume produzido ficando atrás apenas do estado do Rio Grande do Sul que, assim como Mato Grosso, é um dos estados de maior produção de soja⁴⁷ no país.

⁴⁷De acordo com Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2015) na safra 2013/2014, que coincidiu com os trabalhos de campo desta pesquisa, os estados de maior produção de soja no país foram: em 1º lugar Mato Grosso com 26.441,6 mil toneladas, em 2º lugar o Paraná com 14.780,7 mil toneladas e em 3º lugar o Rio Grande do Sul com 12.867,7 mil

Portanto, esses dados reforçam as análises de que a produção desse combustível no Brasil, mesmo que mediada pelo Estado, é altamente dependente da soja e, por conseguinte altamente dependente das relações impostas pelos Impérios Alimentares, especialmente no que diz respeito à aquisição de insumos (sementes, fertilizantes e agrotóxicos) e processamento da matéria-prima, já que cada vez mais Impérios Alimentares, por meio de suas *traders*, entraram no segmento para produção de biodiesel em função das enormes vantagens competitivas que possuem. Essa é uma das claras contradições que envolvem a produção de biodiesel com a participação da agricultura familiar.

O trabalho de Santos (2011) apontou algumas dessas contradições e desafios em três microrregiões do bioma cerrado (Microrregiões de Ceres, Sudoeste de Goiás, e Rondonópolis). Para o autor, o biodiesel oriundo da soja tem reduzido a diversificação da agricultura familiar, ainda que possa favorecer a permanência de camponeses assentados, caso da microrregião sudoeste de Goiás que o autor estudou. Porém nos minifúndios, onde a área era inferior a 10 ha, o autor apontou que os agricultores vinculados ao PNPB atingiam somente a produção para autoconsumo e compravam os demais alimentos que necessitavam na cidade com a renda oriunda da venda da soja, estabelecendo assim uma relação diferente com a terra.

Bellacosa (2013) também relata algumas dessas contradições, ao considerar a experiência do assentamento Monte Alegre no município de Araraquara/SP. Nesse assentamento a produção de biodiesel ocorria por meio de contratos estabelecidos entre os assentados e uma cooperativa responsável por comercializar oleaginosas, incluindo a soja, junto a uma empresa de biodiesel.

toneladas. A produção total de milho no Mato Grosso também foi a maior de todos os estados da federação na safra 2013/2014, sendo de 18.049,4 mil toneladas. A maior parte desta produção foi de milho safrinha (milho segunda safra), sendo de 17.627,2 mil toneladas e o restante, 442,2 mil toneladas, ficaram com o milho primeira safra. Naquele Estado a menor produção do milho de primeira safra se justifica por que a maior parte das áreas está ocupada com a cultura da soja.

De acordo com a autora o contrato estabelecia o uso exclusivo da força de trabalho familiar no processo, o que reforça a não contratação ou auxílio de pessoas que não constituíssem essa força de trabalho. Na prática, a autora identificou pouca utilização da força de trabalho familiar, porque o plantio e colheita das culturas eram mecanizados e realizados pela cooperativa. A autora confirma a tendência da indústria em ordenar o processo produtivo e as relações de trabalho transpassadas por ele quando são elaboradas ligações entre os camponeses e a indústria. No assentamento investigado, os camponeses participaram apenas como coadjuvantes do processo, sendo meros fornecedores de matéria-prima para as empresas de biodiesel, reproduzindo, portanto formas tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura.

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis-CMA/ONG Repórter Brasil (CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS, ONG REPÓRTER BRASIL, 2010) em seu relatório de 2010 também apontou problemas no relacionamento entre empresas de biodiesel e alguns assentamentos do estado de Mato Grosso, incluindo o assentamento Dom Osório. Para o CMA as empresas de biodiesel do estado que buscam o Selo apostam na “parceria” com os assentamentos da reforma agrária para a obtenção da soja como matéria-prima principal, mesmo que isso seja contrário ao posicionamento do INCRA. Para este órgão o cultivo da soja não é adequado para o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos. Este posicionamento é oposto ao do MDA, que alega que a cultura pode estimular a diversificação já que na região Centro-Oeste é comum a rotação entre as culturas de soja e milho. Já para o movimento sindical, como são insuficientes os investimentos realizados pelos governos federal e estadual nos assentamentos, os agricultores ficam com poucas alternativas econômicas e os contratos de venda de soja para atender ao PNPB transformam as empresas de biodiesel nos únicos investidores e o cultivo de soja como importante gerador de renda nos assentamentos, às vezes de forma irregular.

Ademais dessas contradições, desde as visitas iniciais em 2010, verificamos como o plantio da soja no assentamento (e também em outros assentamentos da região) estava ligado ao acesso dos agricultores ao PNPB. Por isso também fez parte da caracterização de aspectos da agricultura regional discutir alguns dos caminhos desenhados para que este programa se materializasse no assentamento Dom Osório, o que foi abordado na subseção 4.3.

2.5 A “nova” condição camponesa de Jan Douwe van der Ploeg: Impérios Alimentares e Segurança Alimentar

Nesta subseção não buscamos demonstrar as diferenças entre os conceitos de camponês e agricultor familiar, mas utilizamos os pressupostos teóricos de Ploeg (2008) que caracterizam o modo camponês de fazer agricultura como instrumentos de análise para avaliar a construção das condições de segurança alimentar e reprodução social pelas famílias assentadas. Apesar de não adentrarmos nessa discussão nosso posicionamento é que a aplicação do termo agricultura familiar está mais relacionado ao discurso de políticas públicas que tem a intenção de transformar o camponês em agricultor empresarial (ou até mesmo em capitalista!) a partir da sua modernização. Em certa medida é uma forma de substituir o conceito de camponês, associado a lutas políticas e a um modo particular de fazer agricultura, por outro conceito considerado “moderno” e desvinculado do “atraso”, pressuposto de algumas correntes teóricas que defendem a modernização da agricultura mais empobrecida de nosso país como única alternativa à superação da pobreza no campo. Em vista do discurso oficial das políticas públicas, ainda que tendencioso, utilizamos o termo agricultura familiar ao longo da tese para manter coerência com o posicionamento do governo, já que algumas dessas políticas e programas como o PNRA, PNPB, PNAE, PAA e PRONAF perpassam a tese.

A utilização de Ploeg⁴⁸ (2008) como escolha teórica teve fundamentação na sua interpretação sobre o conceito de campesinato contextualizado às transformações que ocorreram na agricultura a partir do sec. XX e seus desdobramentos no sec. XXI, especialmente com a emergência dos Impérios Alimentares. Leituras de outros trabalhos⁴⁹ do autor também foram realizadas para o embasamento teórico desta subseção, porém nos referenciamos ao livro “Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização” (PLOEG, 2008) que abarca boa parte das ideias presentes nos demais trabalhos.

De acordo com Menezes (1998) os temas da sustentabilidade na agricultura e da segurança alimentar estão cada vez mais presentes na agenda mundial contemporânea, que debate a questão do desenvolvimento. Em boa medida tal tema surge como resposta aos problemas que os modelos de desenvolvimento predominantes não têm conseguido resolver.

O projeto político neoliberal disseminou um modelo de desenvolvimento agrícola convencional, apresentado pela Revolução Verde, pautado no uso abusivo de recursos naturais, na prática da monocultura, uso de agrotóxicos sintéticos, mecanização pesada. Para Caporal (2009), embora este modelo tenha obtido aumentos significativos da produção e produtividade agrícola em determinadas regiões do planeta, ele também provocou graves agressões ao ambiente e exclusão de pessoas do mundo rural, mostrando-se cada vez mais insustentável no longo prazo. Além disso, é um modelo baseado na produção de grãos para exportação, ou seja, modelo que está mais voltado para o mercado do que para as reais necessidades alimentares da população. Ainda na opinião do autor, a reversão dessa conjuntura só se dará caso o projeto democratizante

⁴⁸Para Guzmán e Molina (2005) Jan Douwe van der Ploeg se tornou uma das principais figuras do pensamento social agrário da neochayanoviana escola de *Farming Styles* de Wageningen. Para os autores, o conceito de *Farming Styles* (ou estilos de agriculturas) propõe definir a agricultura familiar pautado pelo tipo de tecnologia utilizada e pelo grau de integração com o mercado que esta possui, em seu manejo dos recursos naturais. Ploeg também integrou a equipe de Norman Long em Wageningen.

⁴⁹Os demais trabalhos consultados foram: Ploeg (1990, 1992, 2003, 2006, 2009).

estabeleça como meta principal para a agricultura o atendimento aos requisitos alimentares e nutricionais da população, já que de acordo com o diagnóstico do Projeto Fome Zero (2002), existiam 44 milhões de brasileiros que não tinham atendido sequer sua dieta em termos quantitativos. A Segurança Alimentar e Nutricional segue um caminho diferente do colocado pelo projeto neoliberal. Ela segue o caminho de agriculturas alternativas ao modelo convencional, ou seja, o caminho de uma agricultura sustentável orientada por estilos de agricultura baseados nos princípios da Agroecologia. Não uma agricultura sustentável baseada apenas em um conjunto de regras para mudanças de práticas produtivas, como as apresentadas pela agricultura orgânica, expressas nas posições da FAO e da Agenda 21 (MENEZES, 1998), mas baseada no enfoque de sustentabilidade proposto por ONGs e movimentos sociais que incluem as questões: econômicas, ambientais, sociais, políticas, culturais e éticas. Essas dimensões também estão alinhadas ao nosso pensamento sobre desenvolvimento.

Como já dissemos, a concentração fundiária é um dos fatores determinantes para a condição de empobrecimento dos camponeses. A luta pela resolução desse problema, ou seja, pela realização da reforma agrária, tem na questão da segurança alimentar e nutricional uma de suas principais justificativas. Porém, com o fenômeno da globalização, o projeto democratizante do campo deve incorporar em suas considerações o contexto de mercados globalizados e suas consequências sobre a agricultura camponesa. Para Menezes (1998) a globalização significa uma transição de um período em que o Estado tinha relativo controle do comércio e do capital para um período que o comércio e o capital estão globalmente livres. Isso significa um novo regime de acumulação global, com a reorganização potencial dos padrões de produção mundial e desgaste simultâneo das economias nacionais e de suas soberanias políticas. Significa o surgimento de organizações transnacionais com grande poder econômico e político no segmento agropecuário e suas repercussões nos

complexos agroalimentares. Neste segmento significa o surgimento de Impérios Alimentares como desmembrado por Ploeg (2008).

Segundo Ploeg (2008), os Impérios Alimentares são constituídos por grandes corporações que atuam no complexo agroalimentar, englobando a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, e que buscam o controle da agricultura via mercado. Há uma aproximação desse conceito ao proposto por Davis e Goldberg (1957) para agronegócio. Para esses autores, o agronegócio como um segmento econômico é definido como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. De certa forma os Impérios Alimentares buscam o controle do agronegócio por meio de diversas estratégias competitivas que reduzem a concorrência (trustes, fusões, aquisições, *holdings*, *dumpings*, cartéis) e que conduzem ao surgimento de megacorporações no segmento agroalimentar.

Os Impérios Alimentares permeiam o Estado (via políticas, normas, procedimentos e regulamentos que tratem especificamente da produção, processamento e distribuição de alimentos), os centros de produção de saber, institutos de pesquisa, e outras jurisdições, configurando-se, assim, em um modo de ordenamento. O cenário globalizado no qual a agricultura camponesa contemporânea se encontra caracteriza-se como um cenário coercitivo e, segundo Ploeg (2008), em boa parte devido à ação dos Impérios Alimentares.

Para evitar manter uma ligação com um conceito de campesinato estruturado em perspectivas conceituais relacionadas a um passado superado pelas transformações que atingiram a agricultura e as condições de vida no espaço rural, principalmente a partir do sec. XXI, Ploeg (2008, p. 38) justifica sua teorização do campesinato:

Para que possamos voltar a teorizar o campesinato, pretendo desenvolver uma *nova definição da “condição camponesa”*, que o situe estritamente no contexto dos dias atuais e, ao mesmo tempo, reconhece sua condição de agente, não como um atributo adicional, mas como uma característica central (PLOEG, 2008, p. 39, grifo nosso).

Ao longo da tese, portanto quando utilizamos o termo “nova” para qualificar a condição camponesa, estamos nos referindo a interpretação que o autor (PLOEG, 2008) apresenta em seu trabalho sobre os elementos que constituem, se relacionam e influenciam o campesinato contemporâneo, em que:

As características fundamentais da condição camponesa são a luta por autonomia, que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalizações e privações que tem como objetivo a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite formas de produção entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado e permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma reduzem a dependência (PLOEG, 2008, p. 40).

Os diferentes elementos que constituem a interpretação de condição camponesa (Figura 3) para Ploeg (2008) são: a coprodução; a base de recursos; as relações com os mercados; a sobrevivência; a redução da dependência; a luta por autonomia; a pluriatividade; e a cooperação. Como eles são interdependentes o autor também se refere à interação desses como a “coreografia da condição camponesa” (PLOEG, 2009, p. 18).

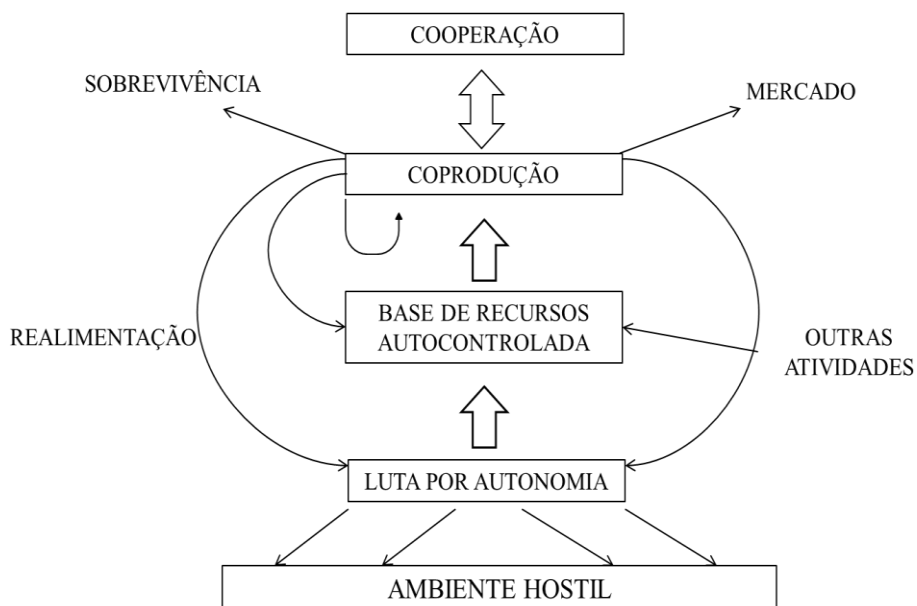


Figura 3 Esquema da condição camponesa (PLOEG, 2008, p. 40)

Coprodução trata da interação e transformação mútuas constantes entre o homem e a natureza viva em que, tanto os recursos naturais como sociais são configurados e reconfigurados. Os recursos sociais são influenciados pela interação com a natureza viva devido à natureza artesanal do processo de produção e pela centralidade do trabalho nesse processo. O autor defende que a avaliação ou retrospectiva do processo de produção permitem a coordenação de subtarefas e a combinação de recursos que contribuem para melhorias na produtividade em longo prazo. Com esse conceito Ploeg (2008) demonstra seu posicionamento afirmando que a produção agrícola na “nova” condição camponesa é um processo potencialmente “dinâmico e maleável” e é nessa ótica que deve ser utilizada para a compreensão do conjunto de atividades associadas ao processo de reprodução da condição camponesa.

Ao tratar sobre a base de recursos Ploeg (2008) dá ênfase à liberdade que o fortalecimento dessa base pode dar em relação às trocas com o mercado, ou seja, quanto maior as trocas com a natureza maior o grau de liberdade do

agricultor camponês. Ele afirma que a base de recursos, mesmo sendo dinâmica ao longo do tempo, é indispensável para a coprodução, podendo esta ser dificultada ou até impossível quando a base de recursos é altamente dependente de agentes externos. Mas também afirma que um dos principais resultados da coprodução é uma base de recursos em evolução, influenciando positivamente na sobrevivência, padrão de vida e nas perspectivas das famílias camponesas. O autor observa que o fortalecimento da base de recursos não está ligado apenas aos próprios recursos, mas também está relacionado às relações que governam a sua mobilização, uso e valorização. Para o autor é na gestão integrada da coprodução e da base de recursos que se concretiza a emancipação do campesinato. Através do processo de trabalho, a relação entre homem e natureza não se mostra uma simples repetição de tarefas. Ela exige constantemente a criação de novas formas de fazer as coisas, a gestão de recursos específicos e também se apresenta como uma arena de luta social para o campesinato. Em suma, o processo do trabalho para a coprodução, alicerçada na base de recursos, explica a insistência dos camponeses na sua luta por autonomia.

As relações com os mercados referem-se às relações que conectam o campesinato ao ambiente externo ao da unidade produtiva e que é construído pelos camponeses visando a aumentar ao máximo a sua independência. Essa construção é realizada, mantida ou alterada de acordo com a cultura local e centrada na questão da desconfiança. A desconfiança é, para o autor, um reflexo tanto de ambientes hostis como uma resposta a eles, pois, mesmo diante de possibilidades impressionantes elas são vistas com extrema desconfiança. Essa desconfiança questiona (Quais os custos e benefícios? Quem se beneficia?) os objetos e imagens que são exteriores a cultura local chegando a ser institucionalizada. No contexto atual de modernidade, ainda que esta postura de desconfiança pareça anacrônica, ela é uma representação contrária aos interesses dos Impérios e a invasão da vida cotidiana, de acordo com Ploeg (2008). Essa

desconfiança é potencialmente valorizadora dos recursos sociais e materiais construídos no nível local e isso dá um valor diferente (valor de uso) aos objetos e relações criadas no processo de trabalho e através dele. Ou seja, o relacionamento entre o campesinato e os mercados não é dado apenas pelo valor nominal (de troca, econômico) das coisas. O passado, o presente e o futuro são conectados por relações construídas cuidadosamente e são elas que determinam o posicionamento das coisas (por exemplo, a satisfação e o orgulho de criar animais bonitos e produtivos; ter um solo trabalhado para ser mais fértil). Sendo assim, a agricultura para Ploeg (2008) é um processo socialmente construído e nessa construção as relações econômicas são estruturadas de maneira específica, em que desconfiança e confiança equilibram-se. Por fim, esboça os processos nos quais a prática agrícola se dá: a mobilização de recursos; a conversão de recursos em produtos finais; a comercialização; e a reutilização dos produtos finais. Para o autor o primeiro, o segundo e o terceiro processos cada vez mais necessitam das relações com o mercado, porém estas podem ser efetuadas de maneiras diferentes.

A sobrevivência se refere à reprodução e ao melhoramento esperado da própria existência. As relações com o Estado, com grupos sociais e dentro do próprio campesinato influenciam na natureza e no nível de sobrevivência. O autor destaca a relativização temporal e espacial do nível de sobrevivência ao observar que em algumas situações ela está relacionada à autoabastecimento alimentar das famílias camponesas, em outras se refere ao nível de renda obtido e, em outras se refere à capacidade de atender às exigências de bancos, de grupos agroindustriais e pelo Estado. Enfim, para Ploeg (2008) a adaptação constante a contextos específicos significa também que as especificidades da sobrevivência são adaptáveis a esses contextos e isso não altera as características de uma família situar-se na condição camponesa.

Na perspectiva de Ploeg (2008) a redução da dependência trata da tendência, na atual economia globalizada, de trocas desiguais e decadentes devido à redução de preços pagos aos agricultores, impostos, acesso restrito a bens e serviços essenciais, ao aumento do custo de vida e à imposição de esquemas reguladores que fazem aumentar os custos, reduzir a eficiência produtiva e impedir o fortalecimento de outros canais de comercialização. Para Ploeg (2008) o funcionamento da economia capitalista globalizante leva repetidamente a relações de dependência. A redução dessa dependência pode advir da sobrevivência, do fortalecimento da base de recursos, da melhora do modo de vida no meio rural e das inter-relações entre a unidade de produção e consumo e o seu contexto.

A luta por autonomia e a construção dessa autonomia vem das inter-relações entre a unidade agrícola e o seu contexto. A autonomia significa ter liberdade para agir de forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos. Para Ploeg (2008) existem diferentes graus de autonomia, indo de situações em que há níveis elevados de integração com sistemas e grande dependência até níveis elevados de relativa autonomia. De forma mais frequente a luta por autonomia se dá na prática agrícola, onde muitas decisões precisam ser tomadas sobre, por exemplo, a criação de animais, a seleção de sementes, a irrigação, os insumos a serem utilizados e a agregação de valor.

Para Ploeg (2008) a pluriatividade é uma forma de suplemento de renda que serve em muitas situações para gerar fundos para investir na compra de recursos materiais como também pode contribuir para evitar a dependência de circuitos bancários e de agiotas. Não representa a substituição de um padrão de dependência por outro, pois os recursos materiais comprados são valorizados em termos de uso e não em termos de troca. A história social particular desses fundos confere ao camponês a *liberdade para* fazer com eles o que melhor entender, diferentemente de quando estes são obtidos pelo crédito bancário.

Nessa situação, os fundos deverão ser devolvidos ao banco com juros a partir da venda de produção agrícola, situação mais arriscada que a anterior. Para o autor a pluriatividade não deve ser considerada como uma expressão da pobreza, pois está ligada ao bem-estar da família o que engloba boas condições de segurança alimentar.

A cooperação é uma forma de lidar com um ambiente hostil, podendo ser necessária para o enfrentamento de condições ecológicas adversas ou de circunstância político-econômicas desfavoráveis. No olhar do autor, há um equilíbrio entre o individual e o coletivo já que as ações de cooperação também representam a defesa de interesses e aspirações individuais. A luta por autonomia se estende além da unidade agrícola através da cooperação e pode ser aumentada através da elevação dos níveis de agregação.

Ainda para Ploeg (2008) a permanência da condição camponesa na atualidade se fundamenta na relação dos agricultores com o mercado e os Impérios Alimentares e é reforçada pela ocorrência de três grandes processos simultâneos na agricultura contemporânea (considerada para Ploeg a partir de meados do sec. XX): a) o processo de industrialização, b) de recampesinização e c) de desativação.

O processo de industrialização é caracterizado pela reestruturação que tem passado a indústria agroalimentar nos últimos cinquenta anos abordada em três fases, de acordo com a sistematização de Reardon et al. (2009). A primeira está situada entre 1970 a 1980, na qual houve a reestruturação do setor atacadista para atender ao mercado de massa em crescimento com o processo de urbanização nos países em desenvolvimento; a segunda está entre 1980 e 2000, período no qual houve a reestruturação do setor de processamento, caracterizado pela expansão de grandes companhias multinacionais e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiram a desconstrução dos alimentos em seus constituintes fundamentais e sua recombinação em novos produtos industrializados; e a terceira a partir de 1990 marcada pela reestruturação do setor de distribuição caracterizada pela expansão das grandes redes de

supermercados pelos países em desenvolvimento e a concentração cada vez maior do varejo em seu poder.

A recampesinização representa as várias formas de fazer agricultura e se relacionar com o processo de industrialização além de perceber e analisar as permanências de elementos socioculturais que afastam os agricultores do modelo de empresário rural maximizador de lucro. Essas análises também consideram as características sociais e político-culturais das ações econômicas estudadas pela sociologia econômica herdeira dos escritos de Karl Polany. Nas palavras de Ploeg (2008):

Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência dentro de um contexto de privação e dependência. A condição camponesa não é, definitivamente uma condição estática (PLOEG, 2008, p. 23).

A recampesinização acarreta um movimento quantitativo e qualitativo. O movimento quantitativo refere-se ao aumento do número de camponeses por meio de um influxo exterior (por exemplo, o provocado pelos assentamentos rurais) e/ou por uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. O movimento qualitativo refere-se ao aumento da autonomia principalmente porque, de acordo com Ploeg (2008) a lógica que controla a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados.

O processo de desativação ocorre quando a atividade agrícola em determinada região deixa de ser viável ou interessante aos Impérios Alimentares. De acordo com aquele autor, a desativação ocorre quando os recursos do império alimentar que estão sendo aplicados na agricultura são convertidos em capital financeiro e orientados e investidos em outros setores e atividades econômicas. A desativação ocorre frequentemente em cidades grandes em expansão, uma vez que a renda obtida com o investimento em terras torna-se mais atrativa do que a renda gerada com a obtenção do produto agrícola em si.

Também pode ser imposta através do Estado que pretendem moderar ou reduzir a produção agrícola em determinada região (por exemplo, o caso da reserva indígena Raposa do Sol, e áreas de interesse para preservação do bioma que são constantemente ameaçadas pela grilagem de terras). Para o autor, a globalização e liberalização dos mercados, leva a tendência de que o processo de desativação seja mais impulsionado pelos agricultores empresariais. Especialmente para estes, ao se depararem com níveis de preços reduzidos a ponto de tornar a rentabilidade ilusória, é “lógico” retirar o capital investido na atividade agrícola e redirecioná-lo para outro setor.

É importante perceber que para Ploeg (2008) mesmo com as radicais transformações que ocorreram na agricultura e no rural com um forte processo de modernização conservadora, a permanência no modo de fazer agricultura é que caracteriza a condição camponesa. Por isso, é a partir dos conceitos de condição camponesa e modo de fazer agricultura que o autor formula seus pressupostos para enriquecer teoricamente os estudos camponeses e ao mesmo tempo aumentar sua aplicação na prática. O autor salienta que na condição camponesa enraíza-se o modo camponês de fazer agricultura. Para a sua compreensão ele utiliza o modo de fazer agricultura (estilo de fazer agricultura) como elemento diferenciador de três tipos de agricultura: a agricultura camponesa, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista.

Na agricultura camponesa a produção é intensiva com o uso essencialmente da força de trabalho familiar (ou obtida dentro da comunidade rural por meio de relações de reciprocidade), há diversificação de produção, as terras e outros meios de produção essenciais, apesar de poucos pertencerem à família. A produção é orientada para o mercado, bem como para a reprodução da unidade agrícola e da família e há menor dependência de recursos externos. Além disso, busca usar de maneira sustentável o capital ecológico que possui para defender e alcançar melhorias de suas condições de vida. Uma das

principais características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade. Na agricultura empresarial admite-se força de trabalho familiar, mas também se segue o modelo de aplicação do capital financeiro na agricultura, sendo altamente dependente de insumo externo e também dependente dos canais de comercialização integrados aos complexos agroalimentares. Seus objetivos de curto e longo prazo são orientados para a procura e maximização de lucros. Uma das suas características principais e necessárias é a busca pela expansão pautada pelo aumento de escala o que leva a uma produção altamente especializada e integralmente orientada para o mercado. Para isso buscam a adoção precoce de novas tecnologias para investir nessa expansão constante. Os empresários agrícolas acreditam que estão envolvidos em uma “batalha pelo futuro”, em que somente as empresas maiores e mais bem equipadas tecnologicamente sobreviverão. Contudo, essa agricultura se torna altamente dependente dos mercados, principalmente o de insumos. Ainda para o autor (PLOEG, 2008) muitos agricultores anseiam em seguir nessa direção o que a coloca em uma situação contraditória. Ao mesmo tempo em que ela tem como pressupostos a especialização, o crescimento contínuo, a busca pela escala de produção visando à integração aos complexos agroalimentares ela também fica oprimida por preços e margens cada vez menores, fenômeno conhecido como *squeeze* na agricultura. Essa situação é paradoxal porque à medida que os preços pagos pelos compradores dos complexos agroalimentares ficam desfavoráveis à agricultura empresarial, ela é “empurrada” para o sentido da agricultura camponesa, ou seja, para a agricultura empresarial o *squeeze* provoca a recampesinização. Ploeg (2008) também observa que é comum o surgimento de formas de agricultura empresarial após programas governamentais de “modernização” da agricultura. Já na agricultura capitalista ou corporativa de grande escala, ela segue a lógica da aplicação do capital financeiro na agricultura e por isso não admite força de trabalho familiar, sendo

a força de trabalho assalariada a regra. Ela encaixa-se no modelo agroexportador altamente dependente de insumos, pautado pelo uso de fertilizantes sintéticos, sementes melhorada/transgênicas, motomecanização, uso de agrotóxicos, uso de vastas extensões de terra para sua operação, sendo elas próprias ou arrendadas. O setor da agricultura capitalista abrange uma rede altamente extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade na qual a produção é direcionada a maximização do lucro e visualizada como uma função desta (PLOEG, 2008).

Neste cenário a agricultura camponesa busca formas de resistência, ou seja, o camponês enquanto ator social é um agente que reage a esse contexto utilizando estratégias de caráter socioprodutivo onde a base de recursos é o seu ponto de partida principal. Uma das expressões dessa resistência é a busca por canais de comercialização alternativos aos escolhidos pela agricultura capitalista e pela empresarial. Estas se conectam ao consumo mundial por canais de comercialização construídos e controlados pelos complexos agroalimentares e pelos Impérios Alimentares. Já a agricultura camponesa utiliza, preferencialmente, mas não unicamente, canais de comercialização curtos e descentralizados atendendo ao consumo local.

As dificuldades da agricultura familiar em se inserir nos mercados não é objeto de estudo novo como explanado por Ribeiro et al. (2003). Já nos anos 1950 essa dificuldade foi tema de pesquisas específicas. Nos anos 1960, passou a ser objeto de preocupação de sociólogos e extensionistas. Nos anos 1970, foi pauta da literatura técnica da modernização da agricultura e, nos anos 80, foi incorporado aos debates de movimentos sindicais e sociais rurais. Finalmente nos anos 1990 e 2000, passou a estar presente na pauta da formação de políticas públicas.

Ao se tratar de canais de comercialização é preciso compreender a polivalência das formas de produção e comercialização as quais a agricultura familiar está submetida. Conforme Wilkinson (2003), entre os limites da produção para autoconsumo e produção para a entrada em sistemas

especializados, está presente a combinação de vários arranjos, desde atividades tipicamente de autoconsumo, trocas entre vizinhos, venda em feiras locais e atividades que se incorporam em circuitos formais de comercialização, até relacionadas com a agroindústria, por meio de contratos de integração.

O autor aponta que os principais canais de comercialização dos alimentos da agricultura familiar podem ser classificados em quatro: integração vertical com o agronegócio processador, vendas para o setor de distribuição, mercados institucionais e venda direta ao consumidor.

Integração vertical: incluem-se as vendas de alimentos como matéria-prima para processamento pelo comprador (leite, fumo, tomate, suínos e aves, etc.).

Vendas para distribuição: são os atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e alimentos naturais, supermercados e hipermercados, exportação.

Mercados institucionais: um exemplo são os mercados criados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA - Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003). O PNAE⁵⁰ adquiriu um formato diferente a partir da lei 11.947/2009 na qual foi estabelecido que no mínimo 30% do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar da região onde as escolas se localizam (BRASIL, 2009). O PAA é um instrumento de política pública, operado por um Comitê Gestor formado pelo MDA, MDS e CONAB, que realiza a compra de alimentos da Agricultura Familiar. A aquisição é feita por diferentes modalidades, sendo as principais: 1) compra para o atendimento de

⁵⁰A discussão sobre a alimentação escolar data de 1930, porém pode-se considerar que como um programa público, o PNAE teve suas origens no Programa Nacional de Merenda Escolar datado de 1945. No entanto só adquiriu definitivamente o nome de Programa Nacional de Alimentação Escolar em 1979. Somente 30 anos depois se inicia a vinculação de parte da aquisição os alimentos à agricultura familiar no programa, de acordo com os estudos de Santos (2012).

populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, distribuição nas escolas, creches, hospitais públicos, restaurantes populares, entre outros; 2) formação de estoques estratégicos (WILKINSON, 2003). De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (BRASIL, 2014b) a aquisição de alimentos de agricultores familiares é feita com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais.

Vendas diretas: incluem-se todas as operações de entrega direta do alimento pelo agricultor ao consumidor final, tais como: entregas em domicílio, feiras especializadas em eventos comerciais promocionais, lojas de produtores, vendas na propriedade e feiras livres.

Apesar de constituir uma forma de varejo muito antiga, as feiras livres foram tornando-se cada vez mais importantes para o desenvolvimento das cidades, sendo ainda consideradas como um ponto, além de comercialização, cultural e social em que os comerciantes são capazes de se encontrar, trocar ideias e experiências, enriquecendo a descrição de Dolzani e Jesus (2004), que disseminam a feira como um panorama socioeconômico e cultural de algumas cidades. Ainda, segundo a concepção de Ribeiro et al. (2006), muitas pessoas vão à feira por lazer, ver amigos, comer pastel e “conversar fiado”.

Em síntese, concordando com Bronzatto (2013), os elementos teóricos descritos por Ploeg (2008) são combinados a fim de compreender a condição camponesa na contemporaneidade e sua luta por autonomia e progresso mesmo em um ambiente marcado por hostilidade. Essa luta, por sua vez, se materializa por meio da criação, do desenvolvimento e da defesa de uma base de recursos (sociais e naturais) e do estabelecimento de processos de coprodução, cujos produtos obtidos são comercializados e utilizados para a reprodução da unidade agrícola camponesa e do seu modo de vida. Como expressão mais direta da recampesinização com intervenção do Estado, os assentamentos rurais são espaços sociais no qual a “nova” condição camponesa também se expressa.

2.6 As potencialidades dos assentamentos rurais e a visão do Estado

Um dos resultados das ações de reforma agrária é a criação dos assentamentos rurais. De acordo com Bergamasco e Norder (1996), Martins (2003) e Medeiros, Souza e Alentejano (2002) os assentamentos rurais são unidades de produção que no nível local ou regional, reordenam o sistema de propriedade e uso da terra, estabelecem outros padrões sociais e de produção agrícola além de criarem uma nova dinâmica econômica e social local.

De acordo com Medeiros (2002), a criação dos assentamentos também é resultado das lutas e conflitos suscitados pelos trabalhadores rurais por meio das suas organizações e movimentos sociais, e também das políticas governamentais que buscam organizar as demandas de acesso a terra.

Para Leite et al. (2004) os assentamentos rurais abarcam uma diversidade de situações em que as origens e características das unidades agrícolas irão variar de acordo com o contexto histórico no qual elas se inserem. A observação dos autores também é válida para trabalhadores rurais que posteriormente se tornam os beneficiários dos projetos. O seu modo de vida é resultado de um conjunto de habilidades construídas ao longo de sua trajetória de vida.

De acordo com Dias (2004) a expectativa governamental de que o agricultor assentado deixe essa condição o mais rápido possível e passe a se integrar aos mercados, se tornando agricultor familiar, vem norteando as políticas públicas para a consolidação e emancipação⁵¹ dos assentamentos. Esse posicionamento, no qual o agricultor é submetido como beneficiário de uma política pública, tem se focado em uma integração estritamente econômica

⁵¹De acordo com Dias (2004) a emancipação do Projeto de Assentamento ocorre quando este não tem mais vínculos com os programas, projetos ou ações de intervenção fundiária do Estado. A consolidação é uma etapa anterior à emancipação, quando, de acordo com o INCRA, o assentamento já tiver concluído os serviços topográficos, de habitação, infraestrutura básica e ao menos 50% dos beneficiários já tiverem recebido os títulos de domínio.

deixando a desejar quando se trata de integração social. Nessa dimensão econômica enraíza-se a dimensão produtivista, fortemente alimentada na década de 70, tendo como principal foco a “modernização” da agricultura, visando à adoção do pacote tecnológico (motomecanização, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, sementes melhoradas etc.) impulsionado por fartos créditos para o aumento da produtividade e produção agrícola, como já discutido anteriormente. Ao adotar esse “modelo” de agricultura, considerado como “moderno”, o agricultor também teria se “modernizado” e, portanto se transformado em um “agricultor moderno”⁵², capaz de se inserir social e economicamente nos mercados do agronegócio. Portanto, para Dias (2004) nesta perspectiva, o produtor moderno é aquele que aceita e incorpora as orientações técnicas que orientam o processo produtivo à otimização dos fatores que conduzem à obtenção de lucro. Ainda o mesmo autor afirma que essa imagem também é projetada aos camponeses assentados, ou seja, a imagem de que é necessário que eles se modernizem, ampliem seus conhecimentos e habilidades para além do que os seus conhecimentos tradicionais possibilitam.

O autor Dias (2004) ainda aponta que o enfoque produtivista acaba levando a necessidade de uma assistência técnica especializada e muito pontual já que tende a atender às demandas mais urgentes dos agricultores. Hoje, a ênfase da intervenção extensionista ainda se dá, na maior parte das situações, pelo fomento da produção agrícola a partir da elaboração e acompanhamento de projetos técnicos que são financiados pelo sistema de crédito rural,

⁵²De acordo com Neves (1987, p. 353 apud DIAS, 2004, p. 507) durante o processo de modernização, prevalecia entre os técnicos uma tipologia que dividia os produtores rurais em tradicionais e modernos. Os tradicionais conduziam suas atividades sem realizarem cálculos racionais que lhes permitissem a avaliação de erros, o que lhes dificultava a compreensão das recomendações técnicas. Para aumentar o lucro, diminuía os custos e investimentos, o que resultava na queda da produção e da produtividade. Os modernos, ao contrário, trabalhavam em um nível de racionalidade mais próximo ao dos técnicos, arriscavam novos investimentos, compreendendo “que o aumento de custos é compensado pela elevação da produção e da produtividade (...) possibilitando elevação da renda e a estabilidade de sua unidade de produção”.

especialmente o PRONAF. A emancipação dos assentamentos, portanto, tem ficado muito dependente de técnicos e projetos, que além de serem pouco participativos têm a exigência de serem viáveis e não contam com a devida assistência técnica que deveria ser contínua (BRUNO; DIAS, 2004; GUANZIROLI et al., 2003).

O enfoque produtivista tem desconsiderado os modos de vida dos agricultores, ou seja, suas trajetórias, experiências e conhecimentos, concentrando-se na aplicação da inovação tecnológica para a busca de resultados econômicos que compensem os recursos financeiros aplicados. O Estado alimenta esse paradoxo, pois, se por um lado ele oferta crédito por outro ele não oferece a assistência técnica adequada. Com políticas de desenvolvimento focadas majoritariamente às demandas econômicas, o Estado tem dado pouca importância ao potencial de emancipação e desenvolvimento local latente nos assentamentos.

Para ilustrar parte desse potencial, a primeira observação é inerente à própria unidade agrícola, ou seja, parte de uma análise interna. Como citado por Duval e Ferrante (2008) a implementação dos assentamentos cria mosaicos na paisagem rural em substituição às monoculturas que antes existiam na área recém-distribuída, dando oportunidade ao surgimento da diversificação. A prática da policultura além de atender ao consumo familiar com maior diversidade, estimula o emprego da força de trabalho no lote, estimula a maior estabilidade ecológica ao sistema e também pode levar ao aumento da estabilidade econômica.

O autoconsumo é importante porque garante aos assentados a sua reprodução social e cultural, além de fornecer a base nutricional familiar. É, de acordo com Duval e Ferrante (2008), um elo para compreender os modos de vida dos assentados. Com o aumento da oferta de alimentos, que inicialmente atende à família, também se aumenta a oferta de alimentos dentro do próprio assentamento. Além de garantir a própria segurança alimentar e reduzir as

compras no supermercado, as possibilidades de comércio interno têm potencial para aumentar a segurança alimentar do assentamento como um todo. Porém, como apontado por Duval e Ferrante (2008) ao estudar assentamentos da região de Araraquara, não necessariamente há comercialização interna desses alimentos, pois uma parte do excedente nem chega a ser colhido por não apresentar valor de venda que compense o trabalho da colheita. Os autores observaram que os excedentes entram em redes de trocas e doações entre as famílias, demonstrando relações de cooperação, de sociabilidade e de solidariedade que contribuem para suprir as carências alimentares de algumas famílias que, por razões financeiras, chegam a passar fome.

A estabilidade econômica é possível graças as maiores chances de oferta de diferentes alimentos em diferentes épocas do ano para venda e relacionando, portanto ao ambiente externo a unidade agrícola. No entanto, concordando com Duval e Ferrante (2008), para que isso ocorra é necessária a criação de políticas e mercados locais que absorvam essa produção diversificada e contribua para distanciar os agricultores das propostas das grandes cadeias produtivas que desejam que os agricultores familiares, incluindo assentados, sejam meros fornecedores de matéria-prima agroindustrial ou arrendatários de suas terras.

Essa concepção alavanca a análise externa e coloca sob foco a importância de estratégias de desenvolvimento rural que possam oferecer caminhos alternativos para o abastecimento de alimentos do país a partir da agricultura de base familiar. As vendas diretas (feiras, quitandas, mercados) e as vendas institucionais (PAA e PNAE) são exemplos desses caminhos. Duval e Ferrante (2008) também observaram que a inserção de alimentos oriundos de camponeses assentados no município de Araraquara representava uma inserção social das famílias e indicava uma inovadora estratégia municipal para utilização do espaço agrícola colaborando para o desenvolvimento dos assentamentos, além de ser mais coerente com o modo de vida dessa população. Foi coerente na

opinião dos autores, porque a produção de alimentos além de ser uma prática inerente aos camponeses assentados respeitou a capacidade produtiva das famílias e as condições de mercado. Ficou claro na análise o papel do poder público local para encaminhar alternativas ao desenvolvimento local/regional com sustentabilidade, indicando que o município estava incluindo em sua agenda política a população rural que vive nos assentamentos.

Também, como constatado por Lorenzo, Fonseca e Barboza (2012) ao estudar os padrões institucionais de relacionamento entre agentes públicos locais e comunidades de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo, a importância dos assentamentos para a dinamização da economia local e para o fornecimento de alimentos deve ser encampada pelo poder público municipal posicionando-se mais ativamente junto aos assentamentos. Esse posicionamento é elementar, pois, como aponta Leite et al. (2004), ao criar um assentamento este mesmo Estado é responsável pela sua viabilidade, já que o desempenho do assentamento é também o desempenho do Estado.

No entanto, como também apontado por Farias (2008), ainda com sua pouca presença, o Estado exige uma produtividade que corresponda às demandas do mercado para ratificar o projeto de reforma agrária economicista que ele defende. O Estado insiste em ações que agridem as diferentes necessidades e anseios das famílias e não entende aos assentamentos como um espaço social dinâmico (re)construído ao longo do tempo no qual os projetos familiares são estruturados sob diversas subjetividades e representações sociais. A formação dos assentamentos rurais no estado de Mato Grosso amplia a compreensão da participação do Estado no processo de reforma agrária dos objetos de estudo que serão investigados e dá pistas da germinação de um enfoque produtivista daqueles assentamentos.

2.7 A formação dos assentamentos rurais no estado de Mato Grosso

Ferreira, Fernández e Silva (1999) afirmam que a base do estabelecimento agrícola do estado de Mato Grosso se deu com a consolidação de grandes propriedades territoriais em função das políticas irregulares de compra e venda de terras, que também estimularam o processo de grilagem de terras devolutas, indígenas e áreas de pequenas posses. O incentivo a modernização apoiado pelo governo do Estado favoreceu as pessoas e grupos que tinham interesse em se instalar na fronteira agrícola do Estado.

Em meados da década de 60 e fim da década de 70 foi fechado o Departamento de Terras e Colonização (DTC) órgão responsável pela regularização de terras no Estado cabendo aos Cartórios de Notas e Fé Pública regularizar os títulos das terras em litígio. De posse dos títulos, os grupos e empresas agropecuárias tiveram acesso aos créditos e subsídios fiscais necessários à implantação dos empreendimentos rurais privados. Em 1979, criou-se o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) que até hoje busca resolver os graves problemas fundiários no Estado.

De acordo com Ferreira, Fernández e Silva (1999) para melhor compreender os processos que deram origem a implementação de assentamentos rurais no Estado é necessário resgatar as condições sociais, econômicas e políticas que antecederam o I PRRA/MT. Para aqueles autores são dois os movimentos que a partir de 1964 intensificaram o atual quadro da estrutura fundiária no estado: a) a entrada e consolidação das empresas agropecuárias beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento da Amazônia e, b) os programas de colonização dirigida (oficial e particular) e a entrada de pequenos produtores, principalmente sem terras, que se deslocaram para a fronteira agrícola na crença de fácil acesso e tranquila permanência na terra.

Logo após a implantação do governo militar foram criados diversos órgãos e instrumentos econômicos com o objetivo de integrar a Amazônia à economia brasileira. Como exemplos importantes cita-se o Banco da Amazônia, criado em setembro de 1966, e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em outubro de 1966. A criação da SUDAM foi marcante porque representou uma declaração de apoio, por meio de incentivos fiscais, aos grandes fazendeiros, latifundiários e empresários na região. Para se ter uma ideia, Ferreira (1986) apontou que nos 10 primeiros anos da existência da SUDAM foram financiados 194 projetos agropecuários no Estado, sendo que 0,44% dos projetos foram para estabelecimentos com até 5.000 ha; 5,44% para estabelecimentos até 10.000 ha, e 92,21% para estabelecimentos acima de 10.000 ha. Dos 5.208.563,37 hectares abarcados pela política da SUDAM, 2.833.928,5 hectares (54,44%) foram destinados à formação de pastagens, o que deixa claro as políticas iniciais daquele órgão para o aproveitamento dos cerrados.

Ainda que tenha ocorrido um aumento da produção agropecuária em Mato Grosso nos 20 anos subsequentes a criação da SUDAM, Ferreira, Fernández e Silva (1999) ressaltam que ela foi fruto das políticas públicas criadas pelo regime militar para a Amazônia o que estendeu ao Estado os incentivos fiscais e subsídios mediante facilidades para aquisição e “regularização” dos imóveis rurais. Essas políticas se focaram na expansão de um modelo agrícola convencional e provocou simultaneamente a exclusão do produtor familiar e provocou impactos socioambientais na região, caracterizando-o como um processo de modernização excludente, distanciando-se cada vez mais de um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

No escopo desse processo as Políticas de Colonização Oficial incentivaram grande migração de pessoas oriundas de regiões onde aumentavam os conflitos em torno da luta pela terra e de regiões com excedentes de pessoas excluídas do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo a Colonização Particular

foi estimulada, pois a partir da aquisição de grandes extensões de terras a preços baixos e de convencimento das famílias a venderem seus “sítios” em seus municípios de origem e comprarem áreas de maior extensão de terras nos projetos da Amazônia, a colonização particular tornou-se um empreendimento fácil e rentável. Essa rentabilidade e consequente acumulação de capital também eram obtidas a partir da compra e venda dos produtos dos colonos pelas empresas colonizadoras ou por meio de cooperativas agrícolas e da exploração da força de trabalho do colono (FERREIRA; FERÑANDEZ; SILVA, 1999).

Citando Cajango (1992), Ferreira, Fernández e Silva (1999) observam que de 1968 a 1985, 43 projetos de colonização particular foram aprovados pelo INCRA, abrangendo área total de 3.494.741 hectares, assentando 21.739 famílias. Ainda em sua análise os autores ressaltam que a maior parte das áreas destinadas aos projetos ficava em posse das colonizadoras, que as vendiam para particulares quando o preço das terras estava valorizado. Com o tempo, tal situação contribuiu substancialmente para o surgimento de conflitos em torno da questão agrária no Estado. Os comentários de Ferreira, Fernández e Silva (1999) indicam a relação entre os projetos de colonização e a intensa migração de trabalhadores rurais que futuramente, marginalizados, se somariam à reivindicação de terras:

No período em análise [1968 a 1985] e concomitantemente ao processo de colonização dirigida, ingressou e assentou nas terras do estado intenso fluxo migratório de trabalhadores rurais. Trata-se do contingente populacional carente de recursos financeiros, o pequeno posseiro, desassistido pelas políticas de colonização oficial e particular: no caso da colonização oficial, em razão dos limites dos projetos, cuja oferta esteve sempre aquém dos fluxos migratórios demandantes de terra; no segundo caso, em razão do caráter empresarial do empreendimento que impôs altos custos aos lotes, à infra-estrutura e administração dos projetos (FERREIRA; FERÑANDEZ; SILVA, 1999, p. 204).

Tanto os largos incentivos promovidos pela SUDAM como os programas de colonização dirigida contribuem para o entendimento das origens dos problemas agrários de Mato Grosso e mostram um embate antigo entre o agronegócio empresarial e a agricultura familiar.

Em 1979, foi criado pelo governo de Mato Grosso a Comissão Agrária, com o propósito de investigar a situação agrária do Estado. No diagnóstico realizado, tal comissão identificou 115 focos de tensão social em áreas de concentração de posses com disputas pela terra, localizados principalmente nas microrregiões Norte Matogrossense e Alto Paraguai. Com uma visão tecnocrática dos conflitos, o Estado deslocou o problema da distribuição dos recursos naturais e financeiros para problemas de ordem demográfica e apontou o posseiro⁵³ como agente que potencializava os conflitos agrários uma vez que ele disputava o domínio do território, gerando com isso tensões sociais. De acordo com Fernández (1997 apud FERREIRA; FERNÁNDEZ; SILVA, 1999, p. 206):

Não obstante inverter a construção social do posseiro, os aparelhos do poder atribuem a este grupo social os imperativos remanescentes de um modelo agrícola “atrasado”, ou seja, são unidades de produção que, devido à instabilidade do domínio possessório, mantêm relações de produção “tradicionais” com poucas possibilidades de crescimento.

No olhar de Ferreira, Fernández e Silva (1999) o direito de propriedade e o processo de modernização passaram a justificar a violência contra grupos de trabalhadores rurais devido à necessidade de “modernização” da agricultura mato-grossense, se opondo, portanto frontalmente ao conceito de posse. As

⁵³De acordo com Fernández (1997, p. 41 apud FERREIRA; FERNÁNDEZ; SILVA, 1999): a posse (envolvida em conflitos sociais) é transformada numa unidade de organização e mobilização que aglutina famílias com interesses circunstanciais e comuns como a conquista da terra. A posse não é uma unidade de organização permanente, muito menos de representação formal: é um mecanismo de disputa que transcende às representações legais de apropriação de uso da terra, de modo que passam a ser designadas de lutas sociais.

consequências disso foram 154 regiões de conflito envolvendo 15.894 famílias e uma área de 1.090.019 hectares ao fim da década de 80. Nota-se, portanto, que políticas executadas através do I PRRA/MT foram para reduzir o altíssimo nível de tensão social e violência no campo mato-grossense (especialmente nas regiões centro-sul e Vale do Araguaia), tendo como beneficiários os trabalhadores rurais excluídos do processo de “modernização”, mas não excluídos da lógica de reprodução do capital.

Conforme aponta Ferreira, Fernández e Silva (1999) analisar os projetos de assentamento em programas de reforma agrária de Mato Grosso significa considerar o caráter agrário daquele estado cuja orientação política e econômica estão atreladas à ideia de latifúndios, de concentração de terras para a pecuária e de muitos conflitos na primeira etapa de sua história. Como discutido previamente, pode-se concluir que o Mato Grosso foi um dos estados que mais recebeu ações para ocupação de seu território. Hoje, com o enfoque agroexportador de grãos, fica confirmado, portanto, a dificuldade de separarmos das análises a questão agrária e o sistema econômico e político predominante. Diante disso, vale aproveitar os pressupostos analíticos de Ferreira, Fernández e Silva (1999) que apontam duas dimensões para compreensão dos assentamentos rurais no Estado: uma dimensão político-institucional e outra dimensão político-social.

Na dimensão político-institucional aqueles autores apontam duas fases na política agrária brasileira da qual o Mato Grosso participou ativamente. A primeira vai da década de 70 a 80, na qual o estado recebeu projetos para a expansão da fronteira agrícola baseados nas políticas de ocupação e de incentivos fiscais para as empresas agropecuárias. Nesse período as ações que se desenvolveram estiveram alinhadas ao pensamento militar de integração e segurança nacional. A segunda fase, a partir da década de 80, é orientada pela consolidação da modernização da agricultura em regiões que permitiram uma maior inserção do capitalismo no campo. A primeira lei que trata de

regularização de terras públicas e devolutas em Mato Grosso (Lei nº 3.922) surgiu na década de 70 (20/09/1977) pautada pela Lei nº 6.383/76 que regularizou o processo de discriminação em nível nacional. É por causa dessa lei que até hoje o INCRA usa o termo “regularização” no lugar de “legalização de posse” e predominantemente vem atuando, junto aos projetos de assentamento com a regularização fundiária (BRASIL, 1976). Ainda no aspecto político-institucional Ferreira, Fernández e Silva (1999) observam que mesmo o Mato Grosso, sendo reconhecidamente um Estado rico em terras públicas, devolutas e latifúndios improdutivos, a previsão de áreas para desapropriação no período de 1985/1989 foi de apenas 3,5% das áreas previstas para todo o país, confirmando que o objetivo do I PRRA/MT não era de distribuir terras, mas apenas de regularizar as áreas onde havia tensões e conflitos. Mesmo nesse quadro, a presença de Dante de Oliveira, um mato-grossense, como ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário foi fundamental para que 43% das ações de assentamento previstas e 70% das áreas desapropriadas ocorressem no ano de 1987, deixando claro que a vontade política é um requisito essencial para que as ações de reforma agrária ocorressem naquele estado (FERREIRA; FERNÁNDEZ; SILVA, 1999).

Na dimensão político-social busca-se entender a organização dos grupos agrários. No Estado, isso ocorre em torno das colonizadoras particulares, dos grandes projetos de empreendimentos particulares e grupos cujas instituições eram contrárias à reforma agrária. As colonizadoras particulares redesenharam o espaço social, político e econômico local através da construção de alianças políticas com o poder hegemônico local. Os grandes empreendimentos circundavam projetos dos assentamentos que na maioria dos casos são estabelecidos em latifúndios por produção em que seus proprietários são contra a reforma agrária. Como instituições contra a reforma agrária cita-se a Federação da Agricultura do estado de Mato Grosso (FAMATO). Criada na década de 50

ampliou sua força política na década de 80 quando se aliou com a Frente Ampla da Agricultura e a UDR contra a reforma agrária. A FAMATO defendia, e ainda defende a proteção da grande propriedade e políticas agrícolas voltadas para ela, incluindo a verticalização da produção, um dos objetivos principais perseguidos pelos produtores modernizados do Estado. De acordo com Ferreira; Fernández e Silva (1999, p. 212):

A agroindustrialização é o grande objetivo da categoria de produtores mato-grossenses mais modernizados, além da agropecuária integrada, onde as metas e objetivos são claros: “produzir mais gastando mesmos”. Posição esta assumida pelo estado, com conjunção de forças dos órgãos de assistência técnica e pesquisa agropecuária.

Dessa forma, o cenário apontado (político-institucional e político-social) mostrou a intenção do estado de Mato Grosso em se consolidar através da produção agropecuária centrada nos grandes projetos privados (propriedades rurais e agroindústrias) o que se opunha frontalmente às proposições do I PRRA/MT. Opunha-se porque este dava alguma possibilidade de resolver, ainda que pontualmente, as necessidades de permanência, produção e comercialização de uma massa de trabalhadores rurais (posseiros, colonos, sem terras) excluídos desde a década de 70 (FERREIRA; FERÑANDEZ; SILVA, 1999).

O I PRRA/MT ocorre então diante de uma orientação política estadual que incentivava o processo de modernização do setor agropecuário, que associado a políticas de colonização, criou uma população de 40% da população rural excluída do direito de acesso a terra. A partir de 1986 as ações de reforma agrária para regularização fundiária⁵⁴ foram realizadas principalmente nas

⁵⁴De acordo com Ferreira, Fernández e Silva (1999), as ações foram mais de “regularização” e não desapropriação porque a maioria dos beneficiários eram posseiros e portanto já ocupavam os lotes antes mesmo do projeto de assentamento. Por conseguinte, esses lotes já se encontravam demarcados e ocupados e por essa razão reforça-se que a ação institucional do INCRA foi limitada à regularização fundiária.

regiões onde havia conflitos em torno da luta pela terra, o que explica que no Estado inúmeros assentamentos foram formados em regiões de posse iniciadas na década de 70. Dada a importância da posse para o entendimento da reforma agrária no Estado de MT, Ferreira, Fernández e Silva (1999, p. 214) comentam que:

A posse, como mecanismo de resistência e luta pela terra, é uma característica importante para a consolidação dos assentamentos rurais em Mato Grosso. Nessa perspectiva, a posse se constitui numa prática de reforma agrária, enquanto ocupação e distribuição de terras, enquanto processo de luta política entre posseiros, latifundiários, fazendeiros, estado, entre outros.

É pelo trabalho que a posse é transformada de ilegal em legítima, pois os posseiros tentam dar legitimidade às ações consideradas ilegais pelo poder constituído, ocupando áreas tituladas, mas de proprietários ausentes. O produzir agrícola representa, portanto o principal meio de construção da luta para permanência na terra, porém esta ação ultrapassa essa representação, pois:

No momento em que as relações sociais se constroem com as marcas do conflito e da violência, a agricultura se reveste de um valor que ultrapassa a dimensão de produção de alimentos e mercadorias; constitui-se num mecanismo de construção da luta e consolidação da posse, enfim, num fato político (FERREIRA; FERÑANDEZ; SILVA, 1999, p. 214).

O trabalho agrícola tem importante papel porque além de garantir a produção de alimentos para autoconsumo também delimita o território da área de posse, sendo preferidas as culturas de ciclo longo como banana, mandioca e pastagens (FERREIRA; FERÑANDEZ; SILVA, 1999).

Ao tratar das razões que levaram a migração das famílias assentadas para região de Mato Grosso à procura de novos espaços de produção na fronteira agrícola, Ferreira, Fernández e Silva (1999) citam uma pesquisa do Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária - GERA/UFMT (1993,1995) no qual apontaram

que elas não são homogêneas, entretanto identifica cinco grupos de motivações. Foram elas a procura de novas terras e a difícil situação financeira (61,8%); a região de origem ser imprópria para a reprodução familiar (22,3%); por causa de problemas com patrões (5,1%); para acompanhar pais ou parentes (5,4%), e por outros motivos (5,4%). Durante o processo migratório as famílias vivenciam variadas formas de trabalho, tanto nos centros urbanos como no meio rural, alargam sua diversidade cultural, interesses e objetivos. As suas histórias de vida e trabalho na região de origem, o conhecimento e o domínio de técnicas utilizadas na agricultura justificam as diferenças nas formas de organização social e produtiva das famílias assentadas e em boa medida representam o seu modo de vida.

Somado a isso, para Fernandez (1997) existe diferenças quando se compara o processo migratório das famílias beneficiadas pelo I PRRA/MT com os processos migratórios das famílias oriundas dos programas de colonização. O autor aponta três diferenças, sendo: a origem das famílias; o número de deslocamentos durante o processo migratório; e as condições socioeconômicas que levaram à migração. Em relação à origem, o autor evidencia que os programas de colonização privados deram preferência por famílias oriundas do Sul do país enquanto que os beneficiários dos assentamentos de reforma agrária eram predominantes de outras regiões. Sobre o número de deslocamentos, o autor aponta que eles foram muitos e variados, entretanto afirma que nas colonizações privadas predominou o deslocamento direto da região de origem para a região de destino. Sobre as condições socioeconômicas estas foram muito variadas, porém o autor analisa que aquelas famílias que ficaram excluídas dos programas de colonização oficial ou particular, ou também as que abandonaram estes programas devido ao fracasso de “ser colono”, mas continuaram lutando pelo direito de acesso a terra, foram as beneficiárias dos projetos de assentamento.

Quanto à organização social, Ferreira, Fernández e Silva (1999) verificaram que predominava nos assentamentos o associativismo e depois o

cooperativismo. Inicialmente após a implantação do assentamento, a associação aproximava-se de instituições públicas (municipal, governamental, federal) na busca do atendimento de suas necessidades imediatas como educação, saúde, estradas. Posteriormente, a maioria das ações desses arranjos organizacionais voltava-se para a melhoria dos sistemas de produção e comercialização dos camponeses assentados, ou seja, a organização social está profundamente relacionada à organização da produção. Esta relação é confirmada porque essas ações visam tanto a possibilitar o acesso a novas tecnologias para aumentar a produção e produtividade como para reduzir ou eliminar a dependência de atravessadores. Os autores apontaram a existência de dificuldades na gestão das associações em virtude das diferenças econômicas, culturais, sociais, étnicas e políticas que existem entre as famílias. Com base em observações do GERA/UFMT (1993) dos assentamentos Banco Safra (Nova Xavantina/MT) e Mirassolzinho (Jauru/MT), os autores apontaram três momentos distintos relacionados à organização da produção. No primeiro, logo após a criação do projeto, predominaram as culturas para o autoabastecimento alimentar da família (arroz, feijão, milho e mandioca) e menos as culturas comerciais. No segundo momento, a produção foi organizada para atender ao autoabastecimento alimentar e fortalecer o vínculo com o mercado. Nos assentamentos relatados, a banana e o algodão se mostraram como as culturas comerciais com a participação mais significativa na renda familiar. No terceiro momento, houve um distanciamento maior entre as lavouras destinadas ao autoabastecimento e as lavouras destinadas ao mercado. Tal distanciamento foi caracterizado por novos produtos agrícolas e principalmente por novas relações que passaram a determinar o processo de produção e exigir maior especialização. Os atravessadores eram os principais compradores da produção e, portanto definiam os preços que ficavam sempre abaixo do pautado pelo mercado local. Mesmo diante dessa situação, os estudos apontaram que as relações entre assentados e atravessadores eram marcadas por

relações próprias que iam além das relações econômicas. Enquanto mercadoria o produto também possibilitava a criação de relações sociais e por isso ficava difícil de separar formalmente a economia das demais esferas da vida social. Além disso, na relação com o atravessador estavam presentes relações de parentesco e amizade, aproximando as relações econômicas ainda mais das demais esferas sociais organizativas da unidade familiar. Para eliminar ou reduzir o efeito das relações interpessoais e de dependência do processo de comercialização, e com isso conseguir melhores preços para seus produtos, os assentados utilizavam as associações.

Através da análise do manejo da produção adotado pelos assentados e das características ambientais dos assentamentos, Ferreira, Fernández e Silva (1999) verificaram a organização produtiva dos assentamentos Mirassolzinho e Banco Safra. A força de trabalho era predominantemente familiar. Na maioria dos lotes a agricultura era realizada nas regiões de mata devido à fertilidade natural do solo, com baixa utilização de insumos agroquímicos e sistemas de irrigação. Boa parte da agricultura era desenvolvida tendo como base os ciclos da natureza. No período da seca, realizavam o desmatamento, a queimada e a coivara e no período das águas, o plantio, os tratamentos culturais e a colheita. Os autores observaram que a área de pastagem estava ampliando a cada ano, significando mudanças nos sistemas agrícolas adotados em que as pastagens estavam substituindo as áreas de lavoura, principalmente devido ao enfraquecimento dos solos aos três de anos de cultivos. Também apontaram que havia incentivo por parte dos técnicos da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER) para a aquisição de bovinos por meio de financiamentos, o que contribuía para a mudança dos sistemas agrícolas. O avanço da pecuária nos assentamentos pesquisados apontou duas situações, uma em que se apresentou como alternativa econômica gerando aumento de renda a partir da comercialização do leite e de queijo e outra que

esbarrou em limitantes estruturais que dificultavam o seu prosseguimento na unidade agrícola. De acordo com o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do estado de Mato Grosso de 1997 os assentamentos localizam-se em regiões pouco favoráveis à agricultura familiar situando-se em ecossistemas frágeis, em que os recursos naturais podem se esgotar facilmente diante de uma prática agrícola mais intensiva. Na síntese, os achados dos autores apontaram que as técnicas agrícolas utilizadas pelos assentados dificultavam as possibilidades de recuperação dos recursos naturais depauperados com as atividades agrícolas, o que influenciava negativamente na resiliência e equilíbrio dos agroecossistemas.

Para os autores, são somente considerados na análise, os problemas ambientais, isolamento, a falta de escola e posto de saúde, a dificuldade na adequação das técnicas agrícolas, os problemas na comercialização e os conflitos entre as famílias dentro dos assentamentos é que se pode compreender as razões que levam a significativa parcela dos assentados a deixar para trás o assentamento e retomar o caminho do “sonho” da terra.

Mesmo diante desse contexto, desde 1979, ano no qual o primeiro assentamento no Estado foi criado pelo INCRA, Mato Grosso em 2015, acumulava 547 projetos de assentamentos com 82.751 famílias assentadas ocupando uma área de 6.067.509,27 hectares. Desse total de assentamentos, 469 têm mais de 10 anos com 75.571 famílias e 78 têm menos de 10 anos com 7.180 famílias (INCRA, 2015a).

Nesta seção buscamos apontar os caminhos que levaram os assentamentos rurais do estado de Mato Grosso a se colocarem como um importante *locus* de existência do campesinato no Estado. Ainda que diante de grande carência de serviços sociais e infraestrutura (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008) os assentamentos rurais exprimem a luta diária que camponeses e camponesas travam pela sua (sobre)vivência. Na seção seguinte abordamos a metodologia utilizada para captarmos parte dessa luta em que a segurança alimentar e os elementos que constituem a “nova” condição camponesa foram os principais eixos orientadores da pesquisa.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesta seção da tese⁵⁵ procuramos demonstrar o percurso metodológico realizado para investigar os desafios que os camponeses assentados da reforma agrária do assentamento Dom Osório em Campo Verde/MT encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar no contexto da “nova” condição camponesa. A seção foi estruturada em sete subseções. Na primeira abordamos a centralidade da família em nosso estudo; na segunda apresentamos a população e amostra; na terceira caracterizamos a pesquisa e seu tipo de abordagem; na quarta detalhamos as técnicas de investigação quantitativa utilizadas; na quinta mostramos as técnicas de análise quantitativa adotadas; na sexta demonstramos as técnicas de investigação qualitativa aplicadas e na sétima as técnicas de análise qualitativa empregadas.

3.1 A centralidade das categorias temáticas família e trabalho para orientação metodológica

Independente do debate conceitual sobre os termos camponês e agricultura familiar em ambos há algo comum: a família e a sua força de trabalho como elementos centrais. A importância e justificativa para adotarmos a família como unidade central de análise estão apoiadas nos esclarecimentos teóricos de Carneiro (1998), que a aponta como elemento agregador das relações sociais no núcleo das unidades de produção agrícola. A família se apresenta

⁵⁵Após a aprovação do projeto de tese em banca de qualificação, ele foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras, com inserção na Plataforma Brasil do Ministério da Saúde para que pudéssemos iniciar as entrevistas. A submissão ocorreu em 03/04/14 e a aprovação em 31/05/2014. No entanto conversas informais, observações, anotações no caderno de campo e obtenção de dados secundários desde 2013 passaram a compor parte do material de caracterização da região. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelas quarenta e oito famílias que compuseram a amostra.

tanto como um espaço de produção como de reprodução de valores cujos sentidos extrapolam as lógicas parental e econômica. Ainda de acordo com a autora (CARNEIRO, 2000), dada as recentes mudanças no rural brasileiro, com o aumento das atividades não agrícolas, eleger a família como unidade de observação demonstra-se como um procedimento fundamental para a compreensão dessas mudanças.

Outro autor que denota a importância da família como unidade de análise é Schneider (2001). Para ele é no centro desta que são debatidos e ordenados: a produção, o trabalho e a moral dos seus diferentes componentes. A partir dessas referências é que as estratégias individuais e coletivas são estabelecidas para assegurar a sua reprodução social. Também para o autor (SCHNEIDER, 2003) a centralidade da família é especialmente útil quando aplicada às condições em que as famílias ou os indivíduos buscam nas atividades não agrícolas e na pluriatividade estratégias para realizar objetivos pessoais ou coletivos. Algumas dessas estratégias são representadas pelo exercício de atividades que ofereçam rendas maiores ou menos penosas que as atividades agrícolas, algumas identificadas no assentamento Dom Osório.

A perspectiva de análise orientada ao ator (*the actor-oriented perspective*) também foi um eixo metodológico que norteou esta pesquisa. Essa perspectiva leva em conta que o ator (o assentado) é um sujeito ativo que além da capacidade de processar informações é também capaz de processar a experiência vivida e tomar suas decisões e agir em consequência. O paradigma orientado no ator permite um enfoque dirigido para a explicação das respostas diferenciais para circunstâncias estruturais similares, mesmo quando as condições parecerem relativamente homogêneas (LONG, 2001, 2007). Dessa perspectiva, entende-se que os padrões diferenciais emergentes são, até certo ponto, criações dos próprios atores. Para Long (1994, p. 64) os atores sociais:

Não são simplesmente vistos como categorias sociais desincorporadas ou recipientes passivos de intervenção, mas participantes ativos que processam informações e elaboram estratégias nos seus comportamentos ou procedimentos com vários atores locais, assim como instituições externas.

Assim, de acordo com Ferrante e Barone (2011) esses atores, a partir de suas concepções, são capazes de serem os protagonistas dos processos nos quais estão inseridos. Para captar essas nuances, a combinação de técnicas foi pertinente e especificamente procuramos “dar voz” aos assentados, de tal maneira que a produção de informações também representasse espaços de reflexão sobre as relações de trabalho mantidas com a terra e com sua condição camponesa. Na maioria das vezes a importância do trabalho das famílias e da diversidade produtiva por elas conduzida, não é visibilizada e nem considerada importante. A valorização se dá nos contextos em que a reflexão entre os pesquisadores e o assentado ocorreu de forma mais horizontalizada e dialogada. Um exemplo importante ocorreu durante a realização do grupo focal e das entrevistas semiestruturadas junto às famílias que serão detalhadas na sequência do texto.

Concordando com Ferrante (2012), como os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, a sua discussão exige necessariamente a não demarcação de fronteiras rígidas em seu estudo tornando-se equivocado estudar os assentamentos a partir de um modelo teórico único. Entendemos que a realidade dinâmica do objeto de estudo exige a necessidade de trabalharmos com distintas áreas do conhecimento e, portanto com diferentes enfoques teóricos metodológicos. Seria limitado discutir os assentamentos rurais a partir unicamente de indicadores socioeconômicos, por isso a necessidade da abordagem qualitativa. Como aponta Ferrante (2012, p. 19), estudar os assentamentos rurais significa:

Vê-los em movimento, como parte de uma história de tempos sociais distintos, vivida por múltiplos sujeitos sociais que têm nas fronteiras de seu mundo demarcadas por pressões, atritos e lutas.

A realidade dos assentamentos exige vigilância cautelosa, sendo impossível concebê-la ou discuti-la a partir de prévia construção de grandes arcabouços teóricos conceituais, sendo preciso também considerar questões práticas, dificuldades concretas, a ocorrência de fenômenos sociais imprevisíveis, dimensões que a análise de dados quantitativos não possibilita.

Sob esta perspectiva argumentativa, tanto no planejamento da pesquisa como nas fases de campo foi necessário acompanhar a obtenção e pré-análise dos dados quantitativos para melhor orientação de que informações precisavam ser aprofundadas por meio das técnicas qualitativas.

Assim, operacionalmente, a coleta e a análise de dados e informações foram divididas em quatro momentos interligados. No primeiro momento “interrogamos” a realidade por meio de questionários estruturados para obtenção de dados quantitativos que evidenciassem as condições de segurança alimentar das famílias entrevistadas. De posse destes dados, uma pré-análise orientou os demais três momentos qualitativos do trabalho: dois grupos de foco; entrevistas semiestruturadas em profundidade com cinco famílias camponesas; e entrevistas com roteiro junto a representantes de nove instituições que se relacionavam com a agricultura familiar do município. Também fez parte de nosso caminhar metodológico a obtenção de dados e informações para caracterização de aspectos da agricultura regional relacionados ao assentamento em estudo ao longo de todos os momentos de coleta.

Na Figura 4, ilustramos o percurso metodológico adotado relacionando-o aos objetivos propostos pela tese.

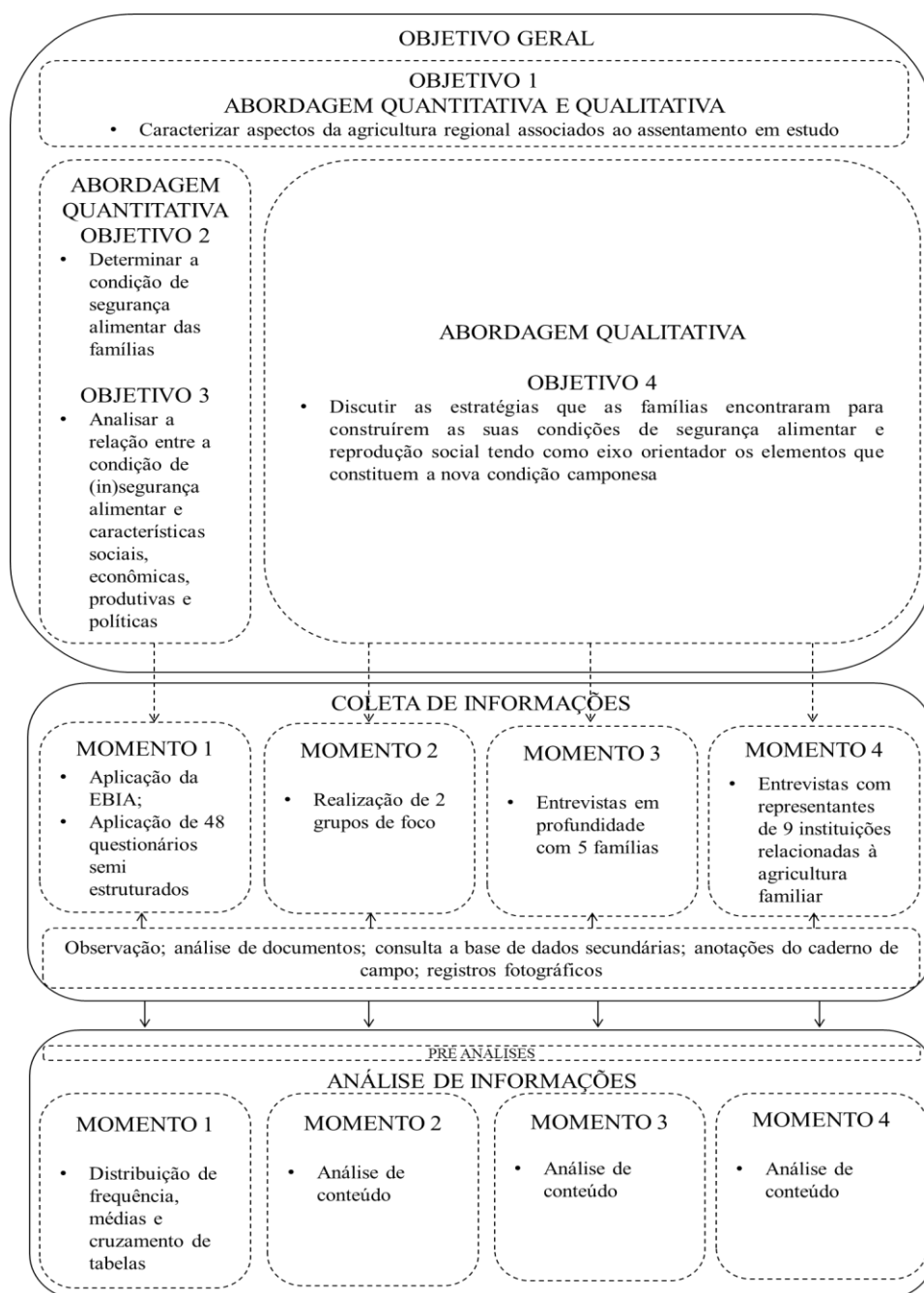


Figura 4 Síntese do percurso metodológico de coleta e análise de informações e sua relação com os objetivos geral e específicos

O período de coleta foi de aproximadamente vinte e quatro meses, durante 2013 e 2014 o que significou um conjunto de estratégias de planejamento e sistematização rigorosas, para lidarmos com a relevância das informações coletadas.

3.2 População e amostra

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2015a) em Campo Verde, existem seis assentamentos rurais federais totalizando 1.008 domicílios em uma área total de 23.679 hectares, o que caracteriza, portanto a população aqui abordada. Os assentamentos gerenciados pelo INCRA são: 28 de outubro, com 66 famílias, criado em 30/12/1996; Terra Forte, com 71 famílias, criado em 09/01/1997; Paulo Freire, com 29 famílias, criado em 10/12/1999; 04 de outubro, com 40 famílias, criado em 04/06/2001; Santo Antônio, com 262 famílias, criado também em 04/06/2001 e Dom Osório, com 540 famílias, criado em 02/04/2007.

A homologação do assentamento Dom Osório Stófell fez parte do plano de governo do estado de Mato Grosso voltado à aplicação de políticas agrárias. O assentamento possui uma área total de 9.947 hectares com 540 lotes, tendo cada um, área aproximada de 12,0 hectares. Em 2014 sua estrutura básica apresentava estrada pavimentada em cascalho para acesso aos lotes, posto do sindicato dos trabalhadores rurais de Campo Verde, duas áreas sociais com sede de cooperativa, barracão multiuso, posto de saúde e uma escola estadual (Figura 5).



Figura 5 A entrada do Assentamento Dom Osório após a ponte sobre o Rio das Mortes; Galpões da antiga fazenda; Posto de saúde; Escola Estadual Boa Esperança

A economia local era pautada pela produção de hortifrutigranjeiros, produção de porcos e frangos caipira, produção de leite e produção de soja para o PNPB. O acesso ao assentamento é pela rodovia BR 070 Km 350 sentido Campo Verde a Primavera do Leste distando 52 km da sede de Campo Verde/MT (CAMPO VERDE, 2007).

Para verificar a condição de (in)segurança alimentar (objetivo 2) e analisar a relação entre essa condição e características sociais, econômicas, produtivas e políticas das famílias camponesas assentadas (objetivo 3) elaboramos uma amostragem probabilística estratificada proporcional. De acordo com Gil (2008), a amostragem probabilística relaciona-se com o princípio da representatividade, fundamentado em uma escolha aleatória. Ainda para Gil (2008), a amostragem estratificada caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. Na amostragem proporcional seleciona-se de cada subgrupo uma amostra aleatória, ou seja, proporcional à extensão de cada subgrupo.

A amostra, portanto foi calculada a partir do número total de domicílios de cada um dos assentamentos rurais federais do município de Campo Verde (Tabela 1), onde consideramos uma margem de erro de 10,0% a partir da equação apresentada por Berni (2002), conforme a Equação 1:

$$n_o = \left[\frac{1}{e} \right]^2 \quad [\text{Eq. 01}]$$

$$n = \frac{N \cdot n_o}{N + n_o}$$

Em que:

N = População;

n = Tamanho da amostra;

n_o = Coeficiente;

e = Margem de Erro

Tabela 1 Cálculo do tamanho da amostra

Assentamento	Número total de domicílios	Participação de cada assentamento no número total de domicílios	Amostra estratificada proporcional para cada assentamento
Santo Antônio	262	26%	24
Paulo Freire	29	3%	4
28 de outubro	66	7%	6
14 de agosto	71	7%	6
4 de outubro	40	4%	4
Dom Osório	540	54%	48
Total	1.008	100%	91

Fonte: Adaptado de INCRA (2015a)

Neste trabalho os critérios para escolha do assentamento onde foi realizada a pesquisa foram:

- a) **ser o mais recentemente implantado no município:** admitimos que os assentamentos mais recentes ainda estejam em processo de implantação e, portanto as famílias ainda não receberam os créditos de estímulo à produção. Assim, espera-se que o planejamento e elaboração de estratégias para construção de melhores condições de sua segurança alimentar e reprodução sejam mais diversificados para essas famílias do que as famílias de assentamentos implantados há mais tempo;
- b) **conter alguns agricultores que participassem da feira livre:** admitimos que a feira livre compusesse uma das estratégias de diversificação para comercialização de alimentos *in natura* em um assentamento recém-implantando que ainda não recebeu créditos para fomento da produção;
- c) **apresentar o maior número de famílias:** o que permite uma amplitude na amostra cujos resultados possam se aproximar da realidade encontrada;

De acordo com esses critérios no momento 1 (Figura 4 da página 132) da pesquisa foram entrevistadas 48 famílias camponesas do assentamento Dom Osório (Tabela 1). Para determinação de quais famílias

seriam entrevistadas adotamos o processo de amostragem aleatória simples que teve como base a Relação de Beneficiários da Reforma Agrária (RB) do assentamento Dom Osório, obtida com a SEDAM do município de Campo Verde. Como na RB cada família de agricultores tinha um número de lote, que ia do 1 ao 540, conseguimos calcular o intervalo da amostra utilizando a equação abaixo:

$$f = N/n \quad \text{em que:} \quad [\text{Eq. 02}]$$

f = fração da amostra (intervalo amostral)

N = tamanho da população (número de lotes total do assentamento)

n = tamanho da amostra (número de famílias a serem visitadas).

Sendo assim o intervalo da amostra obtido foi 11 (540/48). Após a sua determinação todos os números dos lotes foram impressos, colocados em uma caixa e sorteado um número de lote aleatoriamente. A partir desse número os outros 47 lotes foram identificados somando-se, ao primeiro número de lote sorteado, a fração 11. Com esse método foram sorteadas aleatoriamente as 48 famílias que compuseram a amostra, permitindo a cobertura equitativa de toda área do assentamento. Ainda assim, para que as famílias sorteadas compusessem o recorte analítico deste trabalho elas deveriam atender simultaneamente aos seguintes critérios:

a) algum membro da família ter participado do período de acampamento:

o que pode indicar que a família tem buscado formas de se reproduzir socialmente durante longos períodos e, portanto vem criando formas de resistir às dificuldades para se manter no lote.

b) a família habitar o lote constantemente e não apenas no fim de semana:

o que pode indicar que a família tem se esforçado para viver na terra e da terra.

c) **o lote não ter sido comprado**⁵⁶: com isso garantimos que as famílias entrevistadas haviam de fato percorrido as diversas etapas do longo processo de reforma agrária.

A identificação no campo sobre o atendimento a esses critérios foi obtida com a visita direta ao lote sorteado; com informações da equipe de coleta de dados⁵⁷ que conhecia boa parte das famílias sorteados da amostra, e colhida com as próprias famílias entrevistadas as quais eram perguntadas sobre o próximo lote que seria visitado pela equipe de coleta de dados.

Em alguns casos as famílias não foram encontradas no lote ou não se encaixavam nos critérios do recorte analítico deste trabalho. Dos lotes que foram sorteados na amostragem probabilística aleatória, 20 não atenderam aos critérios e o procedimento da equipe de coleta de dados foi visitar o lote de número imediatamente posterior ao sorteado até que a família atendesse aos critérios estabelecidos.

Em seguida foi possível trabalhar com a construção de informações qualitativas em profundidade a fim de discutir as estratégias das famílias camponesas para construção das suas condições de segurança alimentar e

⁵⁶De acordo com as observações de campo referente às entrevistas quantitativas, identificamos que alguns lotes foram vendidos ou permutados desde a homologação do assentamento em 2008. No entanto nessa condição o comprador ainda não possuía o Contrato de Concessão de Uso (CCU). De acordo com INCRA (2015c) o CCU “emitido gratuitamente, é o instrumento que transfere, em caráter provisório, o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária, assegurando ao beneficiário acesso a terra, créditos (como Crédito Habitação, Fomento e Infraestrutura) e a outros programas do Governo Federal. Ao assinar o documento, o assentado se compromete a residir no lote e explorá-lo economicamente respeitando o meio ambiente”. Geralmente o comprador apresentava melhores condições financeiras para investimento no lote (percebidos através do capital de exploração) e detinha uma abordagem produtivista buscando a especialização da produção e assistência técnica privada. A SEDAM de Campo Verde e INCRA estimaram que próximo a 100 lotes ainda aguardavam pela emissão de CCU em 2014.

⁵⁷A equipe de coleta de dados era multidisciplinar e alternava-se de acordo com os vários momentos da pesquisa. Seus integrantes tinham as seguintes formações acadêmicas: 1 estudante de doutorado em Administração; 2 estudantes de Graduação em Agronomia; 2 estudantes do Curso Técnico em Agropecuária; 4 Agrônomos e 1 Historiador.

reprodução social (objetivo 4), quando se pode estabelecer outro eixo de relações entre o pesquisador e os pesquisados. Isso ocorreu uma vez que, à medida que as informações eram fornecidas pelos agricultores, os diálogos decorrentes apontavam os caminhos seguintes. Essas possibilidades foram realizadas por meio de dois grupos de foco com um total de vinte e cinco assentados e assentadas e com as entrevistas semiestruturadas junto a cinco famílias. De forma detalhada essas estratégias serão analisadas nos próximos itens.

Com essas escolhas teórico-metodológicas, o recorte analítico que tracejamos foi investigar os desafios que os agricultores que participaram do acampamento do assentamento e habitavam o lote permanentemente até o período da safra 2013/2014, encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar no contexto da “nova” condição camponesa.

3.3 Caracterização e abordagem

Quanto à caracterização, esta pesquisa é considerada um estudo de caso (ALENCAR, 2007), por se tratar especificamente da compreensão de processos sociais relacionados ao fenômeno “segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária”, onde não nos limitamos à coleta e análise das informações em amostra ampliada e nem nos focalizamos apenas em resultados quantitativos. Procuramos trabalhar sob a perspectiva interpretativa no sentido de combinar diferentes métodos de coleta de informações, compostos pela utilização inicial da EBIA, associada a outros métodos mais utilizados em pesquisa qualitativa, descritos abaixo. Essa escolha se deu em função do objeto de estudo contemplar o envolvimento de uma diversidade de atores sociais, desempenhando diferentes papéis, em um contexto social, econômico, produtivo e político (e ambiental) também diverso.

A perspectiva metodológica de triangulação, também chamada de “técnica ou método de triangulação” foi utilizada tanto na coleta quanto na análise dos dados e informações, o que possibilitou uma série de ganhos na execução do trabalho. Fechar o escopo de coleta e de análise em vias paralelas não ajudaria na compreensão de um fenômeno tão complexo. Durante a realização da pesquisa, desde a concepção do projeto inicial e à medida que as informações foram sedimentadas e pré-analisadas ficava cada vez mais evidente a necessidade de combinar diferentes métodos. As relações sociais construídas e reconstruídas em torno do tema “segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária” exigiam cada vez mais um olhar interdisciplinar e ao mesmo tempo articulado com as diferentes dimensões investigadas. Essa estratégia permitiu combinar informações quantitativas e qualitativas de forma complementar ou conflitiva, com o objetivo de tensionar as bases teóricas e empíricas do trabalho, sob perspectivas de redimensionamentos, quando necessário. Estes argumentos são reforçados por Franco-Azevedo et al. (2013, p. 4):

A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, etc. Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões.

Dessa maneira, ao combinarmos estratégias analíticas quantitativas e qualitativas buscamos manter o foco na percepção das famílias a respeito da (in)segurança alimentar e seu relacionamento com a “nova” condição camponesa, sem deixar de visualizar as demais relações sociais construídas com a comunidade, o poder público local e a agricultura regional, mesmo que esse relacionamento fosse contraditório. As estratégias que utilizamos estão descritas nas subseções seguintes.

3.4 Técnicas de investigação quantitativa

A técnica de investigação quantitativa escolhida foi a entrevista, na qual foram utilizados dois questionários como instrumentos de coleta de dados. O primeiro questionário foi a EBIA (Anexo A) aplicado junto ao responsável pela alimentação da família e o segundo foi um questionário de caracterização social, econômica, produtiva e política complementar à EBIA.

O questionário da EBIA é um questionário estruturado e, portanto é formado por questões fechadas e é utilizado nas pesquisas do tipo *survey*, em que todos os entrevistados são submetidos às mesmas perguntas e às mesmas alternativas de respostas, previamente definidas. Além disso, conforme Alencar (2007), o *survey* tem como característica ser uma técnica de pesquisa que deve ser aplicada em uma amostra representativa de uma população. Dessa forma, o tamanho e a representatividade da amostra devem assegurar resultados estatisticamente confiáveis.

Os questionários de caracterização social, econômica, produtiva e política foi do tipo semiestruturado, pois continha questões estruturadas (fechadas) e semiestruturadas (abertas). Para Alencar (2007), dependendo da natureza da pesquisa, o questionário semiestruturado será utilizado para colher informações sobre produção, escalas para captar a atitude do entrevistado sobre um dado objeto e questões abertas para coletar informações relacionadas com razões, motivos ou experiências. Nesse tipo de questionário o entrevistado manifesta as suas opiniões, seus pontos de vista e seus argumentos. As respostas podem ser anotadas ou gravadas para posterior transcrição. O uso de um questionário semiestruturado requer do entrevistador habilidade na aplicação, estimulando o entrevistado a aprofundar as suas respostas, mas sem induzi-las. Para Triviños (1995) este tipo de questionário valoriza a presença do investigador, possibilitando ao entrevistado maior liberdade e espontaneidade nas respostas, o que acaba enriquecendo a investigação.

3.4.1 Momento 1: A Escala Brasileira de Segurança Alimentar

A segurança alimentar foi a variável dependente adotada e foi avaliada através da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (Anexo A). Essa escala tem como objetivo captar, no âmbito da família, as percepções sobre segurança e insegurança alimentar, por meio de perguntas realizadas diretamente a uma pessoa da família, preferencialmente o responsável pela alimentação do domicílio, a partir de um questionário de questões fechadas caracterizando-o, portanto, como um questionário estruturado. Essas perguntas procuram avaliar distintas dimensões da insegurança alimentar num gradiente crescente de severidade, iniciado pelo receio da pessoa vir a sofrer privação alimentar no futuro próximo (componente psicológico da insegurança); passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da quantidade de alimentos consumidos; chegando ao nível mais grave de insegurança alimentar, que é a fome entre adultos e/ou crianças. Ou seja, é uma escala que mede a percepção da pessoa de referência sobre a situação alimentar do seu domicílio.

As perguntas referem-se ao período de 90 dias que antecede a entrevista, sendo dadas as alternativas “sim e não” aos respondentes.

A análise de conteúdo das perguntas da EBIA permite uma classificação segundo duas temáticas principais. A maioria das perguntas, 13 no total, refere-se ao acesso dos moradores aos alimentos, contemplando expectativas e percepções acerca da disponibilidade de dinheiro para realizar a sua aquisição. Apenas as questões de número 3 e 10 incorporam conteúdo conceitual qualitativo, a alimentação saudável e variada, a dimensão monetária prevalece nas demais perguntas.

A partir do somatório do número de respostas positivas às questões formuladas à família, classifica-se os domicílios a partir de pontos de corte pré-estabelecidos (Quadro 1) em gradientes de (in)segurança alimentar. Cada

resposta afirmativa do questionário de insegurança alimentar representa 1 ponto, sendo a pontuação do domicílio sua soma, variando em uma amplitude de 0 a 15 pontos. Nesse sentido, os resultados obtidos permitirão a classificação dos domicílios investigados de acordo com sua condição de segurança alimentar em quatro categorias (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD, 2004):

1. **Segurança alimentar** – todas as respostas aos itens EBIA são negativas. Nesse caso não há problema de acesso aos alimentos em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação de que os alimentos venham a faltar no futuro.
2. **Insegurança alimentar leve** – de uma a cinco respostas positivas aos itens. Há preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo e arranjos domésticos para que os alimentos durem mais.
3. **Insegurança alimentar moderada** – de seis a dez respostas positivas aos itens. Nesta situação há comprometimento da qualidade da alimentação, na busca de manter a quantidade necessária. Neste nível de insegurança, inicia-se a redução da quantidade de alimentos entre os adultos da família.
4. **Insegurança alimentar grave** – de onze a quinze respostas positivas. Condição em que há restrição da quantidade de alimentos, levando a situação de fome entre adultos e crianças da família.

Quadro 1 Pontuação para classificação dos domicílios

Categorias de segurança alimentar	Domicílios com pelo menos um morador com menos de 18 anos de idade	Domicílios com somente moradores de 18 anos ou mais de idade
Segurança Alimentar	0 pontos	0 pontos
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5 pontos	1 a 3 pontos
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10 pontos	4 a 6 pontos
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15 pontos	7 a 9 pontos

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PENAD (2004)

A utilização da EBIA partiu, no País, do estudo de validação realizado entre 2003 e 2004 que, por decisão dos coordenadores da pesquisa percorreu, neste processo, etapas qualitativas e quantitativas de investigação. A validade da escala foi confirmada em 5 regiões do Brasil antes de ser incorporada à PNAD de 2004. Este processo resultou em uma proposta de escala com quinze perguntas, cada uma delas correspondendo a um evento e sendo seguida de quatro alternativas de frequência de ocorrência do respectivo evento (IBGE, 2015c).

Das 15 perguntas da escala, nove são relativas aos adultos moradores no domicílio e seis às crianças. Assim, naquelas famílias em que havia a presença de menores de 18 anos as perguntas da EBIA eram realizadas até a questão 15 e naquelas em que não havia, as perguntas eram realizadas até a questão de número 9. Em ambos os casos a pontuação era realizada conforme o quadro 1.

3.4.2 Momento 1: as características sociais, econômicas, produtivas e políticas

De acordo com Almeida (2008 citado por SANTOS; ALMEIDA; FERRANTE, 2013) elementos de segurança alimentar abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais como: nível de segurança alimentar, saúde, escolaridade, redes de cooperação, trabalho, renda, pluriatividade, formação de redes de proteção social, autoconsumo, condições da moradia, práticas ambientais mais sustentáveis, bens duráveis, acesso ao crédito, dentre outros.

Diante da vasta gama de possibilidades para a escolha de variáveis que pudessem ser relacionadas com os resultados dos níveis de (in)segurança alimentar encontrados pela EBIA, foram escolhidas 43 variáveis independentes. Estas foram divididas em 5 constructos como apresentado a seguir:

- **Características sociais:** região de origem; tempo de acampamento; gênero do entrevistado; idade; escolaridade; estado civil; número de membros da família; filhos e netos que vivem no lote; presença de menores de 18 anos; principal ocupação da família.
- **Características econômicas:** principal fonte de renda da família; renda média mensal total da família; renda média mensal com a venda da produção; dispêndio mensal com a compra de alimentos; origem principal dos recursos para a compra de alimentos; dispêndio com o pagamento de bens duráveis.
- **Características produtivas e de consumo de alimentos:** tamanho dos lotes; área para plantio próprio; destino principal da produção de frutas; destino principal da produção de legumes e verduras; destino principal da produção animal; uso da feira como canal de comercialização; registro da falta de água para a residência; tipo de abastecimento da água da residência; registro de falta de água para o pomar, horta e animais; tipo de abastecimento da água para pomar, horta e animais; cursos de interesse ofertados pelo governo (municipal, estadual ou federal).
- **Características políticas e organizacionais:** créditos acessados específicos da reforma agrária; programas do governo federal acessados; integrante de associação; integrante de cooperativa; integrante de sindicato de trabalhadores rurais. Dada a importância do acesso ao PNPB para composição das estratégias de reprodução social no assentamento, também foram investigadas algumas variáveis independentes relacionadas a ele, descritas a seguir.
- **Características dos lotes que acessavam o PNPB:** plantio de soja para o PNPB; realização de “parceria”; intenção em realizar novamente; área destinada à “parceria”; culturas em “parceria”; renda média das culturas (soja, milho e sorgo) em “parceria”.

A escolha das variáveis de cada constructo foi pautada em informações prévias do assentamento e leituras de outros trabalhos acadêmicos sobre (in)segurança alimentar em assentamentos rurais como os de Busato (2011), Dombek (2006), Guerreiro (2009), Obana (2010) e Santos, Almeida e Ferrante (2013).

A coleta de dados referente ao momento 1 da pesquisa ocorreu entre junho e setembro de 2014 e teve o apoio de três membros da equipe de coleta que conheciam bem o assentamento: dois jovens moradores do assentamento que estudavam no curso técnico em agropecuária (ofertado pelo IFMT/*Campus* São Vicente no próprio assentamento) e uma historiadora que além de ter participado da construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento do Dom Osório (PDA) tinha esposo que morava no assentamento.

Nesse período aplicamos tanto o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar quanto o questionário das características sociais, econômicas, produtivas e políticas às 48 famílias selecionadas, seguindo o cálculo amostral e os critérios, já apresentados, estabelecidos pelo recorte de pesquisa. As entrevistas duraram de 90 a 180 minutos por família e envolveram 139 pessoas, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 Composição de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT

Composição da família	Masculino	Feminino	Total (n)	Participação por categoria
Chefes da família e agregados*	47	42	89	64,0%
Filhos ou netos Maiores de 18	10	8	18	12,9%
Filhos ou netos Menores de 18	22	10	32	23,0%
Total de membros	79	60	139	100,0%
Participação por gênero	59,5%	53,2%	100,0%	-----

* Parentes, amigos, companheiros todos maiores de 18 anos

3.5 Técnicas de análise quantitativa

Para determinação da condição de segurança alimentar e o estudo das associações entre essa condição e as características sociais, econômicas, produtivas e políticas das famílias assentadas, os dados quantitativos obtidos por meio das entrevistas foram tabulados e analisados utilizando o software SPSS®.

Os dados foram trabalhados por distribuição de frequência, médias e cruzamento de tabelas (*crosstabs*), permitindo analisar os resultados das características sociais, econômicas, produtivas e políticas do assentamento e relacioná-las com a condição de segurança alimentar. Essas técnicas foram escolhidas por serem as mais utilizadas nos trabalhos que buscam compreender as associações entre a condição de (in)segurança alimentar com outras variáveis independentes.

Complementando as técnicas de análise quantitativa os dados secundários obtidos em bancos de dados oficiais (IBGE, IPEA, INCRA, MDA, MDS, ANP) bem como dados, informações e documentos obtidos junto a instituições que se relacionavam com a agricultura familiar do município de Campo Verde foram tabulados em planilha eletrônica, para subsidiar a caracterização da região em estudo (objetivo 1). Essa caracterização apresentou desdobramentos, que foram mais explorados na seção 4, como: os complexos agroindustriais; um breve histórico do município e do assentamento Dom Osório; os caminhos da produção de biodiesel; e as possibilidades de comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores do assentamento. As informações obtidas foram utilizadas para confecção de gráficos, tabelas e citações estatísticas que permearam o trabalho de tese.

3.6 Técnicas de investigação qualitativa

As questões relacionadas aos desafios que as famílias camponesas do assentamento Dom Osório encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar foram investigadas através da análise aprofundada de ideias, opiniões, problemas e experiências do contexto social, econômico, produtivo e político dos assentados em seu relacionamento com a vizinhança, a comunidade, o poder público local e a agricultura regional. Foram compreendidas, ao olhar dos agricultores, as estratégias elaboradas pelas famílias camponesas para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social, tendo como referencial teórico metodológico norteador dessa investigação a segurança alimentar e os elementos que constituem a “nova” condição camponesa apresentada por Ploeg (2008). Seguindo as orientações de Alencar (2007), adotamos o processo de investigação de sequência circular apresentado na Figura 6.

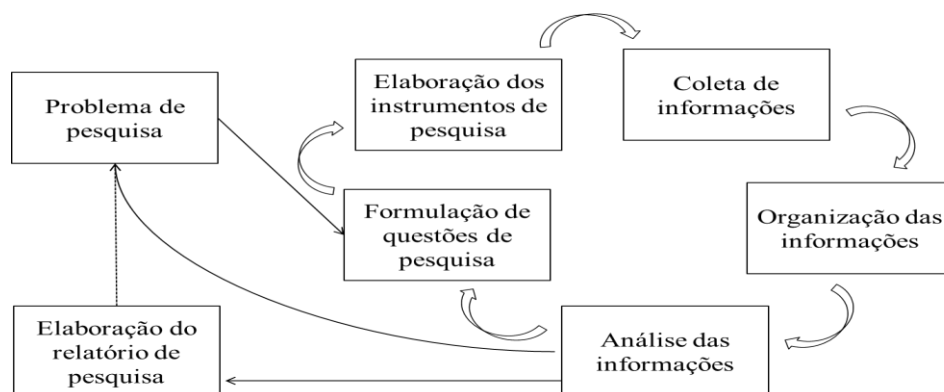


Figura 6 Processo circular de pesquisa em ciências sociais

Fonte: Alencar (2007) adaptado de Spradley (1980)

Na tentativa de aumentar a confiança dos resultados desta investigação em virtude da complexidade dos fenômenos que constituem o objeto de pesquisa

(a categoria social - assentados e o espaço social – assentamento rural), escolhemos utilizar a triangulação de métodos de coleta (e também de análise) já que os dados e informações foram obtidos de várias fontes em um mesmo estudo. Assim, combinamos diferentes instrumentos de coleta, sendo eles: entrevista, observação, registro fotográfico, caderno de campo e grupo de foco.

Ao tratar da entrevista como instrumento para investigação qualitativa Bogdan e Biklen (1994) e também Alencar (2007) apontam a entrevista como o método para coleta de dados e de informações, mais utilizado nas pesquisas sociais, podendo ser combinado com outras técnicas. Em todas as situações, a entrevista é utilizada para obter dados descritivos na própria linguagem do sujeito, possibilitando ao pesquisador o desenvolvimento intuitivo de uma ideia sobre a forma como os entrevistados interpretam aspectos da sua realidade. Para Alencar (2007) o questionário ou roteiro a serem utilizados em uma entrevista devem ser cuidadosamente planejados e elaborados, considerando-se o problema de pesquisa, o objetivo do estudo, o seu referencial teórico, as suas hipóteses ou as questões norteadoras. Ainda para aquele autor, em função do caráter interativo da pesquisa qualitativa (trabalho de campo – análise – trabalho de campo...), o planejamento da entrevista pode ser elaborado a partir de entrevistas anteriormente realizadas, observações, depoimentos sobre a vida dos entrevistados, relatos de acontecimentos ou análise de documentos. Nesta pesquisa utilizamos questionários semiestruturados para as entrevistas em profundidade com cinco camponeses assentados e roteiros para as entrevistas com nove representantes de instituições que se relacionavam com a agricultura familiar do município. Os roteiros foram construídos com uma relação de tópicos que foram abordados durante a entrevista o que orientou o pesquisador e evitou que temas importantes deixassem de ser considerados.

Para Alencar (2007) a observação é, provavelmente, o método que melhor proporciona ao pesquisador os meios para apreender a noção de processo

na vida social, ou seja, captar as ações em desenvolvimento e, por isso, são empregados pelos pesquisadores que adotam a perspectiva interpretativa. Ainda para aquele autor como o foco da análise interpretativa está no significado que as pessoas atribuem às ações que desenvolvem, nossas observações buscaram compreender os significados que apoiaram as interpretações e ações dos agricultores e representantes das instituições entrevistados. Assim, nossa perspectiva sobre observação esteve alinhada as considerações de Alencar (2007, p. 59):

Presenciar ou participar das ações que as pessoas desenvolvem ao longo do tempo, poder falar com elas no momento em que as ações estão sendo desenvolvidas, indagando sobre os significados dos seus atos, ver os resultados e consequências das ações na perspectiva de quem as executou, bem como de outros atores sociais direta ou indiretamente envolvidos são características que tornam a observação um método dinâmico e quase completo para o pesquisador de orientação interpretativa.

Assim, este estudo exigiu entrevista com observação no contexto dos agentes sociais entrevistados, o que marcou o processo de coleta de dados e informações.

Os registros fotográficos foram complementares a todos os instrumentos de coleta e tiveram propósito de documentar aspectos físicos da condição camponesa (re)construídos no assentamento. De acordo com Santos (2009), a análise da fotografia como um dado visual, pode fornecer informações importantes sobre o contexto, acontecimentos e características das pessoas de determinado lugar sua cultura ou *habitus* de classe, gênero, gerações ou etnias. Ainda para a mesma autora a técnica fotográfica é adequada aos estudos sobre família, permitindo analisar trajetórias individuais ou coletivas, a partir de imagens registradas pelo próprio pesquisador, cedidas pelos entrevistados ou

coletadas em outras fontes impressas ou digitais. Em nosso trabalho produzimos nosso próprio material fotográfico para dar suporte a análise das informações

No diário de campo (ou caderno de campo) segundo Patrício (1999) são assinalados os dados referentes aos contextos físico, cultural, social e afetivo em estudo, atentando-se às observações de tudo o que ocorre no ambiente, o que inclui expressões verbais e não verbais. Para Minayo (2013) o diário de campo é um instrumento importante porque nele registramos informações que não são obtidas com as entrevistas semiestruturadas, além de podermos empregá-lo a qualquer momento ao longo do trabalho de pesquisa. Em nosso estudo, no caderno de campo foram registrados constantemente todos os acontecimentos diários ocorridos com informações sobre a vida habitual, o comportamento, as manifestações próprias dos assentados, o relacionamento destes com agentes relacionados à agricultura regional, bem como as percepções, angústias e questionamentos do pesquisador.

O grupo de foco, de acordo com Rea e Parker (2000), envolve de 8 a 12 pessoas que discutem determinado assunto sob a coordenação de um moderador. O método é, para Malhotra (2001), caracterizado como entrevista também realizada por um moderador treinado, de forma não estruturada e natural, com um pequeno grupo de respondentes, de 8 a 12 pessoas. Ainda para o autor, o objetivo principal dos grupos de foco é obter uma visão aprofundada, ouvindo um grupo de pessoas falar sobre problemas de interesse do pesquisador. Uma das características básicas dessa modalidade de entrevista em grupo é a de que os participantes discutam entre si ideias, opiniões, problemas e experiências. Cada membro é livre para manifestar, criticar ou comentar sobre o ponto de vista expresso pelos demais participantes (CASLEY; KUMAR, 1989).

Uma das questões importantes ao se utilizar esse tipo de técnica é referente à clareza dos recursos metodológicos utilizados na sua realização, por

isso a determinação dos participantes que comporão o grupo focal é importante já que devem possuir ao menos uma característica em comum.

Quanto à importância do moderador, Morgan (1997) recomenda que este aborde a máxima variedade de tópicos relevantes relacionados ao assunto específico e promova uma discussão produtiva. Também observa a necessidade deste em limitar as suas intervenções e permitir que a discussão flua, só intervindo para introduzir novas questões é fundamental para facilitar o processo. A explicitação das regras do grupo focal nos momentos iniciais pode ajudar na autonomia do moderador. A orientação para que uma pessoa fale de cada vez, evita discussões paralelas entre os participantes, permitindo assim que todos participem. Essa orientação evita também que poucas pessoas dominem a discussão e todos tenham o direito de dizer o que pensam.

Para Ressel et al. (2008) é valioso a participação de ao menos um observador no grupo focal para, além de auxiliar no registro dos depoimentos verbais auxiliar na captura de expressões não verbais comunicadas ao longo das discussões, registrando-as no caderno de campo. Este(s) membro(s) do grupo de pesquisa é fundamental também para dar apoio às operações logísticas desenvolvidas em cada encontro e, em conjunto com o moderador, trocar ideias e avaliar o encontro recente, gerando orientações para a próxima seção.

Ainda para Ressel et al. (2008) a disposição física dos participantes no ambiente onde ocorre o grupo de foco é importante, sendo recomendada a formação em círculo. Essa formação permite a interação face a face, o bom contato visual e, ainda, a manutenção de distâncias iguais entre todos os participantes, estabelecendo o mesmo campo de visão para todos. O observador e o moderador se sentam em lugares que possibilitam a comunicação não verbal, por meio do olhar. Para não centralizar a atenção dos colaboradores, sentam-se em lados opostos do círculo. O planejamento do local onde serão desenvolvidas

as atividades deve possibilitar o mínimo de interferências para facilitar o debate, privacidade, conforto, fácil acesso e ambiente neutro.

Ao final da técnica de grupo focal o moderador propõe uma discussão dos temas levantados, apresentando-os resumidamente e validando-os junto aos participantes. A elaboração de um relatório do grupo focal que constará de uma descrição dos resultados e análise dos mesmos finaliza a técnica (LEOPARDI et al., 2001). Nesta pesquisa buscamos seguir as orientações desses autores sobre os procedimentos para a realização dos grupos de foco, cujos pormenores são descritos a seguir.

A coleta de dados e informações qualitativas foi realizada nos momentos 2, 3 e 4 da pesquisa e contou com o apoio da equipe de coleta que se alternou em diferentes situações. Nas próximas subseções pormenorizamos aspectos da sua execução.

3.6.1 Momento 2: os grupos de foco

A decisão pela realização de grupos de foco ocorreu em função de termos identificado que a utilização da EBIA e sua relação com as características sociais, econômicas, produtivas e políticas isoladamente apresentavam limites para uma noção mais aprofundada sobre os processos de construção de segurança alimentar.

O planejamento dos grupos de foco foi realizado tendo como subsídio as pré-análises das informações coletadas no momento 1, por meio dos questionários e pela observação, sistematizadas no caderno de campo. A dificuldade em produzir na área total de cada lote, a fragilidade nas estratégias de cooperação e a descrença em trabalhar com itens típicos da agricultura familiar, foram os principais desafios selecionados para serem aprofundados nos dois grupos de foco. Já havia sido identificado até este momento da pesquisa que

um maior aprofundamento sobre o PNPB poderia apoiar na compreensão sobre Segurança Alimentar no assentamento Dom Osório. A realização dos grupos de foco nos apresentava como uma boa alternativa para balancear argumentos sobre essas questões delicadas de serem tocadas. As estratégias de planejamento adotadas envolveram basicamente:

- a) **CrITÉrios de seleÇão dos assentados:** algumas questões levantadas pelos questionários aplicados no momento 1 apontavam especificidades importantes para aprofundamento e que nortearam a estruturação dos dois grupos. Os mais abrangentes naquela fase da pesquisa foram representados pela dificuldade em utilizar toda área do lote e como estratégia realizar a “parceria” para plantio de soja. Foram incluídos nos dois grupos de foco, portanto, agricultores que realizavam a “parceria” para acessar o PNPB por se tratar de uma temática recorrente na maioria das entrevistas. Os demais assentados entrevistados foram também convidados, como será explicitado abaixo.
- b) **Estrutura e logística:** decidimos pela realização de dois grupos de foco (Figura 7) em dias diferentes, para que fosse possível um bom aprofundamento das questões selecionadas para os debates.



Figura 7 Coleta de informações: Uma das “mesas” de trabalho do momento 1 na casa de um agricultor; Apoio logístico do IFMT/Campus São Vicente; momento 2: Os grupos de foco

Foram entregues pessoalmente convites impressos a cada uma das 48 famílias, além de contato telefônico e mensagens enviadas por celular. O coletivo de observadores à pesquisa foi fundamental para esta fase e contou com quatro pessoas no grupo 1 e três pessoas no grupo 2. Vale a pena lembrar que o assentamento possui uma área muito extensa e um grande número de famílias com certa dispersão demográfica, o que exigiu grandes deslocamentos que foram em micro-ônibus do IFMT/*Campus* São Vicente, utilizado tanto para trazer como para levar os agricultores aos seus lotes após o término das atividades.

Nem todas as famílias participaram, o que totalizou 15 agricultores e agricultoras no grupo 1 e 10 no grupo 2, de acordo com o Quadro 2. Os grupos de foco aconteceram na escola estadual do assentamento (Escola Estadual Boa Esperança) e a mediação contou com a coordenação do doutorando e da orientadora.

Quadro 2 Composição dos grupos de foco realizados

Participantes	Grupo de foco 1 (09/09/2014)	Grupo de foco 2 (11/09/2014)
Mediadores	2	2
Observadores	4	3
Ouvintes	2	1
Agricultores	15	10
TOTAL	23	16

Uma técnica complementar utilizada durante os grupos de foco foi a exposição em painéis de registros fotográficos de vários momentos da aplicação dos questionários do momento. Esses registros foram apresentados às famílias participantes antes do início dos debates como forma de valorização do trabalho que realizavam para utilizar a terra. O reconhecimento de suas unidades produtivas e das fotos de outras famílias com estruturas semelhantes criou um ambiente de pertencimento e ao mesmo tempo de aprendizados variados. A

“exposição fotográfica” valorizava o “Banco de Alimentos” e o trabalho dos agricultores, o que permitiu a entrada para as discussões subsequentes. Os dois grupos tiveram duração de 3 horas no período da tarde, quando foi necessária a organização de lanches (com o apoio do IFMT/*Campus São Vicente*), em função da distância da escola para as residências.

c) Definição dos “eixos articuladores” dos debates: ao considerarmos que os grupos de foco representam um método de coleta de informações qualitativas (CASLEY; KUMAR, 1989), em que se pretende criar um ambiente de debate para complementações, aprofundamentos e maior compreensão de questões vinculadas aos processos sociais em análise, nesta situação específica procuramos debater três dimensões centrais: Banco de Alimentos, “Parceria” e Cooperação, por entendermos que foram temas pouco explorados pelos questionários e pela observação realizada até este momento da pesquisa. Após os grupos de foco foi possível selecionar cinco famílias para um estudo aprofundado.

3.6.2 Momento 3: as pesquisas em profundidade

Para seleção das famílias (casos) que foram entrevistadas em profundidade adotamos a amostragem não probabilística por julgamento (MALHOTRA, 2001). A amostragem não probabilística é um método em que não conhecemos a probabilidade de determinado elemento vir a ser selecionado como parte da amostra. Sem ter a certeza de que os elementos têm a mesma chance, não podemos analisar a amostra em termos de sua distribuição normal e, conseqüentemente, estimar o grau de erro amostral. No entanto, alguns tipos de amostra não probabilística podem ser apropriados aos estudos em que a generalização dos resultados não constitui uma questão central. Na técnica de

amostragem não probabilística por julgamento é o especialista no assunto a ser pesquisado que escolhe a amostra que, segundo ele, é a melhor para o estudo em questão. De acordo com Alencar (2007), o pesquisador também pode recorrer a outras pessoas que conhecem a população do estudo para que lhe ajudem a selecionar os elementos amostrais.

Para que a amostragem não probabilística por julgamento mantivesse coerência com os objetivos propostos, buscamos definir critérios que permitissem a seleção das famílias camponesas a serem entrevistadas. Assim, ajustamos ambas as situações descritas por Alencar (2007) e Malhotra (2001), em que julgamos pertinente a consulta de dados e informações coletadas no momento 1, como recorreremos as experiências vivenciadas pela equipe de coleta para a definição desses critérios. No entanto, antes de realizarmos as entrevistas definitivas do momento 3, aplicamos um questionário piloto com três famílias (nos dias 15, 16 e 19 de setembro/2014) para ajuste do mesmo de acordo com as orientações teóricas da pesquisa. Esse questionário complementou a definição dos critérios que tomaram como referência seu impacto sobre a condição de segurança alimentar das famílias, tendo como pressupostos:

- a) **Filhos:** a presença de menores de 18 anos ou próximos a essa idade na família piora a condição de segurança alimentar;
- b) **Feira:** a comercialização de alimentos por venda direta reduz custos de produção, melhora a renda da família, pode estimular ações de cooperação e promover mudanças na base de recursos que podem ser favoráveis à melhoria da condição de segurança alimentar;
- c) **Pluriatividade:** a renda adicional de trabalhos realizados fora do lote também pode contribuir para a melhoria da condição de segurança alimentar quando investida na compra direta de alimentos e na base de recursos (estrutura e custeio);

d) PNPB: o acesso a esse programa faculta uma renda complementar que, de maneira similar a pluriatividade, também pode contribuir para a melhoria da condição de segurança alimentar, no entanto com uma particularidade. Os acordos estabelecidos na “parceria” também podem oportunizar a obtenção direta de grãos, especialmente o milho, para inclusão no ciclo de produção animal e assim gerar mais alimentos tanto para o consumo da família como para a venda.

Ao fim dessa etapa, foram escolhidas cinco famílias (Quadro 3) que, de acordo com os objetivos propostos, especialmente quanto ao objetivo 4, trouxeram mais elementos para o debate.

Quadro 3 Relação das famílias entrevistadas em profundidade

Código da família	Data	Filhos	Feira	Pluriativ.	PNPB
Família 01	24/10/2014 29/10/2014	Não	Não	Não	Não
Família 02	26/09/2014 28/09/2014	Não	Sim	Sim	Sim
Família 03	21/10/2014 25/10/2014	Sim	Não	Sim	Sim
Família 04	21/09/2014 21/10/2014	Sim	Sim	Não	Sim
Família 05	25/09/2014 30/10/2014	Sim	Sim	Sim	Não

Para as entrevistas em profundidade utilizamos questionários semiestruturados que continham questões sobre as estratégias de curto e longo prazos relacionadas à segurança alimentar e a reprodução social das famílias. Também fizeram parte das técnicas de investigação qualitativa do momento 3 a observação, os registros fotográficos e as anotações no caderno de campo. Assim, em média, cada entrevista durou 5 horas, sendo dividida em diferentes dias e períodos.

Ao pré-analisarmos o conjunto das informações coletadas, tendo como referência as proposições teóricas de Ploeg (2008) quanto aos elementos que constituem a condição camponesa, percebemos a impossibilidade de discuti-las separadamente. Esse ensaio foi feito, mas não resultou em uma discussão coerente em função dos múltiplos embricamentos empíricos dos elementos propostos pelo autor. Dessa forma, realizamos um agrupamento dos diferentes elementos da condição camponesa em dois blocos analíticos, o que deu maior congruência às discussões. No Bloco analítico 1, a divisão foi pautada pela ligação das estratégias de curto prazo que empiricamente aparentaram estar mais coligadas aos elementos coprodução, base de recursos, sobrevivência e relações com os mercados. Já no Bloco analítico 2, as estratégias de longo prazo demonstraram maior coligação aos elementos pluriatividade, redução da dependência, luta por autonomia e cooperação. Em resumo, associamos as estratégias analisadas a cada um dos elementos constituintes da condição camponesa que foram agrupados em blocos analíticos como os representados no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 Elementos da condição camponesa divididos em blocos analíticos

Blocos Analíticos	Elementos da Condição camponesa	Estratégias analisadas
Bloco 1	Coprodução	Distribuição do uso da área.
		Produção de alimentos (frutas, legumes, verduras, animais).
	Base de recursos	Alimentos comprados para consumo familiar que não eram produzidos.
		Aquisição de insumos para alimentação e saúde animal.
		Uso de agrotóxicos e produtos “alternativos”.
	(Sobre) vivência	Autoconsumo.
		Destino dos alimentos (consumo familiar, animal, vendas).
		Renda com a venda de alimentos produzidos pela família.
		Renda comprometida com a compra de alimentos.
		Principal fonte de renda para a compra de alimentos.
	Relações com os Mercados	Alimentos vendidos.
		Local de venda dos alimentos.
		Compradores.
		Formas e canais de comercialização.
Bloco 2	Pluriatividade	Trabalho realizado fora do lote.
		Renda de trabalho realizado fora do lote.
		Renda comprometida com a compra de alimentos.
	Redução da Dependência	Aquisição de insumos.
		Comercialização de alimentos.
		Acesso a políticas e programas do governo (foco no PNPB).
	Luta por Autonomia	Agregação de valor aos alimentos produzidos pela família.
		Acesso a políticas e programas governamentais (foco no Crédito Habitação e Apoio Inicial).
	Cooperação	Cooperação formal (associações e cooperativas).
		Cooperação com os vizinhos.

Fonte: Elaborado com base em Ploeg (2008)

Além da coleta de dados diretamente com os agricultores, também foram realizadas entrevistas com os representantes de instituições que tinham relacionamento direto ou indireto com a agricultura familiar do município conforme será apresentado a seguir.

3.6.3 Momento 4: os agentes que se relacionavam com os agricultores do Assentamento Dom Osório

As principais técnicas de investigação qualitativa utilizadas no momento 4 foram o roteiro de entrevista e o caderno de campo. Com as entrevistas buscamos compreender e recolocar questões sobre a “nova” condição camponesa do assentamento Dom Osório diante de suas possibilidades como ofertante de alimentos para o município. A escolha dessas instituições foi pautada pela pré-análise das informações obtidas nos momentos 1, 2 e 3 onde o primeiro representante entrevistado foi o de uma associação do próprio assentamento que apresentou um panorama da produção de alimentos nesse. Após seu início as entrevistas seguintes prosseguiram utilizando a amostragem tipo bola de neve para determinação dos agentes entrevistados.

Quadro 5 Algumas instituições entrevistadas que possuíam relacionamento direto ou indireto com a agricultura familiar do município

Instituição	Código da entrevista	Data
Uma associação do assentamento	Instituição 01	27/09/2014
EMPAER	Instituição 02	03/10/2014
COOPERUNIÃO	Instituição 03	01/11/2014
Secretaria Estadual de Educação	Instituição 04	05/12/2014
STR/Campo Verde	Instituição 05	10/12/2014
Biocamp	Instituição 06	17/12/2014
Secretaria Municipal de Educação	Instituição 07	17/12/2014
SEDAM	Instituição 08	14/01/2015
INCRA/MT-Sede	Instituição 09	27/01/2015

A realização da amostragem tipo bola de neve seguiu a recomendação de Alencar (2007) já que após a entrevista de um grupo inicial de indivíduos estes foram solicitados a identificar outros que se enquadravam no interesse da pesquisa para novas entrevistas.

3.7 Técnicas de análise qualitativa

Dentre as várias técnicas propostas para a análise qualitativa de dados e informações, optamos pela utilização da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) a partir das transcrições das entrevistas, da observação, das anotações do caderno de campo e do grupo focal, buscando-se a construção de um conjunto de significados a partir das informações coletadas, agrupando-as de acordo com a visão dos entrevistados. De acordo com Bardin (1977, p. 42) a análise de conteúdo se caracteriza por:

...conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens.

Segundo Laville e Dionne (1999), após uma primeira organização da documentação da pesquisa, como transcrição de entrevistas, lista cronológica de documentações, notas sobre sua natureza e fonte de cada uma, utiliza-se essa técnica. Ela é aplicada com o propósito de empreender um estudo minucioso do seu conteúdo, das palavras e frases que o compõem, procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais. Segundo estes autores, o princípio da análise de conteúdo consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo, para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação.

Os depoimentos foram organizados de forma a dar maior significação ao seu conteúdo, procurando-se aproveitar seus detalhes, a qualidade e o modo de como os entrevistados interpretavam a realidade. Apoiando-se nas

etapas do processo de uso da análise de conteúdo descritas por Triviños (1995), foi realizado uma pré-análise do material, seguida da sua descrição analítica e interpretação inferencial.

Na primeira etapa todas as informações foram organizadas, buscando a seleção dos materiais que foram analisados a fim de formar o corpus de análise. Os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 1977) foram utilizados para a formação desse *corpus*. Em seguida a localização dos pressupostos teóricos que deram suporte a sua interpretação e a transcrição de partes do texto para fichas de tal *corpus*. Esta primeira etapa foi finalizada com a preparação do material, transcrevendo recortes do texto para fichas específicas. Na segunda etapa realizamos a codificação, classificação e categorização das ideias dos discursos, orientado pelo objetivo e pelo referencial teórico, elaborando-se quadros de referência para os diferentes atores abordados. Na terceira etapa, apoiados nos materiais de informação e no quadro teórico, refletimos, intuímos, estabelecemos relações e propusemos as nossas inferências e interpretações sobre algumas das estratégias elaboradas pelas famílias camponesas do assentamento Dom Osório para construção da sua condição de segurança alimentar e reprodução social, tendo como referencial teórico metodológico a segurança alimentar e os elementos que constituem a “nova” condição camponesa apresentada por Ploeg (2008). Essa técnica foi aplicada especificamente para atender ao objetivo 4 da tese, sendo seus resultados descritos e analisados nas seções 6 e 7.

Como término desta seção explanamos o caminho metodológico que adotamos na tese e nas seções 4, 5, 6 e 7 demonstramos nossas interpretações a respeito dos objetivos que investigamos na pesquisa.

4 CAMPO VERDE E O ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO: IMPÉRIOS ALIMENTARES, BIODIESEL E A AGRICULTURA FAMILIAR

O objetivo desta seção foi de caracterizar a região em estudo (objetivo 1). Assim ele foi estruturado em quatro subseções, em que na primeira conduzimos uma visão do município de Campo Verde/MT e os complexos agroindustriais mais próximos do assentamento em estudo; na segunda fizemos uma breve caracterização do assentamento; na terceira descrevemos como o PNPB se materializa no assentamento; e por fim, na quarta subseção, apresentamos algumas possibilidades de comercialização para os camponeses do assentamento Dom Osório.

4.1 O município de Campo Verde: os complexos agroindustriais e Impérios Alimentares

O município de Campo Verde (Figura 8) situa-se na Mesorregião Sudeste Matogrossense⁵⁸ e na Microrregião de Primavera do Leste. A sua área territorial é 4.782,118 km² e em 2014 a sua população foi estimada em 36.800 habitantes. O IDH-M do município evoluiu de 0,521 (baixo) em 1991, para 0,638 (médio) em 2000, chegando a 0,750 (alto) segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano - PNUD (2010), o PIB *per capita*, em 2012, era de R\$ 51.113,85 (IBGE, 2015d).

⁵⁸É uma das cinco mesorregiões do estado de Mato Grosso (Sudeste Mato-grossense, Alto Araguaia, Primavera do Leste, Rondonópolis e Tesouro). É formada pela união de 22 municípios agrupados em quatro microrregiões (Alto Araguaia, Primavera do Leste, Rondonópolis, Tesouro). Sua área é de 71.887,201 km² (IBGE, 2015d).

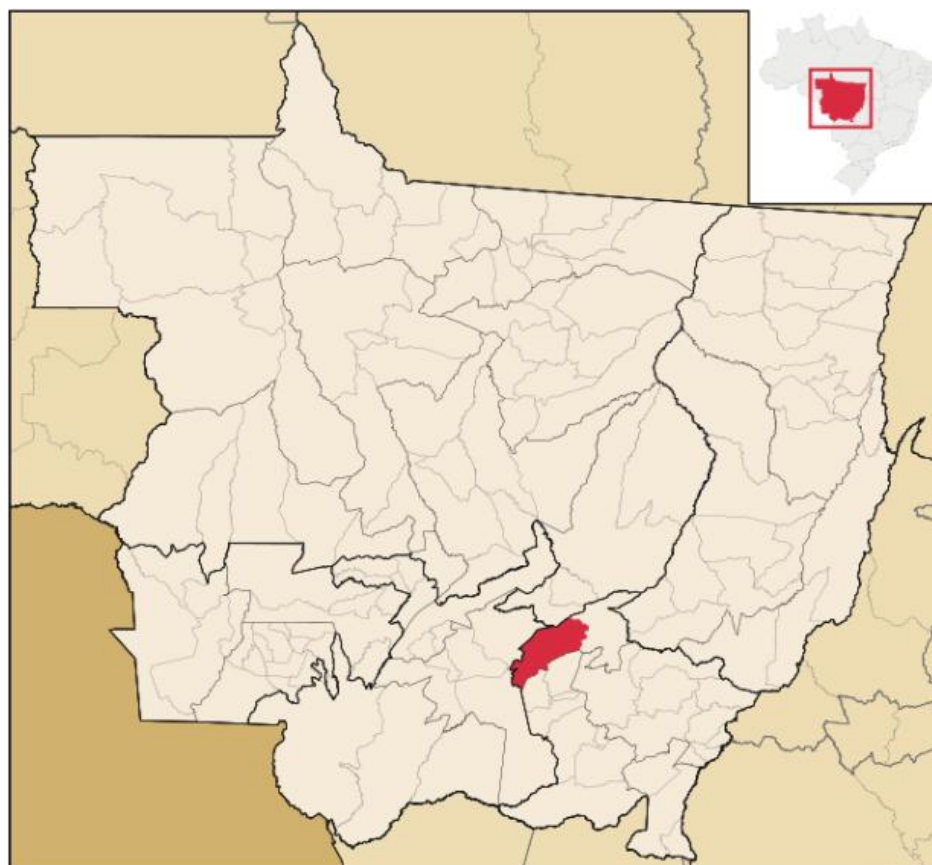


Figura 8 Mapa de localização do município de Campo Verde/MT em relação ao estado de Mato Grosso
Fonte: IBGE (2015d)

O município de Campo Verde está a 736 metros acima do nível do mar e apresenta em sua maior parte, relevo plano a suave na proporção de 70% de sua superfície, 28% de relevo ondulado e 2% montanhoso. Os solos descritos nessa área são identificados como Latossolo e dominam a área com ocorrência. O município está inserido em um divisor de água, constituído da Bacia Platina na sub-bacia do Rio São Lourenço e pela Bacia Araguaia-Tocantins na sub-bacia do Rio das Mortes. Os rios que banham o município são: Rio São Lourenço, Rio das Mortes, Rio Aricá Mirim, Rio Cumbica, Rio Roncador, Rio Ximbica, Rio

Galheiros e Rio da Casca. O Rio das Mortes é o que apresenta maior volume de água, sendo que este margeia o assentamento Dom Osório - PDA (2009).

A região apresenta uma estação seca bem definida (maio a setembro) e apresenta meses no período de inverno com precipitação inferior a 60 mm. A estação chuvosa (outubro a abril) apresenta médias mensais da ordem de 250 mm e coincide com o verão. A média de precipitação anual é em torno de 2.003,4 mm e temperaturas variando entre 18 e 24 graus, com a mínima oscilando entre 10 e máxima 34 graus. De acordo com PDA (2009) o município tem clima úmido tipo tropical chuvoso (estação de seca no inverno e chuvosa no outono) e encontra-se dentro do bioma cerrado.

A história da ocupação da região onde se localiza o município de Campo Verde pode ser dividida em duas, sendo uma anterior ao século XIX e a outra posterior. De acordo com IBGE (2015d) a movimentação na região de Campo Verde foi intensa a partir do século XVII, quando aventureiros e sertanistas romperam o território em busca do ouro da Mina dos Martírios. Segundo Ferreira (1993), os índios bororo tornavam difícil a passagem pela região, que também era a rota de quem saía de São Paulo, Minas Gerais ou Goiás com destino a Mato Grosso. Como esses índios ocupavam uma vasta extensão de Mato Grosso, até o século XIX estimava-se 10.000 índios, eles eram considerados uma ameaça constante para a ocupação do território circunvizinho a Cuiabá, impedindo a ligação entre Mato Grosso e Goiás. Assim, de acordo com Gomes (1987) eles foram perseguidos por forças militares e paramilitares, além de conflitos com caravanas de migrantes, que buscavam acesso à região, aventureiros e fazendeiros que queriam ampliar suas terras. Os índios bororo, senhores do Vale do Rio São Lourenço, habitaram a região de Campo Verde por ser neste município onde se encontra a nascente daquele rio.

Em 1892, no distrito de Capim Branco, foi instalada a Estação de serviços das linhas telegráficas do estado de Mato Grosso e próximo a ela já

existia a localidade de “Burity dos Borges” que teve origem na família Borges vinda de Uberaba/MG foragida de perseguição política. A região tinha na pecuária e agricultura para autoconsumo suas principais atividades agrícolas até a década de 1970 em que se inicia forte processo migratório vindo do sul. Vale registrar que em 1926 passou pela região do Rio das Mortes a Coluna Prestes. Os soldados, conhecidos como “revoltosos”, vinham da zona meridional tentando alcançar território boliviano.

O processo de colonização efetiva do município tem em 1966, uma data importante dada à fixação da família sulista Cocco às margens da atual rodovia BR 070 e com ela novo processo migratório que, na década de 1970 levou a fixação de outras famílias sulistas na região (vindas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que se juntaram aos mineiros, mato-grossenses e nordestinos que já a habitavam, e recebeu ao longo do tempo, o nome de Vista Alegre, Jupiara e Posto Paraná. Esse processo migratório foi impulsionado pelos projetos de expansão da fronteira agrícola e facilidades na obtenção de recursos de crédito rural farto e subsidiado. Com a migração o cultivo de arroz estimulou a economia local, depois a soja ocupou o cerrado até a emancipação político administrativa do município em 04 de julho de 1988.

Semelhante ao que aconteceu no Estado, a soja chegou ao município com os migrantes sulistas ao final da década de 1970 e seu plantio foi substituindo as lavouras de arroz de sequeiro. Já na década de 1980 ela se estabeleceu pautada em um padrão de uso de tecnologias agrícolas fortemente (senão integralmente) dependente de insumos externos. Na década de 1990 a introdução do plantio de algodão, estimulado pela possibilidade de aumento de receitas, clima favorável e um complexo agroindustrial em plena expansão afirmou de vez a participação da agricultura como a atividade econômica mais proeminente do município. No Gráfico 1 demonstramos como no intervalo de 2009 a 2012 a participação do PIB Agropecuário sobre o PIB Total do município manteve-se acima de 40,0%, com

média de 53,5%. Essas estatísticas reforçam a grande dependência do município em relação ao segmento agropecuário.

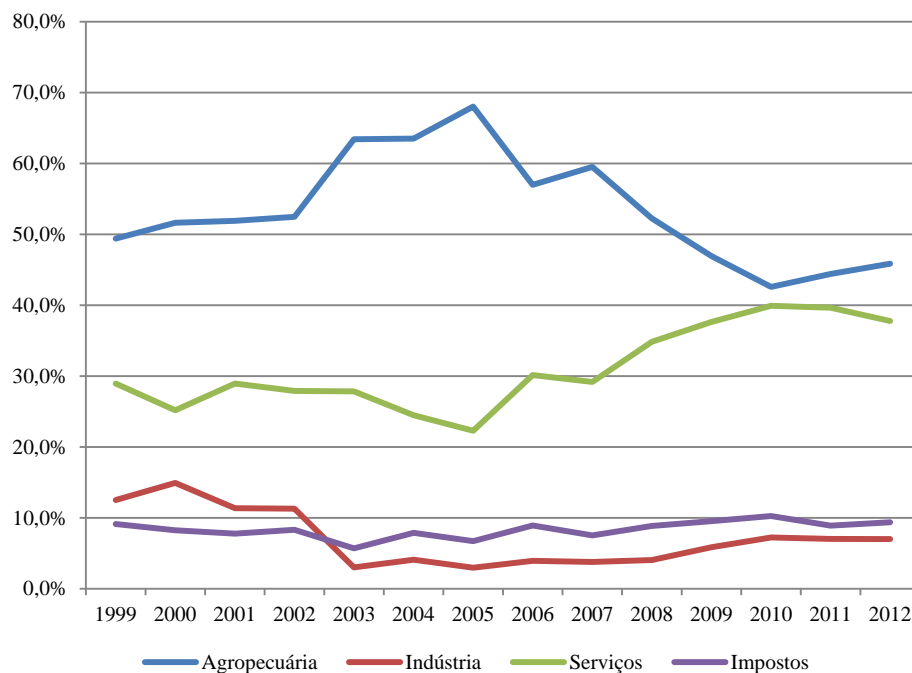


Gráfico 1 Evolução da participação do PIB Agropecuário sobre o PIB Total do município de Campo Verde

Fonte: Adaptado de IBGE (2015b)

A principal atividade econômica do município é, portanto ligada as atividades dos complexos agroindustriais. De acordo com Batalha (2007) um complexo agroindustrial tem como ponto de partida uma determinada matéria-prima base. A arquitetura do complexo é ordenada conforme os sucessivos processamentos da matéria-prima de origem, segundo os diferentes processos industriais e comerciais que ela pode sofrer até se transformar em diferentes produtos finais. Em Campo Verde as atividades dos complexos agroindustriais são puxadas pelo setor agropecuário, em que as principais matérias-primas base originam-se no plantio de soja, milho e

algodão (APÊNDICE A). Há uma competição entre a soja e o algodão pela área destinada ao plantio em função do calendário agrícola. Após o plantio de um ou outro, geralmente planta-se milho de segunda safra (milho safrinha) na área. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2015) mostram que em 2010 a área colhida de soja foi de 145.000 hectares e produção de 506.002 toneladas; a de milho foi de 63.360 hectares e produção de 377.678 toneladas; e a de algodão herbáceo foi de 47.520 hectares e produção de 189.922 toneladas.

Tendo como base a conceituação de complexo agroindustrial e os caminhos da sua consolidação⁵⁹ no Brasil, nossas observações, registradas no caderno de campo, indicaram a presença de vários agentes que atuavam nos complexos agroindustriais no município. Assim, ilustramos na Figura 9 alguns desses agentes cujas operações perpassam a região em estudo.

⁵⁹Nossas observações se embasaram no trabalho de Alencar et al. (2001). Nele os autores debateram as novas formas de relação entre campo e cidade, estabelecidas com a consolidação dos complexos agroindustriais no Brasil, a partir do final da década de 1970. Cinco questões centrais foram ponderadas pelos autores: a) a crescente dependência do setor agropecuário como consumidor de bens e serviços produzidos no setor urbano; b) a transformação de parte considerável do produto agropecuário em matéria-prima para as agroindústrias; c) os sinais de oligopólio e oligopsônio que surgem nessas relações comerciais; d) a associação de capitais com a constituição de grandes conglomerados; e) o processo de globalização.

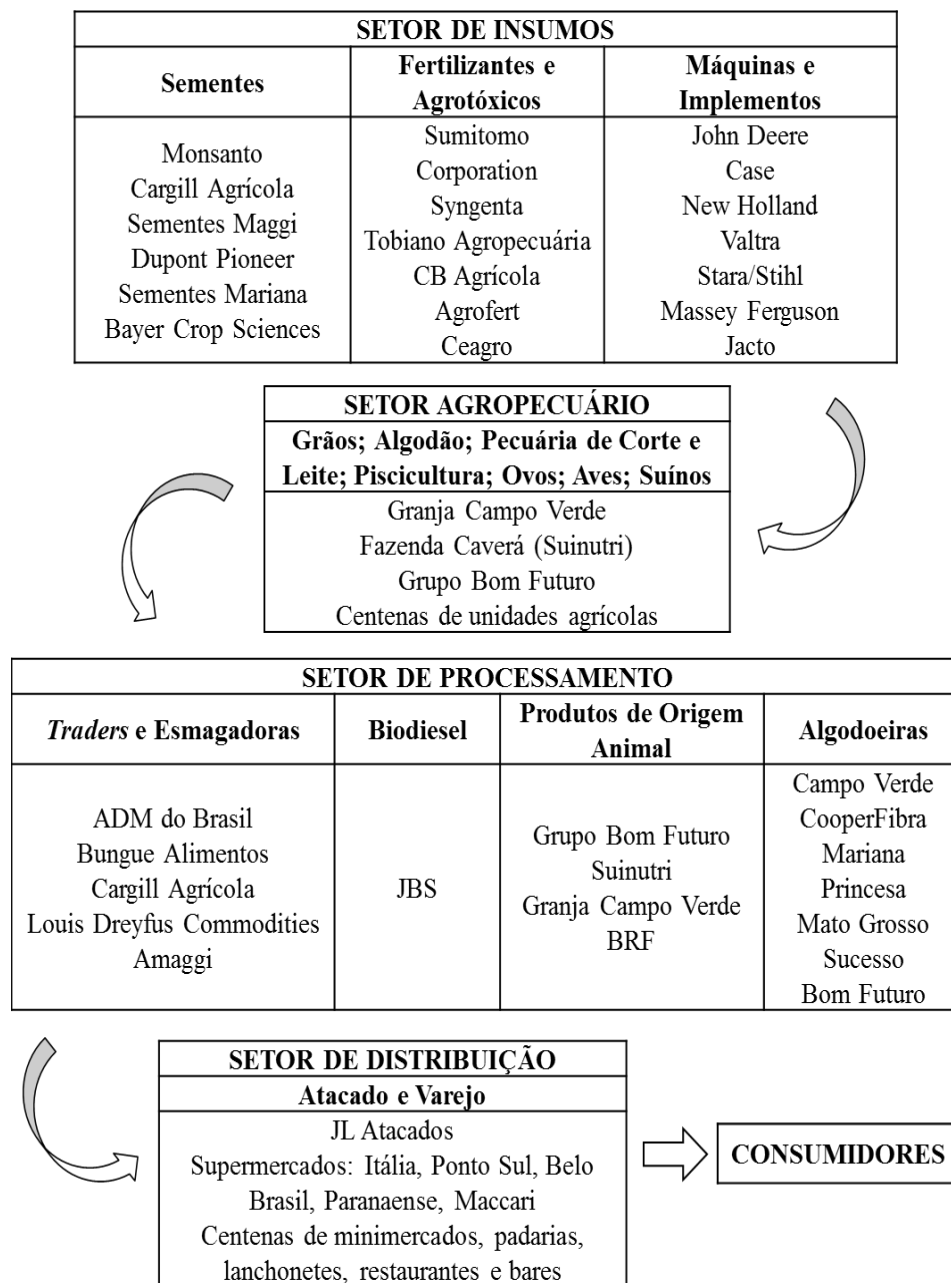


Figura 9 Alguns agentes dos complexos agroindustriais de Campo Verde

Há também uma série de agentes que dão apoio ao complexo industrial, como: bancos, transportadoras, armazenagem, aviação agrícola, empresas de agricultura de precisão, assistência técnica e consultoria, informações de mercado, bolsa de valores, seguros, oficinas mecânicas, postos de combustíveis, instituições de ensino e pesquisa, e outras.

Principalmente no setor de insumos percebemos a presença de empresas que de acordo com Ploeg (2008) caracterizam-se como Impérios Alimentares. Algumas dessas empresas estão presentes no relatório do *Action Group on Erosion, Technology and Concentration*⁶⁰ ACTION GROUP ON EROSION, TECHNOLOGY AND CONCENTRATION - ETC (2008) que apontou oligopólios nos mercados de sementes, agrotóxicos, fertilizantes, alimentos empacotados e no varejo de alimentos.

No mercado mundial de sementes três empresas controlavam mais da metade (53,0%) do mercado mundial, sendo elas a americana Monsanto (23,0%), a americana DuPont (15,0%) e a suíça Syngenta (9,0%) que juntas tiveram faturamento de 11 bilhões de dólares por ano em 2007. Várias sementes dessas três empresas são comercializadas em Campo Verde e a Monsanto ainda conta com uma indústria⁶¹ no município. Da quarta a décima posição apresentaram-se a Vilmorin (grupo francês Limagrain), a americana Land'O Lakes, as alemãs KWS e Bayer Crop Science, a dinamarquesa DLF-Trifiliun e as japonesas Sakata e Takii (ETC, 2008).

Em relação aos agrotóxicos o relatório do ETC (2008) apontou que 10 empresas controlavam 89,0% do mercado global do segmento em 2007 e

⁶⁰O Grupo ETC é uma referência no estudo das corporações do agronegócio. Com três décadas de trabalho e escritórios no Canadá, EUA e México, emite periodicamente artigos sobre todos os cinco continentes com base em cruzamentos de informações oficiais de governos e empresas (CAROS AMIGOS, 2014).

⁶¹Em 2007 a Monsanto comprou a Agroeste Sementes sediada em Campo Verde, uma empresa brasileira de sementes de milho. A Monsanto é líder mundial na produção do glifosato, um herbicida vendido sob a marca *Roundup*. Além disso, é líder na venda de sementes transgênicas, incluindo as resistentes ao glifosato.

faturaram próximo a 35 bilhões de dólares, sendo elas: a alemã Bayer (19,0%); a suíça Syngenta (19,0%); a alemã Basf (11,0%); a americana Dow AgroSciences (10,0%); a americana Monsanto (9,0%); a americana DuPont (6,0%); a chinesa Makhteshim Agan (5,0%), a australiana Nufarm (4,0%), e as japonesas Sumitomo Chemical (3,0%) e Arysta Lifescience (3%).

O oligopólio se estende ao setor de fertilizantes, em que o lucro líquido das dez maiores empresas chegou próximo a 2,5 bilhões de dólares em 2007, sendo elas a canadense PotashCorp; a norueguesa Yara; a americana Mosaic/Cargill⁶²; a israelense Israel Chemicals; a canadense Agrium; a alemã K+S Group; e a chilena Sociedad Química e Minera ACTION GROUP ON EROSION, TECHNOLOGY AND CONCENTRATION (2008).

De acordo com os apontamentos de Murphy, Bruch e Clapp (2012), Pollan (2007) e Ziegler (2013) outro segmento que tem provocado distorções no sistema agroalimentar moderno é o de processamento de grãos devido à sua profunda conexão com as *traders*⁶³. No caso de Campo Verde destacamos: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Em nossas observações também apareceram importantes processadores de produtos de origem animal, destacando-se o Grupo JBS⁶⁴ cujas ramificações se estenderam até a produção de biodiesel, caso da Biocamp. No entanto é nos *traders* que a maioria das transações comerciais se centraliza. Isso porque essas empresas, que

⁶²Segundo Napolitano (2013) a Cargill é a maior empresa do segmento de alimentos do mundo. Seu faturamento, de 137 bilhões de dólares, é 30% maior que o da suíça Nestlé e 50% superior ao de sua principal concorrente, a também americana ADM. É a maior companhia de capital fechado dos Estados Unidos.

⁶³As *traders* ou *trading companies*, são grandes empresas que comercializam *commodities* agrícolas a nível mundial. No caso dessa pesquisa as *commodities* são os grãos de soja e milho.

⁶⁴De acordo com AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (2014), APEX-Brasil, em 2014 a JBS somava cerca de 340 unidades de produção em 11 países, mais de 185 mil funcionários e um faturamento estimado em R\$100 bilhões. Pelo *site* da empresa (<http://www.jbsglobal.com>) nota-se que ela é um *holding* de investimentos controladora do frigorífico, de confinamentos, negócios com couro, biodiesel, transportes, embalagens metálicas, envoltórios, colágeno, higiene e limpeza, gestão de resíduos e de outros negócios como a Eldorado Celulose, a laticínios Vigor e o Banco Original.

em coletivo são reconhecidas como ABCD *traders*, controlam próximo a 90% do mercado global de grãos e se envolvem substancialmente na produção de alimentos básicos, como o xarope de milho e óleo de soja, utilizados na elaboração de uma infinidade de alimentos processados. Embora tenham uma participação vultosa na compra e venda de grãos em todo o mundo, chama a atenção a sua forma de operação na qual se constituem como grandes financiadoras de lavouras de soja, milho e algodão nos vários países que atuam e não seria diferente em Campo Verde.

Essas empresas operam, principalmente, utilizando o mecanismo de comercialização caracterizado por Batalha (2007) como mercado a termo. São contratos em que as partes acordam que alguns elementos da transação podem ocorrer no futuro, sendo detalhada a mercadoria, a data de entrega, o local, meio de transporte, meio de pagamento e quaisquer outros elementos que ambas as partes desejem incorporar ao contrato. A partir da década de 1980 este tipo de contrato ganhou espaço no Brasil por reduzir os recursos governamentais destinados ao sistema de crédito agrícola para o plantio de soja devido à compra antecipada da matéria-prima pela agroindústria, cooperativas ou corretores. Batalha (2007) explica que se trata de um contrato de entrega futura de um produto que ainda está em processo de produção em que o agricultor recebe pagamento antecipado que permite, principalmente, o financiamento do custeio da lavoura e a transferência direta da produção para a agroindústria, procedimento que acontecia usualmente na região em estudo.

É pela intermediação das ABCD, portanto que muitos agricultores (proprietários de empresas rurais e empresas capitalistas, e até camponeses) assinam contratos para, por meio de parcerias comerciais entre as *traders* e casas agropecuárias locais, obterem sementes, fertilizantes e agrotóxicos. Uma vez realizada a colheita e a venda (esta é na maioria das vezes efetuada

para as ABCD ou para agentes intermediários que revendem para elas, por exemplo, o sojicultor que entrega a sua produção em uma cooperativa ou corretor que irá vendê-la para as ABCD), elas irão armazenar a produção para venda ou processamento de acordo com seus interesses comerciais. No caso de Campo Verde o Grupo Bom Futuro também atuava como *trader* e concorria diretamente com o Grupo Amaggi⁶⁵ na compra e venda de grãos da região. No entanto a Amaggi apresentava maior faturamento, chegando próximo a US\$2,85 bilhões em 2012, ou seja, bem próximo ao faturamento das ABCD ilustrados no Gráfico 2.

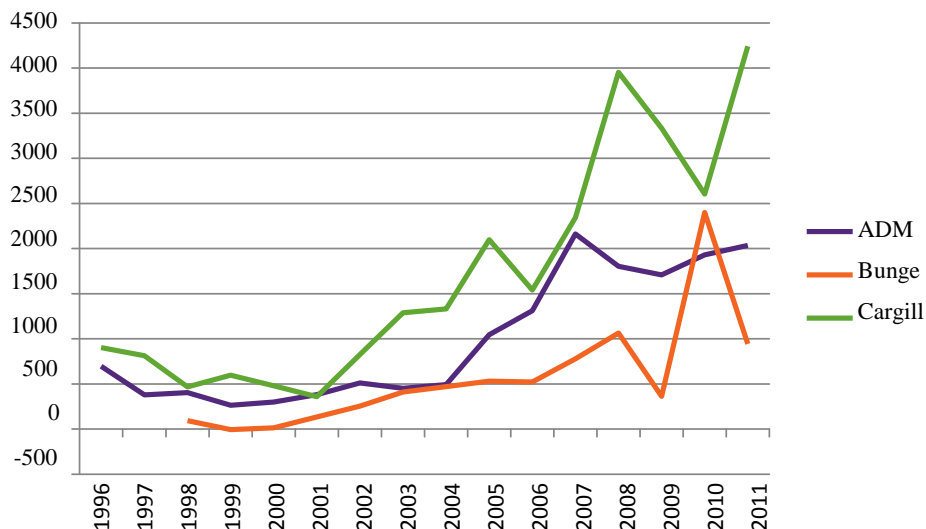


Gráfico 2 Receitas⁶⁶ da ADM, Bunge e Cargill em US\$ milhões
Fonte: Murphy, Bruch e Clapp (2012)

⁶⁵O Grupo Bom Futuro é de propriedade de Eraí Maggi enquanto o Grupo Amaggi é do ex-governador de Mato Grosso e atual (2015) senador da república Blairo Maggi. Novata entre as grandes *traders* que operam em Mato Grosso, a Amaggi faturou em 2012 US\$ 2,85 bilhões (PACHECO, 2015).

⁶⁶De acordo com Murphy et al. (2012) a empresa Louis Dreyfus Commodities não revela suas receitas ao público. Informações referentes à atuação dessas empresas em Mato Grosso são raramente divulgadas, sendo apresentadas como informação estratégica ou rotuladas como dados fiscais. Porém, estimamos que o controle das ABCD sobre a comercialização no estado e no município de Campo Verde, seja similar ao global, ou seja, entre 80,0% a 90,0%.

Diante dessa conjuntura, nossa posição está alinhada a de Murphy, Bruch e Clapp (2012). Para esses autores as ABCD *traders* operam como proprietárias de terras e animais (bovinos, aves, suínos), processadores de alimentos, fornecedores de transporte, produtores de biocombustíveis e prestadores de serviços financeiros nos mercados de *commodities*. As atividades dessas empresas têm tornado a transformação da produção de alimentos em um negócio complexo, globalizado e financeirizado com consequências na elavação dos preços dos alimentos, aumento das dificuldades no acesso a terra e água, alterações climáticas e segurança alimentar. Algumas dessas consequências investigamos com nossos estudos em que ilustramos como os agricultores do assentamento Dom Osório vem traçando estratégias para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social em meio a um ambiente marcado por hostilidade, dependência e luta por autonomia.

4.2 O assentamento Dom Osório - breve histórico e caracterização

Nesta subseção abordamos a origem e trajetória do assentamento Dom Osório⁶⁷, tendo o PDA (2009) como principal documento para a obtenção de dados e informações. De acordo com este documento os registros do início do acampamento do assentamento Dom Osório datam de 2002, quando ocorreram as primeiras mobilização nos bairros do município de Campo Verde a partir de 4 pessoas (coordenadores), sendo que uma delas era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde. A primeira reunião (06/08/2002) ocorreu em uma escola estadual do município e buscou motivar os participantes a pleitearem a terra. De acordo com dados e informações o PDA (2009), nesta

⁶⁷O assentamento Dom Osório já foi objeto de outros estudos. Entre eles citamos: Lopes (2009) que estudou a fase de acampamento; Campos (2014), Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, ONG Repórter Brasil (2010) e Siqueira (2011) que abordaram controvérsias ao redor da produção de biodiesel.

reunião foi comunicado que, em 90 dias, os participantes tinham a possibilidade de entrar em um lote, com área de 25 hectares por família, que distavam 10 km da sede do município, desde que ele se sindicalizasse.

As fazendas Buriti I, II, III e IV; Boa Esperança; São Bento; Xibiu; Pedra Branca; Senzala; Capão da onça; Galheiro e São Gabriel foram as apontadas pela coordenação com potencial para desapropriação. Dessa mesma reunião foi programada a saída para construção de acampamento na fazenda Buriti que ocorreu ainda em agosto (10/08/2002). Os participantes do “movimento”⁶⁸ se reuniram no centro de Campo Verde (Praça João Paulo II) e saíram em carreta para construção do acampamento que abarcou 1.680 famílias. Em novembro do mesmo ano, as primeiras mobilizações iniciaram na porta do INCRA, em Cuiabá, e duraram 3 meses. O acampamento perdurou até o dia 01 de maio de 2003.

Ainda em 2003 (13/02/2003) a Fazenda Boa Esperança, uma das apontadas na reunião de agosto (10/08/2002) pelo “movimento”, foi desapropriada. A sua ocupação iniciou em maio (01/05/2003) quando 680 famílias acamparam em 3 pontos estratégicos da fazenda, sendo criados: o acampamento 1, junto a ponte sobre o Rio das Mortes na entrada; o acampamento 2 no centro e acampamento 3 no final da fazenda. Composto este grupo juntaram-se também 40 famílias, oriundas do Assentamento São Gabriel recém-criado pelo INCRA em Primavera do Leste/MT, que se deslocaram voluntariamente para a fazenda. Uma reunião entre as famílias acampadas o Superintendente do INCRA de Cuiabá, um deputado estadual e um representante da INTERMAT foi realizada, após 40 dias de ocupação. Nessa reunião foi

⁶⁸De acordo com o PDA (2009), o “movimento” e teve seu nome cunhado quando um repórter perguntou a um dos coordenadores qual era o nome do “movimento”. O coordenador explicou que era um “movimento” de trabalhadores acampados e assentados da reforma agrária o qual imediatamente foi definido pelo repórter como MTAA e que posteriormente passou a ser chamado de MTA (Movimento dos Trabalhadores Rurais Acampados e Assentados de Mato Grosso).

solicitado o reagrupamento das famílias em uma única área, a do “areião” (região da fazenda onde predominava solo arenoso), porque lá elas receberiam uma área de 100 hectares preparada para cultivo, fato que não se sucedeu e estimulou várias mobilizações no INCRA de Cuiabá. Neste período houve o ingresso de 40 famílias provenientes de São José do Povo/MT ao acampamento e também surgiram 40 vagas, que foram sorteadas, para o PA de São Bento no município de Dom Aquino/MT. Desse período em diante o andamento dos trâmites para desapropriação ficou paralisado até 2005 porque a ocupação foi qualificada como invasão.

Em 2004 (19/08/2004), por força de uma liminar de despejo, o acampamento foi transferido⁶⁹ para as margens da rodovia BR 070, fato que levou muitas famílias a desistirem do acampamento, permanecendo apenas 230. Nesse período, 60 famílias se deslocaram para o distrito rural de Capim Branco/Campo Verde/MT, porque acreditaram em uma promessa do prefeito da cidade, mas que não resultou na obtenção da terra. Também foram sorteadas entre as famílias 15 vagas para o PA da Cabaça em Barra do Bugres/MT.

Até 2005 (09/11/2005), o acampamento sobreviveu na BR 070 quando novo despejo levou as 67 famílias acampadas para a antiga estrutura do DNER na rodovia BR 364. Juntaram-se a ele mais 33 famílias dissidentes da CPT, 20 famílias do município Reserva do Cabaça/MT, 30 famílias do acampamento São José de Cáceres, 30 famílias do Contestado, município de Pedra Preta/MT, 04 famílias da Fazenda Pau d’álho, em torno de 10 famílias oriundas do município de São José do Povo/MT e 2 famílias indicadas pela irmã Doroti do estado do Pará.

De 2005 a 2007, várias mobilizações ocorreram até a emissão de posse do assentamento (28/03/2007), sendo as de maior destaque o fechamento da rodovia BR 364 durante 4 dias e uma caminhada de todos do acampamento até

⁶⁹Os agricultores relataram que seus pertences foram recolhidos com pá carregadeira, descarregados em caminhões que os transportaram e despejaram diretamente no chão da BR 070 (PDA, 2009).

Cuiabá com destino a sede do INCRA que durou 6 meses até a emissão de posse. Com ela o acampamento retornou para a Fazenda Boa Esperança e recebeu mais famílias oriundas dos municípios de Pedra Preta, Reserva do Cabaçal, São José do Povo e acampamentos, tais como: Nova aliança de Rondonópolis, Bica d'água e Capim Branco, agora totalizando 680 famílias. Elas se dividiram em dois grupos, onde um ficou do lado esquerdo e o outro do lado direito da estrada principal que corta a fazenda. De acordo com Lopes (2009) esses grupos tinham conflitos de interesses e um deles, o com o maior número de famílias, tinha maior influência do MTA. Cada grupo tinha uma coordenação interna que envolvia aproximadamente 40 pessoas. Ainda em 2007 (02/08/2007), ocorreu o despejo do fazendeiro pelos acampados em acompanhamento do INCRA até sua saída ao passar pela ponte do Rio das Mortes, que ocorreu de forma compulsória e sem resistências. A demarcação e numeração dos lotes foram efetuadas no início de 2009 e em 21 de setembro do mesmo ano foi realizado o sorteio dos lotes entre as famílias, que no dia seguinte já ocuparam os lotes.

Quanto à caracterização, a fazenda Boa Esperança foi desapropriada em 13 de fevereiro de 2003, tendo a emissão de posse em 28 de março de 2007. A criação do PA foi realizada em 02 de abril de 2007, pela portaria INCRA/SR-13/nº 010/07. O assentamento dista 52 km da sede do município.

De acordo com o laudo de avaliação de 29/09/2003 a capacidade de assentamento do imóvel era de 323 famílias, porém a portaria INCRA/SR-13/nº 010/07 em seu 1º artigo estabeleceu que a área de 9.947,0 fosse propícia ao assentamento de 540 unidades familiares como apresentado na Figura 10. A área média das parcelas (lotes) variava entre 10, 12 e 14 hectares em função da qualidade do solo, sendo que em áreas onde o solo era menos fértil a área era maior e vice-versa.

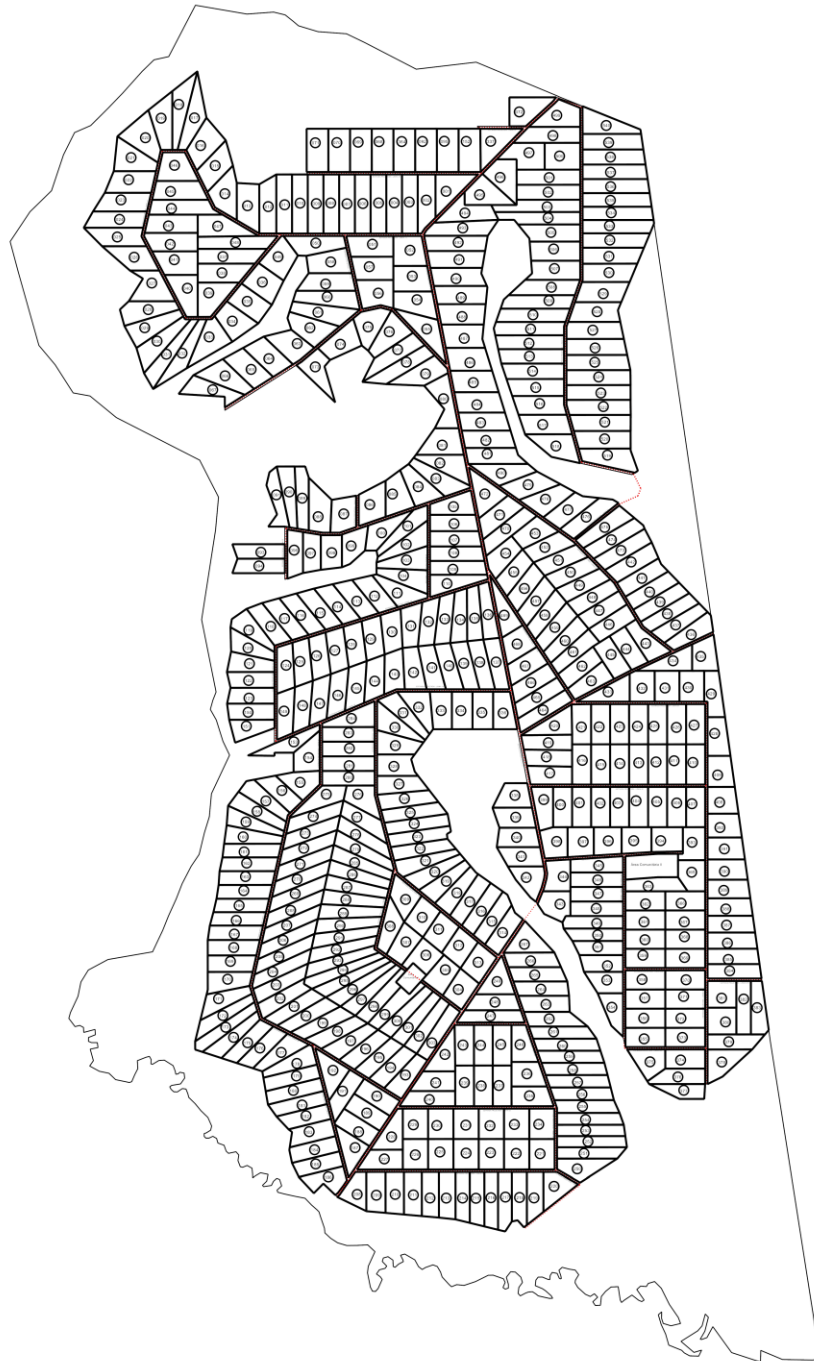


Figura 10 Mapa geral do Projeto de Assentamento Dom Osório Stófell
Fonte: Campo Verde (2009)

A área total da fazenda é de 10.446,9 hectares, sendo que a área registrada foi de 9.947,0 hectares. A área requerida na lei de Reserva Legal (35% da área registrada ou medida, devendo sempre adotar a que for maior) foi de 3.670,0 há e a área efetiva de Preservação Permanente é de 599,00 hectares.

As benfeitorias da fazenda foram estimadas em R\$10.398.290,51 e os valores da terra nua (acrescida da cobertura florística) foram de R\$37.447.769,31. Algumas benfeitorias ainda eram utilizadas pelos assentados devendo ser solicitadas à COOPEROSORIO ou às demais associações presentes no assentamento. Algumas dessas estruturas eram: Alojamento/oficina de alvenaria de 688,00 m²; Armazém Graneleiro Semi-V com capacidade para 50.000 sacos, com moega e processamento, armazém para sementes e adubo e garagem anexa com 2.372,50 m²; Tanque de combustível de chapa metálica com capacidade para 10.000 litros; Caixa-d'água de fibra de vidro com capacidade para 5.000 litros; Casa sede de alvenaria medindo 125,51 m²; Casa de empregado de alvenaria, medindo 73,80 m²; Casa de empregado de alvenaria, medindo 163,35 m²; Casa tipo chapéu de palha medindo 12,56 m²; Depósito de alvenaria medindo 9,00 m²; Dois Poços artesianos com vazão de 15.000 litros/hora cada; Caixa-d'água metálica tipo taça com capacidade para 5.000 litros; Campo de futebol medindo 50 x 30 m, em bom estado de conservação; Armazém para adubo e sementes antes do plantio e grãos após a colheita, com moega para 3.500 sacos no depósito, com estrutura para processar 50 t/hora de grãos medindo 1.250,00 m²; Balança eletrônica rodoviária, com capacidade para 80 t; Casa/escritório de alvenaria medindo 66,00 m²; Casa cantina de alvenaria medindo 72,00 m², com área anexa de 24,00 m²; Alojamento de alvenaria medindo 90,00 m²; Tanque para óleo combustível, com capacidade para 15.000 litros + Depósito de concreto medindo 10,00 m²; Caixa-d'água metálica tipo taça, com capacidade para 10.000 litros + 230 m de cano-d'água plástico subterrâneo tipo PVC de 1 polegada; Poço artesiano com

profundidade de 68 m e com vazão de 45.000 litros/hora, com bomba-d'água elétrica submersa; Duas represas construção mecânica com 50 horas/máquina cada (PDA, 2009).

A entidade jurídica representativa dos assentados era a Associação Chico Mendes Vale do Bacuri, sediada no município de Rondonópolis/MT. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Acampados e Assentados de Mato Grosso (MTA) era a forma de organização e luta agrária sem, contudo apresentar constituição jurídica.

De acordo com o laudo de vistoria e avaliação da Fazenda Boa Esperança, realizado em 18 de novembro de 2002, por equipe técnica, o uso potencial recomendado para o imóvel foi a criação de bovinos para produção de leite, com a implantação de pastagens consorciadas ou não com várias espécies de leguminosas e culturas previamente adaptadas; e o plantio de algumas culturas, semiperenes e perenes, como: soja, milho, sorgo, arroz de sequeiro, mandioca, seringueira, cana-de-açúcar e citrus. Para isso apontaram a necessidade de correção de fertilidade natural e acidez do solo.

Deste uso potencial nos chamou atenção, desde as visitas iniciais em 2010, como o plantio da soja no assentamento (e também em outros assentamentos da região) estava ligado ao acesso dos camponeses ao PNPB. Por isso também fez parte da caracterização de aspectos da agricultura regional discutirmos alguns dos caminhos desenhados para que este programa se materializasse no assentamento Dom Osório, o que foi abordado na próxima subseção.

4.3 A Agricultura Familiar também produz combustível - Parte 2: O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel em Campo Verde

Nesta subseção buscamos focar os caminhos que o PNPB seguiu para se materializar dentro do assentamento estudado.

A empresa produtora de biodiesel que mais opera em Campo Verde é a Biocamp. Ela está sediada no município desde 2006 e, de acordo com ANP (2015b), até 2013 tinha capacidade instalada para processamento de 300 m³/dia de B100. O investimento para sua implantação foi de 30 milhões de reais e teve incentivo do município, para realização de terraplanagem, e do Estado através do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso⁷⁰ (PRODEIC).

A empresa tem capital nacional e segundo informações do *site* www.biosiesel.com.br passou em 2015 a ser uma subsidiária integral da JBS que na prática já a controlava desde setembro 2014, quando foi adquirida. Ao incorporá-la o grupo passou a ter uma capacidade produtiva de 850 m³/dia juntando as produções de Lins (SP) e Campo Verde⁷¹ (MT) (BIODIESELBR, 2015). A empresa participa do PNPB desde o 7º Leilão organizado pela ANP em 14 de novembro de 2007, no qual ofertou 4.000 m³ (ANP, 2015b).

De acordo com a entrevista do representante da “Instituição 06” a aquisição da maior parte da matéria-prima (soja) tinha origem nas *traders* do município e nas unidades de produção de agricultores familiares dos diversos assentamentos do município e suas cooperativas. O principal destino da produção era a região Centro Oeste, e parte do biodiesel também ia para as regiões Sudeste e Norte do país. A empresa adquiria o óleo de soja degomado⁷² para realizar as etapas de transesterificação, separação de fases, recuperação e desidratação do álcool (metanol), destilação da glicerina e purificação do biodiesel, ou seja, ela não realizava o esmagamento do grão de soja na unidade. O grão era armazenado em *traders* parceiros da empresa no município, sendo

⁷⁰Programa criado pela Lei nº 7.958 de 25 de setembro de 2003, regulamentada pelo Decreto 1.432/03 (BRASIL, 2003a, 2003b).

⁷¹De acordo com o *site*, além dessas duas, a JBS é dona de uma usina inativa em Colíder (MT) e, em janeiro de 2015, adquiriu a Big Frango que tem uma usina de biodiesel com capacidade para fabricar 6 m³/dia (BIODIESELBR, 2015).

⁷²É o óleo vegetal livre de lecitina e outros fosfolipídios ou gordura animal. Maiores detalhes em Holanda (2004, p. 94).

destinado ao esmagamento principalmente em uma empresa localizada no município de Rondonópolis também produtora de biodiesel (Noble⁷³). Assim o biodiesel só era produzido sob a demanda dos leilões, sendo imediatamente transportado para o comprador (Petrobrás). Com o Selo a empresa participava de todos os leilões, tinha acesso prévio a eles e também uma cota maior para participação. Dado o fato da empresa não esmagar grãos em sua planta operacional, o entrevistado da “Instituição 06” não soube informar se a ela se beneficiava de incentivos fiscais para seu funcionamento.

De acordo com o entrevistado da “Instituição 05”, na safra 2013/2014, o primeiro passo para o agricultor familiar se inserir no PNPB era procurar o STR de Campo Verde para emissão da DAP provisória. Esta só era emitida depois de um longo trâmite que passava pelo STR do município, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) do estado de Mato Grosso e INCRA, durando em torno de 1 mês. A liberação da DAP pelo INCRA tinha como referência a RB dos projetos de assentamento do município de Campo Verde e não o CCU por dificuldades do órgão em emití-la. Segundo o entrevistado o trâmite era defendido pelo INCRA como uma forma de não se responsabilizar por ilicitudes que por ventura houvesse no processo, ficando o processo sob a supervisão da FETAGRI do estado que por sua vez as incumbia aos STR regionais.

Uma vez que a DAP provisória tinha duração de 1 ano, os contratos firmados para o PNPB também tinham validade de 1 ano. Portanto, para elaboração do contrato para plantio da safra do ano seguinte, e renovação do Selo, era necessária a renovação da DAP e a assinatura novamente de outro contrato seguindo este caminho. O contrato era pautado por um modelo nacional, discutido entre o Sindicato das Indústrias Produtoras de Biodiesel

⁷³A usina do Noble Group, trading de commodities fundada em Hong Kong, na China, esmaga soja e produz biodiesel e tem capacidade para produzir 600m³/dia de B100 de acordo com a ANP (2015a).

(SINDIBIO), FETAGRI dos estados participantes e representações do MDA, e depois adaptado para um modelo regional conforme as particularidades regionais.

De posse da DAP, na base de dados do INCRA/MDA, o agricultor procurava a empresa para formalizar o contrato para fornecimento de soja para o PNPB. A empresa já de posse do modelo regional, consultava as informações do agricultor na base de dados e constatando que ele possuía DAP (provisória) dava prosseguimento ao preenchimento do contrato para entrega da soja no qual o agricultor também informava o tamanho da área a ser plantada. Com as devidas assinaturas, da empresa e do agricultor, este contrato seguia para o STR para verificar a veracidade das informações e avaliar o mesmo, sendo necessário que o agricultor fosse sindicalizado. Após a assinatura do STR e seu devido registro, cópias do contrato ficavam com o agricultor, o STR e a empresa que já era autorizada a efetuar as operações para preparação da área e plantio.

Pelas cláusulas do contrato a empresa fornecia o pacote tecnológico, composto por sementes, agrotóxicos, máquinas e assistência técnica (possui agrônomos e técnicos agrícolas em seus quadros), cujo custo era descontado quando o agricultor entregava a soja, o que ocorreu durante as safras 2009/2010 e 2010/2011. Já nas safras de 2009/2010 e 2010/2011 o INCRA se reportava ao processo de produção de soja para o PNPB no assentamento Dom Osório como arrendamento, porque a participação do agricultor no processo era limitada, sendo este mais um espectador do que um agente ativo, indo de encontro ao posicionamento do MDA. Para este órgão a relação entre empresa e agricultor familiar era uma modalidade de financiamento da lavoura e estava alinhada as diretrizes do Selo.

Porém, de acordo com Campos (2014), em 2012, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em áreas de reforma agrária do estado de Mato Grosso, questionou as ações da empresa alegando que ela havia arrendado

o assentamento Dom Osório, indo ao encontro do posicionamento do INCRA. Isso a levou a suspender o fornecimento do pacote aos agricultores nas safras de 2011/2012, 2012/2013, e segundo as entrevistas realizadas por nosso estudo, e o estudo de Campos (2014) também ocorreu na safra 2013/2014, período da pesquisa.

Assim, juntando as informações de Campos (2014), Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis/Ong Repórter Brasil (2010) e as informações obtidas pela nossa pesquisa outro caminho foi desenhado, desde 2011, para que a soja fosse destinada para produção de biodiesel em que a aquisição do pacote passou a ser feita pela “parceria”. O “parceiro” era um agricultor que possuía (ou alugava) as máquinas para plantar e colher, podendo ser agricultor externo ao assentamento ou um agricultor do próprio assentamento e, com exceção da assistência técnica, se encarregava de fazer todo o processo que antes era feito pela empresa.

Até o momento da assinatura do contrato por todos os agentes, tudo continuava como já apresentamos. A partir daí, no entanto o desenho para realização das práticas de plantio, pulverizações e colheita da soja se modificaram porque com a ausência da empresa no fornecimento do pacote, o agricultor familiar não tinha condições de realizar aquelas operações. Assim, por meio de um contrato, para locação de máquinas e equipamentos, efetuado diretamente entre o “parceiro” e o agricultor familiar, o “parceiro” participava da produção de soja para o PNPB. No entanto, como o agricultor familiar também não tinha condições de adquirir os insumos (sementes, fertilizantes, calcário, agrotóxicos e outros) havia um acordo entre ele e o “parceiro” para que este plantasse, cuidasse e colhesse da área estabelecida no contrato do PNPB em troca de um pagamento que variava de 8 a 10 sacos/soja por hectare para o agricultor familiar.

O “parceiro” então, por meio de um contrato a termo (ou de futuros) e utilizando a DAP do agricultor familiar e seu contrato, adquiria o pacote em casas agropecuárias da cidade e realizava o seu pagamento quando da venda dos grãos a *trader*, parceira tanto da empresa de biodiesel quanto da casa agropecuária. Assim, através da *trader* (já que a empresa de biodiesel não recebia grãos) o pagamento com a soja saudava a dívida com o pacote adquirido como também esta soja ficava à disposição da empresa quando ela precisasse produzir biodiesel para atender aos leilões.

Como estímulo à participação do agricultor familiar (ou do “parceiro”?) a empresa pagava um bônus/saca de soja de R\$1,20 acima do valor cotado no mercado. Outra vantagem citada pelo entrevistado da “Instituição 05” foi a isenção do pagamento do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) pelo agricultor familiar (ou “parceiro”?) nas transações que envolvessem a venda da matéria-prima destinada ao PNPB.

O que nos chamou atenção nesse processo é que o agricultor “parceiro” vem cada vez mais se tornando tão dependente das *traders* para financiar o plantio e comercialização de soja quanto o agricultor familiar vem se tornando dele para acessar o PNPB. Dificuldades relacionadas a alto custo de produção do pacote tecnológico; elevadas cargas tributárias; infraestrutura logística e de armazenamento de grãos precárias; dependência dos preços do mercado internacional controlado pelas *traders*; entraves burocráticos para a obtenção de crédito; e submissão da política agrícola a política monetária nacional são algumas causas que têm levado as *traders* a controlarem a maior parte da comercialização e esmagamento de grãos no estado de Mato Grosso e no Brasil.

Ao primeiro olhar, a grande preocupação com este desenho (arranjo institucional) é que a “parceria” para a entrega de soja ao PNPB seja uma estratégia de uso da terra (e reprodução social) que venha a substituir majoritariamente a produção de alimentos destinados ao autoconsumo ou a

comercialização e reduza a segurança alimentar das famílias no assentamento Dom Osório. Ainda que isso não venha a acontecer, é preocupante a pressão que a “parceria” pode exercer mesmo após a liberação de créditos de estímulo a produção, para que as famílias substituam suas bases de recursos e sistemas de produção, mais diversificados, para sistemas de monocultura pautados no cultivo de soja. Isso pode levar a uma intensificação da relação de dependência desses agricultores às “parcerias” e empresas de biodiesel da região.

As “parcerias” para produção de agrobiocombustíveis em assentamentos rurais são um tema contraditório. No artigo de Ferrante, Barone e Almeida (2010) este é claramente colocado em relação às “parcerias” estabelecidas entre camponeses assentados e usinas de cana. Em Araraquara/SP, no assentamento Monte Alegre os autores apontaram a constante pressão de usinas de cana na região para que os camponeses assentados sejam seus fornecedores de matéria-prima, o que para os autores tem reduzido uma produção de alimentos diversificada na região. Depois de anos de debate com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) publicou portaria que limita a área dos lotes destinada a “parceria”. No assentamento Bela Vista do Chibarro, também localizado em Araraquara/SP, os autores relatam que houve denúncias de que camponeses assentados arrendaram suas terras desde 2000. Em função disso, em anos recentes, o INCRA solicitou a reintegração de posse de lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas o que levou a rompimento das “parcerias”, que segundo os autores pode representar tanto uma posição de acomodação por parte dos camponeses assentados por receio de sofrerem ações de reintegração, como também pode ser uma tentativa de reapropriação do espaço dos assentamentos pelos assentados. De acordo com os autores existem diferenças substanciais entre as diversas formas de parcerias dos camponeses assentados com as agroindústrias, porém o que as diferencia é a maior ou menor utilização da força de trabalho familiar. Para eles os camponeses que cuidam do canavial em seu

lote não podem ser considerados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho nessa cultura e realizam um exame sobre os investimentos e esforços necessários. Porém, existem também muitos lotes que são integralmente arrendados, seja por causa de uma carência de braços relacionada à demografia familiar ou por causa da pluriatividade, por meio de atividades assalariadas fora do assentamento (FERRANTE; BARONE; ALMEIDA, 2010).

Essa diferenciação na utilização da força de trabalho familiar traz consequências em graus variados como a fragmentação interna dos assentamentos entre os que plantam e os que não; o risco de arrendamento da terra; os problemas ambientais devido às queimadas e aos métodos de produção que afetam a população em seu espaço de trabalho e moradia. No trabalho, os autores citam que a renda obtida com a “parceria” fica, em muitos casos, abaixo do esperado. Outra questão apontada é a perda de autonomia dos camponeses em relação ao uso da terra que fica ocupada com a cana por cinco anos, de acordo com os contratos firmados entre as partes. Apesar disso há situações em que a cana pode representar recursos financeiros anuais obtidos em uma parte do lote para, por exemplo, investir nas atividades do lote, enquanto na outra são produzidos alimentos para o consumo da família e comercialização. Os autores (FERRANTE; BARONE; ALMEIDA, 2010) reforçam que isso não pode ser generalizado, pois a composição da família, a disponibilidade da sua força de trabalho e a capacidade de investimento são aspectos que irão variar de um lote para outro e que devem ser considerados para caracterização da “parceria” em arrendamento.

Apesar desse cenário, alternativas para produção e comercialização de alimentos capazes de gerar trabalho, segurança alimentar e renda estavam disponíveis aos agricultores do assentamento Dom Osório, algumas das quais foram abordadas na próxima subseção.

4.4 O apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente à agricultura familiar do município de Campo Verde

Nesta subseção discutimos as potencialidades que alguns canais de comercialização, coordenados pela SEDAM, oferecem para a inserção de alimentos oriundos dos agricultores familiares do assentamento Dom Osório. Em especial trataremos: da feira livre, da agroindustrialização, do PNAE, do PAA e do Shopping da Agricultura Familiar.

Como já mencionamos os assentamentos rurais do estado de Mato Grosso são um importante *locus* de existência do campesinato no estado e por isso as ações da SEDAM tinham seu foco de ações no apoio a assentamentos rurais, as suas associações e cooperativas e ao agricultor familiar assentado. Para isso a SEDAM possuía a Coordenadoria de Agricultura Familiar em que as ações eram organizadas por projetos com diversas linhas de trabalho cada uma.

De acordo com o entrevistado da “Instituição 08” as principais demandas dos agricultores familiares, em ordem de importância, que procuravam a secretaria eram relacionadas à: assistência técnica (prioridade); orientações para viabilizar recursos junto ao Banco do Brasil; regularização fundiária e melhoria das estradas rurais e pontes de acesso ao assentamento.

Entre as várias ações em 2013/2014 (e início de 2015) que envolveram o assentamento Dom Osório, as mais destacadas pelo entrevistado da “Instituição 08” foram:

- organização fundiária de documentação em parceria com o INCRA;
- patrulha agrícola mecanizada (por meio de cooperativa ou associação) em parceria com MDA (R\$160.000,00);
- caminhão caçamba do PAC2, para apoiar o transporte de insumos;

- recuperação da ponte de acesso à entrada do assentamento Dom Osório, com madeiras apreendidas pelo IBAMA;
- organização de interessados para construção de tanques de piscicultura;
- incentivo à pecuária de leite⁷⁴: Distribuição de *kits* de inseminação artificial, com acompanhamento veterinário; apoio ao programa Balde Cheio da Embrapa; Repasse de ensiladeira à Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento Dom Osório (COOPEROSORIO⁷⁵); Repasse de um resfriador com capacidade 1.000 litros de leite;
- ônibus para transporte dos feirantes e um caminhão para transporte dos alimentos no dia da feira.

O primeiro canal de comercialização que investigamos foi o da feira livre de Campo Verde⁷⁶. Ela é considerada uma das mais bem estruturadas de Mato Grosso e em 2014 apresentava cinco pavilhões e praça de alimentação. Sua construção foi iniciada em 2002 e entre 2005 e 2012, o espaço foi ampliado e melhorado com a construção de novos boxes e a reforma dos boxes antigos, o que incluiu revestimento cerâmico e tampo de granito nos balcões (R\$ 97.500,00) e também a construção de uma calçada ao redor do espaço.

⁷⁴De acordo com o entrevistado da “Instituição 08” Campo Verde possui um rebanho leiteiro formado por cerca de 5 mil animais, com aproximadamente duas mil vacas em lactação que produzem diariamente mais de 20 mil litros de leite, o que dava coerência às ações desenvolvidas na área de pecuária leiteira.

⁷⁵Era em 2014, a única cooperativa do assentamento. Foi criada em 10 de novembro de 2009, tendo como atividade econômica principal a criação de bovinos para leite e atividades econômicas secundárias: criação de bovinos de corte, apicultura, criação de frangos para corte, criação de suínos, criação de peixes em água doce, horticultura exceto morango, cultivo de frutas de lavoura permanente, cultivos de abacaxi, melancia e mandioca.

⁷⁶Desde 2014 a feira livre de Campo Verde passou a ser chamada de Feira Livre Municipal Orlando Augusto da Silva. Neste trabalho, no contexto a sua referência, há trataremos apenas como feira.

O horário de funcionamento era das 7h às 13h, tendo seu pico de vendas entre 7h e 9h horas. Do assentamento Dom Osório os alimentos chegavam por caminhão. Este percorria o assentamento já a partir das 4h30min da manhã, o que exigia organização dos agricultores para separação dos alimentos a serem transportados já no dia anterior. O ônibus que transportava os agricultores vinha posteriormente e iniciava o percurso dentro do assentamento a partir das 5h horas.

De acordo com o trabalho de Donini, Donini e Donini (2009) que elaboraram um diagnóstico que trata sobre o perfil dos agricultores desta feira, estes plantam praticamente as mesmas cultivares, oferecendo uma gama diferenciada de alimentos por barraca, porém bem similares entre as barracas, com pequenas diferenciações. Além do leite e derivados, o frango, ovos e alguns alimentos de outras regiões, como maçã, uva e batata inglesa, por exemplo, também são comercializados para atrair os consumidores a partir de uma oferta diversificada. Os autores observaram que a maior parte dos alimentos ofertados era hortifrutigranjeira.

A partir de informações obtidas junto à Associação dos Feirantes de Campo Verde em junho de 2014, a feira tinha 170 boxes. Para participar, o agricultor pagava uma taxa de R\$5,00/dia que era recolhida na própria feira. Para estimar a participação dos agricultores do assentamento Dom Osório na feira fizemos um levantamento no dia 21/06/2014 e elaboramos o Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 Origem e composição dos feirantes da feira livre de Campo Verde

Localidade do município	Número de feirantes	Participação de cada localidade	Número de feirantes por categoria	Participação por categoria
Assentamento Dom Osório	25	25,00%	69 Feirantes que era agricultores de assentamentos	68,0%
Assentamento 14 de agosto	16	16,00%		
Assentamento Santo Antônio	8	8,00%		
Assentamento 4 de outubro	7	7,00%		
Assentamento Taperinha	7	7,00%		
Assentamento 28 de outubro	3	3,00%		
Assentamento Agrovila	2	2,00%		
Assentamento Paulo Freire	1	1,00%		
Comunidades tradicionais	9	9,0%	9 Feirantes que eram agricultores de comunidades tradicionais	9,0%
Atravessadores	23	23,0%	23 Feirantes que eram atravessadores	23,0%
TOTAL	101	100%	101	100%

Do total de feirantes, notamos que a maioria (68,0%) vinha dos assentamentos rurais. Destes, o assentamento Dom Osório era o que tinha maior participação de agricultores (25,0%), o que reforça a importância da feira como um canal de comercialização para alimentos produzidos naquele assentamento e a sua contribuição para a alimentação da população do município.

Esses dados também reforçam nossas observações e informações, obtidas com agricultores em visitas realizadas em 2013 no assentamento Santo Antônio da Fatura e 28 de Outubro, sobre a presença regular de atravessadores

do município e de municípios vizinhos (Rondonópolis, Cuiabá, Várzea Grande, Primavera do Leste e Chapada dos Guimarães) nos vários assentamentos de Campo Verde. Os agricultores informaram que eles realizavam a aquisição direta de alimentos e por isso alguns agricultores não procuravam a feira livre para a comercialização de sua produção. Isso nos levou a percepção de que em assentamentos onde já havia ocorrido o acesso a créditos⁷⁷ de fomento à produção os agricultores preferiam outros canais de comercialização para a venda de seus alimentos do que a feira. Isso poderia ser parte da explicação do porquê a maioria dos agricultores feirantes oriundos dos assentamentos rurais era do assentamento Dom Osório.

Entre os programas e projetos a serem realizados que beneficiarão o assentamento Dom Osório, o entrevistado da “Instituição 09” destacou:

- implantação de tanques de piscicultura no assentamento Dom Osório;
- construção de uma agroindústria para abate de frangos semicaipira no assentamento Dom Osório;
- construção de um laticínio para capacidade de armazenamento de 60.000 litros de leite/dia e Agroindústria de processamento de frutas e verduras todas localizadas no distrito industrial do município;
- distribuição de caixas para criação de abelhas e Reativação da Casa do Mel localizada no Assentamento 14 de Agosto.

A respeito do potencial de outros canais de comercialização nossas observações, entrevistas e consulta a documentos evidenciaram um grande empenho da SEDAM em organizar as cadeias produtivas de alimentos vindos da agricultura familiar e por isso desde gestões municipais anteriores ao ano de

⁷⁷De acordo com o entrevistado da “Instituição 09”, com exceção do assentamento Dom Osório, todos os demais assentamentos de reforma agrária federal do município já haviam acessado os Créditos Fomento I, II ou PRONAF.

2014, aquela secretaria elaborava e apoiava projetos relacionados à agroindustrialização, alguns com apoio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA) e Governo Estadual, no qual o entrevistado apontou: Agroindústria de Polpa de Frutas (Assentamento Taperinha); Agroindústria Derivados de Cana-de-Açúcar (Assentamento 04 de Outubro); Agroindústria de Derivados de Cana de Açúcar (Assentamento Santo Antônio da Fartura); Agroindústria de Derivados de Milho Verde (Assentamento Santo Antônio da Fartura) e com projetos em andamento a: Agroindústria do Leite; Agroindústria de Beneficiamento de Frutas, Legumes e Verduras e Agroindústria de Processamento de Frangos Caipira (prevista de estar sediada no Assentamento Dom Osório).

Além da SEDAM, o fomento às agroindústrias era estimulado pela integração de vários agentes do município como a EMPAER, Secretarias Municipal e Estadual de Educação e a COOPERUNIÃO. Os projetos de agroindustrialização portam possibilidades de potencializar o processamento de alimentos, agora com maior valor agregado e com melhor preço (ANEXO E) oriundos dos camponeses assentados para que estes possam concorrer às chamadas públicas do PNAE. Vale mencionar que não é apenas esse o objetivo dos projetos de agroindustrialização coordenados pela SEDAM. Ressaltamos outros desdobramentos como: manutenção dos agricultores no campo; possibilidade de gerar trabalho e renda para vários membros de uma mesma família; apontar e apoiar novos canais de comercialização direta para os agricultores ou suas organizações coletivas; e fomentar o associativismo e cooperativismo.

Obviamente a manutenção desses projetos depende de múltiplos fatores e não foi objeto do nosso trabalho saber qual a atual situação de cada um deles. Porém, faremos menção ao projeto da Agroindústria de Polpa de Frutas pela ligação dele com o alto consumo de sucos de frutas nas escolas presentes no município e as possibilidades de aquisição da matéria-prima por meio do PNAE.

Com o propósito de incluir as polpas de frutas elaboradas nessa agroindústria para concorrer às chamadas públicas e pregões da merenda escolar do município e Estado, o conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e o conselho de Alimentação Escolar do município e a Câmara de Negócios da Alimentação Escolar do Município de Campo Verde solicitaram uma visita do MAPA à agroindústria, pois para inserção de polpa de frutas no PNAE era preciso que a agroindústria tivesse o Selo de Inspeção Federal (SIF), provido pelo MAPA, pois o Selo de Inspeção Municipal (SIM) não era suficiente para abranger todo o escopo de normas exigidas para a produção de polpas de frutas. Porém, esta visita levou a interdição da agroindústria por ela não se adequar as diretrizes de uma instrução normativa do MAPA, a qual o entrevistado da “Instituição 07” e da “Instituição 02” não soube informar, que estabeleceu novos padrões de qualidade para sucos tropicais. As principais alegações do MAPA estavam ligadas à qualidade da água e irregularidade quanto ao posicionamento dos banheiros na planta da instalação, que não deveriam ficar internamente a mesma. No período da entrevista a SEDAM estava preparando as mudanças exigidas pelo MAPA e prevendo recursos orçamentários, da ordem de R\$14.000,00, para reativar a agroindústria que paralisou as suas operações desde 2013.

Este é um exemplo dos desafios que a agroindustrialização de alimentos da agricultura familiar esbarra ao se submeter a um complexo emaranhado de normas federais (SIF) para a produção de alimentos beneficiados que se aplicam uniformemente a vários tipos e portes de agroindústrias (empresariais e familiares) e desconsideram algumas especificidades da agroindústria familiar. Para nós isso limita ainda mais o acesso daqueles agricultores aos mercados institucionais de compra de alimentos de maior valor agregado (caso do leite e seus derivados e também dos frangos caipira). Sem dúvida há ainda um longo caminho de debates sobre esse tema a ser travado entre o MDA e MAPA e

obviamente que envolva os agentes que representam os agricultores familiares, secretarias de educação e de desenvolvimento rural de estados e municípios.

Outra possibilidade de comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares do Assentamento Dom Osório era o PNAE, um mercado institucional. Em 2014, a prefeitura do município conseguiu chegar bem próxima à meta mínima de 30,0%⁷⁸ da dotação orçamentária do MEC/FNDE/PNAE (R\$448.000,00) destinado ao PNAE com a compra de alimentos da agricultura familiar. Foi gasto próximo a R\$128.000,00 (28,6%) em recursos com as chamadas públicas⁷⁹ para atender às demandas das escolas do município e os demais 70,0% foram destinados à aquisição de alimentos por meio de pregões, onde se utilizou o restante do orçamento do PNAE e R\$600.000,00 com recursos próprios da prefeitura. Percebemos uma comunicação intensa entre a “Instituição 07” e a “Instituição 03” para prospectar possibilidades da produção regional de alimentos e atender às exigências do cardápio escolar.

O cardápio era o elemento central a partir do qual eram elaboradas as chamadas públicas. Havia cardápios diferenciados para o ensino fundamental, para o centro educacional e para a creche. Ao início do mês de janeiro a nutricionista da prefeitura o confeccionava e o repassava à Secretaria Municipal de Educação. A esta era incumbido a elaboração das chamadas públicas ao

⁷⁸De acordo com o entrevistado da “Instituição 07” desses 30% havia ainda uma subdivisão da dotação orçamentária em que 30,0% dos recursos destinados ao PNAE seriam dispendidos com a alimentação dos estudantes do pré-escolar (PNAEP) e os demais 70,0% (PNAEF) com os estudantes do ensino fundamental.

⁷⁹De acordo com o documento analisado, Chamada Pública nº 02/2014 elaborado pela Comissão Permanente de Licitação da prefeitura municipal de Campo Verde o objeto das chamadas públicas “é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar conforme normas do PNAE em conformidade com a resolução CD/FNDE nº 038 de 16 de julho de 2009” (BRASIL, 2009; CAMPO VERDE, 2014). Ainda pelo documento, os gêneros alimentícios podem ser produzidos por “fornecedores individuais, grupos informais de agricultores familiares e grupos formais, conforme especificações constantes no termo de referência, visando atender ao Programa de Alimentação Escolar PNAE de Campo Verde e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino”.

longo do ano para atender às 7 escolas de ensino fundamental (4 urbanas e 3 rurais), 3 centros educacionais e 1 creche, um público estimado pelo entrevistado da “Instituição 07” de 5.300 estudantes em 2014. Uma vez obtidos, os alimentos eram entregues no almoxarifado da prefeitura a partir de pedidos semanais. Ao chegarem ao almoxarifado, depois das devidas conferências, os alimentos eram encaminhados para uma cozinha piloto (central) onde se preparavam diariamente todas as refeições que eram depois distribuídas para as escolas. A merenda e a prestação de contas eram fiscalizadas pelo Conselho Municipal de Merenda Escolar composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação, professores, estudantes e sociedade.

Ainda para ele, havia um potencial latente para que a prefeitura pudesse comprar mais alimentos dos agricultores familiares do município. As informações obtidas com o entrevistado da “Instituição 07” confirmaram a possibilidade que a prefeitura tinha em adquirir, por DAP de agricultor, o valor de R\$20.000,00/ano. No entanto, em sua observação, apontou cinco gargalos que comumente limitavam a compra: a) muitos alimentos que constavam no cardápio escolar não eram produzidos pela agricultura familiar do município; b) quando eram produzidos não havia volume ou frequência de entrega adequada; c) alguns alimentos estavam disponíveis no campo, porém o alimento ou suas preparações não agradavam aos estudantes; d) desconhecimento dos trâmites burocráticos para que o agricultor pudesse concorrer, como pessoa física, às chamadas públicas; e e) dificuldade para a aquisição de alimentos beneficiados (de origem animal principalmente), dada às rigorosas exigências de inspeção sanitária para a sua produção. Esta última explicava por que a maioria dos alimentos adquiridos pelas chamadas públicas eram frutas, legumes e verduras *in natura* (ANEXO D) e os alimentos beneficiados eram adquiridos por meio de pregões (ANEXO E).

Ainda na percepção do entrevistado da “Instituição 07” (e também da “Instituição 04” e “Instituição 03”), embora estivesse identificando um aumento

do número de agricultores familiares (e suas organizações) que buscavam informações e participavam das chamadas públicas, esse conjunto de gargalos conduziu a um desenho no qual a aquisição de alimentos dos agricultores familiares para concorrer às chamadas públicas era, em quase sua totalidade, centralizado na “Instituição 03”. Em função da sua capacidade de organização, corpo técnico, infraestrutura logística e foco na comercialização ela também adquiria alimentos de agricultores familiares e cooperativas de outros municípios. Assim conseguia resolver um dos principais gargalos, que era atender ao volume e frequência de entrega adequada exigidos pela chamada pública do PNAE.

Nossas observações e entrevistas apontaram que ainda era reduzido o número de agricultores do Assentamento Dom Osório, que se relacionavam comercialmente com a “Instituição 03” para a venda de alimentos que concorreriam às chamadas públicas do PNAE. Apenas alguns agricultores mais capitalizados e a “Instituição 01” o fizeram. Contudo ao longo do trabalho de campo constatamos que a “Instituição 03” prospectava mais agricultores do assentamento para que fornecessem alimentos para ela visando a atender ao PNAE.

A outra possibilidade estava ligada também ao PNAE, porém para atendimento à merenda das 6 escolas estaduais presentes no município. A estrutura de funcionamento era semelhante descrita para atender ao PNAE das escolas municipais, só que era voltada exclusivamente para atender ao PNAE das escolas estaduais. Ou seja, abriam-se as chamadas públicas para a aquisição de alimentos dos agricultores familiares e os pregões para a aquisição dos alimentos que os agricultores (ou suas organizações) não conseguissem atender.

Similarmente, 30% da verba destinada ao PNAE para as escolas estaduais deveriam ser gastos com compras de alimentos oriundos da agricultura familiar. Para essas escolas o cardápio era escolhido anualmente em uma lista de 230 opções fornecidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-MT). A escolha era feita por um conselho deliberativo composto por estudantes, pais,

professores e funcionários. Diferente do município que tinha um almoxarifado e cozinha piloto, todos os alimentos eram recebidos semanalmente e estocados na própria escola. Em 2014, de acordo com a percepção do entrevistado da “Instituição 04”, próximo a 20% da verba destinada ao PNAE para as escolas estaduais foram gastos com as compras de alimentos oriundos da agricultura familiar. Ele também apontou gargalos semelhantes aos descritos pelo entrevistado da “Instituição 07” para que esse percentual fosse maior.

O PAA era outra possibilidade de comercialização institucional dos alimentos produzidos pelos agricultores do Assentamento Dom Osório. De acordo com o entrevistado da “Instituição 09” para acessar o PAA o agricultor familiar poderia utilizar a DAP provisória, exclusiva para camponeses assentados da reforma agrária. Com ela era possível compras de alimentos ao valor de até R\$8.000,00 por ano por DAP de agricultor familiar. Porém, de acordo com os entrevistados da “Instituição 02”, “Instituição 03” e “Instituição 09” ainda não havia agricultores daquele assentamento acessando o PAA que é coordenado pela CONAB.

Outro potencial para comercialização direta da produção de alimentos de Campo Verde era o Shopping da Agricultura Familiar, que teve em 2013 o início da construção de sua segunda etapa, ao valor de R\$438.750,00, com convênio estabelecido entre a prefeitura e o MAPA (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2015). No Shopping, a produção familiar contará com um ponto atrativo de comercialização entre as rodovias BR-364 e BR-070, em São Vicente. Haverá boxes de alimentos agroindustrializados e inspecionados, praça de alimentação e alojamento para os expositores. No período da pesquisa o espaço ainda não havia sido inaugurado.

Diante dessas possibilidades, representamos na Figura 11 os principais canais de comercialização fomentados pela SEDAM, e outros agentes, para os alimentos produzidos pelos agricultores do assentamento Dom Osório. Como não devemos perder de vista o importante papel da comercialização direta ao consumidor, este canal de comercialização também foi incluído na figura e será detalhado nas seções 6 e 7.

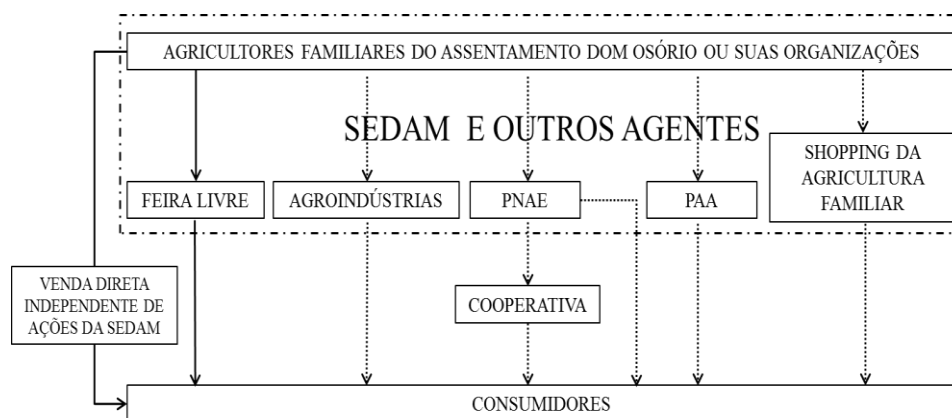


Figura 11 Potenciais canais de comercialização para os alimentos produzidos pelos agricultores do assentamento Dom Osório

Dos canais de comercialização citados, a feira livre apresentava-se como a possibilidade mais acessível no curto prazo ao passo que a agroindustrialização, o acesso ao PNAE, o acesso ao PAA, e o Shopping da Agricultura Familiar como possibilidades de médio a longo prazo capazes de contribuir para geração de renda e melhoria da segurança alimentar dos camponeses assentados e também da população do município. A Figura 11 também demonstra como este arcabouço de possibilidades de comercialização é variado, porém profundamente dependente de políticas públicas intermediadas, em diferentes graus, pela SEDAM. Isso significa que a maior ou menor dinamização dessas políticas e programas dependerão diretamente das prioridades que forem elencadas na agenda daquela secretaria. Dessa forma a materialização dessas possibilidades irá depender de diálogos e reivindicações permanentes dos camponeses do assentamento Dom Osório junto à SEDAM.

Após a caracterização da região em estudo que efetuamos nesta seção, iremos verificar a condição de (in)segurança alimentar das famílias assentadas e relacioná-la a algumas características sociais, econômicas, produtivas e políticas na seção 5.

5 A CONDIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO: UM PANORAMA QUANTITATIVO

O objetivo desta seção foi verificar a condição de (in)segurança alimentar das famílias assentadas (objetivo 2) e analisar a relação entre a condição de (in)segurança alimentar e características sociais, econômicas, produtivas e políticas das famílias camponesas assentadas (objetivo 3). Para isso ela foi dividida em quatro subseções. Na primeira foi elaborado um panorama da condição de (in)segurança alimentar a partir dos resultados da EBIA; na segunda discutiu-se o relacionamento da condição de (in)segurança alimentar encontrada com as características sociais, econômicas, produtivas e políticas; na terceira buscou-se verificar possíveis associações entre a condição de (in)segurança alimentar e o PNPB; e por fim, na quarta aponta-se alguns limites da EBIA como instrumento de aferição da (in)segurança alimentar a grupos específicos.

5.1 As condições de (in)segurança alimentar no Assentamento Dom Osório segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – Momento 1

A aplicação dos questionários da EBIA foi feita tomando como período de referência os últimos 3 meses da data da entrevista. Dessa maneira, foram obtidos os resultados a respeito da situação de Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar Leve (IL), Insegurança Alimentar Moderada (IM) e Insegurança Alimentar Grave (IG), apresentados no Gráfico 3.

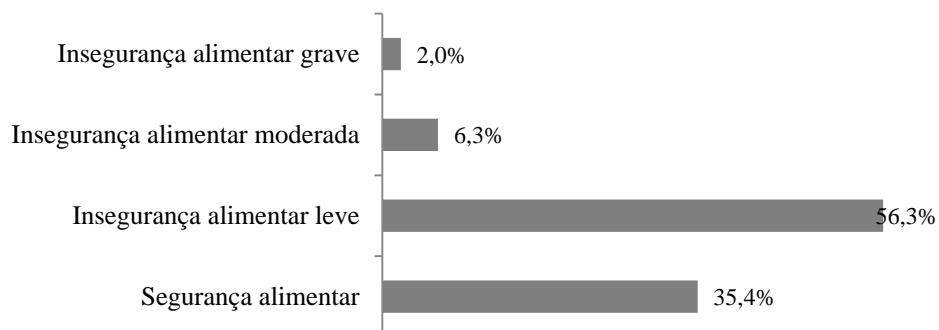


Gráfico 3 Condição de (in)segurança alimentar segundo as famílias do assentamento rural Dom Osório-MT (n = 48)

Os resultados demonstram que 35,4% das famílias apresentaram condição de segurança alimentar e, portanto não tiveram restrição alimentar de qualquer natureza e nem a preocupação com a falta de alimentos no futuro. Os 64,6% restantes apresentaram insegurança alimentar com predominância de insegurança alimentar leve (56,3%), seguida da insegurança alimentar moderada (8,3%) e insegurança alimentar grave (2,1%).

Mesmo em condições geográficas, organizacionais e político-institucionais diferenciadas a comparação desses dados com os encontrados por outros autores em diferentes assentamentos do país permite uma percepção de como estava a situação da condição de segurança alimentar do assentamento em estudo.

No trabalho de Guerrero (2009), que estudou a condição de segurança alimentar no Assentamento Rural Horto Vergel-SP, com um universo de 87 famílias titulares do assentamento, foram encontradas 34,5% das famílias na condição de segurança alimentar, enquanto as 65,5% restantes apresentam insegurança alimentar com predominância da insegurança alimentar leve (35,6%), seguida da insegurança alimentar moderada (19,5%), e por último insegurança alimentar grave (10,4%).

Dombek (2006) ao mensurar a (in)segurança alimentar das famílias de três assentamentos localizados no Pontal do Paranapanema-SP encontrou os seguintes valores máximos e mínimos: para a segurança alimentar, de 44,9% e 40,1%; na insegurança leve 42,0% e 36,7%; na insegurança moderada 17,6% e 12,2% e a insegurança grave 6,1% e 1,1%.

Em outro estudo, Santos, Almeida e Ferrante (2013) compararam a condição de segurança alimentar entre beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário⁸⁰ (PNCF) e o Programa de Assentamentos Rurais⁸¹ (PAs) tendo como universo o Território Rural Vale do Rio Vermelho-GO. Os dados encontrados sobre a condição de segurança alimentar nos PAs revelou que 14% da amostra apresentaram-se na condição de segurança alimentar, 42% na condição de insegurança alimentar leve, 37% na condição de insegurança alimentar moderada e 7% na condição de insegurança alimentar grave.

Na análise comparativa dos resultados dessas pesquisas, com os achados do assentamento Dom Osório, verifica-se que este apresentou resultados de segurança alimentar superiores aos achados por Guerrero (2009) e Santos, Almeida e Ferrante (2013), porém inferiores aos encontrados por Dombek (2006). Já a condição de insegurança alimentar leve foi superior às encontradas por Dombek (2006), Guerrero (2009) e Santos, Almeida e Ferrante (2013), enquanto a condição de insegurança alimentar moderada foi inferior a

⁸⁰O novo programa de Crédito Fundiário, denominado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) incorporou as bases de seu antecessor, o Banco da Terra. Dentre as regras aproveitadas tem-se o teto para a liberação do crédito para a compra da propriedade que foi 40 mil reais, o do financiamento fixado em 20 anos, incluídos 3 anos de carência e a alienação fiduciária da propriedade (SANTOS et al., 2013).

⁸¹O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o responsável por uma política pública de reforma agrária cujo objetivo é viabilizar o acesso das famílias a terra após a imissão de posse nas respectivas áreas, cuja característica mais marcante é o instrumento pelo qual é adquirida a chamada desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, ou simultaneamente, desapropriação agrária. Tal ação é prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 184, em que a União vê-se obrigada a desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel agrário que não esteja cumprindo sua função social (SANTOS et al., 2013).

encontrada também pelos três autores citados. Por fim, a condição de insegurança alimentar grave foi inferior à encontrada por Guerrero (2009) e por Santos, Almeida e Ferrante (2013) e esteve dentro do intervalo encontrado por Dombek (2006).

Para inferir e deduzir sobre as possíveis causas explicativas dos resultados da condição de (in)segurança alimentar (referenciada pelo EBIA) alguns autores⁸² têm realizado análises sobre a relação dessa condição com uma vasta gama de variáveis incluindo as sociais, econômicas, produtivas e políticas que foram utilizadas neste trabalho.

5.2 Análise da condição de (in)segurança alimentar e sua relação com as características sociais, econômicas, produtivas e políticas

Para efeitos de discussão sobre as relações entre a condição de (in)segurança alimentar e as variáveis independentes, agrupamos a condição de (in)segurança alimentar em duas. Esta estratégia foi norteada pelo trabalho de Fávoro et al. (2007), conforme listamos a seguir:

- **Condição 1:** agrupou o somatório dos resultados das condições de “Segurança Alimentar” e “Insegurança Alimentar Leve”. Nessa condição ocorre a preocupação com a possibilidade de vir a faltar alimentos ou ainda problemas com a qualidade e variedade da alimentação, no entanto é uma condição de garantia alimentar.
- **Condição 2:** agrupou o somatório dos resultados das condições de “Insegurança Alimentar Moderada” e “Insegurança Alimentar Grave”. Nessa condição há restrições alimentares ou situação precária com pessoas da família passando fome.

⁸²Autores que especificamente utilizaram a EBIA para mensurar a condição de (in)segurança alimentar em assentamentos rurais citamos: Busato (2011), Dombek (2006), Guerrero (2009), Obana (2010) e Santos et al. (2013).

Assim pelo Gráfico 4, nota-se que a maioria das famílias (91,7%) se encontrava na condição 1, enquanto o restante (8,3%), na condição 2, ou seja, a maioria das famílias do assentamento tinha preocupação (fome psicológica) com a possibilidade de vir a faltar alimentos no futuro próximo, porém não tinha problema de acesso aos alimentos e portanto encontrava-se em situação de garantia alimentar.

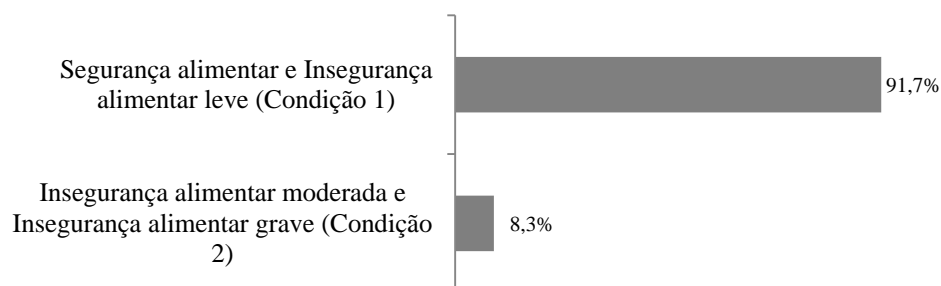


Gráfico 4 Condição de (in)segurança alimentar agrupada segundo as famílias do assentamento rural Dom Osório-MT (n = 48)

Ao comparar os resultados da condição 1 e da condição 2 com os resultados encontrados por Dombek (2006), Guerrero (2009) e Santos, Almeida e Ferrante (2013) nota-se que o assentamento Dom Osório apresentou resultado da condição 1 superior aos três estudos e da condição 2 inferior. Isso sinaliza que as estratégias construídas pelos camponeses do assentamento Dom Osório contribuíram mais para a sua segurança alimentar do que nos assentamentos supracitados. Alguns aspectos que podem explicar a predominância das famílias na condição 1 foram debatidos nas subseções seguintes e estruturados de acordo com as características sociais, econômicas, produtivas e políticas definidas na metodologia.

5.2.1. A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com as características sociais das famílias do assentamento Dom Osório

A relação entre a condição de (in)segurança alimentar com as características sociais estão representadas na Tabela 3:

Tabela 3 Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características sociais de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT (n = 48)

Variáveis	CONDIÇÃO 1		CONDIÇÃO 2		TOTAIS	
	N	%	N	%	N	%
	Região de origem	44	91,7%	4	8,3%	48
Centro Oeste	26	54,2%	2	4,2%	28	58,3%
Sudeste	8	16,7%	1	2,1%	9	18,8%
Nordeste	6	12,5%	1	2,1%	7	14,6%
Sul	4	8,3%	0	0,0%	4	8,3%
Tempo de acampamento	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Menos de 10 anos	10	20,8%	0	0,0%	10	20,8%
Mais de 10 anos	34	70,8%	4	8,3%	38	79,2%
Gênero do entrevistado	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Feminino	21	43,8%	3	6,3%	24	50,0%
Masculino	23	47,9%	1	2,1%	24	50,0%
Idade	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Inferior a 51 anos	21	43,8%	2	4,2%	23	47,9%
Superior a 51 anos	23	47,9%	2	4,2%	25	52,1%
Escolaridade	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
< 4 anos	23	47,9%	2	4,2%	25	52,1%
> 4 anos	21	43,8%	2	4,2%	23	47,9%
Estado civil	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Solteiro	3	6,3%	0	0,0%	3	6,3%
Casado	23	47,9%	2	4,2%	25	52,1%
Viúvo	1	2,1%	1	2,1%	2	4,2%
Outros	17	35,4%	1	2,1%	18	37,5%
Número de membros da família	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
< 3 pessoas	32	66,7%	2	4,2%	34	70,8%
> 3 pessoas	12	25,0%	2	4,2%	14	29,2%
Filhos ou netos que vivem no lote	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Sim	24	50,0%	2	4,2%	26	54,2%
Não	20	41,7%	2	4,2%	22	45,8%
Presença de menores de 18 anos	44	91,7%	4	8,4%	48	100,0%
Menor de 18 anos	18	37,5%	1	2,1%	19	39,6%
Maior de 18 anos	26	54,2%	3	6,3%	29	60,4%

Aparentemente não houve uma relação de associação entre a origem das famílias e a condição de segurança alimentar, por isso deduzimos que como a maior parte das famílias era da região Centro Oeste estas também se encaixaram

na condição 1 (54,2%). Ao menos um membro de todas as famílias entrevistadas participou continuamente do período de acampamento do assentamento. O tempo de acampamento pode ter contribuído para que a maioria das famílias se situassem na condição 1 (70,8%) devido às privações e condições quase subumanas vivenciadas ao longo desse período. A maior duração dessa vivência pode ter sensibilizado a família para mobilização de sua força de trabalho a fim de não experimentar novamente tal situação.

A maior parte dos camponeses entrevistados que estava na condição 1 eram homens (47,9%) com idade superior a 51 anos (47,9%), tendo frequentado a escola por até 4 anos (47,9%) e eram casados (47,9%).

Em relação à escolaridade, avaliada em relação ao tempo de estudo formal, apesar da maioria dos camponeses entrevistados apresentar poucos anos de estudo, as famílias que chefiavam situaram-se na condição 1. Isso significou que o maior tempo de estudo não trouxe influências substanciais à condição de segurança alimentar dessas famílias como era de se esperar para esse grupo. Tais resultados foram diferentes dos encontrados por Guerrero (2009). A autora ao pesquisar a respeito da relação dos fatores sociodemográficos com a condição de segurança alimentar no Assentamento Horto Vergel-SP apontou que havia insegurança alimentar em 65,5% das famílias participantes e que o baixo nível de escolaridade das mesmas era um dos principais entraves à melhora dessa condição. Também diferem dos resultados encontrados por Panelli-Martins, Santos e Assis (2008), que utilizaram a EBIA em Matuípe-BA. Apesar do trabalho não ter sido em assentamento rural os autores concluíram que maiores anos de estudo também influenciaram positivamente na escolha e preparo dos alimentos, contribuindo, portanto para melhora da condição de segurança alimentar. No contexto do assentamento Dom Osório isso significa que a melhora da segurança alimentar foi construída por outros meios além da escolaridade formal. Contudo, como a maioria dos entrevistados apresentava

baixa escolaridade isso deixa clara a importância dos assentamentos (e do meio rural brasileiro), como um importante local de trabalho para pessoas com poucos anos de estudo. Por outro lado sinaliza a necessidade de políticas de Educação de Jovens e Adultos para essas populações.

No que tange a relação entre número de membros da família e a segurança alimentar, na opinião de Marin-León et al. (2005) a utilização da EBIA é explicativa, apontando que quanto maior o número de indivíduos em um domicílio menor será a quantidade de alimentos ofertada à cada um deles. Os resultados que foram encontrados demonstraram que a maior parte das famílias era pequena, possuía até 3 membros (66,7%), e estava na condição 1, portanto confirmando as observações de outros autores de que famílias menores apresentam maiores chances de garantir a segurança alimentar do que famílias numerosas. O trabalho de Aires et al. (2012) também apontou para essa mesma direção ao investigar a prevalência da (in)segurança alimentar entre as famílias residentes na zona rural de Maranguape-CE quando verificaram a associação entre os as variáveis socioeconômicas e o grau de (in)segurança alimentar. Ainda, segundo Fávaro et al. (2007), a elevada densidade familiar apresenta-se como fator diretamente proporcional a situações mais graves de segurança alimentar, o que não ocorreu no assentamento Dom Osório.

A maioria das famílias que estavam na condição 1 tinha filhos ou netos que residiam no lote o que poderia contribuir para a melhoria da segurança alimentar desde que esses tivessem envolvimento com as atividades produtivas. Já que a maior parte das famílias era pequena, isso indicava que a força de trabalho dos chefes da família (mulher ou homem) poderia ser complementada dependendo da composição familiar. Porém algumas observações devem ser relevadas, como exemplo as de Santos, Almeida e Ferrante (2013). Para os autores, famílias com filhos menores têm limitações quanto à colaboração na produção de alimentos. Outro aspecto dessa interpretação pode ser

complementado por Hoffman (1995) e Pereira et al. (2006), que concluíram que quanto maior o número de pessoas menores de 18 anos no domicílio pior é a condição de segurança alimentar. Como no assentamento em estudo a maior parte das famílias era constituída de adultos e que se encontravam na condição 1 (54,2%), infere-se que isso tenha sido favorável a melhoria da condição de segurança alimentar.

5.2.2 A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com as características econômicas das famílias do assentamento Dom Osório

O exame da Tabela 4 assinala que a maioria das famílias ocupadas na agricultura também estava na condição 1 (75,0%) reforçando, portanto o papel fundamental que a agricultura tem como garantidora da condição de segurança alimentar no assentamento estudado. Essas observações estão alinhadas as apreciações de Dombek (2006) que também encontrou baixa escolaridade dos assentados que tinham na agricultura a sua ocupação principal.

Tabela 4 Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características econômicas de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT (n = 48)

Variáveis	CONDIÇÃO 1		CONDIÇÃO 2		TOTAIS	
	N	%	N	%	N	%
Principal ocupação	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Trabalho no próprio lote	36	75,0%	3	6,3%	39	81,3%
Trabalho fora do lote*	6	12,5%	1	2,1%	7	14,6%
Outras	2	4,2%	0	0,0%	2	4,2%
Principal fonte de renda	44	91,6%	4	8,4%	48	100,0%
Venda da produção	11	22,9%	0	0,0%	11	22,9%
Trabalho fora do lote	12	25,0%	1	2,1%	13	27,1%
Auxílio governamental** ‘Parceria’	11	23,0%	3	6,3%	14	29,2%
Outras***	6	12,4%	0	0,0%	6	12,5%
	4	8,3%	0	0,0%	4	8,3%
Renda média mensal total	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Até 1 salário mínimo****	5	10,4%	0	0,0%	5	10,4%
Entre 1 e 2 salários mínimos	9	18,8%	3	6,3%	12	25,0%
Entre 2 e 3 salários mínimos	19	39,6%	1	2,1%	20	41,7%
Acima de 3 salários mínimos	11	22,9%	0	0,0%	11	22,9%
Renda média mensal venda da produção	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Não houve venda de produção	16	33,3%	2	4,2%	18	37,5%
Até 1 salário mínimo	15	31,3%	2	4,2%	17	35,4%
Entre 1 e 2 salários mínimos	9	18,8%	0	0,0%	9	18,8%
Entre 2 e 3 salários mínimos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Acima de 3 salários mínimos	4	8,3%	0	0,0%	4	8,3%
Dispêndio mensal compra de alimentos	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Até 1 salário mínimo	37	77,1%	4	8,3%	41	85,4%
Entre 1 e 2 salários mínimos	5	10,4%	0	0,0%	5	10,4%
Entre 2 e 3 salários mínimos	1	2,1%	0	0,0%	1	2,1%
Acima de 3 salários mínimos	1	2,1%	0	0,0%	1	2,1%
Origem dos recursos compra alimentos	44	91,6%	4	8,4%	48	44
Venda da produção	11	22,9%	0	0,0%	11	11
Trabalho fora do lote	7	14,6%	1	2,1%	8	7
Auxílio governamental	12	25,0%	1	2,1%	13	12
‘Parceria’	6	12,5%	2	4,2%	8	6
Outras	8	16,6%	0	0,0%	8	8

Continuação...

Dispêndio pagamento de bens duráveis						
	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Até 1 salário mínimo	26	54,2%	2	4,2%	28	58,3%
Entre 1 e 2 salários mínimos	5	10,4%	1	2,1%	6	12,5%
Entre 2 e 3 salários mínimos	1	2,1%	0	0,0%	1	2,1%
Acima de 3 salários mínimos	12	25,0%	1	2,1%	13	27,1%

* Trabalho de algum membro da família como assalariado dentro ou fora do assentamento, em período integral ou meio período. **Auxílio governamental como: Bolsa família; Aposentadoria; Pensão por viuvez; Pensão por auxílio doença. ***Outras rendas como: Aluguel; Diarista; Empreita construção; Comércio de mercadorias no assentamento. ****O salário mínimo considerado foi de R\$724,00, válido no ano de 2014.

Há uma relação entre a principal ocupação e a fonte de renda da família com a condição de segurança alimentar quando analisamos a variável trabalho fora do lote. O que está por trás dessa relação são o tempo de dedicação dos membros da família e as atividades produtivas no lote, em que se espera que a maior tempo de trabalho no lote reduza os riscos de insegurança alimentar. No trabalho de Santos, Almeida e Ferrante (2013), ao se referir aos assentamentos criados por projetos de reforma agrária (PAs) os autores verificaram uma relação inversa em que o maior tempo de trabalho no lote aumentava os riscos de insegurança alimentar. Esse fato os levou a concluir que os camponeses estavam buscando formas alternativas ao trabalho no lote para escaparem de condições alimentares deficitárias. Como os dados encontrados por esta pesquisa mostraram que a maioria das famílias que estava na condição 1 tinha como principal fonte de renda o trabalho fora do lote (25,0%), eles também podem indicar uma relação semelhante a encontrada por aqueles autores.

Algumas das justificativas para essa situação podem ser buscadas em Wanderley (1996). Para ela devido à precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo à unidade agrícola se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isso significa que a renda obtida da atividade externa venha a ser indispensável para a reprodução,

não só da família, como do próprio estabelecimento familiar. Para a autora essa observação é extremamente importante porque não se trata simplesmente de verificar se os estabelecimentos camponeses conseguem ou não gerar renda suficiente para manter a família. Trata-se de compreender os mecanismos deste equilíbrio precário e instável, pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho externo.

Dombek (2006) também contribui nesse entendimento. Para ele nas áreas rurais, onde se encontram os mais elevados índices de pobreza no país, a produção agroalimentar apresenta-se, na maioria das vezes, como a principal fonte de renda, mesmo considerando a pluriatividade dos camponeses. Duval, Valencio e Ferrante (2008) também esclarecem que a situação de vulnerabilidade alimentar ocorre principalmente em função da insuficiência de renda para acesso aos alimentos via mercado e inconstância do abastecimento no mercado interno, o que explica em parte porque a pluriatividade com trabalhos exercidos fora do lote é uma das estratégias adotadas pelos assentados para a geração da renda que será utilizada também para a compra de alimentos que a família não produz.

Como demonstrado além do trabalho, fora do lote a venda da produção foi outra fonte de renda considerada importante para boa parte das famílias que se encontrava na condição 1 (22,9%). Para Wanderley (1996), tanto no passado como até hoje no campesinato brasileiro, a busca de um produto ou produtos comercializáveis sempre foi uma orientação comum e natural, assim como a produção para o autoconsumo. Para ela dispondo de meios de produção, ainda que em condições precárias e insuficientes, este camponês busca antes de tudo assegurar o consumo alimentar da família. Assim, conclui-se que no assentamento Dom Osório a

resistência para permanência na terra também faz da comercialização da produção uma estratégia para reduzir as chances de insegurança alimentar das famílias assentadas.

Grisa e Schneider (2008) também contribuem para esta discussão. Esses autores salientam que ainda que a produção para o autoconsumo atenda à maior parte das necessidades alimentares, há alimentos que não podem ser produzidos pela família e que são indispensáveis. O atendimento destas e de outras necessidades impulsiona a família a estabelecer relações com os mercados através da comercialização de parte da produção.

Em relação à renda média, a maioria das famílias entrevistadas se situou na condição 1, apresentando renda média mensal entre 2 e 3 salários mínimos (39,6%). De acordo com os trabalhos descritos por Hoffman (1995), pelo Grupo de Trabalho de Indicadores de Segurança Alimentar do Programa Comunidade Solidária (1998) e Pereira et al. (2006) a renda é tida como o fator mais determinante da condição de segurança alimentar de um domicílio. Essa observação também foi constatada por Nobre et al. (2009) que ao estudarem uma comunidade rural do município de Diamantina-MG identificaram, entre as famílias com renda familiar inferior a um salário mínimo, maior prevalência de insegurança alimentar do que nas famílias com ganho superior ou igual a um salário mínimo.

No caso em análise apenas 10,4% de famílias apresentaram renda familiar de até 1 salário mínimo, porém ainda assim se situaram na condição 1, provavelmente pela importante contribuição da produção para autoconsumo e de outras fontes de renda, como o trabalho fora do lote, auxílios do governo ou a renda oriunda da “parceria”, que aumentam as chances de garantia de melhor segurança alimentar. Vale ressaltar que no recorte metodológico particularizado nesta pesquisa, não foi contabilizado o

valor da produção⁸³ destinada ao autoconsumo como parte integrante da renda. Este também poderia ser outro fator explicativo para que famílias com rendas inferiores a 1 salário mínimo tenham se situado na condição 1.

Também nos trabalhos de Segall-Correa et al. (2003, 2004) realizados tanto com famílias urbanas quanto rurais, evidenciou-se condição de insegurança alimentar para as famílias que recebiam menos de um salário mínimo, e, naquelas com mais de cinco, a insegurança alimentar era praticamente inexistente. Observa-se que no caso estudado isso ocorreu com todas as famílias que tinha a renda mensal superior a 3 salários mínimos, o que reforça a afirmação de que rendas maiores diminuem os riscos de insegurança alimentar.

Dado o relacionamento da renda com segurança alimentar, buscou-se saber qual era a contribuição da venda de alimentos na composição da renda das famílias. Assim, duas relações chamaram atenção. A primeira apontou que a maioria das famílias não vendia a sua produção encontrando-se na condição 1 (33,3%). Isso pode significar que a sua condição de segurança alimentar estava favorável graças ao autoconsumo de alimentos, mas também pode significar uma contribuição de outras rendas para esta situação positiva. A segunda apontou que a maioria das famílias encontradas na condição 1 (66,7%) tinham conexões com os mercados, seja dentro ou fora do assentamento, e isso as ajudava a ficar em uma situação confortável em relação ao consumo de alimentos.

Ao buscar compreender outras relações explicativas sobre a condição de segurança alimentar e a renda buscou-se averiguar a relação da renda despendida e sua origem, com a aquisição de alimentos. Assim, os dados mostraram que a maioria das famílias entrevistadas encontraram-se

⁸³Não foi objetivo da presente pesquisa mensurar o valor da produção destinada para autoconsumo. Sobre métodos para esse cálculo aplicados à agricultura familiar consultar Grisa et al. (2010).

na condição 1 gastando até 1 salário mínimo mensal com a compra de alimentos (77,1%), onde o auxílio governamental (25,0%) e a venda da produção (22,9%) eram as principais fontes de recursos para esta finalidade. Esses resultados sinalizam a importância que os auxílios governamentais têm para a proteção de populações em situações de risco. Também apontam que os recursos obtidos com as vendas da produção, ainda que não tenham uma participação expressiva, podem complementar outras fontes de renda para a compra de alimentos que não são produzidos pelas famílias.

E por fim outra questão foi relacionar o comprometimento da renda familiar com a compra de bens duráveis, já que estes poderiam reduzir os recursos destinados à compra de alimentos e assim piorar a condição de segurança alimentar. Dessa relação os dados mostraram que a maioria das famílias comprometia até 1 salário mínimo ao mês da renda com bens duráveis (como eletrodomésticos, equipamentos, veículos) e estavam na condição 1 (54,2%).

5.2.3 A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com as características produtivas e de consumo alimentar das famílias do assentamento Dom Osório

A maioria das famílias habitavam lotes com área entre 10,0 e 12,0 hectares e estavam na condição 1 (47,9%). Apesar de uma parcela substancial das famílias da condição 1 residir em lotes com área superior a 12,1 hectares (43,8%), como representado na Tabela 5, achados de campo demonstraram que o maior lote não chegava a 20,0 hectares.

Tabela 5 Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características produtivas e de consumo alimentar de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT (n = 48)

Variáveis	CONDIÇÃO 1		CONDIÇÃO 2		TOTAIS	
	N	%	N	%	N	%
	Tamanho dos lotes	44	91,7%	4	8,3%	48
Área entre 10,0 e 12,0 hectares	23	47,9%	2	4,2%	25	52,1%
Área superior a 12,1 hectares	21	43,8%	2	4,2%	23	47,9%
Área plantio próprio*	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Entre 0,5 e 1,5 hectares	32	66,7%	1	2,1%	33	68,8%
Superior a 1,5 hectares	12	25,0%	3	6,3%	15	31,3%
Destino produção de frutas	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Consumo da família (e animais)	37	77,1%	4	8,3%	41	85,4%
Comercialização in natura	7	14,6%	0	0,0%	7	14,6%
Destino produção de legumes e verduras	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Consumo da família (e animais)	39	81,3%	4	8,3%	43	89,6%
Comercialização in natura	5	10,4%	0	0,0%	5	10,4%
Destino produção de animais	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Consumo da família	32	66,7%	3	6,3%	35	72,9%
Comercialização in natura	12	25,0%	1	2,1%	13	27,1%
Comercialização na feira	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Sim	7	14,6%	0	0,0%	7	14,6%
Não	37	77,1%	4	8,3%	41	85,4%
Falta de água residência	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Sim	5	10,4%	0	0,0%	5	10,4%
Não	39	81,3%	4	8,3%	43	89,6%
Abastecimento de água residência	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Poço semiartesiano	30	62,5%	2	4,2%	32	66,7%
Direto de rio	5	10,4%	1	2,1%	6	12,5%
Outro**	8	16,7%	0	0,0%	8	16,7%
Obtido com o vizinho	1	2,1%	1	2,1%	2	4,2%
Falta de água lavoura e animais	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Sim	7	14,6%	0	0,0%	7	14,6%
Não	37	77,1%	4	8,3%	41	85,4%
Abastecimento de água lavoura e animais	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Nascente	1	2,1%	0	0,0%	1	2,1%
Poço semiartesiano	26	54,2%	2	4,2%	28	58,3%
Direto de rio	6	12,5%	1	2,1%	7	14,6%
Misto	1	2,1%	0	0,0%	1	2,1%

Continuação...

Outro**	9	18,8%	0	0,0%	9	18,8%
Obtido com o vizinho	1	2,1%	0	0,0%	1	2,1%
Chuva	0	0,0%	1	2,1%	1	2,1%
Cursos de interesse	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Produção animal	28	58,3%	3	6,3%	31	64,6%
Plantio de hortifrutigranjeiros	6	12,5%	0	0,0%	6	12,5%
Outros	10	20,8%	1	2,1%	11	22,9%

* Área com plantios e criações animais cujo trabalho realizado contou principalmente com a força de trabalho da família. Essa área abrangia tanto os alimentos destinados para o autoconsumo como a comercialização.

** Poço tipo “bocão” que consta de uma escavação rasa com estrutura simples que permite captar a água por balde ou bomba submersa.

No município de Campo Verde o módulo fiscal é de 60,0 hectares (INCRA, 2015c), o que deixa claro que os lotes do assentamento em estudo são caracterizados como minifúndios sendo subparcelas do módulo fiscal regional. Isso reforça a classificação daqueles lotes como estabelecimentos de agricultura familiar enquadrados na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da agricultura familiar) (BRASIL, 2006). Junto aos outros critérios, o estabelecimento que possuir área de até 4 módulos fiscais é classificado como de agricultura familiar. Portanto, dificilmente em assentamentos rurais em que os lotes sejam subparcelas do módulo fiscal será possível estabelecer uma relação conclusiva de que maiores áreas conduzem a maiores níveis de segurança alimentar sem se investigar a área destinada ao plantio próprio e o destino da produção.

Os dados evidenciaram que em uma área relativamente pequena à maioria dos alimentos produzidos era destinada ao autoconsumo. Assim a maior parte das frutas (77,1%), legumes e verduras (81,3%), e produção animal (66,7%) das famílias encontradas na condição 1 era consumida por elas (e animais) e não vendidas, sendo a área destinada à essa produção situada entre 0,5 e 1,0 hectare (66,7%) para as famílias na mesma condição. O trabalho de Guerrero (2009) também destacou que as famílias que apresentavam os melhores níveis de segurança alimentar também possuíam maior volume de produção vegetal, destinada tanto para o autoconsumo como também para a comercialização. Apesar de a

comercialização ter se mostrado pequena, as análises conjuntas dos resultados permitiram deduzir que mesmo não utilizando a maior parte da área do lote, as famílias têm conseguido se manter em condições favoráveis de segurança alimentar. Isso também pode ser confirmado pelo destino da comercialização dos alimentos quando investigando a feira livre. Como a maioria das famílias não participava da feira livre e se encontrava na condição 1 (77,1%) deduz-se que de fato a maioria dos alimentos produzidos era destinada ao autoconsumo.

Sobre o autoconsumo, concordando com Grisa, Gazolla e Schneider (2010), este deve ser interpretado como uma estratégia que visa a garantir a autonomia das famílias em relação à alimentação, já que ele permite o acesso direto aos alimentos. Além disso, as famílias podem escolher quais alimentos plantar em função das suas preferências e técnicas de cultivo pautadas pelo seu próprio saber. Para Santos e Ferrante (2003) a produção para o autoconsumo conduz a diversificação na produção de alimentos os quais contribuem para a garantia da segurança alimentar da família em condições adversas utilizando os recursos a nível local e produzindo alimentos livres ou com baixo uso de agrotóxicos, comuns na produção de escala.

Outra questão importante ao se abordar autoconsumo é a gestão da água, tema pouco recorrente nas análises sobre segurança alimentar. Nos assentamentos rurais a gestão da água sempre foi um problema imediato a ser resolvido e seu atraso pode levar a dificuldades de produção que, por conseguinte causam problemas à segurança alimentar. A dificuldade de cuidar da casa e manter as plantações e criações decorrentes dos problemas de abastecimento levou ao estabelecimento da relação entre a segurança alimentar e a disponibilidade da água. Hoffmann (1995) também menciona o acesso à água como uma das condições garantidoras de um bom estado nutricional, além da moradia, condições sanitárias, serviços de saúde e educação. No assentamento em estudo a maioria dos lotes que nunca tiveram problema com a falta de água para uso na residência estavam na condição 1 (81,3%) e tinham o poço semiartesiano (62,5%) como fonte de abastecimento. No caso da

água destinada ao uso nas lavouras e animais a maior parte dos lotes que nunca tiveram problemas de abastecimento estavam na condição 1 (77,1%) e também era providas por poço do tipo semiartesiano (54,2%).

A relação entre cursos e a condição de segurança alimentar buscava perceber uma ligação da demanda técnica para os tipos de produção (agrícola ou animal) que pudessem contribuir para a garantia da segurança alimentar. Obviamente cursos em ambas as áreas podem contribuir, porém como a maioria das famílias solicitou cursos na área de produção animal e estava na condição 1 (58,3%), subentende-se que elas estivessem mais desinformadas quanto ao trabalho nessa área do que na área de hortifrutigranjeiros, o que poderia deixá-las fragilizadas em relação à ingestão de proteínas e assim aumentar a condição de segurança alimentar. Também pode estar relacionada a projetos de futuro para comercialização da produção animal, bem como maior uso da área do lote.

5.2.4 A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com as características políticas e organizacionais das famílias do assentamento Dom Osório

Em relação às políticas pode-se dividir a análise da sua relação com a condição de (in)segurança alimentar em duas, em que uma está ligada ao acesso e programas governamentais e a outra a formas organizacionais dos camponeses no assentamento.

Sobre o acesso a créditos específicos para as famílias assentadas da reforma agrária, no caso estudado identificou-se que as famílias apenas tinham acesso às linhas do Crédito Instalação⁸⁴. O estudo da relação entre o acesso a esses créditos e a

⁸⁴De acordo com INCRA (2013a, 2013b) o Crédito Instalação, concedido desde 1985, consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando a assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender às

condição de segurança alimentar indicou que a maioria das famílias teve acesso ao Apoio Inicial e à Aquisição de Materiais de Construção (ou Crédito Habitação) situando-se na condição 1 (81,3%), conforme a Tabela 6, o que poderia também levar a dedução de que essa expressiva cobertura auxiliou na garantia da segurança alimentar.

Tabela 6 Relação entre a condição de segurança alimentar com as variáveis do constructo características políticas de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT (n = 48)

Variáveis	CONDIÇÃO 1		CONDIÇÃO 2		TOTALS	
	N	%	N	%	N	%
Créditos da reforma agrária	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Não Recebeu	2	4,2%	2	4,2%	4	8,3%
Apoio Inicial	1	2,1%	0	0,0%	1	2,1%
Crédito Habitação	2	4,2%	0	0,0%	2	4,2%
Apoio Inicial e Crédito habitação	39	81,3%	2	4,2%	41	85,4%
Programas públicos acessados	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Nenhum	5	10,4%	0	0,0%	5	10,4%
Biodiesel	21	43,8%	1	2,1%	22	45,8%
Bolsa Família	2	4,2%	2	4,2%	4	8,3%
Biodiesel e Bolsa Família	16	33,3%	1	2,1%	17	35,4%
Integrante de associação	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Sim	14	29,2%	1	2,1%	15	31,3%
Não	30	62,5%	3	6,3%	33	68,8%
Integrante de cooperativa	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Sim	6	12,5%	0	0,0%	6	12,5%
Não	38	79,2%	4	8,3%	42	87,5%
Integrante de sindicato	44	91,7%	4	8,3%	48	100,0%
Sim	37	77,1%	2	4,2%	39	81,3%
Não	7	14,6%	2	4,2%	9	18,8%

Concordando com Heredia et al. (2002), que estudaram assentamentos das regiões sul da Bahia, Entorno do Distrito Federal, Sertão

necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental. Na presente pesquisa as modalidades Apoio Inicial e Aquisição de Materiais de Construção (Crédito Habitação) foram as até 2014 acessadas.

do Ceará, sudeste do Pará, oeste Catarinense e Zona Canavieira do Nordeste, para estruturar as famílias com o mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, o acesso ao Crédito Instalação ou implantação administrados pelo INCRA tem grande importância. No estudo daqueles autores, 81,0% das famílias foram atendidas com crédito-fomento, 72,0% com Crédito Habitação e 74,6% com crédito-alimentação, indicando razoável cobertura das famílias beneficiadas.

Porém, como citado por Heredia et al. (2002) é necessário relativizar esses dados devido ao enorme atraso na liberação desses créditos. Ao se considerar a data efetiva de entrada das famílias na área do projeto e a liberação dos créditos-fomento, se passaram em média quase quatro anos depois e o Crédito Habitação, cinco anos. Os dados referentes ao oeste catarinense rebaixaram consideravelmente a média, talvez em função da maior capacidade de pressão dos camponeses. Essa observação também foi comentada por Mello (2006), no seu trabalho que estudou o fenômeno da evasão, trocas e outras saídas em 193 assentamentos do Rio Grande do Sul. Esse autor verificou que os créditos para a estruturação inicial e para a produção agrícola são historicamente insuficientes, atrasam e, por vezes, são mal aplicados, seja por projetos inadequados, seja por falta de adaptação do assentado à nova condição ambiental e gerencial. Também observou uma escassa sincronia na liberação dos créditos e, em muitos casos, os assentados não receberam recursos por falhas no gerenciamento do processo. Essas dificuldades foram semelhantes ao longo dos 8 anos de existência do assentamento Dom Osório, o que permite concluir que um maior número de famílias assentadas poderiam se situar na condição 1 se o seu acesso ao crédito, em suas diferentes modalidades, superasse seus entraves burocráticos para atendê-las mais rapidamente.

Sobre a relação entre o acesso a programas públicos e a condição de (in)segurança alimentar os resultados sinalizam a importância do PNPB como uma estratégia para complementação da renda das famílias, pois a maioria das famílias assentadas que estavam na condição 1 o acessaram individual (43,8%) ou simultaneamente ao bolsa família (33,3%). Infere-se que a renda complementar pelo acesso ao PNPB tenha usos semelhantes ao da renda com o trabalho externo ao lote com o diferencial de representar uma perspectiva de estabilidade de renda por estar relacionada a um programa público federal. Assim, também poderá ser destinada para o atendimento de várias necessidades da família incluindo a compra de alimentos que não são produzidos para autoconsumo.

Outro programa público acessado individualmente (4,2%) ou simultaneamente ao PNPB (33,3%) pela maioria das famílias na condição 1 foi o Programa Bolsa Família. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (2008) os beneficiários do PBF utilizam o recurso prioritariamente para a aquisição de alimentos vinda em seguida a aquisição de material escolar e vestuário, reforçando os resultados aqui encontrados. Para Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009) a população de usuários do PBF possui maior vulnerabilidade quanto à condição de segurança alimentar e por isso há impacto positivo da transferência de renda, via programa, para redução dessa vulnerabilidade.

A intenção de relacionar variáveis que representassem formas de organização política com a segurança alimentar partiu da possibilidade que a maior inserção das famílias nessas organizações pudesse conduzir a maiores graus de segurança alimentar. Não apenas pela possibilidade de compartilharem recursos para a produção (plantio, colheita, processamento, comercialização), mas principalmente para lidar com questões políticas e econômicas adversas. Os dados mostraram que a maioria das famílias

amostradas não integrava associação (62,6%) ou cooperativa (79,2%) e ainda assim encontravam-se na condição 1. Isso demonstrou que as famílias buscavam caminhos individuais e não coletivos para lidarem com o ambiente (técnico, político e econômico) adverso, evitando assim condições de risco alimentar moderado ou grave. Se a integração a essas organizações foi baixa, esperava-se que o mesmo ocorresse com a integração ao sindicato dos trabalhadores rurais. Porém, os dados evidenciaram que ela foi alta para as famílias da condição 1 (77,1%), provavelmente pela obrigatoriedade do camponês ser sindicalizado para acessar ao PNPB.

5.3 Análise da condição de (in)segurança alimentar e sua relação com o perfil dos lotes plantados com soja em “parceria” para entrega ao PNPB

O propósito dessa subseção foi analisar a relação entre a segurança alimentar e a “parceria” para o PNPB. Pelos dados representados na Tabela 7, a maioria dos lotes em que ocorreu o plantio de soja para o PNPB encontravam-se na condição 1 (77,1%) e realizavam a “parceria” com agricultores externos ou internos ao assentamento para o desenvolvimento das atividades de plantio e colheita da soja (84,6%). Na maioria dos casos (51,4%) a iniciativa à “parceria” foi do próprio camponês assentado que demonstrou intenção em realizá-la novamente na safra seguinte (82,9%).

Tabela 7 Condição de (in)segurança alimentar segundo variáveis relacionadas à “parceria” para entrega de soja ao PNPB de famílias do assentamento rural Dom Osório, Campo Verde-MT (n = 35)

Variáveis	CONDIÇÃO 1		CONDIÇÃO 2		TOTAIS	
	N	%	N	%	N	%
	Planta Soja	44	91,7%	4	8,3%	48
Sim para entrega ao PNPB	37	77,1%	2	4,2%	39	81,3%
Não planta soja	7	14,6%	2	4,2%	9	18,8%
Realiza “parceria” para plantio de soja	37	94,9%	2	5,1%	39	100,0%
Sim	33	84,6%	2	5,1%	35	89,7%
Não, planta com recursos próprios	4	10,3%	0	0,0%	4	10,3%
Iniciativa à “parceria”	33	94,3%	2	5,7%	35	100,0%
O camponês	15	42,9%	1	2,9%	16	45,7%
O “parceiro”	18	51,4%	1	2,9%	19	54,3%
Intenção em realizar novamente	33	94,3%	2	5,7%	35	100,0%
Sim	29	82,9%	2	5,7%	31	88,6%
Não	4	11,4%	0	0,0%	4	11,4%
Área destinada à “parceria”	33	94,3%	2	5,7%	35	100,0%
Entre 3,9 e 8,0 hectares	6	17,1%	0	0,0%	6	17,1%
Entre 8,1 e 11,0 hectares	22	62,9%	2	5,7%	24	68,6%
Acima de 11,0 hectares	5	14,3%	0	0,0%	5	14,3%
Culturas em “parceria”	32	91,4%	3	8,6%	35	100,0%
Soja	9	25,7%	1	2,9%	10	28,6%
Soja e Milho	21	60,0%	2	5,7%	23	65,7%
Soja e Sorgo	2	5,7%	0	0,0%	2	5,7%
Renda média da soja/ha	33	94,3%	2	5,7%	35	100,0%
7 sacos/há	1	2,9%	0	0,0%	1	2,9%
8 sacos/há	8	22,9%	0	0,0%	8	22,9%
9 sacos/há	10	28,6%	0	0,0%	10	28,6%
10 sacos/há	14	40,0%	2	5,7%	16	45,7%
11 sacos/há	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Renda média do milho/ha	22	95,7%	1	4,3%	23	100,0%
7 sacos/há	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
8 sacos/há	4	17,4%	0	0,0%	4	17,4%
9 sacos/há	7	30,4%	1	4,3%	8	34,8%
10 sacos/há	10	43,5%	0	0,0%	10	43,5%
11 sacos/há	1	4,3%	0	0,0%	1	4,3%
Renda média do sorgo/ha	2	100,0%	0	0,0%	2	1,0
11 sacos/há	2	100,0%	0	0,0%	2	100,0%

A maioria das famílias que estava na condição 1 também possuía área destinada à “parceria” entre 8,1 e 11,0 hectares (62,9%), onde se plantava soja seguida de milho safrinha como as principais culturas cultivadas (60,0%). A renda média obtida por essas famílias com a “parceria” foi de 10 sacos de soja/ha para o plantio de soja (40,0%), também de 10 sacos de soja/há para o plantio de milho (43,5%) e 11 sacos de soja/há para o plantio de sorgo (100,0%).

A análise do conjunto desses dados permite inferir que a “parceria” para o PNPB contribuiu de maneira substancial para que a maioria das famílias camponesas do assentamento Dom Osório se situasse na condição 1, já que em 89,7% dos lotes o plantio da soja para entrega ao PNPB era realizado por meio de “parceria”. Entretanto, também é possível inferir que a “parceria” reduziu a produção potencial de alimentos destinados ao autoconsumo ou comercialização devido ao comprometimento da terra com culturas destinadas à “parceria” (em 82,9% dos lotes a área destinada foi superior a 8,1 hectares) embora isso não tenha representado piora nas condições de segurança alimentar mensuradas pela EBIA. Em função dessa situação paradoxal é que a avaliação dos desafios encontrados pelas famílias para construção das suas condições de segurança alimentar em meio a um contexto onde o acesso ao PNPB tem um papel relevante para a sua reprodução social deve ser complementada por análises de caráter qualitativo às deduções e inferências aqui tratadas. Nas seções 6 e 7 discutimos algumas dessas análises.

5.4 Alguns limites da aplicação da EBIA como instrumento de aferição da segurança alimentar

A aplicação da EBIA mostrou alguns desafios de campo, alguns dos quais relatamos:

1. Dificuldade do entrevistado em responder todas as 15 perguntas tendo como referência os últimos 3 meses de recordatório alimentar da família.
2. Ainda que sejam utilizadas perguntas simples que substituam o conteúdo das perguntas originais do EBIA o entrevistado tende a achar, principalmente depois da 3^a pergunta que elas se referem à falta de alimentos no domicílio que poderia causar fome grave.
3. Há uma dificuldade de o entrevistado compreender as diferenças entre algumas perguntas (5, 6, 7 e 9), porque a diferença entre elas, mesmo com as explicações, é muito tênue.
4. Ao avaliar que as perguntas são similares, que os membros da família não passaram nos últimos meses por algum episódio de fome, o entrevistado tende a responder “não” para todas as opções.
5. Tendência em responder as perguntas pensando no passado do acampamento quando as dificuldades em relação à obtenção de alimento eram maiores, o que provoca um deslocamento do entrevistado para a condição de insegurança alimentar sendo que a observação de campo aponta para a condição de segurança alimentar.

Como instrumento de avaliação quantitativa, o questionário EBIA tem a sua contribuição metodológica por apontar momentaneamente uma situação da qual se deseja obter um diagnóstico. A sua aplicação permite identificar pontos relevantes à segurança alimentar e a associação dos seus resultados com outras variáveis agrupadas neste trabalho em características sociais, econômicas, produtivas e políticas, esclarece alguns motivos da condição de segurança alimentar de um grupo específico de pessoas. Porém, ela por si só não é explicativa dos aspectos que levaram as famílias a escolherem determinadas estratégias a outras para mudarem ou se

manterem em certa condição de (in)segurança alimentar, daí a necessidade da construção de informações qualitativas para compreensão dessas estratégias, o que será tratado na seção a seguir. O confronto de algumas respostas do EBIA com as observações de campo não invalidam, mas reforçam os limites desse instrumento analítico.

6 ELEMENTOS DA CONDIÇÃO CAMPONESA: UMA DESCRIÇÃO PARTICULAR SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E OS DESAFIOS À REPRODUÇÃO SOCIAL

O objetivo desta seção foi descrever as estratégias que as famílias encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social (objetivo 4), tendo como eixo orientador os elementos que constituem a “nova” condição camponesa apresentada por Ploeg (2008). Para atendê-lo, organizamos os resultados das entrevistas em profundidade (momento 3), separadamente para cada uma das cinco famílias. Assim, para cada uma, primeiro efetuamos uma caracterização do seu perfil geral e em seguida uma descrição dos elementos encontrados que constituíam a “nova” condição camponesa, de acordo com a estruturação proposta para cada bloco analítico da seção 3, Quadro 4.

Dada às limitações da pesquisa em contabilizar junto às famílias informações pretéritas sobre os alimentos do pomar, da horta e das criações animais que foram produzidos, colhidos, consumidos e vendidos ao longo da safra 2013/2014 e devido à vasta diversidade desses alimentos entre as diferentes unidades de produção, na redação dos blocos analíticos evitamos a construção de tabelas comparativas para essas informações e realizamos uma descrição detalhada conforme as famílias apresentaram as informações.

6.1 Perfil geral - Família 01

A entrevista com a “Família 01” foi realizada nos dias 24 e 29 de outubro de 2014. A família era composta por 3 pessoas, sendo constituída por um casal e a mãe da agricultora. A agricultora tinha 43 anos e era natural de MT, o agricultor tinha 63 anos e era natural do PI e a mãe da agricultora tinha 60

anos e era natural de MT. A família residia há 12 anos no município de Campo Verde e ficou acampada desde 2006.

Pela aplicação da EBIA essa família foi classificada na condição de insegurança alimentar moderada. Pelos critérios adotados na pesquisa apesar dos seus filhos terem participado do acampamento não estavam morando no lote, não comercializavam parte dos alimentos produzidos na feira, não exerciam atividades de pluriatividade e não fizeram parceria para o PNPB na safra considerada na pesquisa.

O casal frequentou a escola até a 5ª série. A principal ocupação do casal era com o trabalho no próprio lote e eles não realizavam trabalho fora do lote. As fontes de renda indicadas pela família como as mais importantes foram: a pensão por auxílio doença do agricultor e a pensão da agricultora (viúva de outro casamento). Uma pequena parte da renda vinha da venda de leite.

A exceção do leite e mandioca todos os alimentos produzidos pela família eram destinados ao consumo. Em relação aos programas do governo federal a família ainda não havia acessado o Crédito Habitação, acessou o Apoio Inicial e não realizava a “parceria” para entrega ao PNPB.

6.1.1 Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 01

A distribuição do uso da terra era de 5,0 ha destinados à produção para autoconsumo e venda, 0,5 ha ocupados por benfeitorias, 5,5 ha de mata totalizando 11,0 hectares. Considerando a safra de 2013/2014, a área destinada à produção era distribuída em pomar, horta e criação animal.

Em função das dificuldades apontadas pela família para estimar a produção obtida e consumida de frutas, uma parte da contribuição do pomar foi avaliada através do levantamento do número de pés das espécies frutíferas

presentes no lote e a sua respectiva estimativa de produção⁸⁵ (também aplicado a legumes e verduras). Assim, as frutas do pomar produzidas e consumidas na safra 2013/2104 foram: abacate (40 kg/safra; 2 pés); abacaxi (50 unidades); amora (25 kg/safra; 1 pé); banana (2 kg/semana; 6 pés); caju (15 kg/safra; 3 pés), coco (32 cocos/safra; 2 pés); fruta do conde (4kg/safra; 1 pé); goiaba (10 kg/dia/safra; 2 pés); ingá (5 kg/safra; 1 pé); laranja (20 kg/safra; 1 pé); limão (20 kg/safra; 4 pés); mamão (45 kg/safra; 2 pés); manga (150 kg/safra; 8 pés); maracujá (4 caixas/safra; 3 latadas); pitanga (2,0 kg/safra; 2 pés); seriguela (90 kg/safra; 2 pés). Ainda não estavam em produção: 1 pé de caqui, 5 coqueiros, 10 goiabeiras, 1 pé de jabuticaba e 1 pé de limão.

O casal argumentou que uma parte da produção de goiaba, manga e seriguela também foi ofertada aos frangos caipira, porcos e bovinos.

De acordo com o casal a produção do pomar não era suficiente para atender às suas necessidades, tendo que comprar algumas frutas que gostavam (como a laranja e uvas). O responsável por cuidar do pomar era a agricultora que depois ficava o resto do dia por conta das atividades domésticas.

Caso fossem comprar as mesmas frutas que produziram e consumiram no período gastariam próximo de R\$40,00/mês.

O consumo familiar das frutas era na forma *in natura* e na forma de sucos utilizando caju, goiaba, limão, manga, maracujá e seriguela. Também

⁸⁵Informações sobre a produção de frutas, legumes e verduras foram obtidas em: Amaro et al. (2007), EMBRAPA (2015), Filgueira (2008) e Vieira et al. (2006). A estimativa de produção foi elaborada no contexto produtivo da agricultura familiar. Nessa, a produção estimada de cada cultura é diferente da produção estimada em unidades especializada por variados motivos (técnicos, econômicos, políticos e sociais) como: maior diversificação da unidade produtiva familiar; consórcio com outras culturas; plantio de uma cultura em espaçamentos maiores; idade da planta (no caso das frutas); ataque de insetos, fungos, bactérias aos vegetais; competição com outras plantas; acesso e armazenamento de água na unidade produtiva; grau de dependência a mercados de insumos e venda da produção; quantidade e qualidade da força de trabalho disponível dentro e fora da família; dificuldade de acesso a políticas sociais especialmente as de orientação técnica e crédito rural; cultura local; e experiência, cultura e vivência da família (o seu saber, a sua lógica própria) na condução e reprodução dos seus meios de vida.

foram elaborados polpas das frutas goiaba, manga, maracujá e seriguela (que eram congeladas para posterior elaboração dos sucos) e doces de caju e goiaba. A família não comercializava frutas nem dentro e nem fora do assentamento.

A horta ocupava uma área aproximada de 500,0 m², sendo os alimentos lá produzidos destinados ao consumo da família. A responsabilidade sobre o plantio, tratos e colheita era da agricultora. Os legumes produzidos e consumidos foram: abóbora (50 kg); batata doce (40 kg); cenoura (20 kg); mandioca (50 kg); maxixe (10 kg); pepino (20 kg); quiabo (9 caixas) e tomatinho (10 kg/ano). Uma parte da produção foi destinada aos animais, sendo: abóbora (190 kg); batata doce (60 kg) e mandioca (850 kg).

Quanto às verduras foram colhidas e consumidas pela família: alface (100 pés); almeirão (7 maços/semana); cebolinha (3 maços/semana); couve (1 kg/semana) e rúcula (2kg/ano). Parte dessas verduras também era destinada ao consumo dos frangos caipira.

Os agricultores também colheram feijão de corda (80 kg) e milho (1.000 kg) que foram plantados em 0,5 hectares (a mão). O feijão foi consumido integralmente pelo casal e o milho parte foi consumido como milho verde e a maior parte foi destinada para a alimentação animal na forma de milho desintegrado com palha e sabugo (MDPS)⁸⁶. A família observou que guardava sementes de feijão de corda, abóbora para plantio na safra seguinte. Também era comum a replicação de algumas verduras como couve e cebolinha a partir de mudas próprias.

A família também consumia cana, estimando que 25% da produção obtida da área destinada à alimentação animal eram utilizados para elaboração

⁸⁶De acordo com Porto et al. (2008), o milho desintegrado com palha e sabugo é muito usado entre pequenos produtores, principalmente durante a seca, em razão de sua praticidade e do preço de mercado, que geralmente é menor que o do grão de milho, e pode ser uma alternativa para utilização em suplementos múltiplos.

de caldo. A cana era moída no vizinho de lote porque a família não tinha moenda e com eles compartilhavam parte do alimento obtido.

O único legume vendido pela família foi a mandioca para arranquio, realizada dentro do próprio assentamento, onde o comprador foi até o lote e a colheu ao preço de R\$130,00/t. Com a mandioca também fizeram polvilho. Os demais legumes e verduras não foram comercializados.

Caso a família fosse comprar os alimentos produzidos e consumidos na horta avaliaram que gastariam próximo de R\$60,00/mês⁸⁷.

Em relação aos insumos vegetais a família aferiu ter gasto próximo a R\$30,00 reais com a compra de sementes para horta e não adquiriu adubo formulado ou calcário. Também adquiriram agrotóxicos que foram utilizados para eliminar a “mandioca brava” (*Manihot utilissima* Pohl) (3 litros) que crescia espontaneamente na pastagem e era tóxica aos bovinos. Também utilizaram pesticida (2 frascos), para eliminar um tipo de lagarta que atacou o milho; herbicida (5 litros); inseticida para combater formigas e cupins (1 kg), utilizado no solo da horta e na cova das mandiocas, e estimaram ter gastado R\$300,00 reais. A preparação da calda do herbicida era feita fora da casa, no próprio pulverizador costal e o agricultor utilizava óculos e máscara para prepará-la. O produto foi utilizado para aplicar nas laranjeiras e goiabeiras que estavam com as folhas “enroladas”. As orientações a respeito do seu uso, período de carência e toxicidade foram repassadas pelo vendedor da casa agropecuária em que o produto foi comprado, como explicou o agricultor:

Tem agrônomo na [nome da casa agropecuária], pra comprar isso daí. Você fala, “*tô querendo matar uns matos lá, o que eu vou fazer?*” Eu digo, “*rapaz, o que eu vou fazer pra combater a mata que tá assim? Você leva esse. E a dosagem? É tanto?*” (Família 01).

⁸⁷A valorização dos alimentos (frutas, legumes, verduras, produtos de origem animal) produzidos e consumidos foi determinada pela própria família em cada um dos cinco casos analisados.

O casal não realizou nenhum tipo de compra associativa de insumos para produção vegetal e a maioria dos produtos era adquirida no comércio da cidade de Campo Verde. As embalagens dos agrotóxicos depois de utilizadas eram lavadas e guardadas. A família nunca registrou caso de intoxicação de familiares nem de animais, mas suspeitava que a deriva dos dessecantes da soja, plantada no lote em frente, estava prejudicando a produção das bananeiras. Para os agricultores as principais formas de contaminação com agrotóxicos eram no momento da aplicação e no consumo dos alimentos. A família relatou que apesar de ter conhecimento, ainda não utilizava técnicas alternativas para tratar de doenças da horta ou pomar. Algumas práticas de conservação do solo foram identificadas, como a rotação de culturas (milho na área de mandioca e na área da abóbora) e adubação orgânica com esterco de vaca e galinha curtido.

A produção animal era dividida na criação de frangos caipira, porcos (ambos criados em sistema caipira) e bovinos de leite. O manejo da criação de frangos era de responsabilidade da agricultora e a de porcos e bovinos do agricultor. No entanto, na ausência dele a agricultora fazia todas as atividades de manejo do rebanho e ordenha. No momento da entrevista, o rebanho de frangos tinha 50 animais, o de porcos tinha 2 leitões e o de bovinos tinha 1 touro, 5 vacas, 4 novilhas e 5 bezerros.

Ao tratar do destino da produção animal a família consumiu em média de 1 frango a cada 15 dias, 15 ovos/semana, e 1 litro de leite/dia. Um dos leitões estava planejado para ser abatido no natal para consumo da família. Eventualmente realizavam a venda de frangos caipira vivos ao preço de R\$15,00/cab. A produção de leite, que variava de 6 a 8 litros/dia, tinha como principal destino a venda dentro do assentamento, onde em torno de 5 a 7 litros/dia era comercializado por vizinhos que iam até o lote e o compravam por R\$ 2,50 reais/litro. Para sua comercialização o alimento era coado e embalado em garrafa pet, que na maioria das vezes era levada pelo próprio comprador.

Eventualmente a família também elaborava doce de leite para consumo próprio e queijo minas para venda (R\$15,00/peça). Os recursos obtidos com a venda do leite eram utilizados para pagamento das despesas com o próprio rebanho. Como a família não vendia alimentos na feira nenhum alimento de origem animal foi comercializado por meio deste canal.

A alimentação dos frangos e porcos era baseada no consumo de milho desintegrado com palha e sabugo, realizada utilizando triturador próprio e complementada por legumes, verduras, frutas e o descarte de sobras da alimentação da família.

A alimentação do rebanho bovino era constituída por capim braquiária (4,0 hectares), capim napier (0,25 hectares), grama estrela (0,25 hectares), cana (0,25 hectares), mandioca (0,5 hectares), milho (0,5 hectares) e suplementos (minerais e vitamínicos). A grama estrela, capim napier e cana eram oferecidas principalmente no período da seca para complementar a alimentação do rebanho.

A ração utilizada para a alimentação dos bovinos era fornecida diariamente misturando-se de 5 a 9 kg de mandioca (raiz e parte aérea pré-murchadas por 2 dias) triturada com MDPS aos suplementos minerais. A mandioca, outros legumes e frutas e suas respectivas quantidades utilizadas como complemento à alimentação animal foram: goiaba, manga, seriguela, abóbora (190 kg), batata doce (60 kg) e mandioca (850 kg).

O milho foi obtido através do plantio no próprio lote (1.000 kg colhidos em 0,5 hectares) e também recolhido dentro do próprio assentamento (1.000 kg) através da operação de catação de espigas⁸⁸ que caiam ao solo decorrentes de perdas na colheita mecanizada do milho safrinha.

⁸⁸A estimativa de catação de espigas de milho era próxima a de 2 bags para cada 10 hectares. Cada bag comporta próximo a 16 sacos de 30 kg, ou seja, cada bag comporta próximo a 500 kg de espiga de milho com palha e sabugo. No caso de milho grão, cada bag comporta próximo a 1.000 kg, aproximadamente 16 sacos de 60 kg. As perdas na cultura do milho safrinha ocorrem por causa do vento, queda natural de espigas maduras e na colheita mecanizada de acordo com Mesquita (1998) e Oliveira (2014).

A operação de catação era realizada apenas nos lotes onde foi realizada a “parceria” para atender ao PNPB com o plantio subsequente o milho após a colheita da soja. A catação ocorria em diferentes lotes e em três tipos de situações. Na primeira, mais usual, a família 01 perguntava a família residente se poderia fazer a catação mediante acordo do tipo “a meia”. Na segunda situação, a família residente do lote autorizava a família 01 a catar todas as espigas caídas que conseguisse e poderia ficar com elas sem nenhuma contrapartida. Na terceira situação, menos usual, nos lotes onde a família residente não habitava regularmente (ou não habitava), a família 01 adentrava e realizava a catação. A quantidade de milho recolhida na safra 2013/2014 foi suficiente para alimentar os bovinos por quase um ano, como o agricultor relatou no trecho a seguir:

Ano passado, nós colheu milho aí, hein? Menino, catei milho! Catei na faixa de uma tonelada de milho com palha. Acho que foi mais, hein? Deu quase pro ano inteiro, quase. De outubro [2013] até abril [2014] nós demos milho de cata pras vacas (Família 01).

A operação de catação era preferencialmente empreendida próximo ao lote, mas também acontecia em outros pontos do assentamento onde a família conseguisse acordo. Na maioria das situações ela tinha a cooperação de um vizinho que auxiliava na catação das espigas no campo e dirigia o carro que rebocava as espigas em carretinha, pertencente à própria família 01. Essa forma de cooperação era realizada por meio de acordo do tipo “a meia”, em que a primeira carretinha carregada iria para a família e a seguinte para o vizinho.

O sal mineral era misturado na proporção de 0,5 kg para cada 25 kg de sal comum e ficava a vontade no cocho. O carrapaticida era diluído ao sal comum na proporção de 2 dosadores, fornecidos pelo fabricante, para cada 25 kg de sal comum e ficava à vontade no cocho. O núcleo era misturado à mandioca ou milho e, portanto fornecidos diariamente aos animais.

Os insumos comprados foram utilizados prioritariamente para o rebanho bovino e seu gasto total estimado pela família, em R\$850,00/mês. Os insumos comprados foram: vacinas, sal comum, sal mineral (6 sc de 25 kg), carrapaticidas e núcleo⁸⁹ (os dois últimos não foram de pó embalados em balde de 10 kg e 6 kg, respectivamente). O carrapaticida e núcleo foram comprados a partir de visita de vendedor ao próprio lote e o pagamento parcelado por meio de boleto. Os demais foram adquiridos no município de Campo Verde. A família não comprou insumos de forma associativa.

A estratégia que a família aplicava para aumento da produção de leite era com a ampliação do rebanho bovino e investimento na estrutura para alimentar o rebanho. Para ampliação do rebanho faziam a cobertura das vacas utilizando o touro do próprio rebanho e a retenção integral de bezerras e bezerras. A estrutura para alimentar o rebanho estava fundamentada no aumento das áreas de pastagem e na aquisição de um triturador novo, obtido 4 meses antes da entrevista. O aumento da pastagem era realizado anualmente utilizando-se as próprias mudas (de grama estrela e napier) e a confecção das cercas. Os mourões e arames das cercas foram financiados com recursos próprios e complementados com o acesso ao Apoio Inicial. A família apontou as cercas como principal elemento para que pudessem aumentar a produção, como demonstrado no trecho a seguir:

Porque no caso nosso, nós que é cercado para nós, para vender tem que fazer isso, tem que cercar para segurar [os bovinos], para aumentar a produção (Família 01).

⁸⁹ As definições de ingrediente, suplemento, premix, núcleo, concentrado e ração foram publicados pela Instrução Normativa nº 15, de 26 de maio de 2009 pelo MAPA, e são descritas em seu Capítulo IV, Art. 12 (BRASIL, 2009). O núcleo é a pré-mistura composta por aditivos (vitaminas na maioria das vezes) e macrominerais e que não pode ser fornecida diretamente aos animais (BRASIL, 2015).

A família não realizou aquisição ou venda de bovinos na safra 2013/2014.

Não havia área de eucalipto, pinus ou outro tipo de árvore destinada ao reflorestamento e utilização da madeira, mas a família relatou que investiu R\$3.100,00 na compra de 14 dúzias de lascas de madeira para fazer cercas.

A água para abastecimento da casa, das lavouras e dos animais era proveniente de poço semiartesiano, perfurado em 2013 e a família mencionou que depois dessa data não tiveram problemas de abastecimento de água. Para sua confecção realizaram empréstimo no banco com débito direto em folha.

6.1.2 Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 01

Ninguém da família desempenhava trabalho fora do lote. A renda média mensal da família foi superior a 3 salários mínimos, sendo que até 1 salário mínimo mensal foi comprometido com a compra de alimentos, até 1 salário com as despesas para manutenção da casa e entre 1 e 2 salários mínimos comprometidos com investimentos em estrutura e custeio para o lote e melhoria da qualidade de vida da família com a aquisição de: poço semiartesiano, carretinha, triturador, suplementos para alimentação do rebanho bovino, arame e mourões.

Em relação à dependência as estratégias consideradas foram: a aquisição de insumos e a comercialização de alimentos. A aquisição de alimentos para o rebanho bovino foi a que mais demandou recursos designados para a compra de carrapaticida (R\$130,00/kg) e núcleo (R\$60,00/kg). A dependência da soja, rações prontas e do milho no ciclo de produção animal era baixa, pois a família utilizou muita mandioca (850,0 kg) para alimentar especialmente os bovinos. Os caminhos diferentes da inserção do milho na alimentação animal, tanto pelo plantio “a mão”, realizada com plantadeira manual, como pela catação de

espigas (também “a mão”), também confirmaram essa baixa dependência. Combinadas, as estratégias demonstraram que se por um lado o agricultor tinha altos custos de produção com a aquisição de carrapaticidas, suplementos e também com herbicidas (para controlar a mandioca brava na pastagem), por outro ele os compensava através do uso da pastagem (braquiária e grama estrela), napier, cana e mandioca.

A comercialização da produção direta ao comprador dentro do assentamento ajudava a reduzir os custos de produção uma vez que não havia gastos com o deslocamento para venda, tanto do leite como da mandioca. Ainda que a família não tenha apontado a venda da produção como a principal fonte de renda a sua contribuição situava-se até 1 salário mínimo mensal.

As análises sobre autonomia consideraram a agregação de valor, acesso a créditos e programas governamentais. A agregação de valor manifestou-se na fabricação de polpas de frutas, doces de frutas, doce de leite, queijo e polvilho majoritariamente destinados ao consumo familiar.

Em relação ao acesso a créditos a família ainda não tinha acessado o Crédito Habitação por que a emissão do CCU estava em andamento moroso em função de mudanças na política do Crédito Instalação⁹⁰. Por isso ainda estava residindo em barraco de lona desde 2009, ano de entrada no lote. O barraco tinha 1 banheiro, 1 cozinha, 2 quartos, 1 sala, 1 varanda. O banheiro era incompleto, o piso do barraco de cimento requeimado, a cobertura de lona plástica e a parede revestida de madeira e lonas. Contudo a família acessou o Apoio Inicial e

⁹⁰De acordo com INCRA (2015b) o Novo Crédito de Instalação (ANEXO C) foi criado com a edição da Medida Provisória nº 636/13 (convertida em Lei 13.001 em 20 de junho de 2014) e (BRASIL, 2014b) regulamentado pelo Decreto 8.256/2014, que adotou uma nova sistemática de garantia de recursos ao público da reforma agrária (BRASIL, 2014a). O INCRA encaminha as informações sobre os beneficiários ao Banco do Brasil, onde é feito o cadastro e a confecção dos cartões daqueles que foram considerados aptos para fazer parte do programa. Após a assinatura dos contratos, o Instituto autoriza o Banco do Brasil a creditar o valor referente à modalidade selecionada nas contas abertas em nome dos assentados, que fazem a movimentação por meio de cartão magnético individual.

destinou R\$200,00 para alimentos e R\$3.000,00 para a compra de arame para confecção de cercas. Em relação ao PNPB a família não tinha a intenção de acessá-lo e demonstra na sua posição quando critica uma família beneficiária que faz a “parceria” e não mora no lote, mas sim em Primavera do Leste:

Eu vou te dizer uma coisa, nós temos um caso bem pequenininho que o Governo Federal ele dá terra, corta a terra, assenta, eu nunca vi ele falar assim: “*Você pode arrendar a sua terra, pode fazer parceria*”. O governo dá as terras para trabalhar em cima, tem que trabalhar em cima da terra e produzir em cima da terra, para sobreviver em cima da terra. Tem assentamento por aí, eu não sei se você já andou, estão todo mundo vivendo, tem gado, tem tudo e você vê que quem está com parceria está só com carro velho e moto velho. Tem um lote aí que não tem uma lasca comprada, moço! Então o governo tem que fiscalizar isso aí! Vê o que ele pode fazer, ele só pega a terra uai, e isso aqui [apontou para lote que faz “parceria”], fala que é periodismo [temporário]. Que coisa nenhuma, rapaz! Soca tudo em Primavera [município de Primavera do Leste], soca tudo isso aí e nem sabe o que vai dar isso aí (Família 01).

Com a liberação dos recursos do PRONAF a família pretendia fortalecer o projeto em andamento com a pecuária leiteira e investir na criação de frangos semicaipira caso tivessem orientação técnica.

O casal não era integrante de associação ou cooperativa formal. As iniciativas de cooperação que foram mencionadas foram: a elaboração de garapa e a catação de espigas de milho e seu transporte, todas realizadas com o mesmo vizinho de lote. O deslocamento da família era feito no assentamento por moto.

6.2 Perfil geral - Família 02

A entrevista com a “Família 02” foi realizada nos dias 26 e 28 de setembro de 2014. A família era constituída por um casal. A agricultora tinha 60 anos e era natural

de GO. O agricultor tinha 55 anos e era natural de MT. A família residia há 9 anos no município de Campo Verde e ficou acampada desde 2006.

Pela aplicação da EBIA esta família foi classificada na condição de insegurança alimentar moderada. Pelos critérios adotados na pesquisa eles não tinham filhos morando no lote, comercializavam parte dos alimentos produzidos na feira, exerciam atividades de pluriatividade e fizeram parceria para o PNPB na safra considerada na pesquisa.

A agricultora frequentou a escola até a 5^a série enquanto o agricultor até a 4^a série. A principal ocupação do casal era com o trabalho no próprio lote e eventualmente o agricultor realizava serviço como pedreiro dentro do assentamento. As fontes de renda da família eram em ordem de importância a aposentadoria da agricultora, a venda de alimentos produzidos no lote e a “parceria” para o PNPB. Houve o plantio de milho safrinha após a colheita da soja.

A maioria dos alimentos produzidos era destinada a venda e ao consumo. Em relação aos programas do governo federal a família havia acessado o Crédito Habitação em 2011, o Apoio Inicial em 2014 e a “parceria” para entrega ao PNPB desde a safra 2010/2011.

6.2.1 Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 02

A distribuição do uso da terra era de 1,5 ha destinados à produção para autoconsumo e venda, 12,0 ha à “parceria” para produção de biodiesel (e milho safrinha) e 0,5 ha ocupados pelas benfeitorias, totalizando 14,0 hectares. Considerando a safra de 2013/2014, a área destinada à produção era distribuída em pomar, horta e criação animal.

As principais frutas do pomar consumidas na safra 2013/2014 foram: acerola (1 caixa); caju (2 caixas, incluído doce); goiaba (2 caixas, incluído doce); maracujá (4 caixas); melancia (100 unidades); seriguela (3 caixas). Na avaliação da família o pomar era suficiente para atender às suas necessidades, já que a família era pequena e consumiam mais sucos, mas caso fossem comprar as mesmas frutas que consumiram, avaliaram que gastariam em torno de R\$15,00/mês. A responsável por cuidar do pomar era a agricultora.

O consumo familiar das frutas era principalmente na forma de sucos *in natura* utilizando a acerola, caju, goiaba, maracujá e seriguela. Também foram elaboradas polpas dessas frutas que foram congeladas para a elaboração de sucos posteriormente. Os doces de frutas com o caju e goiaba foram elaborados principalmente para a venda na feira (R\$6,00/pote 400gr) e a venda “de porta em porta”, mas também foram consumidos pela família. A família não plantava banana e nem abacate, mas os consumia porque os obtinha em lotes onde o beneficiário não residia regularmente ou pediu que a família o “olhasse”.

Em relação à comercialização das frutas foram vendidas na feira 0,5 caixa de acerola e 20 caixas de goiaba, ambas ao preço médio de R\$2,00/pacote. O filho do casal comprou 10 caixas de maracujá do próprio casal, ao preço de R\$30,00/sc. Ele processava as frutas e vendia na forma de polpa para companheiros da fazenda na qual trabalhava. Em torno de 150 unidades de melancia foram colhidas, porém elas não foram levadas à feira porque muitas racharam no campo, de acordo com a família devido a pragas. Assim, apenas 45 unidades que se “salvaram” foram vendidas dentro do próprio assentamento, ao preço de R\$12,00/unidade, e as demais consumidas pela família.

A agricultora era a responsável por cuidar da horta que ocupava uma área aproximada a 1.000,0 m² cujos alimentos eram destinados tanto ao consumo familiar como à venda. Dessa horta aos legumes consumidos pela família foram: abóbora (5 caixas); abobrinha (2 caixas); jiló (5 caixas); maxixe

(5 caixas); mandioca (0,5 kg/semana), pepino (1 caixa); quiabo (5 caixas), e também verduras como agrião e cebolinha (1 caixa de cada).

Na avaliação da família a horta era suficiente para atender às suas necessidades de consumo e caso fossem comprar os mesmos alimentos estimaram que gastariam em torno de R\$200,00/mês.

Em referência aos legumes comercializados, a abóbora cabotiá foi vendida dentro e fora do assentamento. Dentro do assentamento os compradores iam até o lote e geralmente as compravam em caixas (50 caixas) para revenda. Fora do assentamento as abóboras foram vendidas na feira (20 caixas), “sob encomenda” (50 caixas) e também “de porta em porta” (30 caixas) quando o agricultor as levava para a cidade utilizando o carro (minicamionete) da família. A abobrinha também foi bastante vendida na feira (40 caixas a R\$2,00/pacote) e também foi vendida “sob encomenda” (2 caixas “de porta em porta” a R\$2,50/kg).

O maxixe foi um dos legumes que a família mais comercializou, tanto na feira como “sob encomenda” (fora e dentro do assentamento - para um restaurante). A venda desse alimento, ao preço médio de R\$40,00/caixa, incentivou a agricultora a querer continuar na próxima safra (2014/2015), porém priorizando a venda “sob encomenda”, tendo a feira como ponto de apoio como afirmado no trecho da entrevista:

Não, mas eu falei para [nome do agricultor] esse ano [safra 2014/2015] eu vou continuar a mexer com os maxixes, mas não preocupar em ir vender na feira, eu vou lá, procurar as pessoas para eu fazer o pedido “*dona [nome da agricultora] a senhora manda duas caixas de maxixe para mim, a senhora manda uma caixa de maxixe*”. É assim, para eu chegar e entregar. Eu não quero chegar lá e ficar em banca vendendo não, eu não dou conta, eu me canso demais da conta (Família 02).

Com a mandioca ela também fazia o polvilho, que foi vendido fora do assentamento, sendo 134 kg destinados à venda “de porta em porta” e 60 kg na feira. Em ambas as formas de comercialização o preço médio foi de R\$4,00/pacote. A agricultora observou que a plantação de mandioca tinha acabado e enquanto as raízes que o agricultor havia plantado ainda não estavam maduras para colheita, ela pegava mandioca para fabricação de polvilho com um vizinho em acordo do tipo “a meia”. Nesse tipo de cooperação o vizinho colhia as raízes e as entregava (com casca) no lote da família e em troca recebia a metade da produção do polvilho. No entanto a família preferia comprar a mandioca de vizinhos porque a parceria em “a meia” não estava sendo rentável devido ao grande trabalho (principalmente a etapa de lavagem) e pequeno lucro. A família apontou que esse foi o primeiro ano que venderam o polvilho. A experiência com o mercado havia sido tão positiva, tanto na feira onde a concorrência foi baixa, quanto nas vendas “de porta em porta” onde o alimento era sempre ofertado, porque independia de safra como outros legumes, que eles decidiram ampliar o mandiocal (dentro da área de horta), logo que iniciassem as chuvas. A família consumiu 20 kg de polvilho na forma de biscoito, pão de queijo e tapioca.

A agricultora também vendeu milho verde e em torno de 100 pamonhas somente na feira, ao preço de R\$3,00/unidade. A venda da pamonha foi considerada boa, porém necessitava do apoio de feirantes próximos porque exigia uma estratégia ativa de vendas, conforme o relato abaixo:

Que quando eu fui descobrir a tática de fazer [a venda da] pamonha, porque era assim, para mim vender pamonha eu tinha que ir lá só pra vender, porque a gente tem que estar só para aquilo, só para a pamonha, você tem que sair de banca em banca oferecendo, se você deixa parado ali não vende fácil. Eu deixava uma vizinha lá cuidando da minha banca, ela sabia o preço dos meus trens tudo, eu deixava ali para ela vender pra mim, que era ela e o menino dela, ela ficava do lado de dentro da minha banca e o menino ficava no dela,

aí eu ia com a caixa de pamonha e ficava lá no corredor, lá perto daquele homem que vende garapa, ele até me dava uma mãozinha, ele fazia até propaganda das minhas pamonhas (Família 02).

Foram vendidas 5 caixas de pepino na feira a R\$2,50/pacote enquanto de quiabo foram vendidas 30 caixas, também na feira, a R\$2,00/pacote.

A família relatou que estavam experimentando o plantio de alguns legumes consorciados com frutas como forma de aproveitar o uso do solo. Foi o caso do consórcio entre o maracujá e o maxixe, onde este era plantado abaixo da latada de maracujá, e o caso da melancia e abóbora, onde ambas as sementes foram lançadas na mesma cova. Como verificado pela análise das informações de comercialização, o resultado do experimento foi promissor para a abóbora, o maxixe e o maracujá e ruim para a melancia.

Como observado poucas verduras foram plantadas, somente agrião e cebolinha, sendo levados à feira 2 caixas de cada um e vendidos ao preço médio de R\$2,00/molho. A família apontou uma preferência pelo plantio de legumes para venda e de verduras para o consumo, já que a agricultora, que era responsável pela horta (pomar e frangos também), estava com osteoporose e isso lhe dificultava cuidar da mesma (adubar, plantar, regar, combater insetos e doenças, colher e limpar dos alimentos), como citado no trecho abaixo:

É mais para consumo, porque eu sozinha e pagar gente para mexer assim, eu não queria preocupar muito em fazer as coisas para vender não. Abobrinha tudo bem, abóbora ou maxixe que é fácil que eu planto e deixo pra lá, dá um pouquinho de trabalho só na colheita, mas aí na colheita fica fácil de eu pagar uma pessoa para ajudar a colher ali, agora a horta é mais difícil (Família 02).

Quando a família desejava comer verduras diferentes das plantadas eles as compravam, trocavam ou ganhavam (doação) dos “vizinhos de banca” da feira.

Os insumos adquiridos para produção vegetal foram sementes para formar a horta (R\$70,00 ao todo) e mudas de tangerina, laranja, limão (R\$25,00/muda de frutas cítricas) e jabuticaba (R\$50,00/muda), adquiridos na cidade. A agricultora também relatou que guardava sementes de abóbora e maxixe para plantar na próxima safra. Não houve aquisição de adubos formulados ou calcário.

Em relação ao uso de adubos orgânicos a família utilizava um composto com esterco de porco colocado na área da horta e na área da pastagem em formação e esterco de galinhas nas covas das frutíferas, como foi o caso do maracujá em que no seu plantio foram utilizadas 4 pás/cova a uma profundidade de 0,6 metros.

Em relação ao uso de agrotóxicos o agricultor aplicou, ao longo da safra, 5 litros de um agrotóxico de uso múltiplo (R\$90,00/l) em várias culturas (maracujá, maxixe, abóbora e melancia), principalmente no período da chuva, quando ocorria a proliferação de insetos (aplicação curativa). A calda era feita em um balde e depois colocada no pulverizador costal que era completado com água. O agricultor utilizava máscara (sem filtro) e luva para a preparação e aplicação. A orientação a respeito da aplicação do produto foi obtida na própria casa agropecuária onde ele foi comprado. A informação a respeito do período de carência foi obtida pelo agricultor na própria “bula” do agrotóxico, sendo de 3 dias, com reaplicação caso as pragas continuassem. De acordo com o agricultor era um produto “fraco” e por isso utilizava nas culturas. O descarte da embalagem era feito com a queima da mesma. Na opinião do agricultor a principal forma de intoxicação com agrotóxicos era na aplicação do produto. A família não utilizava métodos alternativos de combate a pragas nas culturas.

A produção animal era dividida entre a criação de porcos, frangos caipira, frangos semicaipira e bovinos de leite. O manejo da criação de porcos e as vacas era responsabilidade do agricultor e o de frangos da agricultora. No

momento da entrevista, o rebanho de porcos era composto por 7 matrizes, 1 reprodutor e 40 leitões, o de aves por 50 galinhas caipira (grandes e pequenos) e 250 frangos semicaipira (linhagem pescoço pelado) e o de bovinos por 4 vacas de leite e uma novilha.

Os leitões eram criados em 6 chiqueiros com capacidade para 15 animais cada, as matrizes em 3 com capacidade para 2 e o reprodutor separado em 1 chiqueiro.

Os principais destinos da criação de porcos foram vendas realizadas dentro do assentamento (sob encomenda), vendas fora do assentamento na cidade (encomenda, “de porta em porta”, churrascaria), venda fora do assentamento para outras cidades como Cuiabá, Primavera do Leste e Barra do Graças (encomenda), consumo da família e a reposição do próprio rebanho. O agricultor estimou que comercializou próximo de 220 animais, sendo 8 porcas e 210 leitões, sendo estes negociados (vendido, trocado ou abatido) com peso vivo médio de 18 kg. A maior parte dos leitões vendidos, por volta de 150 cabeças, foi no período de natal ao preço médio de R\$250,00/cabeça, já limpo. Os leitões que foram vendidos para outras cidades eram encomendados por telefone e chegavam aos compradores através dos motoristas das vans escolares, uma que fazia o trajeto do assentamento para Primavera do Leste, outra que fazia o trajeto de Campo Verde a Cuiabá e outra de Campo Verde a Barra do Garças. Os cortes (pernil, paleta, costela, barriga, lombo, bisteca, suã, pés, joelhos, toucinho e outros) eram transportados resfriados em caixa de isopor. Alguns leitões (também ovos e frango) que foram vendidos na cidade (Campo Verde) também foram transportados e entregues pelo motorista de uma das linhas de ônibus do assentamento. Tais estratégias de comercialização para venda “sob encomenda” evidenciaram que a família construiu uma rede de contatos que delineavam várias possibilidades de transporte da sua produção.

A família ponderou ter consumido 10 leitões na safra 2013/2014 em diversos tipos de preparos como também elaborou linguiça mista (carne de porco e boi).

O recurso financeiro obtido com a venda dos leitões era dividido, sendo aferido que 50% fossem utilizados para compra de alimentos para a família e os outros 50% com utensílios para casa e reinvestimento na criação, especialmente na compra de ingredientes para as rações.

Uma das estratégias que a família utilizava para manter a criação de porcos era repor as matrizes do rebanho com leitoas do próprio rebanho, estimando-se que em torno de 20% das fêmeas ficavam para reposição. Essa estratégia permitia que a família sempre tivesse matrizes prenhes e leitões para a venda.

A responsabilidade do manejo e comercialização dos frangos caipira e semicaipira eram da agricultora, sendo que o abate era tarefa do agricultor. O principal destino da produção era a venda fora do assentamento e o consumo familiar. Os frangos caipira tinham um galpão próprio, assim como os semicaipira.

Em torno de 300 frangos (limpo e congelado) foram vendidos tanto na feira como “sob encomenda”. Aproximadamente 100 desses frangos eram caipira obtidos no próprio lote da família, porém, a maior parte (200 frangos) era semicaipira e foi comprada viva a prazo dentro do assentamento. Nessa forma de compra a família pegava os frangos vivos no lote do vendedor, transportava para o seu lote, abatia, limpava, resfriava e os levava para a feira. Quando realizada a venda, efetuava-se o pagamento ao vendedor. Para a família essa estratégia de comercialização não estava sendo rentável como citado pela agricultora no trecho a seguir:

Aí eu parei [de comprar frango a prazo], tem muita gente que me oferecia de novo, eu falei: *não, não vou pegar mais*

dos outros não, é muito trabalho para pouco lucro, agora eu vou por os meus. Se eu ganhar cem reais, é meu, é tudo meu, se eu ganhar mil reais é tudo meu (Família 02).

De acordo com o agricultor o lucro dessa estratégia dependia muito do “ponto” no qual os frangos comprados se encontravam, ou seja, se ela estava no peso de abate o lucro era próximo a 50% (R\$10,00/cabeça para compra e R\$20,00/cabeça para venda). No entanto, se os frangos comprados tivessem que ficar mais alguns dias no galpão para ganhar peso, o lucro caía por que era necessário alimentá-los com ração até que atingissem o peso de abate. Dessa forma, a família iniciou, na safra 2013/2014, a própria criação de frangos semicaipira com a construção de um galpão rústico e área de pastagem (grama estrela) a fim de aumentar a rentabilidade com a venda desse alimento na feira e aprender a lidar com a criação de frangos semicaipira. A família informou que com parte do lucro obtido com a (re)venda de frangos, investiu na compra dos 250 pintinhos semicaipira que estavam em galpão no próprio lote. A palha de arroz utilizada como cama para forrar o galpão foi obtida em uma fazenda próxima, onde o agricultor foi no próprio carro (minicamionete) para pegar 3 bags. Ela não era comprada (R\$50,00/bag caso fosse), mas sim trocada por 2 ou 3 frangos quando o gerente da fazenda estava na banca da família na feira.

A família calculou que consumiu cerca de 60 aves (frangos e galinhas) no ano, incluindo o consumo de visitas ao lote.

A produção média de ovos na safra 2013/2015 foi de 155 dúzias, mas a família acreditava que esta produção havia sido maior, pois além de terem vendido e consumido algumas galinhas ao longo do período também tinham maior facilidade para quantificar os ovos que foram comercializados do que os que foram doados ou consumidos. Também relataram que essa produção poderia ser maior porque ainda estavam implantando um galinheiro para postura e,

portanto os ovos eram recolhidos no “mato” e muitos passavam despercebidos e deixavam de ser colhidos.

O principal destino da produção de ovos era a venda fora do assentamento, sendo vendidas 80 dúzias na feira e 15 dúzias “de porta em porta” ou “sob encomenda”, todas ao preço de R\$6,00/dúzia. Segundo o agricultor a venda desse alimento era garantida: “O ovo caipira é disputado em qualquer comércio. Tem outro aqui, mas o povo fala “tem caipira?”. Além disso, 30 dúzias foram doadas a familiares e conhecidos e mais 30 dúzias foram consumidas.

A área de pastagem era de 1,0 hectare toda cercada e com curral coberto para manejo. Dessa área 0,5 hectare foi plantado com capim braquiária e 0,5 hectares com capim mombaça. As vacas ainda não estavam produzindo leite, porém uma delas estava prenhe. A família estava pretendendo aumentar essa área de pastagem na próxima safra em 1,0 hectare para posteriormente comprar mais vacas. Como estratégia, estavam colhendo sementes do capim mombaça da própria área de pastagem em uso e adquiriram arame com o recurso do Apoio Inicial para construção da cerca. Não havia área de capineira ou canavial plantado para alimentação das vacas no período da seca, mas intencionava plantar capim napier como forma de barreira, para a horta e pomar, à deriva de agrotóxicos oriundos das culturas em “parceria”. O agricultor também mencionou que havia trocado 3 vacas e abatido 13 bois até o momento da entrevista, porém esses animais ficavam em pastos de vizinhos, os quais ficavam com a produção de leite em troca da ocupação do pasto ou ficavam com uma parte da carne quando do abate dos animais. Também relatara que alguns desses vizinhos levavam leite para a família como outra forma de troca, ou seja, nesse caso troca do leite pelo uso do animal. O agricultor reforçou que a utilização dessa estratégia era porque ainda estava implantando a estrutura para a produção

de leite e dessa forma tinha 2 vacas no próprio lote e outras 2 vacas e uma novilha em lote de vizinhos.

A comercialização da carne dos bois ocorreu dentro do próprio assentamento (ao preço médio de R\$110,00/@) e também a trabalhadores das fazendas próximas (R\$7,00/kg) ambas vendidas somente “sob encomenda”, sendo que uma parte ficava com a família que avaliou ter consumido média de 150 kg no período do estudo.

A respeito da venda “de porta em porta” o casal mencionou que alguns vizinhos queriam aprender os canais de comercialização que eles construíram para realizarem tantas vendas dessa forma, porém como o agricultor explicou:

Pra aprender tem que pegar um carro, uma moto chegar lá e bater “de porta em porta” e fazer o próprio comércio, né, agora, por exemplo, você tem seu próprio comércio aí eu vou chegar lá e pegar sua freguesia? Não. Nós batalhamos, nós conquistamos “de porta em porta” (Família 02).

Porém, com as informações obtidas percebeu-se que a intenção do casal era deixar a venda “de porta em porta” para fortalecer as vendas sob encomendas. A implantação do galpão para criação de frangos semicaipira pareceu ser a estratégia de curto prazo principal para estimular as compras casadas dos frangos com os outros alimentos da “cesta de alimentos” produzidos pela família. Outras atividades em implantação foram: a aquisição de 250 pintinhos semicaipira, a construção de um galinheiro para postura; a construção de cercas e aumento da área de pasto com sementes próprias; aumento do mandiocal; replantio de melancia.

Sobre a aquisição de insumos para a produção animal, a família preferia elaborar as rações para as suas criações animais, mas ainda assim era necessário adquirir alguns ingredientes para elaborá-las.

A ração para os porcos era preparada no lote pelo agricultor que triturava milho com palha e sabugo e misturava com núcleo. Segundo seu comentário a alimentação dos animais com a quantidade certa era o elemento mais importante para que estes se desenvolvessem. A sua forma de cuidar dos animais levava alguns agricultores do assentamento a o procurem para orientações, já que percebiam que ele obtinha resultados positivos com essa criação, como apresentado no trecho abaixo:

A ração mesmo, a ração para as galinhas os caras chegam lá e compra, aí chega ali *“ah, os meus pintinhos estão morrendo”*, os outros *“oh meus porcos, eu estou pondo o mesmo tanto de ração que você está dando, mas não está dando certo”*, *“não gente, vem cá, eu vou fazer para vocês”*. Aí eles pegam no carrinho deles lá e trazem aqui três, quatro sacos de milho, tritura, eu coloco na betoneira, mistura, *“você vai por só esse tanto aqui”*, o porco se você colocar a vontade ele derrama, come tudo. Você tem que colocar o comer, para ele comer e ficar com fome. Toda hora que você põe ele come, aí vocês tem que aprender isso. Teve nego aí que parou de criar, foi indo, foi indo e parou; Não desenvolve! (Família 02).

Para os bovinos de leite foram adquiridos 4 sacos de sal mineral (25kg/sc), 2 sacos de sal comum (25 kg/sc). Além desses ingredientes os bovinos de leite consumiam milho triturado com palha e sabugo e a elas não era ofertada a ração elaborada para os porcos e frangos. Na ração desses eram utilizados o concentrado (R\$80,00/sc), o núcleo (R\$50,00/kg), o farelo de soja (R\$59,00/sc), a soja, o sorgo e o milho (adquirido pela “parceria”) triturado (em triturador próprio) com palha e sabugo. Os ingredientes das rações para os porcos eram misturados em diferentes proporções para cada criação animal, sendo que os porcos consumiam a maior parte do núcleo. A estimativa consumida na safra 2013/2014 foi 15 kg de concentrado, 20 kg de núcleo, 1 tonelada de farelo de soja, 1 tonelada de soja grão, 1 tonelada de sorgo grão e 6 toneladas de milho com palha e

sabugo, sendo todos os 3 últimos obtidos através da “parceria”. Também para cuidar da alimentação dos bovinos de leite compraram ureia agrícola que era jogada a lanço após a mudança dos animais de piquete.

Para apoio à comercialização dos ovos a família frequentemente comprava na cidade cartelas para 2,5 dúzias de ovos.

Com insumos da área de sanidade animal, os gastos foram estimados em R\$500,00, sendo adquiridas vacinas, vermífugos e carrapaticidas. Entre as práticas alternativas de sanidade foi utilizado mastruz batido com sal como antisséptico para a ferida da castração dos leitões.

A água para abastecimento da casa, das lavouras e dos animais era proveniente de poço tipo bocão perfurado em 2009 e a família mencionou que já teve problemas de abastecimento de água e por isso estavam separando fundos para perfuração do poço no próximo ano (2015).

6.2.2 Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 02

A pluriatividade era exercida pelo agricultor que trabalhava como pedreiro dentro e fora do assentamento e de vez em quando realizava pequenos fretes com carro próprio (minicamionete) para outros agricultores do assentamento. O agricultor ponderou que cerca de 50% do seu tempo ao longo de 1 ano era ocupado com o trabalho de pedreiro e o restante com as atividades relacionadas ao lote (plantio, colheita, manejo de pasto, manejo de animais, abate, processamento e comercialização). A renda obtida com o trabalho fora do lote no período (safra 2013/2014) não chegou a 1 salário mínimo/mês e foi distribuída entre despesas para a compra de alimentos, compra de insumos para a produção animal e vegetal e investimento de infraestrutura. No entanto, a família avaliou que a maior parte desse recurso era destinada à manutenção e abastecimento dos veículos (carro e moto). Especialmente o carro era

fundamental nas atividades de pedreiro do agricultor, pois era necessário o transporte da betoneira e outras ferramentas. Além disso, o veículo também era utilizado para o transporte de insumos, a entrega de alimentos encomendados, a venda “de porta em porta” e o deslocamento da família para participação em atividades sociais fora e dentro do assentamento, como a participação na igreja visitas a vizinhos e reuniões dentro do assentamento. A análise do material permitiu identificar que através do trabalho exercido fora do lote o agricultor também construía canais de comercialização para venda “sob encomenda”. No entanto a permanência na atividade era questionada pela agricultora que desejava que o agricultor dedicasse mais de seu tempo ao lote, como demonstrou na fala transcrita abaixo:

Mas agora ele está fazendo um serviço para a [nome], ele estava até bravo com o [nome], porque ele pegou o serviço para fazer dentro de duas semanas, mas ele mandou fazer uns postes e atrasou, agora está com duas semanas que ele está parado e a chuva começou. Eu falei para ele “*você não vai! Nós vamos cuidar do que é nosso! Deus deu a terra para nós, para nós plantarmos para nós vivermos daqui, você não vai ficar trabalhando para os outros não, de jeito nenhum*”. Dinheirinho ajuda? Ajuda! Nós temos carro, nós temos a moto de vez em quando precisa arrumar uma coisa, mas esse ano [safra 2014/2015] ele não vai mexer, nós vamos plantar, nós vamos mexer com o nosso sítio, nós vamos viver do sustento daqui de dentro (Família 02).

A renda média mensal da família era superior a 3 salários mínimos, sendo que até 1 salário mínimo mensal era comprometido com a compra de alimentos.

Em relação à dependência as estratégias consideradas foram: a aquisição de insumos e a comercialização de alimentos. A aquisição de alimentos, particularmente para os porcos, foi a que mais demandou recursos designados para a compra de núcleo, concentrado e farelo de soja. Também chamou atenção a grande dependência da pecuária em relação à aquisição de soja, sorgo e milho do “parceiro” que utilizava parte do lote para plantio ao PNPB.

Os custos (de produção e transação) relacionados a essa dependência eram reduzidos em função da utilização de diferentes canais de comercialização (feira, encomendas, “de porta em porta”) que a família utilizava para venda da sua produção.

As frutas, legumes e verduras eram vendidos principalmente na feira livre de Campo Verde, embaladas em pacotes ao preço médio de R\$2,00/pacote, sendo que a agricultora era a responsável por ficar na banca.

A família também realizava vendas de legumes, polpas, doces, polvilho, cortes de porco, frangos caipira e semicaipira e ovos, “sob encomenda” quando algum comprador do círculo social (principalmente conhecidos da igreja) entrava em contato por telefone para saber quais alimentos estavam disponíveis. Os alimentos eram entregues na feira ou na casa do comprador. Outra forma de comercialização direta era quando compradores (proprietários de minimercados, de restaurantes e atravessadores) iam a feira realizar a encomenda direto com a agricultora ou ela entrava em contato com eles. No caso dos legumes, essa venda era caracterizada por ser em caixas e não em pacotes e a entrega era geralmente combinada na chegada da agricultora na feira. Dessa forma, a agricultora colhia e limpava os alimentos na quinta e sexta feira, os encaixotava com ajuda do agricultor e os embarcava na madrugada de sábado no “ônibus da feira”. Chegando à feira, os legumes eram entregues ao comprador. Também era realizada a venda de “porta em porta” (restaurante, churrascaria, mercado, consumidor) durante os dias da semana quando estava na época da safra de algum alimento vegetal, dando-se preferência pela venda em pacotes ao preço médio de R\$4,00/pacote. “O tamanho” do pacote indicava o peso da mercadoria que variava de 0,5 a 0,8 kg. Esse “tamanho” dependia do alimento (fruta, legume e verdura), do tempo de vida do alimento, da sua qualidade, de promoções de final de feira e da concorrência.

O preço na feira é menor [do que o “de porta em porta”] por causa da concorrência. No começo do ano passado eu ganhei muito dinheiro com maxixe, porque eu fui as primeiras [a vender], era rapidinho, tinha vez quando dava

nove horas já tinha acabado de vender meus trem tudo, abobrinha, o maxixe e o ovo caipira, três coisas que eu sempre levava. Então pronto, mas depois foi vindo concorrência, concorrência, acabou, aí quando chego lá e vejo aquele tanto, aí é mais difícil (Família 02).

Alguns alimentos que sobravam na feira eram doados ou vendidos a outros feirantes que participariam da feira de domingo em outro bairro. A família apontou alguns aspectos que os motivavam a continuar a participar da feira: 1) o transporte dos alimentos que era levado pela prefeitura em carro furgão; 2) o transporte ida e volta dos agricultores para a feira em ônibus cedido pela prefeitura e sem custo aos participantes e familiares; 3) o baixo preço (R\$5,00/semana) para manter a banca na feira; 4) uma forma de testarem a saída (lucro) de alguns alimentos e que os ajudava a avaliar quais poderiam ter sua área de plantio aumentada (ou reduzida) na próxima safra, quais frutas valeria a pena colher para venda e a sua forma de apresentação (*in natura*, doce, polpa congelada), quais animais e seus subprodutos levar (frangos abatidos e ovos caipiras); e 5) um ponto de apoio às vendas “sob encomenda”, ou seja, a feira se tornava um importante ponto para que os compradores encontrassem os agricultores pessoalmente para combinarem pedidos, receberem entregas e realizarem pagamentos.

Um dos problemas que o casal identificou com o processo de comercialização na feira foi o assédio de alguns atravessadores que os abordavam, e a outros agricultores também, assim que chegavam à feira. Nessa abordagem os atravessadores forçavam a venda de alimentos em caixas a um preço bem inferior ao que os agricultores do assentamento Dom Osório pretendiam. Também compravam os alimentos já embalados nos pacotes feitos pelos agricultores para desmembrá-los e (re)embalá-los em 2 ou 3 pacotes menores que eram vendidos a um preço maior. Esse processo pode ser evidenciado no exemplo da venda do maxixe que o agricultor relatou.

Eles [atravessadores] cataram o maxixe deles [agricultores do assentamento Dom Osório] e chegaram lá, compra os pacote da [nome da agricultora], que era grande, e chegava lá e desmanchava, pegava 2 pacote, eles fazia 3. É ali que eles ganham, né? (Família 02).

No olhar do casal havia grande concorrência para a venda de frutas e legumes da época na feira e pequena para a venda de ovos e carnes (de frangos e cortes de porco). No entanto a maior parte das vendas de carnes que a família realizava era feita “sob encomenda” (fora e dentro do assentamento) em função do planejamento necessário para o abate e limpeza (que dependendo da quantidade também exigia mais uma pessoa para auxiliar o agricultor), resfriamento e transporte desse tipo de alimento que exigia maiores cuidados (inclusive com a vigilância sanitária) do que as frutas, legumes e verduras. Ainda que não tenha sido apontada como a principal fonte de renda mensal da família notou-se a sua importante contribuição, pois a renda com a venda de alimentos situava-se entre 1 e 2 salários mínimos.

As análises sobre autonomia consideraram a agregação de valor, acesso a créditos e programas governamentais. Notou-se que a agregação de valor apresentou-se na fabricação de: polpas de frutas, doces de frutas e de abóbora, polvilho, pamonha, diversos cortes de carne de porco, linguiça e frangos inteiros que foram tanto vendidos como consumidos pela família.

Em relação ao acesso a créditos e programas governamentais a família teve acesso ao Crédito Habitação, ao Apoio Inicial e ao PNPB. O Crédito Habitação foi acessado em 2011 e, portanto, a família habitou o barraco de lona durante 3 anos. A casa tinha 1 banheiro completo, 1 cozinha, 2 quartos e 1 sala. O piso predominante era de cerâmica, a cobertura com telha de amianto, as paredes de tijolo rebocado e pintadas. Não havia forro nem varanda e a expectativa era de construí-los em 2015, quando fosse liberado o crédito para reforma da casa. Em 2014, a família acessou o Apoio Inicial e comprou

R\$1.000,00 reais de alimentos e R\$2.200,00 com tela, arame, compressor e pequenas ferramentas. Com a liberação dos recursos do PRONAF a família esperava investir em 2,0 hectares com pequi e substituir a área da “parceria” com atividade leiteira e para esta última estava se preparando, como demonstra o trecho a seguir:

Eu estava fazendo esses piquetes aqui, metendo a cavadeira aqui e tirando essas lascas aí, comprei uma lasca de lá da serrinha, comprei esses arames aí “o [nome agricultor] é doido, não tem nem gado”. Eu não quero gado agora não, nem depois que eu fizer eu quero gado, eu vou fazendo, vai sai o PRONAF no vai? A hora que sair eu já tenho. Agora tem nego aí que é o seguinte, está só na soja, a hora que os caras chegar assim “o dinheiro está no banco”, aí o que ele vai fazer? Ele vai ter que comprar o arame, comprar a lasca, fazer o serviço e comprar o gado. Eu não, o meu está pronto. Aí eu vou pegar o dinheiro do PRONAF todinho e vou comprar tantos gados, porque a estrutura eu já fiz, devagarzinho. Agora o cara vai pegar metade para fazer isso aí e a metade ele vai comprar o material, se ele ia comprar dez vacas ele vai comprar só cinco, porque o dinheiro de cinco ele vai ter que fazer a estrutura. Eu não, eu já tenho! Eu vou pegar tudo e comprar em gado. Aí os cara não! Eu vou fazer as coisas aqui, aí mais para frente eu vou fazer mais oito piquetes mais lá pra baixo (Família 02).

O acesso ao PNBP foi realizado por meio de “parceria”, sendo realizada desde a safra 2010/2011 por iniciativa da própria família de agricultores. A renda declarada com a “parceria” foi de R\$6.660,00 (0,8 salários mínimos de 2014) para o plantio da soja. Como mencionamos o milho safrinha foi plantado após a colheita da soja, entretanto a família optou por receber o valor em produto. Caso fossem receber em dinheiro este seria também de R\$6.660,00 (0,8 salários mínimos de 2014). Os motivos que levaram a família a realizá-la foram: a obtenção de uma renda extra e a obtenção de soja, milho e sorgo. A renda obtida com a soja era destinada para aquisição de alimentos para a casa, de alimentos para os

animais e para a compra de medicamentos para o casal. A soja grão (1 t), o milho em espiga (6 t) e o sorgo grão (1 t) eram destinados à alimentação dos animais. Nos 12,0 hectares destinados à “parceria” após a plantação da soja o “parceiro” plantava o milho safrinha. O sorgo era obtido junto ao “parceiro” por meio de trocas negociadas pelo milho recebido. Devido ao grande consumo de grãos pela produção animal constatou-se uma forte dependência da parceria para continuar o ciclo de produção, processamento e comercialização dos cortes de porco e frangos caipira. A implantação da estrutura para criação de frangos semicaipira também apontava, em curto prazo, seguir na direção dessa estratégia, pois a família tinha a intenção de continuar com a parceria na safra 2014/2015. Ainda assim estima-se que haja uma redução considerável nos custos de produção animal por causa dessa estratégia.

A família era integrante da associação da feira municipal e a agricultora também era integrante da associação de mulheres, mas informou que não estava participando das reuniões desta que eram mensais e que a associação estava parada. As iniciativas de cooperação frequentemente realizadas que foram mencionadas pela família foram: a obtenção de mandioca para fabricação de polvilho; a aquisição de frangos vivos para a (re)venda; o abate de grande quantidade de animais; a manutenção de vacas no pasto de vizinhos; a venda da pamonha na feira e a aquisição de palha de arroz para forrar o galpão de frangos semicaipira. O deslocamento da família era feito no assentamento por carro (minicamionete) e moto.

6.3 Perfil geral - Família 03

A entrevista com a “Família 03” foi realizada nos dias 21, 24 e 25 de outubro de 2014. A família era constituída por 3 pessoas, sendo

composta por um casal e seu filho. A agricultora tinha 54 anos e era natural de MG. O agricultor tinha 51 anos e era natural de MG. Seu filho tinha 19 anos natural de MT. A família já residia há 14 anos no município de Campo Verde e ficou acampada por mais de 10 anos.

O casal frequentou a escola até a 4^a série enquanto seu filho estava estudando agronomia na cidade de Primavera do Leste. Seu deslocamento era feito diariamente por transporte escolar particular.

Pela aplicação da EBIA essa família foi classificada na condição de segurança alimentar. Pelos critérios adotados na pesquisa eles tinham filhos morando no lote, não comercializavam parte dos alimentos produzidos na feira, exerciam atividades de pluriatividade e fizeram parceria para o PNPB na safra considerada na pesquisa. Houve o plantio de milho safrinha após a colheita da soja.

A principal ocupação da agricultora e filho era o trabalho no próprio lote, enquanto o agricultor realizava trabalho assalariado fora do assentamento, sendo esta a principal fonte de renda da família. A segunda fonte de renda apontada como a mais importante era a “parceria”. Não havia aposentados ou pensionistas na família.

A maioria dos alimentos produzidos era destinada ao consumo e a venda no próprio assentamento, pois a família não participava da feira.

Em relação aos programas do governo federal a família havia acessado o Crédito Habitação em 2011, o Apoio Inicial em 2014, a “parceria” para entrega ao PNPB desde a safra 2010/2011 e o PBF.

6.3.1 Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 03

A distribuição do uso da terra era de 1,5 ha destinados à produção para autoconsumo e venda, 9,0 ha à “parceria” para produção de biodiesel, 0,5 hectares ocupados por áreas de capoeira (mata e pasto nativo) e 0,5 ha ocupados pelas benfeitorias totalizando 11,5 hectares.

Considerando a safra de 2013/2014, a área destinada à produção era distribuída em pomar, horta e criação animal.

A produção do pomar era destinada tanto ao consumo da família como dos animais e ficava sob responsabilidade da agricultora. Para algumas frutas o consumo animal superava o da família. As principais frutas produzidas e consumidas na safra 2013/2014 foram: abacaxi (2 caixas), acerola (5 litros), banana (2 cachos/semana), caju (10 litros/mês), figo (3 litros/mês), goiaba (3 caixas), ingá (10 vagens/semana), jaca, limão (1 dúzia/semana), mamão (5 frutos pequenos/semana), manga (10 caixas), pinha (fruto de 300gr), pitanga e seriguela. A fruta que mais se comprava era a laranja e depois a melancia. Na avaliação da família o pomar era suficiente para atender às suas necessidades e caso fossem comprar as mesmas frutas que consumiam gastariam em torno de R\$30,00/mês.

O destino da produção das frutas era bastante variado, ficando entre o consumo da família e consumo animal, sem vendas. A produção de acerola era durante todo o ano e destinada principalmente para suco *in natura*, no entanto as galinhas também a consumiam. No caso do caju o principal preparo era o suco e doce. Foi relatado que a produção da safra 2013/2014 havia diminuído por causa do “veneno” aplicado na lavoura de grãos e que levava as folhas a ficar com manchas pretas semelhantes a queimaduras. O figo era utilizado exclusivamente para a produção de doce caseiro. Já a maior parte da goiaba produzida era

destinada ao consumo animal *in natura* e a família produzia suco natural, polpa congelada e doce com o fruto. As vagens do ingá eram mais consumidas pelos animais quando vinham ao chão e a família consumia vagens colhidas. O limão era destinado à preparação de suco e tempero de salada e o mamão consumido integralmente pela família de acordo com o amadurecimento dos frutos colhidos ainda “de vez”. A manga era consumida *in natura* e também utilizada para elaboração de sucos e polpa, sendo que as mangas caídas (por causa do vento ou amadurecimento dos frutos) eram consumidas pelos frangos caipira. A pinha era destinada ao consumo, mas também a família dava para visitas. O seriguela era consumido pela família na forma de suco, porém a maior parte dos frutos colhidos era fornecida aos porcos e os caídos consumidos pelos frangos caipira.

A horta ocupava uma área próxima a 20,0 m² e era cuidada pela agricultora. Os alimentos lá produzidos também eram destinados prioritariamente para o consumo da família (incluindo aqui também o consumo animal) e incluía principalmente legumes como: abóbora (consumo familiar de 2x/semana durante o período de safra); mandioca (10kg/semana), maxixe (3x/semana), quiabo (1x/semana), jiló (1 litro/semana), tomate de mesa (2 litros), tomatinho, cheiro verde (3 molhos/semana). Quando a família queria comer verduras “de folhas” como alface (2 cabeças/dia), couve (dois maços/semana), almeirão (1 maço/semana), rúcula (1 maços/semana) elas eram compradas na cidade ou dentro do próprio assentamento. Também ganhavam muitas verduras de vizinhos que utilizavam o ônibus dirigido pelo agricultor.

Parte da mandioca plantada além de consumida também foi vendida descascada, direto a um mercado na cidade de Campo Verde (ao preço de R\$1,50/kg), sendo ao todo comercializados 100 kg. A família considerou que a horta que tinham era suficiente para atender às suas necessidades e caso fossem comprar os legumes e verduras produzidos e consumidos seu gasto mensal seria de R\$80,00/mês. O consumo de legumes e verduras era prioritário para a

família, no entanto excedentes de abóbora e verduras (alface e couve) eram também destinados ao consumo dos porcos e frangos caipira.

A produção animal era dividida entre a criação de porcos e frangos caipira. O manejo da criação de porcos era responsabilidade do filho do casal. No momento da entrevista, o rebanho tinha em torno de 40 cabeças entre grandes e pequenos, sendo 6 matrizes e 1 reprodutor. As matrizes e leitões abaixo de 30 kg eram criados em “chiqueiros” para porco caipira, o reprodutor e os leitões acima 30 kg criados em piquetes com cercas teladas e cerca elétrica.

O destino da produção de porcos para venda foi estimado pela família em 60 cabeças (entre grandes e pequenos) e para consumo em 10 cabeças (safra 2013/2014). Os compradores eram do próprio assentamento que procuraram diretamente a família no lote. Segundo a família a demanda por porcos, especialmente leitões, era boa dentro do assentamento. Houve também a troca (valor de troca) efetuada com outra família em que uma porca foi negociada por uma vaca evidenciando essa ação como uma forma de diversificar a produção animal:

Mais de quarenta [foram vendidos]. Agora nesses dias mesmo eu vendi dezessete [leitões]. Eu troquei em gado, né, eu troquei com uma novilha dele, aí ele levou uma porca também para criar. Mas vende muito, a gente que não cria assim direto. Quanto mais você tem mais as pessoas procuram sabe, são muitos aceitáveis (Família 03).

O preço do kg do leitão abatido foi em média de R\$10,00/kg e o preço dele vivo foi de R\$7,50/kg. A maior procura dentro do assentamento foi por animais com peso entre 10 kg e 15 kg que eram utilizados, de acordo com a família, para assar inteiro.

A família estimou ter consumido uma média de 10 cabeças (4 a 5 kg de carne/semana). A família recebe muitas visitas “da cidade” e usualmente abatem porcos nessas ocasiões. As visitas além de consumirem também levam os cortes preparados, congelados ou conservados.

O manejo da criação de aves (criação diária e abate) era de responsabilidade da agricultora. No momento da entrevista havia uma média de 150 cabeças (entre grandes e pequenos). O destino da produção de frangos caipira era a venda e o consumo familiar. A maior parte dos frangos era vendida dentro do assentamento por pessoas que iam até o lote comprar tanto vivo quanto abatido. A família vendeu o frango abatido limpo dentro do assentamento ao preço médio de R\$15,00/cabeça e na cidade a R\$20,00/cabeça. Os frangos vendidos às famílias da cidade eram vendidos “sob encomenda” por pessoas do círculo social do casal (igreja e pessoas que tinham contato com o agricultor que realizava o trabalho de motorista indo à cidade diariamente).

A família estimou ter consumido uma média de 100 frangos no ano (2kg de carne/semana) e semelhante ao consumo de porcos foi comum que algumas visitas que vieram da cidade também levassem cortes preparados ou frangos inteiros congelados.

A produção média de ovos foi de 2 dúzias/dia, mas de acordo com a família no período estudado chegaram a colher 10 dz/semana. Como algumas galinhas foram vendidas a produção havia reduzido.

O principal destino da produção de ovos era a doação (estimada em 1 a 2 dz/dia) dentro do assentamento por pessoas que iam até o lote, sendo a venda de ovos rara. Também havia doação para as “visitas” (familiares e conhecidos do círculo social) que vinham de Cuiabá ou Campo Verde visitar a família.

O consumo de ovos era muito pequeno, sendo utilizado principalmente na preparação de bolos.

Aqui em casa é muita gente, tipo conhecido em Cuiabá, um leva, outro leva três dúzias, um leva cinco dúzias. Eu mesmo não importo, fica dúzia aí, eu não faço questão. De vez enquanto aparece uns para comprar (ovos), mas mais a gente dá mesmo, porque senão estraga tudo, não aparece quem compra (Família 03).

Não havia área de pasto formado, por isso a vaca que trocaram ainda estava no vizinho, mas tinham a intenção em formar pasto para a próxima safra. Haviam plantado cana no início da safra, porém ela foi muito atacada por cupins que são abundantes nas regiões do assentamento onde os solos são mais ácidos.

Um ano atrás nós tínhamos bastante cana aqui, a cana aqui a duração dela é pouca. Ela é muito atacada pelo cupim. Me falaram, o rapaz (da casa agropecuária) me falou, diz ele que é para, quando a gente for plantar a cana, ele disse que é para nós usarmos ou o calcário ou senão o cal, que ameniza o cupim (Família 03).

Em uma das visitas a família estava cercando com tela a área onde iria ser construído o galpão para criação de frangos caipira. Nessa área também já estavam sendo plantados grama estrela (nome regional “derruba véio”) e alguns legumes.

Os insumos comprados para produção vegetal foram sementes para formar a horta da safra 2013/2014 (R\$40,00 ao todo). Relataram que, através da SEDAM, os agricultores do assentamento poderiam receber gratuitamente mudas frutíferas todo ano, porém na safra passada não solicitaram. Não houve a aquisição de calcário ou adubos formulados, no entanto informaram que quando precisam de calcário (para misturar nas rações dos frangos e galinhas, para evitar que comam os próprios ovos na busca de uma fonte de cálcio) pedem para um vizinho porque usam pouca quantidade. No caso do adubo formulado, ganharam quando sobrou do plantio da soja na área de “parceria”.

Geralmente a gente nem compra adubo, essas coisas assim, a gente ganha, o pessoal plantando aí, pega com eles. Quando não é um adubo bem adequado (Família 03).

O adubo orgânico utilizado foi o esterco de galinha (retirado principalmente do galinheiro onde as galinhas dormem) curtido com terra para uso na horta.

Em relação ao uso de agrotóxicos a família citou que frequentemente usava o glifosato para eliminar o “mato” uma média de 3 litros/mês que era comprado em Campo Verde. A calda era preparada direto no pulverizador costal (pelo filho ou agricultor) e aplicada sem a utilização de nenhum tipo de EPI. Informaram que não consultavam as informações na embalagem a respeito da toxicidade do produto, apenas consultavam as informações sobre a diluição do produto. Após a utilização do produto a embalagem era queimada. Para eles a principal forma de contaminação por agrotóxicos era através do ar.

Em relação ao uso de métodos alternativos a família mencionou utilizar uma calda preparada com fumo e cinzas curtidas em um tambor de 50 litros para aplicar na horta quando necessário.

Os insumos comprados em casas agropecuárias da cidade para a produção animal, para uso na criação de porcos e frangos, foram o sal comum, o núcleo, concentrado e o farelo de soja. Os valores médios utilizados para fabricação da ração foram: sal comum foi utilizado na quantidade de 2 sacos de 25 kg/ano; o núcleo (minerais e vitaminas) 10 kg/mês (R\$54,00/kg); o concentrado (farelo de soja, minerais e vitaminas) também 10 kg/mês (R\$74,00/kg); farelo de soja 2 sacos de 40 kg/mês (R\$52,00/sc); e a de milho foi de 10 sacos de 40 kg/mês (R\$15,00/sc). Os agricultores relataram que mudavam a diluição do núcleo recomendada pelo vendedor da casa agropecuária, aumentando em 5 vezes a quantidade de milho utilizada na ração. Na safra considerada a família pegou 120 sacos de 60 kg através da “parceria” e ainda tiveram que comprar mais 80 sacos de 40 kg para atender à alimentação das criações. Segundo a percepção da família terão que abater animais ou comprar mais milho para manter o efetivo de animais.

Como observado, a família optava por não comprar rações formuladas para os porcos, mas sim os componentes de ração para fabricá-la e como os frangos e pintinhos eram caipira, eles também comiam a mesma ração. Na ausência da ração os porcos eram alimentados com o milho triturado misturado com sal comum. Os produtos veterinários adquiridos foram basicamente vacinas para o rebanho de suínos e aves e medicamentos de uso preventivo (ferrodex, por exemplo, e de uso emergencial; terramicina, plascentina, por exemplo). Pelos dados levantados constatou-se que a família trabalhava com um rebanho efetivo de porcos maior que o de outras famílias que constituíam os casos da amostra.

A água para abastecimento da casa, das lavouras e dos animais era proveniente de poço semiartesiano perfurado em 2009, e a família nunca teve problemas de abastecimento. Os fundos utilizados para realização dessa infraestrutura foi de economias do trabalho de motorista do agricultor que já realizava esta atividade desde o período de acampamento.

6.3.2 Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 03

Em relação à pluriatividade o agricultor trabalhava como motorista para uma empresa privada realizando o percurso, durante a semana, do assentamento até a cidade com saída na parte da manhã e retorno ao fim da tarde. A renda com o trabalho assalariado fora do assentamento era de 1 salário mínimo/mês sendo destinada para cobertura das despesas gerais da família, incluindo a compra de alimentos, a compra de insumos para a produção animal e vegetal, e também despesas com a educação do filho (material escolar, pagamento da van, roupas, internet, computador e impressora). Também uma parte dessa renda era guardada para compras emergenciais e investimento na estrutura do próprio lote.

O filho havia sido recém-contratado para trabalhar em um posto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde dentro do assentamento e aguardava a reforma de uma sala na sede social. O horário de trabalho acertado foi de meio período e a remuneração ainda não havia sido combinada.

A renda média mensal da família situava-se entre 2 e 3 salários mínimos, sendo que ela comprometia até 1 salário mínimo mensal com a compra de alimentos e até 1 salário mensal com a venda de alimentos oriundos da unidade de produção.

Em relação à dependência as seguintes estratégias foram analisadas: aquisição de insumos e comercialização de alimentos.

Sobre a aquisição de insumos percebeu-se que as atividades pecuárias tinham grande dependência da compra de ingredientes para a alimentação, havendo maior dependência para a criação de porcos do que a de frangos. Esse mesmo fato foi observado em relação ao manejo sanitário, especialmente a aquisição de vacinas. Essa dependência levava a um aumento no custo de produção que acabava sendo amenizado pelo processo de comercialização com venda direta ao comprador.

A comercialização de alimentos não representava a principal fonte de renda da família, entretanto, as vendas ocorridas (principalmente de porcos e aves) utilizavam a venda direta como principal canal de comercialização. Ela era realizada prioritariamente dentro do próprio assentamento e em algumas fora do assentamento. Como características comuns a essas duas formas de comercialização identificaram-se um baixo custo de transação e a fuga de esquemas reguladores. Na venda dentro do assentamento, como eram os compradores que procuravam a família para comprar o animal vivo ou abatido, isso reduzia bastante o custo de transação da comercialização. No caso do animal vivo era possível levar na hora e no caso do abatido a negociação era semelhante a uma encomenda em que o comprador retornava posteriormente

(contato telefônico, igreja, ou dia combinado) para pegar o animal escolhido. No caso da venda fora do assentamento a família dava prioridade para venda de alimento congelado (inteiro ou cortes) que tivesse no freezer. Caso a quantidade não fosse suficiente realizavam o abate.

Sobre autonomia as análises foram em torno da agregação de valor, acesso a créditos e programas governamentais.

Na família a agregação de valor foi observada na produção de alimentos processados ou beneficiados sendo produzidos: mandioca descascada, sucos de frutas (acerola, caju, goiaba, limão, manga, seriguela), doces de frutas (caju, figo, goiaba), polpa de frutas congeladas (goiaba, manga), embutidos com carne e miúdos de porco (10 kg de linguiça/ano com carne, sarapatel e morcela com os miúdos), banha de porco e frangos caipira congelados.

Em relação ao acesso a créditos e programas governamentais a família teve acesso ao Crédito Habitação, ao Apoio Inicial e ao PNPB.

O acesso ao Crédito Habitação foi em 2011, para a construção da casa que tinha 1 banheiro completo (vaso, chuveiro, pia), 1 cozinha, 2 quartos, 1 despensa. O piso predominante era de cerâmica, a cobertura com telha de amianto, as paredes de tijolo rebocado e pintadas. Não havia forro nem varanda, o que a família pretendia construir assim que saísse o crédito para reforma, previsto para 2015. Em 2014, a família recebeu o Apoio Inicial e comprou R\$700,00 reais de alimentos e R\$2.500,00 com tela e arame e pequenas ferramentas como: machado, roçadeira, botina, grampos, pulverizador costal.

O acesso ao PNPB foi realizado por meio de “parceria”, que era realizada no lote desde a safra 2010/2011 por iniciativa do “parceiro” que procurou a família para efetivá-la. O principal motivo que levou a família a realizá-la foi para que a terra não ficasse sem uso. O valor acordado para uso da área foi de 9 sacos (60kg) de soja por hectare quando era plantada a soja. Quando era plantado o milho, também era o mesmo valor. A renda obtida com o

plântio da soja foi estimada em R\$4.950,00 (0,6 salários mínimos de 2014). Como já citado, houve o plântio de milho safrinha após a colheita da soja, entretanto a família preferiu receber o valor (estimado em R\$5.500, ou seja, 0,7 salários mínimos) em milho grão. A renda foi colocada em conta bancária para ser utilizada futuramente em investimentos de infraestrutura do próprio lote, como: galpão para criação de frangos semicaipira (linhagem pescoço pelado), horta irrigada e criação de bovinos para produção de leite. Com a demissão recente do agricultor, a preparação da área (cercamento com tela, plântio de pasto e hortaliças) para implantação do galpão de frangos semicaipira estava sendo realizada, de acordo com a família, com fundos oriundos da “parceria”. Após a colheita da soja o “parceiro” plantou na mesma área (9,0 hectares) o milho safrinha e a família optou por receber o valor em 120 sacas do produto. Ainda que essa estratégia demonstrasse uma vulnerabilidade em relação ao uso de um insumo externo a unidade de produção, ela reduziu o custo da criação de porcos já que a família necessitou apenas de comprar mais 80 sacas do produto. Os principais motivos que levaram a família à parceria foram, portanto, a renda extra para complementação de pagamentos da casa, para investimento em custeio e obtenção de milho. A família demonstrava intenção de realizar a “parceria” novamente na safra 2014/2015.

A família tinha a ciência de que os ingredientes da alimentação dos animais eram os itens de maior peso nos custos de produção e planejavam formas de diminuir-los. Em função da grande quantidade de farelo de soja utilizada estimaram gastos com essa componente em torno de R\$1.250,00/t. Por isso estudavam em cooperação conjunta com dois vizinhos, que trabalham com frangos semicaipira, a compra conjunta desse produto que sairia, segundo seus cálculos, a R\$300,00/T. A família não participava de formas de cooperação formais como associações e a cooperativa. O deslocamento da família era feito no assentamento através do ônibus dirigido pelo agricultor.

6.4 Perfil geral - Família 04

A entrevista com a “Família 04” foi realizada nos dias 21 de setembro e 21 de outubro de 2014. A família era constituída por um casal e uma filha. A agricultora tinha 45 anos, o agricultor 55 anos e ambos eram naturais de GO. A família residia há 15 anos no município de Campo Verde e ficou acampada desde 2002.

Pela aplicação da EBIA essa família foi classificada na condição de segurança alimentar. Pelos critérios adotados na pesquisa eles não tinham filhos morando no lote, comercializavam parte dos alimentos produzidos na feira, não exerciam atividades de pluriatividade e fizeram parceria para o PNPB na safra considerada na pesquisa.

O casal frequentou a escola até a 4ª série. A principal ocupação do casal era com o trabalho no próprio lote. As fontes de renda da família eram em ordem de importância a venda de alimentos produzidos no lote e a “parceria” para o PNPB. Houve o plantio de milho safrinha após a colheita da soja.

A maioria dos alimentos produzidos era destinada à venda e ao consumo. Em relação aos programas do governo federal a família havia acessado o Crédito Habitação em 2012, o Apoio Inicial em 2014 e a “parceria” para entrega ao PNPB desde a safra 2010/2011.

6.4.1 Bloco analítico 1: Intepretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 04

A distribuição do uso da terra era de 1,5 ha destinados à produção para autoconsumo e venda, 10,0 ha à “parceria” para produção de biodiesel (e produção de milho safrinha) e 0,5 ha ocupados pelas benfeitorias, totalizando 12,0 hectares.

Considerando a safra de 2013/2014, a área destinada à produção era distribuída em pomar, horta e criação animal.

A produção do pomar era destinada tanto ao consumo da família como a vendas na feira na qual o casal participava regularmente. As principais frutas produzidas e consumidas na safra 2013/2014 foram: acerola (1 caixa); amora (2 caixas); banana (20 cachos); caju (0,5 caixa); goiaba (1 caixa); ingá (4 caixas); limão (0,5 caixas); mamão (3 caixas); maracujá (1 caixa) e marôlo (3 caixas).

Todos os frutos eram consumidos *in natura*, no entanto os que eram preferencialmente consumidos na forma de suco eram das frutas acerola, amora, caju, goiaba, limão, maracujá e os que se elaboravam polpas para congelamento para posterior consumo eram acerola, amora, goiaba e maracujá. Com a amora a família elaborava também geleia. Todas as frutas não colhidas quando vinham ao chão eram consumidas pelos frangos caipira e patos.

As frutas destinadas à venda na feira foram: acerola (1 caixa ao preço de R\$2,00/pacote); goiaba (1 caixa ao preço de R\$2,00/pacote); limão (5,5 caixas ao preço de R\$2,00/pacote); mamão (7 caixas a R\$2,00/unidade) e maracujá (8 caixas ao preço de R\$2,00/pacote).

Na avaliação da família o pomar era suficiente para atender às suas necessidades e caso fossem comprar as mesmas frutas que consumiam gastariam em torno de R\$50,00/mês. A responsabilidade de cuidar do pomar era da agricultora.

A horta ocupava uma área aproximada a 4.000 m² e os alimentos lá produzidos eram destinados principalmente à venda, mas também ao consumo familiar. A responsabilidade de cuidar da horta era do agricultor. Dessa horta os legumes consumidos pela família foram: abóbora (1 caixa/ano); abobrinha (1 caixa/ano); beterraba (1 caixa/ano); cenoura (0,5 caixa/ano); jiló (0,5 caixa/ano); mandioca (5 kg/ano); maxixe (2

kg/semana); pepino (1 caixa/ano); pimenta (0,300 kg/ano); pimentão (0,5 caixa/ano); rabanete (0,5 kg/semana); tomate (5 caixas/ano); tomatinho (1 caixa/ano); vagem (1 caixa/ano) e os legumes vendidos foram: abóbora (20 caixas R\$1,00/kg); abobrinha (20 caixas a R\$2,00/kg); beterraba (3 caixas ao preço de R\$2,00/pacote); cenoura (2 caixas a R\$2,00/pacote); jiló (20 caixas a R\$2,00/pacote); pepino (20 caixas a R\$1,50/kg); pimentão (20 caixas ao preço de R\$2,00); quiabo (3 caixas a R\$2,00/pacote); rabanete (20 molhos a R\$2,00/molho); tomate (150 caixas a R\$2,00/kg; 5 caixas dentro do assentamento a R\$1,50/kg) e vagem (20 caixas a R\$2,00/pacote). Alguns legumes eram vendidos “sob encomenda” para atravessadores e proprietários de mercados da cidade que pegavam os alimentos em caixas na feira. A agricultora também relatou que algumas vendas ocorriam para atravessadores sem a necessidade de encomenda, dependendo da oferta e demanda do alimento, como argumentou no trecho a seguir:

Quando tá em falta, quando o produto tá lá em cima e tá em falta, a venda tá boa mesmo, eles [atravessadores] vão lá na calçada e aí quando o ônibus chega, a gente vende. Eu sou melhor pra negociar do que o [nome do agricultor]. A hora que a gente vai lá na calçada é porque a gente quer segurar o preço, né, pode castigar eles. Aí se a venda tá ruim, cai o preço (Família 04).

Já as verduras consumidas foram: alface (3 unidades/semana); almeirão (1 molho/semana); couve (2 molhos/semana); cheiro verde (1 molho/mês) e rúcula (1 molho/mês) e as vendidas foram: alface (20 unidades a R\$1,50); almeirão (50 molhos a R\$1,50); couve (60 molhos ao preço de R\$1,50); cheiro verde (100 molhos a R\$1,50/molho) e rúcula (60 molhos ao preço de R\$1,50).

Além da própria produção, a família relatou que eventualmente comprava alguns alimentos de vizinhos para levar para a feira como maracujá, maxixe e quiabo. Também colheram milho verde da área de parceria e

destinaram 3 sacos para consumo, na forma de espiga cozida e pamonha, e 3 sacos foram vendidos na feira a R\$5,00/dúzia.

Para os agricultores a horta que possuíam era suficiente para atender às necessidades da família e caso fossem comprar os alimentos que plantavam e consumiam gastariam próximo a R\$150,00 reais/mês.

As práticas de conservação do solo que realizaram foram: a adubação verde, curva de nível, rotação de culturas, consórcio de culturas e adubação orgânica com esterco de frango.

Ao fundo o lote fazia fronteira com a área de reserva coletiva do assentamento que possuía um rio. A família aproveitava esse para irrigar a horta utilizando roda-d'água combinada com bomba a diesel que levava água para ela e também para o consumo da casa. A família estimou gastar em torno de R\$800,00 de diesel/ano.

Em relação à aquisição de insumos para a produção vegetal foi gasto em torno de R\$500,00 na safra com insumos, principalmente para o tomate. Os adubos adquiridos foram: 2 t de NPK ao preço de R\$140,00; 2 sacos de ureia agrícola ao preço de R\$45,00/sc de 50kg; e diversos tipos de agrotóxicos: herbicidas (15 litros/ano), inseticidas (5 litros/ano) e fungicidas (2 litros/ano). A maior parte dos insumos para produção vegetal foi adquirida no comércio da cidade e nenhuma dessas compras foi feita de forma associativa.

Os agrotóxicos eram utilizados de forma preventiva, sendo que as informações sobre toxicidade, carência, eficiência, e riscos relacionados à aplicação eram obtidas antes do uso na casa de produtos agropecuários onde eram adquiridos. A preparação da calda era realizada ao ar livre direto no pulverizador costal seguindo as orientações de diluição repassadas pelo vendedor. A aplicação era realizada pelo agricultor que utilizava botina e calça. O descarte dos resíduos do produto era feito no buraco do lixo e as embalagens vazias jogadas lá também. Para os agricultores a principal forma de

contaminação das pessoas era através da deriva das aplicações feitas nas grandes lavouras de algodão e soja das fazendas do entorno. Os agricultores nunca adoeceram por causa de contaminação com agrotóxicos e também não relataram contaminação de pomar, horta e animais. No entanto observaram que há uma preocupação deles em relação às ações da “parceria” no momento da aplicação, pois já trocaram de “parceria” como explicou no trecho a seguir:

Ele [nome do “parceiro” atual] quando plantava aqui por perto, ele conhece nós aqui, conhecia os produtores que mexem com horta e já falava pros funcionários dele que era pra passar com cuidado. Aí o outro produtor [da “parceria” anterior] que pediu o funcionário dele pra passar qualquer hora, jogando veneno adoidado, aí fica complicado. Eu acho que ele não comunicava com os funcionários dele. Outro dia tava outro e saia aí com qualquer vento doido, não tá nem aí com o plantio dos pequenos produtores e prejudicou a lavoura (Família 04).

A produção animal era dividida entre a criação de porcos e frangos caipira que ficavam sob responsabilidade da agricultora. No momento da entrevista o rebanho de porcos era composto por 20 leitões, 6 matrizes e 1 reprodutor e o de aves por 80 cabeças de frangos caipira.

A criação de porcos era feita em chiqueiro rústico de madeira com 40 m² e divisão para os leitões, matrizes e reprodutor.

Os principais destinos da produção de porcos foram: as vendas dentro do assentamento e na feira. A família estimou que vendeu próximo a 50 leitões dentro do assentamento com preço médio de R\$10,00/kg, sendo o peso médio dos animais de 18 kg/cabeça. Os compradores iam até o lote e encomendavam o leitão para ser abatido e entregue em uma data previamente combinada. Já na feira, a família estimou ter vendido 15 leitões levados inteiros congelados (Figura 12) ou cortes desses, principalmente no período de natal em que a demanda era maior, sendo lá vendidos ao preço médio de R\$13,00/kg.

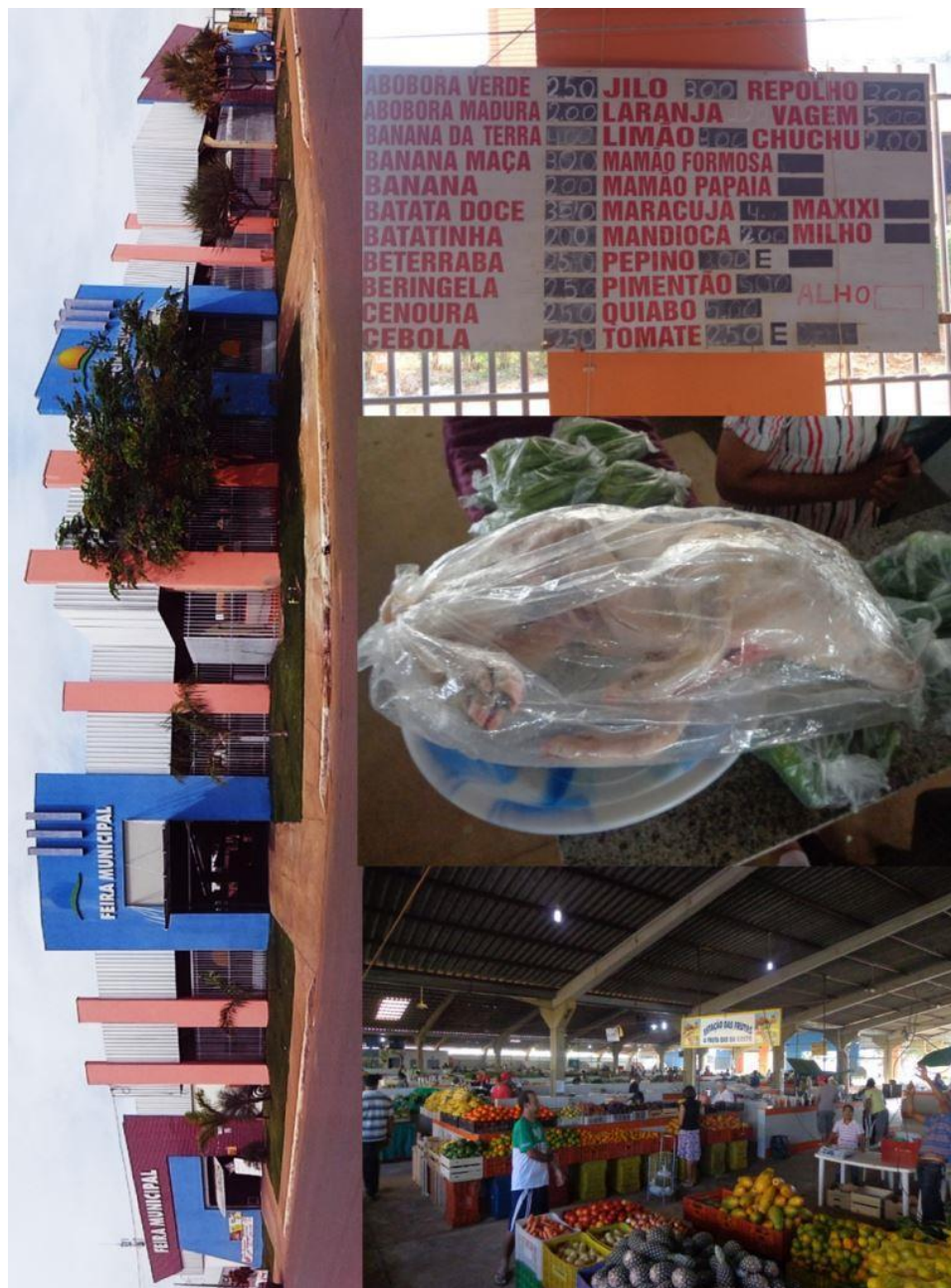


Figura 12 A feira livre de Campo Verde: frutas, legumes e verduras. Leitão congelado para venda na banca da feira

Alguns leitões também eram vendidos “sob encomenda” que era realizada na própria feira onde se combinava preços e data de entrega. Na avaliação da família o principal problema para a venda dos leitões na feira era a sua ligação com períodos festivos especialmente o natal, pois quando levaram esse alimento fora desses períodos raramente fizeram vendas. O consumo familiar foi estimado em 5 leitões no período da safra 2013/2014.

Para a alimentação dos porcos foram comprados os seguintes ingredientes: 10 sacos de ração; 50 sacos de farelo de soja, 1 saco de núcleo e 1 saco de sal comum e para os frangos compraram 3 sacos de núcleo ao longo do período considerado. Os ingredientes eram misturados em diferentes proporções de acordo com a fase da criação animal. Para os porcos eram elaboradas duas rações, uma para os leitões e outra para os animais adultos, ambas fornecidas duas vezes ao dia. Todas elas tinham como base o milho grão que era triturado (triturador próprio) e misturado com os demais ingredientes em proporções que se aproximavam das recomendadas pelo fabricante dos núcleos. A ração de frangos caipira era preparada com o milho triturado, farelo de soja e núcleo, sendo fornecida uma vez ao dia. O milho utilizado, aproximadamente 6.000 kg, foi obtido junto ao “parceiro”, pois optaram em receber a renda de utilização da terra integralmente em produto.

Segundo a família a criação de porcos estava estabilizada em 6 matrizes porque não tinham força de trabalho suficiente para cuidar de um rebanho maior, pois o manejo da horta despendia muito trabalho diário. Por isso a família não retinha leitoas do próprio rebanho para serem matrizes, preferindo adquirir de vizinhos, porcas já adultas em idade de reprodução. Segundo o casal isso evitava problemas de aborto, natimortos e malformações dos leitões, algo que já haviam observado.

Os frangos caipira eram criados soltos, porém se abrigavam em um galpão rústico de 32 m² no período da noite. O destino da produção de frangos

caipira era a venda na feira e autoconsumo. Em torno de 90 frangos congelados foram vendidos, ao preço de R\$20,00/cabeça, e em torno de 30 frangos foram consumidos pela família no período. A família observou que frequentemente comprava frangos caipira de vizinhos, ao preço de R\$12,00/cabeça vivo, para levar para a feira. Essa estratégia era para reter animais no rebanho e com isso aumentar a produção de ovos para venda na feira. A produção de ovos foi de 170 dúzias no período (média de 0,5 dúzia/dia), sendo destinada à venda na feira 70 dúzias, ao preço de R\$5,00/dúzia, e o restante distribuído entre consumo e doações para familiares e conhecidos.

Os recursos oriundos da venda dos leitões, frangos e ovos eram utilizados para pagamento de despesas da casa, incluindo a compra de alimentos para a família principalmente carne bovina, e a compra de ingredientes para rações.

Não havia pastagens no lote e nem bovinos. A única forrageira identificada foi a cana-de-açúcar, em torno de 0,5 hectare, que era utilizada para o consumo familiar na forma de garapa (moinho manual próprio), e complementação da alimentação dos porcos. A família argumentou que sempre comprava queijo e requeijão quando ia à feira dos próprios colegas feirantes.

A família também consumia peixe que era pescado dentro do assentamento, ganhado ou trocado por outros alimentos com os vizinhos.

Os insumos que foram comprados para utilização na alimentação animal foram: 10 sacos de ração (R\$90/sc de 25 kg); 50 sacos de farelo de soja (R\$55,00/sc de 40 kg), 1 saco de núcleo para suínos (R\$55,00/sc de 20 kg), 3 sacos de núcleo para aves (R\$75,00/sc de 20kg), e 1 saco de sal comum (25kg/sc).

Quanto aos insumos veterinários estimaram gastar R\$500,00/ano com a compra de antibióticos, carrapaticidas, vacinas e outros medicamentos. Como forma preventiva era usada cânfora na água dos frangos.

Como já mencionado, o abastecimento de água do lote era feito por roda-d'água combinada com moto bomba que captava a água direto do rio e alimentava uma caixa-d'água para o abastecimento da casa e outra para irrigação da horta operando desde 2010. Nunca tiveram problema com a falta de água para a casa, lavoura ou animais.

6.4.2 Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 04

Ninguém da família realizava trabalho fora do lote. O casal dedicava todo tempo que tinha às atividades dentro do lote enquanto a filha, de 16 anos, ajudava nas tarefas da casa e estudava.

A renda média mensal da família situava-se entre 2 e 3 salários mínimos, sendo que até 1,5 salários mínimos era comprometido com as despesas da casa e o restante comprometido com despesas de custeio das plantações e criações. Com a venda de todos os alimentos produzidos no lote (pomar, horta e criações de animais) a família estimou obter em torno de 1 a 2 salários mínimos/mês. A ligação do trabalho da família com renda pode ser explicitada também através do seguinte trecho

É, a gente tem que plantar pra vender porque a gente não tem outra renda, a gente tem que produzir porque não tem salário, não tem aposentadoria, sobrevive daqui, do sítio (Família 04).

Em relação à dependência as estratégias consideradas foram: a aquisição de insumos e a comercialização de alimentos. A alimentação das criações de porcos e frangos estava muito dependente da aquisição de insumos principalmente concentrado, farelo de soja, núcleos e milho grão. Este último, obtido integralmente através da “parceria”, era o ingrediente principal para que

as criações animais e seus subprodutos fossem produzidos e destinados ao consumo e venda. Os custos da produção com esse investimento eram compensados com a comercialização da produção animal através da venda direta na feira, principalmente de frangos e ovos, como também de leitões dentro do assentamento. A renda da família era bastante dependente da feira e, portanto quando a feira tinha um “movimento fraco” a renda diminuía e vice-versa. Para os agricultores as feiras que tinham as melhores vendas eram as de final e início de mês por causa dos pagamentos dos trabalhadores das fazendas e do programa bolsa família. Assim eles faziam alguns ajustes nas quantidades dos alimentos que eram levados, colhendo, armazenando, resfriando ou comprando de vizinhos. Isso se aplicava muito bem aos ovos, frangos e algumas frutas e legumes. Como já citado, a família também fazia algumas vendas “sob encomenda” na forma de atacado, em caixas, o que diminuía o risco de perda de alimentos no campo (pelo excesso de oferta e carência de demanda) ou a venda deles a um preço bem abaixo do preço de mercado.

As análises sobre autonomia consideraram a agregação de valor, acesso a créditos e programas governamentais.

Na família a agregação de valor foi observada na produção de alimentos processados como sucos e polpas de frutas congeladas, geleias, caldo de cana, diversos cortes de porco, banha de porco, frango caipira congelado. Para esta família o *freezer* (horizontal) também desempenhava importante papel, principalmente no armazenamento das polpas e carnes.

Em relação aos programas governamentais a família teve acesso ao Crédito Habitação, Apoio Inicial e PNPB. O Crédito Habitação foi acessado em 2012 para construção da casa que continha 1 banheiro; 1 cozinha; 3 quartos; 1 sala; 1 varanda e sem forro. O banheiro era com instalação sanitária completa, a cobertura com telhado de amianto, as paredes com tijolo rebocado, piso de cerâmica. O Apoio Inicial foi acessado em 2014 e a família destinou R\$200,00

para a compra de alimentos e R\$3.000,00 para a compra de um triturador novo. A renda obtida com o plantio da soja através da “parceria” para o PNPB foi estimada em R\$4.950,00 (0,6 salários mínimos/mês) e a do milho safrinha, plantado após a colheita da soja na mesma área (10,0 hectares) foi permutada por 6.000 kg de milho. Caso fossem recebê-la seria em torno de R\$5.500,00 (0,7 salários mínimos/mês). A renda obtida com a parceria era utilizada para pagar as despesas da casa, reinvestimento no lote e depositada em banco para cobrir gastos emergenciais. Os principais motivos que levaram a família à “parceria” foram: a obtenção de renda complementar para pagamentos de despesas da casa, investimento na horta e a obtenção de milho para a criação animal. A família intencionava realizar a “parceria” novamente na safra 2014/2015.

O planejamento da família com a liberação dos próximos créditos (Fomento I e II) era a ampliação da lavoura de tomate e das criações animais e a implantação de galpão para criação de frangos semicaipira como relataram no trecho a seguir:

Rapaz, eu investiria no plantio de tomate, com semente longa vida e tal, aí você tendo recurso vai trabalhar para começar com semente boa, irrigação tudo correta. Minha intenção, se tivesse recurso sabe, era poder também fazer um barracão bom para as galinhas e um chiqueiro muito bom para criar os porcos por que do jeito que nós criamos aí... ter um chiqueiro bom, um galinheiro, uma estufa para a horta (Família 04).

Quanto às iniciativas de cooperação formal a família era integrante da associação que gerenciava a feira municipal. Também quando necessitava de diárias de trabalhador externo para apoio no plantio, colheita e abate de animais realizavam “troca de serviços” entre vizinhos estimando ter realizado 10 diárias dessa forma ao longo do período considerado. O deslocamento da família era feito no assentamento por moto.

6.5 Perfil geral - Família 05

A entrevista com a “Família 05” foi realizada nos dias 25 de setembro e 30 de outubro de 2014. A família era constituída por 5 pessoas, sendo um casal e três filhas. O casal era natural de MG. O agricultor tinha 44 anos, a agricultora 43 anos e as filhas 14, 16 e 18 anos. A família residia há 8 anos no município e ficou acampada desde 2006 (acampamento da balança).

Pela aplicação da EBIA essa família foi classificada na condição de segurança alimentar. Pelos critérios adotados na pesquisa havia filhos habitando o lote, comercializavam parte dos alimentos produzidos na feira, exerciam atividades de pluriatividade e não fizeram parceria para o PNPB na safra considerada na pesquisa.

O casal tinha o ensino médio completo e as filhas estavam cursando o ensino médio. As duas filhas, mais velhas, também estavam cursando na parte da noite o curso técnico em agropecuária oferecido no assentamento pelo PRONATEC em parceria com a Escola Estadual Boa Esperança e o IFMT/*Campus* São Vicente.

Em relação à ocupação o agricultor trabalhava como pedreiro fora do assentamento na metade do ano e a agricultora e filhas trabalhavam dentro do lote permanentemente. As fontes de renda apontadas como as mais importantes para a família foram o aluguel de uma casa em outro município, o trabalho do agricultor fora do assentamento e a venda de alimentos produzidos no lote. Para a família, o aluguel da casa apesar de ter uma contribuição pequena na renda total (R\$500,/mês), era tido como garantido porque o imóvel era próprio.

Os alimentos produzidos eram tanto destinados ao consumo como a venda, principalmente a venda na feira. A família acessou o Crédito Habitação em 2011 e o Apoio Inicial em 2014.

6.5.1 Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados - Família 05

A distribuição do uso da terra era de 9,0 ha destinados à produção para autoconsumo e venda, 0,0 ha à “parceria” para produção de biodiesel e 5,0 ha ocupados com área de matas e 0,5 ha pelas benfeitorias, totalizando 14,5 hectares. Considerando a safra de 2013/2014, a área destinada à produção era distribuída em pomar, horta e criação de animal.

O pomar ficava distribuído dentro da área de produção próximo e a casa, ocupando em torno de 0,5 hectares. O responsável por cuidar dele era a agricultora.

As principais frutas do pomar consumidas na safra 2013/2014 foram: acerola (10 kg), araçá boi (10 kg); amora (1 kg) banana (20 dúzias); caju (5 kg); goiaba (6 kg); jabuticaba (2,5 kg); limão (5 kg); maracujá (40 litros polpa); manga; pitanga (1 kg); seriguela (6 litros polpa); tamarindo. O consumo familiar de acerola, araçá boi, caju, goiaba, limão, maracujá e seriguela eram principalmente na forma de sucos e elaboração de polpas com o excedente. Com a banana, caju, goiaba, manga e tamarindo era o fruto *in natura*; com a acerola, amora, jabuticaba e pitanga também elaboravam geleias; com a banana (10 kg), caju (5 kg) e goiaba (6 kg) elaboravam doces.

Em relação à comercialização de frutas, elas eram destinadas a venda fora do assentamento, na feira que era realizada pela agricultora todo o sábado. Eram levados: limão (20 kg a R\$2,00/pacote); maracujá (40 litros de polpa a R\$10,00/l). A polpa do maracujá era vendida apenas “sob encomenda”, que era realizada na própria feira para entregar na feira da semana seguinte, em função da grande demanda pelo alimento. A goiaba (6 kg) também foi comercializada na forma de doce pastoso (R\$10,00/300 gr). A família relatou que levavam poucos doces para a feira porque a maior parte da produção das frutas ficava para o consumo, mas se tivesse maior quantidade levaria como argumentou no trecho a seguir:

Não tem concorrência. Ou seja, não é suficiente. Não tem o produto pra levar. Se tiver, né...Eu acho assim, o que chama a atenção na sua banca é muita coisa. É que nem o mercado, vai no mercado, tem de tudo, é sortido, você foi gastar só 10 você gasta 50 (Família 05).

Na avaliação da família o pomar era suficiente para atender às suas necessidades, mas avaliaram que se fossem comprar as mesmas frutas que consumiam, gastariam em torno de R\$250,00/mês, porque na maior parte consomem na forma de sucos e doces que têm maior valor do que as frutas *in natura*. Não houve a venda de frutas ou seus subprodutos de forma associativa.

A horta tinha área de 600,0 m² e era cuidada pela agricultora. Os legumes que foram colhidos e destinados ao consumo foram: abóbora (3 caixas); alface (50 unidades); almeirão (20 molhos); cebolinha (20 molhos); cenoura (1 caixa); coentro (10 molhos); couve (20 molhos); mandioca (50 kg); pimenta (25 kg); rúcula (10 molhos) e salsinha (10 molhos). Os legumes destinados à venda na feira foram: abóbora (3 caixas a R\$2,00/pacote); alface (50 unidades a R\$2,00/unidade); cenoura (1 caixas a R\$2,00/pacote); pimenta (10 recipientes a R\$10,00/recipientes de 250 gramas); rúcula (10 molhos a R\$2,00/molho); salsinha (10 molhos a R\$2,00/molho). A agricultora estimou que se fosse comprar os legumes e verduras que vendia gastaria em torno de R\$50,00/mês. Para ela o maior problema para a venda de legumes e verduras na feira era a concorrência porque além da quantidade ofertada os preços dos pacotes são muito variados e confundem o comprador.

Em relação ao manejo da horta, a agricultora relatou que já havia usado adubo formulado porque o solo da região onde está o lote é muito arenoso, mas que a adubação mais frequente era com esterco curtido de frangos e bovinos. A família relatou usar técnicas alternativas para o combate de pragas como o fumo de rolo curtido em álcool. Em relação às práticas de conservação do solo a

família relatou que no lote tinha 8 curvas de nível, utilizavam adubação orgânica, mas ainda nunca tinha feito consórcio ou rotação de culturas.

A respeito do uso de agrotóxicos raramente foi utilizado na horta, a não ser para combater o pulgão branco que deu na couve, e no pomar, quando precisaram utilizar um inseticida nos pés de goiaba. O agrotóxico foi diluído direto no pulverizador costal e o agricultor o aplicou utilizando camisa de manga comprida e luva. A recomendação e informações sobre toxicidade foram fornecidas pelo vendedor da casa agropecuária onde o produto foi adquirido na cidade de Campo Verde. Após a aplicação as embalagens foram guardadas. Na opinião dos agricultores a principal forma de intoxicação com agrotóxicos era na aplicação do produto e eles nunca perceberam problemas de contaminação das lavouras ou animais.

A produção animal era dividida entre a criação de porcos, frangos caipira, frangos semicaipira e bovinos de leite. O manejo da criação de porcos e frangos era de responsabilidade da agricultora, as vacas do agricultor, quando ele estava presente no lote. No momento da entrevista, o rebanho de porcos era composto por 11 leitões, 2 matrizes e 1 reprodutor; o de frangos caipira era de 80 animais (grandes e pequenos); o de frangos semicaipira era de 250 aves do tipo “pesadão” e o de bovinos de leite era formado por 1 touro, 4 vacas e 3 bezerros.

Os porcos eram criados em chiqueiro com divisão para o reprodutor, matrizes e leitões ocupando área de 180,0 m². Também havia uma área de pastagem com 400,0 m² cercada por arame e cerca elétrica. A alimentação dos porcos era baseada na mistura de milho triturado com núcleo, também no fornecimento de furtas, legumes como abóbora, mandioca e hortaliças obtidos no próprio lote e em descartes da alimentação da família. O destino da produção era o consumo da família que avaliou ter consumido 80 leitões no período da safra 2013/2014, pois além da família ser grande eles receberam visitas de

familiares e conhecidos da igreja a qual frequentam ao longo do período. A família estimou que caso fossem vender um dos seus leitões, dentro do assentamento seu valor seria de R\$100,00/cabeça e na feira seria R\$14,00/kg.

A responsabilidade do manejo, de abate e comercialização dos frangos semicaipira era da agricultora. O consumo dos frangos caipira foi restrito no período, pois estavam mantendo as galinhas para aumentar a produção de ovos enquanto o consumo dos frangos semicaipira foi estimado em 100 cabeças/ano. A produção de ovos obtida foi próxima a 4,5 dúzias/semana, sendo destinada integralmente ao consumo familiar utilizada principalmente na preparação de bolos e pães caseiros.

O principal destino da produção dos semicaipira foi a venda na feira, estimada em 200 frangos (safra 2013/2014) ao preço de R\$18,00/cabeça já limpo, sendo abatidos próximo ao dia da feira para serem vendidos frescos (resfriados) como a agricultora descreve no trecho abaixo:

Agora, eu tenho uns 5 [compradores] lá que esse é certo, todo sábado. Esse aí não muda de banca. Ele chega e fala, olha, eu gosto, a banca é caprichada, né, já forro bem forradinha, que eu gosto tudo bem caprichado. Meus frango é tudo limpinho, eu lavo um dia antes assim de eu ir pra feira...Matei ontem porque eu ia sair hoje [quinta feira] e amanhã eu faço requeijão, não dava conta. Mas eu não gosto, eu gosto de matar na quinta, no sábado eu já levo. Eu gosto assim, eu gosto fresquinho (Família 05).

Embora tendo alguns compradores fiéis, a agricultora assinalou que para ela o grande problema encontrado na comercialização dos frangos (caipira ou semicaipira) na feira era a concorrência já que agricultores de outros assentamentos também levavam e era fácil criar esses animais.

Os frangos caipira eram criados soltos no lote e alimentados com milho uma vez ao dia. Os frangos semicaipira eram criados em galpão telado construído sob estrutura de madeira e protegido com lona em área de 40,0 m². A

alimentação dos frangos semicaipira era similar a dos porcos (excetuando-se descartes da alimentação da família), porém complementada com ração comercial comprada no município.

Os insumos utilizados tanto na alimentação de porcos como na de frangos foram: núcleo (6 sc/ano); ração comercial (1.000 kg/ano). Também foram adquiridos 2 bags de milho no ano (R\$300,00/bag obtidos fora do assentamento) para dar suporte à alimentação de todas as criações animais. Por meio de um vendedor, que foi até o lote da família, compraram vitaminas para os porcos e frangos ao custo de R\$219,00/ano.

O rebanho bovino ficava em uma área de pastagens que ocupava 12 hectares cercados sendo 8,0 hectares formados com braquiária e outros 4,0 eram utilizados na área de mata (capoeira). Não havia capineira nem cana plantada para dar suporte à alimentação dos animais na seca que era feita com base em milho triturado (em triturador próprio estimado em R\$2.000,00) misturado a sal proteinado. Havia um pequeno estábulo para o manejo das vacas e ordenha com área de 24,0 m² e cobertura de telha de amianto.

A produção de leite foi em média de 14 litros de leite/dia dos quais 2 litros eram destinados ao consumo familiar e os outros 12 litros destinados à produção de queijo frescal e requeijão. A maior parte do queijo era destinada ao consumo da família e a maior parte do requeijão destinada para venda na feira, sendo vendido em média 6 unidades por feira, que variavam entre 500 e 700 gramas, ao preço de R\$18,00/unidade. Essa venda era realizada apenas “sob encomenda”, como a agricultora explicou:

Porque é igual eu...quando eu chego com requeijão na feira, aí alguém já chega na minha banca e fala assim, olha, nem põe na banca, já deixa tanto pra mim guardado que 10 horas eu venho pegar. É raro sobrar. O requeijão, quando eu chego na banca, quando eu chego na feira, que eu coloco, já sai tudo. O primeiro a sair [dos alimentos da banca] é o requeijão e o queijo (Família 05).

De acordo com a agricultora o principal problema que encontrava com a venda de derivados de leite na feira era a falta de selo de inspeção municipal, porque sabia que não era permitida a comercialização sem autorização, mas muitos agricultores de assentamentos do município vendiam e dependiam da renda desses alimentos. Também mencionou que não havia sobra desse alimento indicando que havia demanda para um alimento elaborado artesanalmente.

Os insumos utilizados para alimentação do rebanho bovino foram: sal comum (3 sc/ano ao preço de R\$10,00/sc de 40 kg;), sal mineral (3 sc/ano ao preço de R\$45,00/sc de 40 kg;) e sal proteico (2 sc/ano ao preço de R\$38,00/sc de 40 kg) adquiridos em casa agropecuária do município. Uma mistura entre o sal mineral e o sal comum era fornecida diariamente na proporção de 0,5 kg de sal mineral para cada 25 kg de sal comum.

Os insumos para sanidade animal foram comprados do mesmo vendedor que vendeu os suplementos vitamínicos. A família comprou vacinas (apenas suínos e bovinos, pois os frangos semicaipira já vinham vacinados), antibióticos, vermífugos (suíno) ao custo de R\$190,00/ano. Para os frangos semicaipira a vitamina era diluída na água e para os porcos, misturada na ração. A família relatou usar técnicas alternativas para doenças como a creolina na água dos frangos (caipira e semicaipira) como tratamento preventivo.

Uma média de 10 kg de peixe/ano era pescada em diversos pontos do assentamento e complementavam a rica dieta da família, como pode ser exemplificado no trecho a seguir:

Domingo eu fiz também uma peixada. Fiz uma panelona que eu tenho assim cheinha assim. Ela cabe 6 quilos de arroz, fiz cheinha de peixe. E assei 2 frangos, maionese, salada de alface. Mas um monte de comida mesmo. E farofa de cenoura crua. Menino do céu, mas o pessoal comeram, hein! Mas o povo comeu e falou que nunca comeu uma farofa igual aquela. Com ovo. Você cozinha o ovo e pica, mistura assim. 2 frangos, né, [nome do agricultor], que eu assei, não sobrou nem uma costelinha! (Família 05).

A água para abastecimento da casa, das lavouras e dos animais era proveniente de poço semiartesiano perfurado em 2009, e a família mencionou que nunca teve problemas de abastecimento de água.

6.5.2 Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação - Família 05

Sobre pluriatividade, uma das filhas realizava a venda de trufas, que ela fazia com a mãe, na feira e na escola (R\$1,50/cada, venda de 20 na feira e 10 durante a semana na escola) e o agricultor trabalhava como pedreiro em empreitadas fora do assentamento. Esse trabalho lhe ocupava em torno de 6 meses ao longo de um ano enquanto o restante era utilizado com as atividades relacionadas ao lote (plantio, colheita, manejo de pasto, manejo e abate de animais). A renda obtida com o trabalho realizado fora do lote no período (safra 2013/2014) era superior a 3 salários mínimos/mês e foi distribuída entre despesas para a compra de alimentos, compra de insumos para a produção animal e vegetal e investimento de infraestrutura. A família também vendia bombons na feira (20 unidades/feira) e na escola (10/semana), realizada por uma das filhas, todos ao preço de R\$1,50/unidade.

A renda média mensal da família era superior a 3 salários mínimos, sendo que até 1 salário mínimo mensal era comprometido com a compra de alimentos.

Em relação à dependência as estratégias consideradas foram: a aquisição de insumos e a comercialização de alimentos. A aquisição de alimentos para a criação animal mostrou que o sistema de produção estava atrelado à compra de: a) milho grão (2 bags), utilizado por todas as criações; b) rações (inicial e crescimento), utilizada principalmente pelos frangos semicaipira e c) suplementos para os bovinos, ainda que para esses animais as pastagens reduzissem o custo de produção do leite.

Ao olhar dos agricultores o investimento compensava devido ao maior preço de venda dos alimentos com maior valor agregado, caso dos frangos resfriados e o requeijão. Segundo os agricultores esses eram os alimentos que geravam mais renda, mas que também apresentavam os maiores investimentos. Esses eram os “carros-chefe” da banca e o principal motivo da participação da família na feira. Além desses, alimentos como a polpa de maracujá, doce de goiaba e pimenta em conserva também tinham alto valor agregado, consequência de seu processamento mais elaborado e também eram comercializados na feira. Esse se mostrou como um canal de comercialização importante para que os agricultores buscassem mais autonomia, principalmente porque, tanto a criação de frangos semicaipira como a de bovinos de leite, eram projetos consolidados e de maior expansão no lote e na feira. Além disso, o agricultor deixava o trabalho realizado fora do lote pouco a pouco, selecionando as empreitadas mais rentáveis, pois à medida que àquelas atividades fossem gerando mais renda e a família tivesse acesso aos créditos (Fomento I e II, PRONAF), ele poderia se dedicar integralmente ao lote e tinha como meta estabilizar o rebanho bovino quando chegasse a 10 vacas de leite, como descreveu no trecho:

Você tirando aí 100 litros de leite todo dia, dá uma renda de 3 mil por mês. Você trabalha um pouquinho só. Você pega de manhã, das cinco, vou pegar das seis até as oito, depois o resto do dia você vai cuidar de uma cerca, né, um outro servicinho. Mais vaca! Pra ordenha, né, é melhor, pra melhorar, né? Fazia uns piquetes nos pastos aí, uns bebedor de água e pronto. E, mais um poço lá em cima, né (Família 05).

Apesar de a família encarar, no período estudado, a venda dos demais alimentos *in natura* (pacotes ou molhos) e a de trufas como complementar, todos contribuíram com a formação da renda oriunda da venda de alimentos que se situava entre 1 e 2 salários mínimos/mês.

Menciona-se também a riqueza da agregação de valor para os alimentos consumidos pela família expressada na forma de “deliciosos” sucos, polpas, geleias e doces de frutas, além dos derivados de leite. “Deliciosos” porque tivemos a grata oportunidade de degustá-los! Também percebemos que o *freezer* era um eletrodoméstico indispensável para a estratégia de vendas e garantia da segurança alimentar da família (tinham 2, um vertical e um horizontal recém-adquirido por R\$2.000,00), porque lhe dava autonomia para armazenar e conservar os alimentos beneficiados. No trecho a seguir percebemos isso na fala da agricultora:

Fica bom congelado? Que nem o doce [fresco], o doce mesmo! Eu congelo assim, suponhamos, goiaba começa a produzir agora, quando for no outro [pé], que ela já tá produzindo de novo, eu ainda tenho doce pro meu consumo no freezer. Do maracujá eu tiro a polpa bem tiradinha e também ponho nele [freezer], né. Você dá uma pulsada, enche o copo do liquidificador, você dá aquela pulsadinha, depois passa na peneira tudinho, só fica o caldo. É assim que eu gosto (Família 05).

A família acessou o Crédito Habitação em 2011 e, portanto ainda ficou no barraco de madeira e lona por 3 anos após a entrada no lote. A casa tinha 1 banheiro completo, 1 cozinha, 3 quartos e 1 sala. O piso predominante era de cerâmica, a cobertura com telha de amianto, as paredes de tijolo rebocado e pintadas. Não havia forro e nem varanda e a expectativa era de construí-los em 2015, com a espera de liberação do crédito para reforma da casa. Em 2014, a família acessou o Apoio Inicial e comprou R\$1.000,00 de alimentos e R\$2.200,00 de arame e pequenas ferramentas para dar apoio na ampliação dos projetos de frangos caipira e bovinos de leite. A família nunca acessou o PNPB e não tinha intenção de acessá-lo expressando essa opinião da seguinte forma:

Mas tem lugar aí também que o pessoal tá morando aqui, tem lugar daqui que você não acha um pé de fruta. Porque essa terra aqui [da região norte do assentamento] diz que é a terra mais ruim que tem, que foi repartida porque ela já não era boa igual as outras. Então por isso que ninguém [“parceiro”] planta [para o PNPB]. Mas as de lá [da região sul do assentamento] o povo não planta [alimentos para venda e consumo], que eles querem saber só do dinheiro! (Família 05).

A família era integrante da associação da feira municipal e de uma associação de dentro do assentamento. A família era descrente da função da associação de dentro do assentamento porque para eles a associação desunida e os benefícios que lá chegavam eram distribuídos para poucos:

Aí olha, veio pra todos aqui, veio feijão, veio milho, vocês acreditam que eles deram meio quilo. O que fizeram? O feijão foi plantado aí na roça. E aí, você vai fazer o quê? Deu um saco de feijão pra cada morador plantar. Vem as coisas tudinho, só que não chega. Cadê a Associação? É desunida, porque se fosse um líder bom, falava: *“não, veio pra Associação, vamos derramar aqui, vamos chamar eles, é tanto pra cá, tanto pra lá”*. Aqui tem sempre os grande que passa a mão (Família 05).

A família mencionou que as iniciativas de cooperação que formalizavam eram com parentes do casal que também moravam no assentamento e próximos ao lote, principalmente no auxílio para o abate de frangos semicaipira e obtenção de milho, até comprarem uma nova remessa. A família ilustrou exemplos de “falta” de cooperação como o exemplo da proposta a um vizinho para que dividissem os custos de confecção de uma cerca de divisa como descrito a seguir:

Na hora disse que ajudava, depois na hora eles sumiu. Tive que comprar tudo sozinho, fazer tudo sozinho. Ele fala assim: *“eu não tenho vaca, por que eu quero cercar muro?”*. É, e eu precisava cercar pelo menos a vaca aqui dentro, falei: *“eu vou cercar esse trem”*. E fui fazendo, e... agora é só fazer a divisão e pronto, aqui dentro [divisão de pastos], já tá tudo cercado [perímetro da pastagem] (Família 05).

Também percebemos que como se tratava de uma família com muitos membros havia uma divisão das tarefas para manter as atividades da casa e do lote. A responsabilidade os afazeres da casa (e terreiro), pomar, horta, aves, porcos e processamento (aves, doces e polpas) ficavam com a agricultora e bovinos na responsabilidade do agricultor. As filhas eram envolvidas em todos os afazeres, mas não ficavam com uma responsabilidade definida. Dentro da casa havia um revezamento entre as três filhas de tarefas a cada semana no preparo do almoço, lavar a louça, arrumar a casa e terreiro. O deslocamento da família era feito no assentamento por moto e camionete.

Nesta seção fizemos uma descrição das estratégias que algumas famílias utilizaram para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social e na seção seguinte faremos a análise conjunta dessas estratégias.

7 ELEMENTOS DA CONDIÇÃO CAMPONESA: UMA ANÁLISE CONJUNTA SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E OS DESAFIOS À REPRODUÇÃO SOCIAL

O objetivo desta seção foi discutir as estratégias que as famílias encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social (objetivo 4) tendo como eixo orientador os elementos que constituem a “nova” condição camponesa apresentada por Ploeg (2008). Para atendê-lo, nos pautamos tanto pela triangulação de métodos de coleta e análise de informações realizada no momento 3 como também pela triangulação realizada a partir dos momentos 1, 2 e 4. Com isso buscamos nessa seção um diálogo entre a análise quantitativa e qualitativa sem pretender uma generalização dos achados de pesquisa já que nossa abordagem foi prioritariamente qualitativa.

Embora tenhamos elaborado a seção tendo como ponto de referência os recursos teóricos de Ploeg (2008) sobre sua interpretação a respeito da coreografia dos elementos da “nova” condição camponesa, esta se conectou com outros aspectos e recursos teórico-metodológicos que utilizamos para a construção da tese conforme representamos na Figura 13, a seguir:

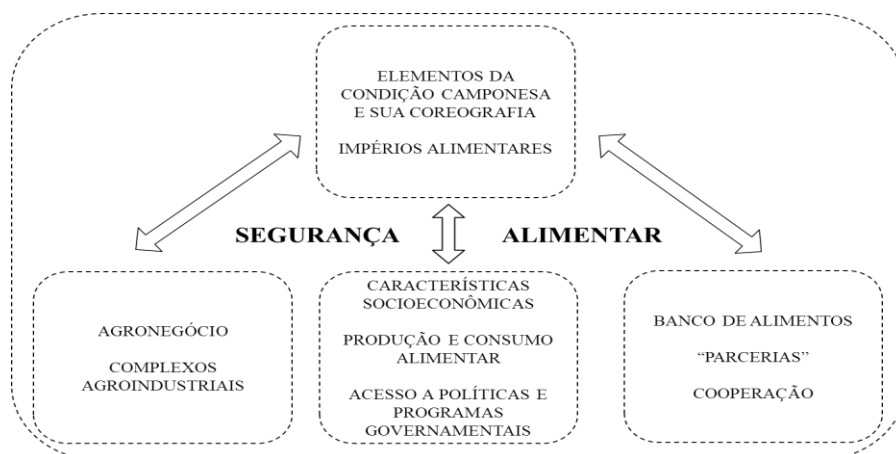


Figura 13 Ligação dos elementos da condição camponesa com outros aspectos e recursos teórico-metodológicos utilizados na tese
Fonte: elaborado pelo autor (2014)

O primeiro aspecto foi a ligação conceitual entre Agronegócio, Complexos agroindustriais e Impérios Alimentares. Para Davis e Goldberg (1957) o agronegócio, como segmento econômico, trata da soma de tudo o que foi comercializado no setor de insumos, produção agrícola, processamento e distribuição de alimentos enquanto para Ploeg (2008, 2009), na agricultura contemporânea, esses mesmos setores estão sujeitos ao controle de gigantescas corporações, os Impérios Alimentares, que operam em diversos complexos agroindustriais buscando, via mercado, o controle daqueles setores.

O segundo aspecto está sendo representado por uma ligação teórico-empírica entre os elementos da “nova” condição camponesa (que dividimos em blocos analíticos 1 e 2) e os constructos do questionário semiestruturado (características sociais, produtivas e políticas) utilizado no momento 1 da coleta e análise de informações junto às 48 famílias. Percebemos que as variáveis independentes de cada constructo se distribuíram nos blocos. As variáveis independentes do constructo social e do constructo econômico se dividiram tanto no bloco 1 como no bloco 2; as variáveis do constructo produção e consumo alimentar se coadunaram ao bloco 1; e as variáveis do constructo políticas e programas governamentais ao bloco 2.

O terceiro aspecto foi outra associação teórico-empírica dos temas debatidos no momento 2 da coleta e análise de informações (grupo de foco), com os elementos da “nova” condição camponesa. No bloco 1 se alinham as percepções sobre o banco de alimentos e no bloco 2 as percepções sobre a produção de soja para o biodiesel e cooperação.

A segurança alimentar permeou todas as associações estabelecidas acima. Por fim, o momento 4 da pesquisa, com as entrevistas às instituições que se relacionavam com a agricultura familiar, foi construído a partir de um contexto analítico já amadurecido e complementou nosso olhar sobre os desafios que os camponeses do assentamento Dom Osório se depararam para a

construção das condições de segurança alimentar. Para manter coerência com a descrição dos casos, as análises das duas subseções a seguir foram alinhadas aos dois blocos analíticos.

7.1 Bloco analítico 1: Interpretações sobre Coprodução, Base de recursos, Sobrevivência e Mercados

A respeito da terra, o principal recurso natural e bem dos camponeses, Tabela 8 estão representados os detalhes referentes a seu uso considerando o conjunto de informações obtidas de todas as famílias.

Tabela 8 Distribuição do uso da terra nos lotes das famílias entrevistadas

Uso da terra	Hectares	%	Média (hectares)
Área plantio próprio	105,50	17,0	2,2
Área grãos	391,00	63,1	10,0
Área matas	96,50	15,6	2,0
Área benfeitorias	27,00	4,4	0,6
Área total	620,00	100,0	12,9

A área total ocupada pelos lotes das 48 famílias entrevistadas representava 16,0% (620,0 hectares) da área total do assentamento (9.947,0 hectares), sendo que na safra de 2013/2014 a maior parte da área (63,1%) foi destinada ao plantio de grãos onde, em média, 10,0 hectares por lote foram plantados.

O plantio de grãos não ocorreu em todos os lotes. Do total da amostra em 81,3% dos lotes foram plantados grãos e em 18,8% não, sendo que os principais grãos plantados foram: a soja, seguida do plantio do milho safrinha na mesma área (69,2%), como demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 Grãos cultivados nos lotes das famílias entrevistadas

Grãos Cultivados	Número de famílias que plantaram grãos	%
Soja	10	25,6
Soja e Milho (safrinha)	27	69,2
Soja e Sorgo	2	5,1
Total	39	100,0

Em relação à área total que foi cultivada com grãos, 57,1% desta foi plantada com soja, sendo este o grão que ocupou a maior área como representado na Tabela 10.

Tabela 10 Área cultivada com grãos nos lotes das famílias entrevistadas

Grãos	Área (hectares)	%	Média (hectares)
Soja	391,0	57,1	10,0
Milho (safrinha)	273,0	39,9	10,1
Sorgo	21,0	3,1	10,5
Total	685,0	100,0	10,2

Em todas as famílias houve a presença de pomares (Gráfico 5), hortas (Gráfico 6) e criações de animais (Gráfico 7), em menor ou maior escala, tanto destinados ao consumo como a venda.

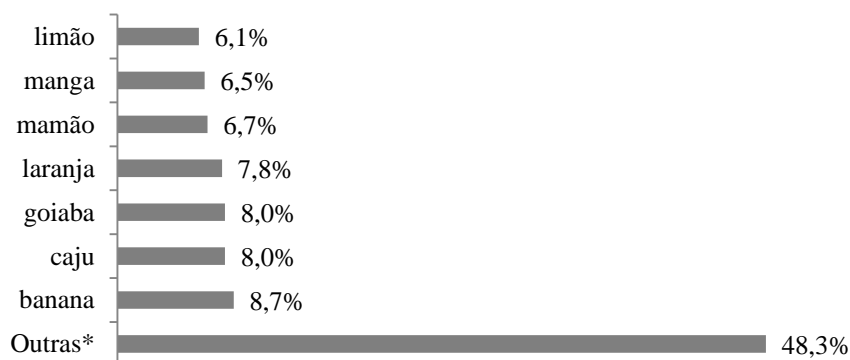


Gráfico 5 Principais frutas cultivadas nos lotes

*Outras frutas cultivadas em ordem de importância: seriguela; maracujá; abacate; acerola; coco; ingá; abacaxi; amora; poncã; cajá; jabuticaba; melancia; pitanga; cana; jaca; graviola; pinha; tamarindo; cupuaçu; figo; fruta do conde; uva; caqui; marôlo; moranguinho e morango.

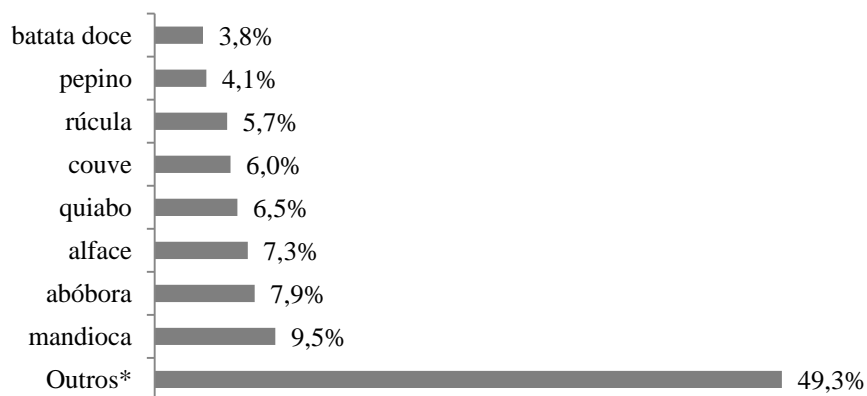


Gráfico 6 Principais legumes e verduras cultivados nos lotes

*Outros legumes e verduras cultivados em ordem de importância: cebolinha; maxixe; cenoura; tomatinho; jiló; almeirão; coentro; salsinha; feijão de corda; batata; beterraba; cebola; abobrinha; cheiro verde; tomate; chuchu; pimenta; rabanete; vagem; café; pimentão; repolho; couve-flor; agrião; alho e berinjela.

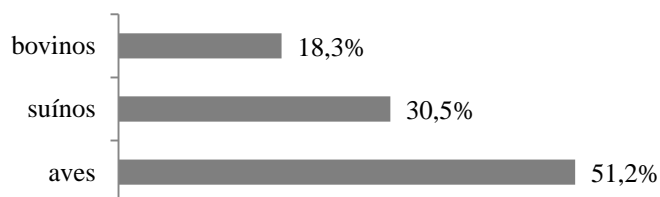


Gráfico 7 Principais animais criados nos lotes

O processo de produção nos pomares (Figura 14) estava fundado no plantio de frutas adaptadas às condições climáticas locais, plantadas com o uso de adubos orgânicos, na maioria das vezes o esterco de frangos curtido. A presença dos pomares também era um indicativo da presença da família no lote.



Figura 14 A diversidade dos pomares

A adaptação climática era importante porque na região do assentamento há uma redução de chuvas em período bem definido (abril a outubro) e a necessidade hídrica das plantas era atendida por meio de irrigação manual o que demandava maior trabalho. Essa observação também era válida para as hortas (Figura 15) e por isso, ao longo do período da entrevista que coincidiu com o

período de carência de chuvas, foi observado que estas tinham a sua produção voltada para autoconsumo. Assim as famílias adequavam os usos da horta conforme o regime de chuvas. Naquelas que comercializavam verduras e legumes na feira a oferta era maior no período chuvoso (outubro a abril) e naquelas que não comercializavam a horta era sensivelmente reduzida no período seco (maio a setembro). A contribuição dos pomares e hortas na alimentação familiar foi inquestionável e percebemos a maior participação dos pomares do que das hortas pelos motivos relacionados ao regime de chuvas. Além disso, em relação às hortas notamos que as famílias preferiam plantar mais legumes a verduras pela maior suscetibilidade destas a doenças e ataque de insetos que demandariam mais trabalho e aumento de custo para obtê-los. As observações também indicaram uma “competição” pela força de trabalho entre a horta e a pecuária, onde famílias que criavam bovinos tendiam a ter hortas menores do que as que criavam apenas suínos e aves. Uma das possíveis explicações para essa diferença reside nas tarefas de manejo próprias da pecuária leiteira. A retirada de leite, seu acondicionamento e comercialização; a higienização de úbere, curral e utensílios de ordenha; cuidados em relação à sanidade do rebanho; a preparação de alimentação diária; a apartação e aleitamento de bezerros; e a condução dos animais aos pastos são exemplos de algumas tarefas de manejo que ocupam consideravelmente a força de trabalho familiar diariamente.



Figura 15 Diferentes tipos de infraestrutura das hortas: sistemas de irrigação; “proteção” dos frangos caipira com tela ou lona

A respeito da produção animal tanto a criação de porcos (Figura 16) como de aves (Figura 17) evidenciaram os principais meios que as famílias utilizavam para suprir suas necessidades de segurança alimentar em relação ao consumo diário de proteínas.



Figura 16 Os diferentes sistemas para a criação de porcos caipira indo de criações extensivas a “intensivas” pautadas pelo uso do milho



Figura 17 Os diferentes sistemas para a criação de frangos, indo da criação de frangos caipira a criação semicaipira

Nos lotes das famílias entrevistadas, as pequenas criações, ou seja, porcos e frangos caipira estavam presentes para consumo próprio e, em alguns casos, a sua venda contribuía para compor parte da renda familiar. Percebemos também que a criação de frangos semicaipira havia despertado interesse em função de experiências positivas de mercado, principalmente com a venda na feira, e isso motivou algumas famílias a ampliar a criação ou a planejar a entrada nela quando pudessem acessar os créditos de estímulo à produção a que tem direito (Fomentos I e II, PRONAFs). Entretanto, no período das entrevistas acompanhamos alguns surtos de doenças que acometeram rebanhos de frangos caipira e que levou a morte de vários animais, o que evidenciou a necessidade concomitante de acompanhamento técnico junto à futura liberação de recursos.

Ainda que os frangos semicaipira fossem adquiridos já vacinados, a presença de frangos caipira e o manejo dos porcos anterior ao manejo dos demais animais foram alguns exemplos que demonstraram a possibilidade de transmissão de doenças de uma espécie para outra, o que pode levar a redução de peso e a óbito dos animais se não tratados a tempo. Ou seja, ainda há um longo caminho para construção de saberes sobre a criação de frangos semicaipira, onde apenas o acesso aos créditos não será suficiente para que os projetos das famílias camponesas se materializem. A mesma estratégia foi observada com a criação de bovinos (Figura 18), pois especialmente no período da seca estes animais ficam mais suscetíveis a redução de peso, queda na produção e até mesmo a morte como também nos foi relatado durante o período estudado.



Figura 18 As diferentes infraestruturas para a criação de bovinos de leite: cercas, pastos, mourões, arames, cochos, bebedouros e coberturas

Depende também da liberação de créditos para pecuária bovina para a produção de leite. Ainda que alguns camponeses manifestassem interesse e já estivessem se preparando para implantá-la por meio do cercamento (arames e mourões), correção do solo, formação de pastos e aquisição de animais, essa atividade necessita do apoio de créditos, pois essas iniciativas exigiram maiores

investimentos quando comparados aos investimentos das pequenas criações e que, portanto competiam por maiores volumes dos recursos financeiros da família. Além disso, no período considerado, os canais de comercialização apontados pelas famílias para as pequenas criações estavam bem identificados, enquanto para a pecuária de leite não há muita clareza quanto aos seus. Para as pequenas criações a venda fora do assentamento, na feira ou “sob encomenda”, e as vendas dentro do assentamento são os principais canais de comercialização enquanto, para a pecuária de leite, a venda de requeijão e queijo demonstraram potencial.

Outro fator que inibia o momento, a expansão da pecuária leiteira era a concorrência pelo uso da área em “parceria” destinada ao PNPB. Isso porque para a implantação ou aumento da área de pastagem era necessária a redução da área em “parceria”. Isso significava tanto uma redução na renda da família em curto prazo como uma redução na oferta de milho (Figura 19) para o ciclo de produção animal, caso o “parceiro” plantasse o milho safrinha e a família recebesse parte ou todo o milho como pagamento sobre o uso da terra. Por conseguinte, as consequências da redução da área de parceria poderiam levar a redução no efetivo de animais, devido à redução na oferta de milho, ou aumento nos custos de produção, pela necessidade de compra de milho de agentes externos. No entanto ao realizar a parceria com o PNPB a família poderia investir na estrutura e custeio da pecuária de leite e assim evitar a sua entrada em empréstimos bancários antes que os créditos governamentais saíssem.



Figura 19 O uso do milho espiga triturado para alimentação animal; Triturador adquirido com os recursos do Apoio Inicial; A introdução do caroço de algodão na alimentação de bovinos; Picadeira de forragens

Independente do caminho que a família seguisse, a pecuária leiteira deixou evidente como se dá, no nível de microanálise, o conflito constante e a luta por territórios entre a agricultura familiar e o agronegócio e como aquela

busca nas suas estratégias de produção se reproduzir socialmente no contexto do assentamento Dom Osório.

Mesmo diante desse conflito verificamos a forte conexão do conjunto das atividades agrícolas com a base de recursos onde através da coprodução os recursos deram origem a uma variada gama de bens (alimentos e subprodutos) e serviços (trabalho da família no processo produtivo, processamento e comercialização) que eram reconvertidos em recursos. Como salientado por Ploeg (2008) pudemos constatar que a produção agrícola do pomar, das hortas e da criação animal não era estática, ao contrário, era dinâmica e flexível ao contexto e as possibilidades que as famílias interpretavam. O que notamos foram ações permanentes das famílias para melhorar a produtividade dos recursos, ainda que lentamente e estabelecendo algumas relações de dependência, principalmente através da produção agrícola.

Ao nosso olhar a coprodução fortaleceu a base de recursos quantitativamente quando, por exemplo, uma família decidiu aumentar a área de pastagem e para isso reduziu a área para o PNPB e qualitativamente quando realizou consórcio entre culturas.

A observação da base de recursos mostrou diferentes graus de dependência em relação aos agentes externos. Nós a fragmentamos em pomar, horta e produção animal para realizarmos nossas análises, porém entendemos que a sua composição é interdependente ou seja, o relacionamento entre a base de recursos e a coprodução fundam os esforços dos camponeses pela sua luta por autonomia. É por essa interdependência e seus múltiplos relacionamentos com os outros elementos constituintes da “nova” condição camponesa que Ploeg (2008) usa o termo “coreografia” da condição camponesa.

A base de recursos menos dependente era a relacionada aos pomares, pois no seu plantio e manutenção a família buscava utilizar adubos orgânicos de origem animal. Eventualmente era necessário o tratamento de alguma doença ou

combate a insetos o que era feito através da aquisição de pequena quantidade de agrotóxicos no comércio da cidade. A contribuição do pomar não só para alimentação da família, mas também para as pequenas criações poderia passar despercebida se não fosse a diversidade de frutas e preparações elaboradas a partir delas como sucos, polpas, doces e geleias cujo valor (de uso) enriquece a vivência das famílias. Não só as residentes no lote, mas também as residentes na cidade quando a família de camponeses leva para a feira livre do município essas frutas e suas preparações, destacando-se o caju, goiaba e maracujá. Essa relação é importante porque ela aponta o valor e o potencial existente na base de recursos gerenciada pela família na unidade de produção.

A base de recursos das hortas também apresentou grau de dependência reduzido em relação ao uso de insumos externos necessitando, porém das sementes serem adquiridas no comércio do município. Todavia iniciativas em relação à preparação das próprias mudas (verduras) e guarda de sementes (legumes) apontam uma preocupação para redução dessa dependência. A preferência pelo plantio de legumes a verduras indicou um ajuste da dinâmica familiar ao regime de chuvas para cuidar desse tipo de cultura, como já mencionado. A percepção da contribuição das hortas para o consumo da família e dos animais foi mais contundente quanto aos legumes, sendo a mandioca e abóbora os legumes de maior destaque. Na Figura 20 buscamos esboçar a experiência das famílias quanto a produção de frutas, legumes e verduras pautados pelos elementos da “nova” condição camponesa e sua coreografia apresentados por Ploeg (2008)

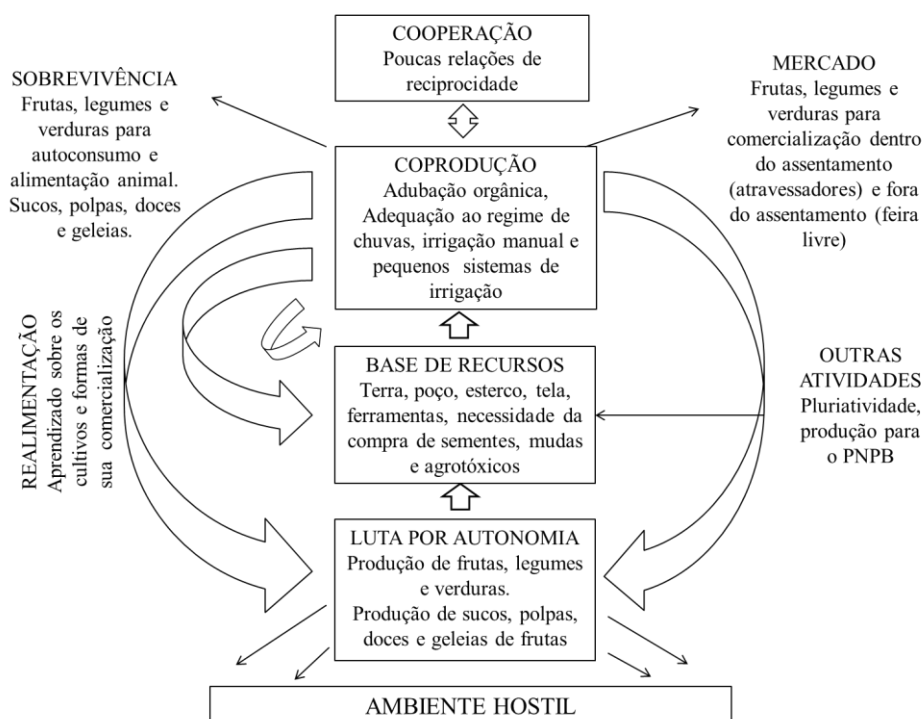


Figura 20 A vivência produtiva das famílias em relação às frutas, legumes e verduras a partir do esquema da condição camponesa

No ciclo de produção animal foi onde a base de recursos demonstrou maior fragilidade pela grande dependência de agentes externos para a aquisição de ingredientes utilizados na alimentação animal, principalmente o milho obtido através da “parceria” ou no comércio regional. A fragilidade da base de recursos não estava na criação dos animais em si, mas nos investimentos e planejamentos que as famílias realizavam para essa atividade e também nas relações que elas estabeleciam com os mercados na compra de insumos e venda de alimentos. Dito de outra forma as experiências positivas com a venda dos alimentos (frangos semicaipira e caipira, cortes de porco, leitões, leite e derivados) levavam as famílias a realizarem investimentos na criação animal que eram altamente dependentes da produção de milho especialmente o obtido através da “parceria”.

Alguns motivos que poderiam explicar a manutenção de uma base de recursos fragilizada para a produção animal foram: a) lentidão na liberação de créditos federais; b) ausência de assistência técnica direcionada para a agricultura familiar; c) morosidade na implantação de um frigorífico para abate de frangos semicaipira patrocinado pelo município; d) falta de representatividade das associações; e) pontos obscuros no PNPB por não aprofundar as diferenças regionais na sua estruturação. Ainda que a base de recursos tenha demonstrado ser frágil é inegável o esforço que as famílias camponesas do assentamento Dom Osório fazem para permanecer na terra e (sobre)viver dela. Na Figura 21 buscamos esboçar a experiência das famílias quanto à produção animal pautados pelos elementos da condição camponesa e sua coreografia apresentados por Ploeg (2008):

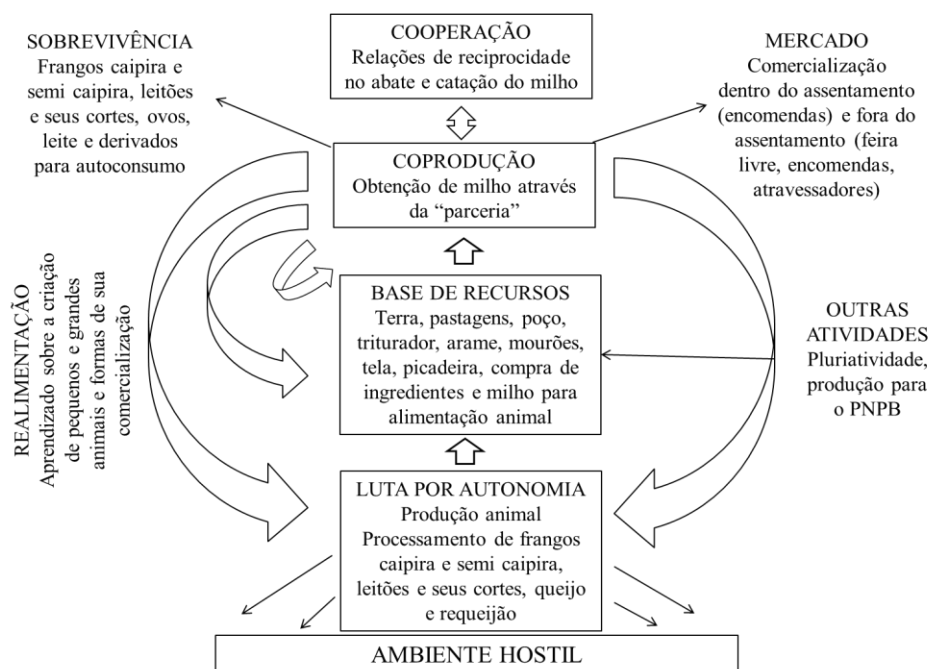


Figura 21 A vivência produtiva das famílias em relação à produção animal a partir do esquema da condição camponesa

Apesar da nossa fragmentação analítica da base de recursos (em pomar, horta e produção animal) para compreensão das relações que organizavam a sua movimentação, uso e valorização, constatamos a importância do processo de trabalho mesmo em uma condição onde as bases de recursos relacionadas a produção animal eram em alto grau controladas por agentes externos (“parceiros”, empresa de biodiesel, *traders* e casas agropecuárias).

Os camponeses se encontraram com a natureza viva através do trabalho nos pomares, hortas e criação animal e buscavam dar sentido a integração de ciclos tão diferentes em um todo ordenado. Obviamente o trabalho despendido naquelas atividades dependia dos usos que dela a família fazia, sendo mais intenso nas famílias onde a maior parte da renda era oriunda da venda dos alimentos produzidos. Como um processo, o trabalho apresentou-se dinâmico e seus resultados geravam mais do que alimentos para contribuir com a segurança alimentar. As diferentes dificuldades encontradas no dia a dia conduziam o processo de trabalho à (re)construção de saberes e experimentações sobre como fazer as coisas. Ploeg (2008) chama isso de realimentação e segundo ele é um dos elementos centrais no processo de trabalho e que pudemos constatar.

No entanto esse processo também causava desdobramentos sobre os estilos de agriculturas que eram construídos pelas famílias. Especialmente naqueles lotes onde as famílias realizavam a “parceria” para o PNPB, ficava esteticamente nítido o baixo nível de autocontrole sobre a base de recursos, pois logo após a colheita da soja ou milho safrinha surgia um “vazio” no lote.

Porém, mesmo com baixo controle sobre a base de recursos, especialmente a animal, as famílias encontravam no processo de trabalho uma expressão de luta social. Esta se expressava pelo esforço em melhorar os recursos disponíveis e em adquirir novos recursos visando ao bem-estar, o aumento da renda e a esperança de um futuro melhor.

A produção para autoconsumo foi uma das principais expressões da (sobre)vivência das famílias. Como já apontamos frutas, legumes, verduras, criação animal e alimentos processados a partir desses alimentos foram elaborados pelas famílias e contribuíram para a sua condição de segurança alimentar.

Além do consumo familiar alguns alimentos também foram destinados para a venda dentro e fora do assentamento. A análise do destino das frutas, legumes e verduras indicou a feira livre do município como o principal canal de comercialização, porém em alguns casos os compradores iam direto ao lote para efetuar a compra, no período considerado por nossas análises. Em relação à produção animal as vendas mais expressivas dentro do assentamento foram as de leitões inteiros e seus cortes, feitas “sob encomenda”. Fora do assentamento as vendas mais expressivas foram as de frangos semicaipira, realizadas na feira. Em uma ou outra situação a venda “sob encomenda” ou na feira pode ser caracterizada como venda direta, uma das alternativas para que os camponeses escapem dos grandes circuitos de comercialização de alimentos, dominados pelos Impérios Alimentares. Em ambos os destinos também ficou evidente que a produção de alimentos realizada pelas famílias não era apenas para o autoconsumo e ilustrou a importante contribuição do trabalho da família para a melhoria da segurança alimentar no nível local (dentro do assentamento) e regional (município).

Ainda que a segurança alimentar tenha sido um dos eixos principais de nossa discussão, a nossa interpretação de (sobre)vivência considerou outras estratégias e não somente o autoconsumo de alimentos. Apesar de o autoconsumo ser um dos aspectos mais abrangentes que caracterizam o campesinato (PLOEG, 2008), na nossa abordagem o equilíbrio entre produção e consumo deveria ser captado considerando os diferentes destinos da produção. Sabendo que não há uma metodologia unânime e rápida para mensurar o

autoconsumo, nos referenciamos no trabalho de Sacco Dos Anjos e Schneider (2003 citado por GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Como demonstramos isso nos permitiu ter uma ideia da quantidade produzida e consumida, como também da renda gerada com a venda de alimentos e da renda destinada à compra dos alimentos que não eram produzidos. No entanto cabe lembrar Chayanov (1981), pois para ele os princípios utilizados para mensurar a eficiência das empresas capitalistas não se adequavam para mensurar a eficiência das unidades econômicas camponesas porque a finalidade delas não era obter lucro, mas sim atender o bem estar de sua família e as condições de sua reprodução social.

A renda oriunda das vendas dos alimentos variou, sendo mais importante para algumas famílias do que para outras, em função da combinação (ou não) de outras atividades como a venda na feira, a pluriatividade ou a “parceria” para o PNPB. Essa renda, para as famílias que realizavam vendas, em raros casos foi superior a 1 salário mínimo. O alimento consumido também representava uma fonte de renda, pois caso a família tivesse que comprá-los ela demandaria parte de sua renda para isso. Apesar de não termos contabilizado o valor da produção destinada ao autoconsumo como parte integrante da renda, os camponeses nos demonstraram essa contribuição quando “precificaram” a produção de seus pomares e hortas caso tivessem que comprar os mesmos alimentos que consumiam. Nesse momento eles mesmos percebiam o valor (como mercadoria) do seu banco de alimentos.

A maioria das famílias relatou dispender em torno de 1 salário mínimo ao mês com a compra de alimentos que não produziam e eram necessários para atender as suas necessidades alimentares como: feijão, arroz, carne bovina, sal, açúcar, óleo, café e leite que responderam por 89,3% dos alimentos comprados. As principais fontes para a compra desses alimentos estão representadas no Gráfico 8:

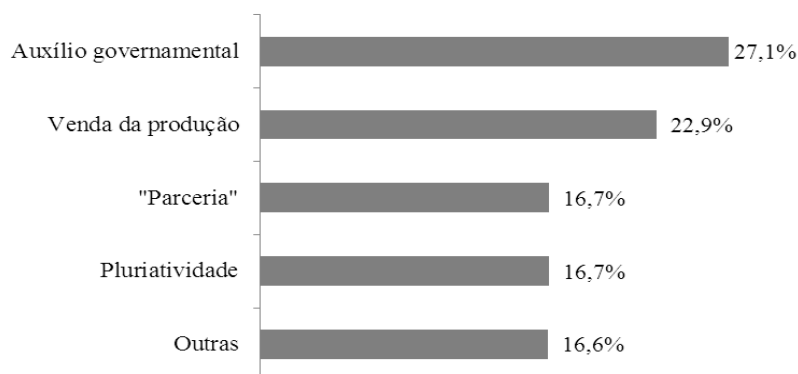


Gráfico 8 Principais fontes de renda para compra de alimentos

As informações apontaram que as famílias que tinham aposentados ou pensionistas (auxílio do governo) retiravam dessa renda os recursos para a compra de alimentos. Já para as demais famílias a venda da produção e a “parceria” eram as principais fontes. Em comum elas demonstram a vontade das famílias camponesas em viver da terra conquistada por meio de árduo processo de reforma agrária.

7.2 Bloco analítico 2: Interpretações sobre Pluriatividade, Dependência, Autonomia e Cooperação

As principais atividades pluriativas eram trabalhos realizados fora do assentamento por um dos membros da família, na condição de assalariado ou não. Entre as cinco famílias analisadas destacou-se o trabalho na construção civil. Este era realizado em parte do período do ano e não ausentava completamente o camponês (na maioria dos casos o homem) do lote em função de serem trabalhos contratados na forma de empreitada, ou seja, nesse tipo de atividade as famílias buscavam uma combinação entre o tempo despendido da força de trabalho dentro e fora do lote. A renda oriunda dessas atividades foi destinada tanto para o pagamento das despesas da casa, o que incluiu a

alimentação, também destinada à ampliação e implantação de projetos, guardada para realização de projetos futuros e quando necessário, para arcar com custos emergenciais da família. Portanto, ela contribuía para gerar fundos que evitassem a dependência da família a empréstimos bancários. Quando o camponês comprava insumos para produção vegetal ou animal e os pagava à vista ou a poucas prestações, eles eram comprados como mercadorias, mas entravam no processo de produção como valores de uso. Assim como apontado por Ploeg (2008) constatamos que no contexto dos camponeses do assentamento Dom Osório essas atividades davam mais **liberdade para** que as famílias fizessem o que fosse melhor para elas tendo a melhoria da sua qualidade de vida como elemento norteador e redução da dependência como consequência disso.

Em relação à dependência, as estratégias consideradas foram a aquisição de insumos e a comercialização de alimentos.

Notamos claramente que a aquisição de insumos está atrelada ao manejo da base de recursos e como foi discutida esta apresentou graus variados sendo menor para os pomares e hortas e extremamente frágil para as criações animais. Nos pomares e hortas a aquisição de insumos externos foi relacionada à compra de sementes e agrotóxicos, enquanto na criação animal à aquisição de ingredientes para rações.

Em relação aos agrotóxicos, os principais utilizados foram herbicidas e inseticidas. Embora a quantidade utilizada tenha sido pequena⁹¹, chamou-nos

91 De acordo com Pignati et al. (2014) o Brasil cultivou 95 milhões de hectares de lavouras em 2012 e Mato Grosso foi o maior consumidor de agrotóxicos. Em média um hectare de soja consumiu 12 litros de agrotóxicos, o de milho 6 litros, o de cana 4,8 litros e o de algodão 24 litros. De acordo também com as análises do dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) organizado por Carneiro et al. (2015) em 2006 o estado de Mato Grosso era o maior consumidor de agrotóxicos do país (18,9%) havendo forte associação da presença das monoculturas de soja, milho, cana e algodão a esses dados. Em vista do que já foi apresentado aqui sobre a presença das monoculturas de soja e milho no assentamento Dom Osório essa pequena quantidade deve ser relativizada. Como a investigação da segurança do alimento não foi tema de nossa pesquisa, informações detalhadas sobre esse tema podem ser obtidas em Carneiro et al. (2015).

atenção o papel dos vendedores das casas agropecuárias do município quanto às informações (toxicidade e período de carência), recomendações e orientações sobre o uso do produto sem constatar, no local, qual era o propósito da aplicação. Na maioria das vezes a calda era preparada pelo agricultor, e não pela agricultora, direto no pulverizador costal utilizando bota e luva. O descarte do produto residual do pulverizador era feito no lixo (buraco do lixo) e a embalagem do produto guardada ou queimada. Na opinião das famílias as principais formas de contaminação das pessoas e alimentos com agrotóxicos eram no momento da aplicação e a sua deriva. Um percentual importante (34,3%) das 48 famílias relatou perceber efeitos da deriva dos agrotóxicos utilizados nas culturas de “parceria”, como tosse nas pessoas e a queimadas folhas em alguns vegetais, haja vista a proximidade das lavouras em relação às residências e estradas de uso comum (Figura 22).



Figura 22 O plantio e colheita de grãos dentro do assentamento e sua proximidade das lavouras e estradas de uso comum e culturas

Vale mencionar que algumas famílias plantavam o capim napier e o feijão guandu nas fronteiras do lote ou da casa por acreditarem que estes reduziam o efeito da deriva “segurando” o agrotóxico (Figura 23).



Figura 23 O capim napier como expressão da “resistência” a deriva de agrotóxicos

Uma boa parcela dos camponeses preparava covas e canteiros utilizando adubos orgânicos obtidos no próprio lote. Isso indicou interesse à agricultura ecológica, porém com a carência de aplicação de técnicas

alternativas para o tratamento de doenças das plantas. Embora as famílias conhecessem algumas técnicas, como exemplo a calda de fumo de rolo e usos do neem⁹², elas foram pouco utilizadas preferindo-se a compra de agrotóxicos para resolver esses problemas.

No ciclo de produção animal os principais ingredientes comprados para alimentação foram: concentrados, núcleos, sal comum, sal mineral e farelo de soja. No entanto, o milho obtido através da “parceria” era o elemento-chave do ciclo de produção animal, perpassando tanto pelas pequenas criações quanto pelas grandes, pois era o ingrediente base para que os demais ingredientes das rações fossem misturados. Constatamos também que algumas famílias colhiam milho verde da área de “parceria” e o trituravam para fornecer aos animais o que reforça a centralidade do milho para a produção animal no assentamento.

As famílias que criavam frangos semicaipira também tinham poucas opções para a compra dos pintinhos (linhagem pescoço pelado e linhagem pesadão) que chegavam por encomenda até as proximidades da entrada do assentamento, em um posto da rodovia BR 070, ao preço de R\$2,50/cab. Apesar de a criação dessas aves indicarem forte potencial para a venda fora do assentamento, o seu ciclo de produção também se mostrou muito dependente de agentes externos.

A redução da dependência estava muito ligada às relações que eram estabelecidas pelas famílias camponesas entre a base de recursos (produção) e a sua (sobre)vivência (autoconsumo, vendas, dispêndio para compra de alimentos). Isso se manifestava quando a família precisava decidir entre mobilizar a aquisição de insumos no mercado, reproduzir esses insumos na

⁹² De acordo com Previero (2010) o fumo de rolo tem propriedades inseticidas que estão sendo utilizadas para o controle de pulgões, pequenos percevejos, cochonilhas e lagartas. Em relação ao Neem os usos podem ser para: conservação de grãos e sementes e como inseticida (controle de lagartas, gorgulhos, vaquinha, pulgões, caruncho, mosca branca, formigas e gafanhoto).

própria unidade de produção ou uma combinação entre os dois. Como observamos as iniciativas de produção física dos próprios recursos dependia de qual base de produção estávamos tratando, sendo maior para os pomares e hortas e menor para a criação animal. No entanto, era no fluxo entre as duas que despontavam os indicativos para a autossuficiência. Não apenas relacionada ao autoconsumo (e segurança alimentar), mas ao funcionamento do conjunto da unidade agrícola. Isso ficava evidente quando as famílias destinavam uma parte da produção de frutas, legumes e verduras para o consumo animal e também quando utilizavam o esterco na adubação dos pomares e hortas. Porém, de modo geral, o modo de fazer agricultura das famílias camponesas do assentamento Dom Osório não indicava que esta era uma atitude intencional ou planejada o que poderia comprometer ainda mais a sua luta por autonomia.

Como já apontamos a comercialização direta ao comprador poderia reduzir custos de produção e transação⁹³, no entanto exigiria uma organização da família para isso. Essa organização envolvia as atividades relacionadas às tarefas de manejo das culturas e animais como também a gestão dos canais de comercialização.

As tarefas de manejo estavam relacionadas à distribuição de trabalho no lote onde os pomares, hortas e frangos caipira ficavam, na maioria das vezes, sob a responsabilidade da agricultora e o manejo de porcos e bovinos do agricultor. Também notamos que a elaboração de alimentos processados como sucos, polpas, doces, geleias e abate de frangos ficava sob a responsabilidade da agricultora e o abate de suínos e bovinos do agricultor.

⁹³Entre as várias definições de custo de transação existentes que se desenvolveram após os pioneiros trabalhos de Coase (1937) e Williamson (1979), utilizamos uma das definições apresentadas por Farina, Azevedo e Saes (1997) que ao condensar conceitos de diversos autores entende que os custos de transação são custos não diretamente ligados à produção, mas que surgem à medida que os agentes se relacionam entre si e problemas de coordenação de suas ações emergem.

A organização da venda dentro do assentamento era realizada a partir de uma rede de comunicação informal composta por vizinhos e conhecidos da família que permitia o conhecimento sobre os alimentos disponíveis. Assim, os compradores interessados iam direto ao lote realizar a compra ou realizavam a compra “sob encomenda”. Nesta, o pedido era efetuado através do contato direto com a família em seus círculos sociais ou por contato telefônico. A característica principal da venda dentro do assentamento era a obtenção do alimento direto no lote onde as vendas de legumes (mandioca e abóbora) e leitões foram os mais efetuados seguindo este processo. Também registramos a venda de leite, porém em pequena quantidade e na vizinhança. As observações e entrevistas indicaram que a pecuária de leite era um projeto a longo prazo. Portanto, à medida que a produção de leite fosse aumentando no assentamento ela necessitaria também de outras formas de comercialização com a inserção da produção em canais longos de comercialização e que dependeriam de estruturas maiores para captação de leite. No assentamento já existiam dois resfriadores cedidos pela prefeitura e que recebiam leite de lotes que tinham produções superiores a 50 l/dia.

Não conseguimos identificar um planejamento estruturado (individual ou coletivo) formal para manter ou ampliar as vendas dentro do assentamento, mas percebemos que a família tomava algumas decisões como aumentar o rebanho (retendo ou comprando animais), abater animais e adquirir insumos para alimentação animal (no comércio local e milho da “parceria”), pautadas nas experiências das vendas anteriores, na sua rede de comunicações informal e na perspectiva de realizar a “parceria” que incluísse plantio do milho safrinha para a safra seguinte.

A organização da venda fora do assentamento era realizada a partir de uma rede de comunicação informal composta por conhecidos da família que moravam na cidade (parentes e amigos) e também pela participação da

família na feira. As vendas realizadas “sob encomenda” também eram efetuadas através do contato direto com a família em seus círculos sociais ou por contato telefônico, no entanto o alimento era entregue direto ao comprador na cidade. Para isso a família utilizava veículo próprio ou de terceiros para efetuar a entrega. A venda de leitões e frangos resfriados foram as mais efetuadas nesse processo.

Já nas vendas realizadas na feira o comprador adquiria o alimento direto na banca da família ou também realizava compra “sob encomenda” na qual se combinava a entrega (e pagamento) do alimento na própria feira. As vendas de polpas de frutas congeladas, frangos resfriados, cortes de leitões e derivados de leite foram as mais efetuadas nesse processo. Em alguns casos os compradores eram atravessadores ou proprietários de estabelecimentos que adquiriam os alimentos no atacado (em caixas) assim que a família chegava à feira. As vendas mais efetuadas nesse processo foram as de legumes. As vendas fora do assentamento têm como principal característica a venda direta ao comprador e necessitavam de maior grau de planejamento. Este foi demonstrado claramente quando as famílias: plantaram culturas (por exemplo, maxixe, tomate, maracujá, abóbora, quiabo) para vender especificamente na feira; investiram ou ampliaram a criação de frangos semicaipira e elaboraram alimentos processados também para a venda na feira.

Como evidenciamos, o destino da produção em muitos casos estava conectado aos mercados e isso expressou uma das formas pelas quais as famílias se relacionavam com o ambiente externo. Os relacionamentos mais claros foram através da feira livre, das vendas “sob encomenda” ou de “porta em porta” na cidade e das vendas realizadas dentro do assentamento. Para nós, no contexto do assentamento, todos esses canais de comercialização diretos exercidos a curto prazo representavam uma resposta das famílias a um ambiente hostil. Significava que as famílias podiam estruturar formas

diferentes de se relacionarem com os mercados do que as formas colocadas pela “parceria”. Essa leitura também se aplicou ao potencial dos canais de comercialização de médio/longo prazo como PNAE, PAA e Agroindústrias.

Concordando com Ploeg (2008), essas relações com o mundo exterior são construídas, mantidas ou alteradas de acordo com a cultura local centrando-se na questão da desconfiança. No assentamento estudado ela apresentou-se extremamente útil porque a nível macro se materializou em uma forma de resistência às ações dos Impérios Alimentares enquanto no nível micro e local representou a valorização dos recursos materiais e sociais criados no processo de trabalho da família e na sua relação com a vizinhança.

A relação da unidade de produção e seu contexto apontaram para níveis diferentes de autonomia. Algumas das expressões pela busca por autonomia foram assinaladas quando os camponeses elaboraram alimentos processados e quando destinaram os recursos governamentais para investimentos no lote.

A agregação de valor através da elaboração de alimentos processados como sucos, polpas, doces, geleias, animais e seus cortes (Figura 24) e derivados de leite teve importância em duas situações, a primeira se relacionava com a contribuição à alimentação da família e a segunda com a renda obtida através dos alimentos vendidos.



Figura 24 A agregação de valor: A preparação (abate e limpeza) dos frangos semicaipira para a venda na feira; Diversos tipos de corte de porco para consumo familiar e “a meia” com vizinhos; A preparação do doce de caju para o consumo familiar

A contribuição para alimentação estava ligada ao processo de conservação do alimento através do frio, ou seja, do seu resfriamento⁹⁴ ou

⁹⁴A refrigeração ocorre pelo abaixamento da temperatura de um alimento visando a manter sua qualidade pela diminuição da velocidade das reações de deterioração que

congelamento, e permitia à família armazenar alimentos para consumo posterior. No caso das frutas essa estratégia permitia a colheita no período de safra e consequente redução de perdas, que já eram baixas devido ao aproveitamento de frutas na criação animal. As apresentações mais comuns eram na forma de sucos, polpas congeladas e doces.

No caso dos derivados de leite, como o queijo e requeijão, e os alimentos cárneos, como os frangos caipira, semicaipira, leitões e seus cortes, o resfriamento ou congelamento era importante porque evitava perdas, especialmente da carne de leitões (e de subprodutos também) devido a sua quantidade ser maior do que uma família conseguia consumir em uma refeição regular.

Na maioria dos casos, os alimentos processados e conservados pela família também foram os mesmos destinados à comercialização na feira. Sendo assim, a contribuição desse processo estava em permitir que a família planejasse quais alimentos iria levar para a feira, “escolhendo” dentro do seu estoque (refrigerador ou *freezer*) quais alimentos levaria para venda na banca ou para atender as vendas “sob encomendas”. Essas vendas poderiam ser incrementadas, por exemplo, com a elaboração de uma lista para informar ao comprador da feira quais alimentos estariam disponíveis. Como observamos os preços pagos pelos alimentos processados eram mais atrativos e, apesar da elevação do comprometimento da renda da família, isso as estimulava a realizarem investimentos. Isso foi claro a curto prazo com casos onde houve investimentos na criação do frangos semicaipira, a médio prazo no plantio de maracujá e a longo prazo na criação de bovinos de leite.

possam ocorrer. É um método de conservação por um curto período de tempo onde não há mudança de fase da água do alimento. No congelamento ocorre a formação de gelo e para isso é necessário a conservação do alimento por longos períodos e a baixas temperaturas (-10° a -40°C) (GAVA; SILVA; FRIAS, 2008).

Seja para o consumo da própria família, de famílias dentro do assentamento ou fora dele a agregação de valor através do processamento de alimentos apontou novamente uma contribuição do trabalho dos camponeses do assentamento Dom Osório para a melhoria das suas condições de segurança alimentar, porém não apenas isso. Indicou diferentes situações nas quais os camponeses estavam mais ou menos dependentes de sistemas que lhes restringiam a autonomia. A combinação do estilo de agricultura (a prática agrícola), a decisão sobre comprar e/ou fabricar insumos e a agregação de valor apontavam às possibilidades das famílias adquirirem uma autonomia relativa, conforme a evolução do contexto que elas interpretavam. Assim, concordando com Ploeg (2008) a agregação de valor através do processamento (beneficiamento, artesanidade), oferecia margem de manobra para que a luta por autonomia continuasse.

Quanto ao acesso aos programas do governo as famílias acessaram o Crédito Habitação entre 2011/2012 e puderam fazer casas (Figura 25) com 1 banheiro completo, 1 cozinha, 2 quartos e 1 sala, porém ainda faltando varanda e forro. A expectativa das famílias era de poder completar a construção da casa com a liberação da segunda etapa do Crédito Habitação. Vale mencionar que a construção do sistema de esgoto sanitário (tubulações e fossa) e abastecimento de água ficaram por conta de cada família não sendo contemplado pelo crédito, bem como os custos com instalação elétrica, cujo abastecimento era provido pela CEMAT. Mais do que um abrigo, a casa representava a realização de um sonho conquistado pelas famílias ao ter seu próprio “pedaço de terra” depois de uma longa trajetória de privações e lutas em acampamentos e despejos, como relatamos. Também indicava um conforto material que liberava as pessoas de ocupações penosas (andar longas distâncias para pegar água no rio, lavar roupa, reparos constantes no barraco às vezes a sua reconstrução por causa de tempestades, melhoria da saúde, inclusive alimentar) e melhoria real da vida

cotidiana. Embora a casa tenha sido construída, o antigo “barraco” ainda tinha importância para a maioria das famílias em função de seus múltiplos usos como: rancho auxiliar; guarda de alimentos colhidos; ferramentas; garagem; área de abate; guarda de insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos), abrigo para pequenos animais e abrigo para máquinas e equipamentos, como o triturador por exemplo.



Figura 25 Casas construídas com recursos do Crédito Habitação

Todas as famílias que tiveram acesso ao Apoio Inicial o fizeram em 2014 e com ele foram comprados alimentos e utensílios. Ao todo foi movimentado R\$ 134.000,00 no comércio do município, devido ao acesso a esse crédito (Tabela 11).

Tabela 11 Valor total do Apoio Inicial movimentado pelas 48 famílias entrevistadas

Apoio inicial	Valor	%
Alimentos	R\$ 30.600,00	22,8%
Ferramentas	R\$ 103.800,00	77,2%
Total	R\$ 134.400,00	100,0%

Entre os utensílios, os principais comprados foram telas, arame e triturador que responderam pela maior parte (40,6%) do total de itens comprados como ilustramos no Gráfico 9. A compra desses deixa claro que as famílias estavam estruturando o lote para investimentos no ciclo de produção vegetal e animal. As observações e entrevistas de campo apontaram que o principal uso da tela seria para cercamento da horta, a fim de evitar o consumo dos alimentos pelos frangos caipira e cercamento das áreas de pastagens necessárias para os frangos semicaipira. O arame seria utilizado para a confecção de cercas para delimitação de pastagens e do perímetro do lote e o uso do triturador para dar suporte ao preparo da alimentação animal, especialmente com a trituração de milho grão, milho palha e sabugo, e mandioca.

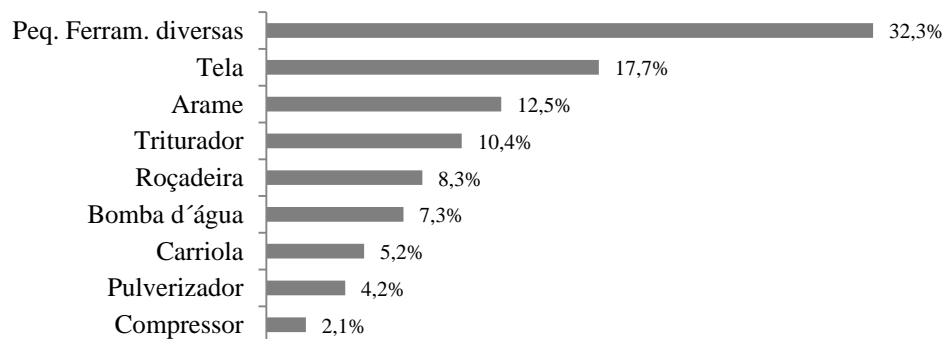


Gráfico 9 Principais itens adquiridos com o Apoio Inicial

Em relação ao acesso ao PNPB as informações obtidas com o conjunto das famílias entrevistadas apontaram para o maior uso da área destinada à “parceria” com o plantio de soja como representado na Tabela 12:

Tabela 12 Área cultivada com grãos em “parceria” nos lotes das famílias entrevistadas

Grãos	Hectares	%	Média (ha)
Soja	337,0	58,4	9,6
Milho (safrinha)	219,0	38,0	9,5
Sorgo	21,0	3,6	10,5
Total	577,0	100,0	9,9

Como já mencionamos a maioria das famílias que realizou a “parceria” na safra 2013/2014 tinha a intenção de realizá-la na próxima safra. Os principais motivos citados para a realização da “parceria” para atender ao PNPB foram: a) complementar a renda; b) a terra não ficar parada; e c) “ilhamento” (segregação). A renda gerada com a soja através do PNPB, em média 0,6 salários mínimos/mês, tinha destinos semelhantes ao da renda gerada com a pluriatividade, porém entre os custos emergenciais nos chamou atenção o destino da renda para a perfuração de poço semiartesiano (Figura 26), presente em 66,7% dos lotes para o abastecimento da água da casa. O seu custo de perfuração, que incluía tubulação e bomba era no período considerado de R\$ 6.500,00, valor aproximado da renda gerada de uma área de 10 hectares em “parceria”. Alguns camponeses combinavam com o “parceiro” a perfuração do poço em troca da renda obtida com o uso da terra.



Figura 26 Diferentes sistemas de captação e abastecimento de água para residência e lavouras

Algumas famílias relataram que suas fontes de recursos financeiros não permitiam que elas utilizassem toda a área do lote, uma vez que no assentamento (e na região) as operações de preparo do solo, plantio e colheita de grãos eram usualmente realizadas com a utilização de máquinas agrícolas. Sendo assim,

para a terra não ficar “parada” algumas famílias entraram no PNPB para que, através da “parceria”, tivessem a terra “limpa” (do cerrado e capoeira), sua fertilidade corrigida e ela produzisse alimentos. Especialmente a correção da acidez era uma das práticas que os camponeses acreditavam que a “parceria” contribuía quanto ao manejo do solo, porque a estimativa de duração do efeito do calcário era de 3 anos. Eles percebiam esse efeito através da substancial redução da presença de cupins no lote que comumente se alimentavam das plantações principalmente cana, banana, mandioca e abóbora.

Em alguns depoimentos detectamos que alguns camponeses se referiram as lavouras da “parceria” como se alimentos fossem produzidos por eles. A preocupação com a ocupação da área do lote também se manifestou pelo medo que uma área “suja” pegasse fogo, principalmente no período seco, e causasse danos às plantações, animais e a família.

O “ilhamento” ocorreu quando algumas famílias narraram que resistiram a parceria, porém foram “obrigadas” a fazê-la porque os vizinhos no seu entorno fizeram. Algumas consequências que toleraram enquanto resistiram foram: a família camponesa se sentia tola diante dos vizinhos porque não “aproveitava” a renda extra da “parceria”; nuvens de veneno de todos os lados atingiam o lote; reclamações por parte da “parceria” por causa da descontinuidade para o trabalho das máquinas no plantio, nas pulverizações e na colheita. Essa reclamação ocorria porque o lote não plantado para o PNPB ficava no trajeto dos lotes plantados e, portanto obrigava que o “parceiro” desse a volta no lote com os equipamentos.

Para Ploeg (2008) é possível que o camponês produza bioenergia por meio de um modo próprio chamado por ele de “modo camponês de produzir energia” (PLOEG, 2008, p. 200) e que se caracteriza por: conversão na unidade agrícola pautada pelo uso de resíduos; unidades pequenas, mas altamente eficientes e integradas a redes de transporte de energia já existentes;

flexibilidade no uso de insumos e escoamento de produtos; níveis de valor agregado elevados na unidade agrícola; alto grau de descentralização e baixa vulnerabilidade do sistema; manutenção da paisagem natural e biodiversidade; multifuncionalidade. Em nossa opinião esta última é a mais importante porque não reduz as unidades agrícolas a simples fornecedoras de matérias-primas para a produção de energia, caso do assentamento Dom Osório.

Nos lotes onde se plantava o milho safrinha⁹⁵ após a colheita da soja para o PNPB, o acordo de recebimento de renda pelo uso da terra variava podendo ser em dinheiro, em produto ou em ambos, ou seja, parte em produto e parte em dinheiro como demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 Principais destinos do milho safrinha cultivado em “parceria” nos lotes das famílias entrevistadas

Destino	Nº de famílias	%
Produto	6	26,1
Dinheiro	11	47,8
Dinheiro e produto	6	26,1
Total	23	100,0%

A análise conjunta das informações do Quadro 7 com as informações dos cinco casos reforçam a importância da obtenção, uso e renda obtida com o milho safrinha como uma das estratégias para que parte das famílias do

⁹⁵Na região, apesar do milho safrinha ser a cultura usualmente plantada após a colheita da soja, também ocorria o plantio da soja safrinha, mas reforçamos que nossa pesquisa não identificou esse plantio dentro do assentamento na safra 2013/2014. O plantio da soja safrinha será proibido a partir de janeiro de 2016 de acordo com a Instrução Normativa conjunta nº 01/2015 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF) e do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA-MT) para coibir o avanço da ferrugem asiática (causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, que leva ao desfolhamento precoce da planta e com isso a não formação de grãos com a consequente redução da produção) (MATO GROSSO, 2015). A soja safrinha estava sendo feita após a colheita de fevereiro no lugar do milho safrinha e contribuindo para o aumento das pulverizações, resultado da perda tanto da eficiência, quanto do número reduzido de ingredientes ativos para controlarem a ferrugem (IN nº 01/2015 SEDEC, SEAF, INDEA-MT).

assentamento permanecessem no lote. Ela se constituía como uma oportunidade decorrente da realização da “parceria” para produção de soja para atender ao PNPB e oferecia múltiplas utilidades para as famílias que a realizavam. Não apenas pela renda gerada (Tabela 13), cujos usos eram semelhantes ao da renda gerada pela pluriatividade, mas pela utilização do milho nos ciclos de produção dos pequenos e grandes animais.

Tabela 13 Dados da renda com o plantio de grãos em “parceria” nos lotes das famílias entrevistadas

Cultura em “parceria”	Total			Médias		
	Área (ha)	Renda	Renda*	Área (ha)	Renda	Renda*
Soja	337,0	R\$ 169.097,50	20,8	9,6	R\$4.831,36	0,6
Milho	219,0	R\$ 113.547,50	14,0	9,5	R\$4.936,85	0,6
Sorgo	21,0	R\$ 12.705,00	1,6	10,5	R\$ 6.352,50	0,8
Total	577,0	R\$ 295.350,00	36,4	9,9	R\$ 5.373,60	0,7

* Em salários mínimos/mês

Ao analisarmos a renda gerada através do plantio de milho safrinha pela “parceria” notamos que este teve uma participação de 0,6 salários mínimos/mês na composição da renda das famílias que a realizou. Uma contribuição fundamental para famílias que se encontravam em condições de vulnerabilidade e incertezas tanto pela morosidade na liberação de créditos como pelas poucas alternativas que tinham para a obtenção de renda.

No entanto, chamamos atenção para a dependência estabelecida entre o camponês e a “parceria” para manter as criações animais ou investir em outras que dependiam de milho para a elaboração das rações. Também observamos a compra de milho das fazendas do entorno do assentamento quando a família não realizava a parceria para o PNPB ou quando optava por receber em dinheiro (ou parte em dinheiro e parte em produto) o valor referente ao uso da terra para plantio do milho safrinha pela “parceria”.

Isso ficou claro na manutenção das criações de porcos e frangos caipira e semicaipira, como também na implantação de novos projetos como o de frangos semicaipira e pecuária de leite. A curto prazo nossas análises apontaram para uma estratégia que colaborava para melhoria da segurança alimentar das famílias além de gerar renda quando os alimentos oriundos da produção animal eram vendidos. Para a longo prazo pudemos perceber que boa parte das famílias tomava decisões para a criação futura de frangos semicaipira e pecuária de leite. No primeiro caso, há uma grande demanda por milho grão e no segundo uma demanda combinada que envolve o milho grão, o milho com palha e sabugo e a elaboração de silagens. Caso venham a prosseguir com esses projetos nessas condições, tais estratégias a longo prazo apresentam um alto risco e ônus para os camponeses assentados: o da perda substancial da autonomia. Uma das soluções para que as famílias reforcem a integração entre a base de recursos de produção vegetal e animal, e com isso aumentem o autocontrole sobre ela, seria o planejamento mais estruturado (até formalizado) da produção vegetal para atender a alimentação animal por meio de alimentos substitutivos ao milho, como a mandioca por exemplo. Outra seria o plantio de milho (que não fosse híbrido) através das organizações formais dos camponeses presentes no assentamento (1 cooperativa e 5 associações) com o apoio da SEDAM e EMPAER.

Entretanto, apesar de existirem essas organizações, da qual esperávamos encontrar iniciativas de cooperação mais expressivas para lidar com o ambiente ecológico, político e econômico adverso, excetuando a “Instituição 01”⁹⁶, as suas ações foram raramente destacadas nas entrevistas. A iniciativa de cooperação informal mais apontada foi a relação de reciprocidade entre vizinhos (alguns

⁹⁶A “Instituição 01” era uma associação formada por 9 famílias (2014) que plantavam arroz, feijão, milho e soja compartilhando os aspectos operacionais da produção e comercialização. Apesar de termos realizado entrevista com o seu presidente e vice presidente não foi objeto de nosso trabalho retratar os aspectos sobre seu funcionamento. Porém percebemos que ela era a mais atuante das associações presentes no assentamento.

eram parentes) por meio de acordos do tipo “a meia”, na qual a força de trabalho era trocada por parte da produção (abatida, colhida ou catada por exemplo) e a troca de serviços. Não foram apontadas iniciativas de cooperação para plantio mecanizado, por exemplo, com o aluguel de máquinas, apesar de este ter sido um dos elementos que os camponeses mais citaram quando foram perguntados sobre o que mais havia melhorado na agricultura desde a época dos seus pais.

Concordando com Ploeg (2008) a cooperação representa uma das formas dos camponeses construir níveis mais elevados de agregação. No entanto, ela estava enfraquecida no assentamento o que também conduzia a um enfraquecimento da luta por autonomia. Dessa forma, apesar dos camponeses tomarem iniciativas individuais e de relacionamento com a vizinhança eles demonstravam uma posição de descrença em relação ao funcionamento das organizações coletivas. Frequentemente sinalizavam o predomínio da aspiração individual sobre a coletiva ao se referirem as lideranças das organizações como “associação de uma pessoa só”. Embora expressassem a importância das organizações para a conquista de recursos e direitos, naquele momento depositavam o maior peso das suas dificuldades em mudarem para uma base de recursos diferente da pautada pela “parceria” como responsabilidade do governo federal (devido à morosidade na liberação de créditos de fomento à produção). Em boa medida isso também os auxiliava a justificar a presença intensa da “parceria” no assentamento como caminho, a curto prazo, para resolução de parte de seus problemas (como já discutimos), mas que também poderiam ser parcialmente solucionados através das organizações coletivas.

A maioria das famílias possuía alguma forma de locomoção dentro do assentamento sendo a moto o veículo mais utilizado. Para ir à cidade a maior parte das famílias utilizava uma das duas empresas de ônibus que faziam a linha assentamento Dom Osório - Campo Verde com partidas no período da manhã e retorno no início da tarde. Como já comentamos, no sábado dia da feira livre, a

prefeitura disponibilizava um caminhão para transporte dos alimentos e um ônibus para transporte dos camponeses. Alguns camponeses, mais capitalizados e com volumes de produção maior, levavam seus alimentos em veículo próprio e, portanto não dependiam da prefeitura.

Em síntese, nesta seção analisamos as estratégias que as famílias encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social utilizando a lente teórica de Ploeg (2008). Essa perspectiva combinada aos caminhos metodológicos adotados no trabalho possibilitou compreendermos que as famílias processaram a experiência social ao seu redor (ambiente interno e externo a unidade agrícola) e desenvolveram ações relacionadas ao autoconsumo, comercialização, pluriatividade e acesso ao PNPB que as conduziram a uma condição de segurança alimentar favorável e viabilizaram sua reprodução social e equilíbrio. Por fim, na seção 8 indicamos nossas considerações finais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal para realização deste trabalho foi investigar os desafios que as famílias camponesas do assentamento Dom Osório em Campo Verde/MT encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar no contexto da “nova” condição camponesa.

Assim, caracterizamos aspectos da agricultura regional associados ao assentamento em estudo e constatamos que no município de Campo Verde a principal atividade econômica estava ligada às atividades dos complexos agroindustriais e Impérios Alimentares. Apesar disso no município conviviam três tipos de agricultura: a camponesa, a empresarial e a capitalista. A agricultura camponesa tinha nos assentamentos rurais federais o seu principal *locus* de existência e o assentamento Dom Osório o mais recente e com o maior número de famílias. Nos lotes eram cultivados alimentos e criados animais tanto para o autoconsumo como para a comercialização e também era cultivado a soja para atender ao PNPB. No assentamento esse programa se estabeleceu a partir de um desenho próprio que dependia na maior parte das vezes, de um agente externo ao assentamento o “parceiro” com o qual o camponês estabelecia um contrato mediado pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município, para entrega de soja a uma empresa de biodiesel. A ameaça principal desse desenho como uma estratégia para o uso da terra (e reprodução social) é que ele venha a substituir predominantemente a produção de alimentos destinados ao autoconsumo e comercialização e assim piorar a condição de segurança alimentar.

Porém, tanto nos resultados da EBIA a respeito das condições de segurança alimentar das famílias como nos resultados da associação dessas condições às características sociais, econômicas, produtivas e políticas isso não foi constatado. A maioria das famílias tinha preocupação com a possibilidade de vir a faltar alimentos, mas não tinha obstáculos ao seu acesso e, portanto encontrava-se em uma condição favorável de segurança alimentar. Isso pôde ser

parcialmente explicado pelas análises quantitativas as quais apontaram que: o principal destino das frutas, legumes, verduras e animais, cultivados e criados, em uma área de até 1,5 hectares, era o autoconsumo e comercialização; alguns membros das famílias realizavam trabalhos fora do lote como assalariados ou não; a maioria das famílias recebeu os créditos Apoio Inicial e Habitação; e acessou os programas públicos Bolsa Família e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

O plantio de soja para entrega ao PNPB era majoritariamente realizado por meio de “parceria” que ocupou, em média, 80% da área do lote. Nesta mesma área, após a colheita da soja, era cultivado o milho safrinha também por meio da “parceria”. Ainda que esta tenha reduzido a produção potencial e diversificada de alimentos para autoconsumo e comercialização, a maioria das famílias não teve problemas de acesso a alimentos.

Essa situação contraditória foi um dos estímulos para compreender, por meio de análises qualitativas, os desafios encontrados pelas famílias para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social em meio a um ambiente marcado pelo domínio dos complexos agroindustriais e Impérios Alimentares. Dessa forma, elaboramos um caminho teórico metodológico que nos permitiu entender parte dessas estratégias. Fez parte desse caminho a realização de entrevistas em profundidade junto a cinco famílias camponesas cujas estratégias para construção de melhores condições de segurança alimentar e reprodução social foram descritas detalhadamente. Essas estratégias foram associadas aos elementos que constituem a “nova” condição camponesa e estes separados em dois blocos analíticos. No primeiro, descrevemos as estratégias a curto prazo mais coligadas aos elementos coprodução, base de recursos, sobrevivência e relações com os mercados e no segundo descrevemos as estratégias de médio/longo prazo mais coligadas aos elementos pluriatividade, redução da dependência, luta por autonomia e

cooperação. Nessa etapa percebemos o alto preço que uma melhor condição de segurança alimentar estava cobrando: o da perda substancial da autonomia.

Essa perda foi demonstrada quando realizamos uma análise conjunta das estratégias elaboradas pelas famílias. As estratégias associadas à coprodução demonstraram que o cultivo de soja e milho, por meio da “parceria” ocupava boa parte da área do lote, mas ainda assim não impediu que as famílias gerenciassem seus pomares, hortas e criações de animais para atender ao autoconsumo e à comercialização, esta realizada tanto dentro como fora do assentamento. Embora a gestão da produção ocorresse, foi perceptível o baixo controle que as famílias possuíam sobre as suas bases de recursos ligadas à produção animal como também a baixa integração entre as bases de recursos animal e vegetal. Apesar disso a produção para autoconsumo era uma das principais expressões da (sobre)vivência das famílias. Essa produção não era estática, ao contrário, era dinâmica e flexível ao contexto e às possibilidades que as famílias interpretavam na busca pelo seu bem estar, aumento de renda e esperança de um futuro melhor.

Entre essas possibilidades, estava a pluriatividade de alguns membros das famílias, que realizavam trabalhos fora do lote como assalariados ou não. A renda gerada por essas atividades auxiliava no pagamento de despesas da casa (incluindo a aquisição de alimentos), na ampliação e implantação de projetos no lote, servia de poupança para custos emergenciais e evitava que a família recorresse a empréstimos bancários. A outra possibilidade foi a realização da “parceria” para entrega de soja ao PNPB e para o plantio de milho safrinha. A renda oriunda dessa estratégia tinha usos muito semelhantes ao da renda originária do trabalho fora do lote chamando a atenção a sua aplicação para construção de poço semiartesiano, estrutura fundamental para melhoria da qualidade de vida da família.

Apesar dessas possibilidades, ficou claro que qualquer estratégia que buscasse a redução da dependência estava intrinsicamente ligada às relações

estabelecidas entre a base de recursos (produção) e a (sobre)vivência das famílias (autoconsumo, comercialização, dispêndio para compra de alimentos). Assim, o estilo de agricultura, a decisão sobre comprar e/ou fabricar insumos, a agregação de valor (pelo processamento dos alimentos) e comercialização de alimentos apontavam outras possibilidades das famílias adquirirem uma autonomia relativa, conforme a evolução do contexto. Sem o apoio, ainda que moroso, do Crédito Habitação e do Apoio Inicial, essa autonomia seria mais dificilmente conquistada. A casa, construída com o Crédito Habitação, representava a realização de um sonho depois de uma longa trajetória de privações e lutas e as ferramentas e equipamentos adquiridos com o Apoio Inicial, evidenciou que as famílias estruturavam seu lote para investimentos no ciclo de produção vegetal e animal o que indicou esforços de consolidação de sua permanência no assentamento. Porém, mesmo que isso significasse meios de elevar essa autonomia, uma boa parte da coreografia da “nova” condição camponesa no assentamento ligava-se, a curto prazo, a obtenção de milho vinculado aos Impérios Alimentares. Somado a isso se percebeu que a cooperação por meio das organizações coletivas formais presentes no assentamento estava enfraquecida o que também enfraquecia a luta por autonomia. Mesmo reconhecendo a importância das organizações coletivas para a conquista de recursos e direitos, os camponeses destacaram a lentidão do governo federal para liberação de créditos destinados ao fomento produtivo como a principal dificuldade em mudarem para uma base de recursos diferente da pautada pela “parceria”. Essa lentidão justificava a presença (e dependência) intensa da “parceria” no assentamento como caminho, a curto prazo, para resolução de parte de seus problemas que poderiam ser parcialmente solucionados com o fortalecimento das organizações coletivas por meio de maior participação das famílias.

Em síntese, a análise dos elementos que compõe a “nova” condição camponesa para compreensão das estratégias que as famílias encontraram para construção das suas condições de segurança alimentar, apontou que apesar da maioria das famílias apresentar boas condições de segurança alimentar o maior desafio para elas era construir essa condição de forma mais autônoma a partir da (re)elaboração de estratégias que reduzissem essa dependência. Isso posto resgatamos algumas ideias apresentadas ao longo da tese e as reanalisamos situadas ao caso investigado:

- **A condição de segurança alimentar:** dependia da produção familiar (pomares, hortas, criações; do acesso e consumo em quantidade e qualidade de alimentos (autoconsumo e compras); de políticas públicas (Crédito Habitação, Apoio Inicial, PNPB); de planos de desenvolvimento voltados para superar as limitações e aproveitar as potencialidades das famílias (apoio da SEDAM) e dos arranjos organizacionais que elas participavam (organizações coletivas do assentamento).
- **“Projeto” político:** ao considerarmos os dois “projetos” políticos para o meio rural, um democratizante e um neoliberal, percebemos que o assentamento Dom Osório reflete a convivência contraditória destes, pois o assentamento está presente em uma das regiões de agricultura capitalista mais modernizada do país apoiada e fomentada pela presença dos complexos agroindustriais e Impérios Alimentares.
- **Recampesinização:** o assentamento foi criado a partir de uma área que antes era destinada ao agronegócio, ou seja, em área onde o modelo de desenvolvimento era direcionado a concentração de riqueza e aumento de miséria. A presença do assentamento indica a importância do campesinato devido a sua contribuição para produção de alimentos para o abastecimento regional e aponta a reforma agrária como mecanismo importante de recampesinização.

- **Intersetorialidade de políticas:** contudo, a recampesinização pela reforma agrária não apontou, necessariamente, uma ação de desenvolvimento rural. Ainda que haja uma integração complexa entre diversas políticas e programas de nível federal, estadual e municipal que estimulem práticas de desenvolvimento rural parece que este depende, em boa medida, de processos que se originam a partir dos próprios camponeses e da cooperação a partir de seus arranjos coletivos (associações, cooperativas, grupos de trabalho, sindicato dos trabalhadores rurais). Alguns desses processos estão localizados dentro da unidade de produção (gestão das bases de recursos, autoconsumo, processamento) outros fora (comercialização, pluriatividade, “parcerias”).
- **Biodiesel:** mesmo os projetos desenhados pelas famílias para gerar trabalho e renda, a médio e longo prazo, dentro do lote, ainda eram alicerçados em estratégias com forte conexão com o PNPB e, portanto altamente dependentes dos complexos agroindustriais e Impérios Alimentares. Isso pode sinalizar que mesmo com o acesso aos créditos para fomento a produção (PRONAF, por exemplo), os camponeses escolham estratégias para construção das suas condições de segurança alimentar e reprodução social pautadas pela “parceria”. Isso pode representar uma forma de resistência aos grandes mercados controlados pelos Impérios Alimentares, onde a diversificação do processo produtivo é uma estratégia de enfrentamento, como também pode representar a obtenção de renda por meio de uma atividade que libera a força de trabalho para a realização de outras tarefas, dentro ou fora do assentamento, ou mesmo a não realização de tarefas. O desenho (arranjo institucional) do PNPB no assentamento demonstra uma fragilidade social do programa e inseriu os camponeses como meros fornecedores de matéria-prima além de aproximá-los, cada vez mais, das empresas de biodiesel que, junto dos complexos agroindustriais e Impérios Alimentares, ditam as “regras do jogo”. Existem muitos paradoxos na

integração dos assentamentos aos complexos agroindustriais, mas com o estudo do assentamento Dom Osório percebe-se que o mais pernicioso é a presença autorizada (e fomentada) pelo Estado às ações do agronegócio dentro do assentamento através do PNPB. Isso em certo grau desqualifica as iniciativas do próprio Estado em relação à reforma agrária.

- **Potencialidades e desafios às famílias:** diante do oligopólio do agronegócio regional, as possibilidades dos sistemas produtivos camponeses do assentamento Dom Osório envolviam estratégias relacionadas ao processamento e comercialização de alimentos (por meio da feira livre e PNAE) e o fortalecimento da cooperação através das organizações formais para lidar com um ambiente técnico, político e econômico adverso e em constante mudança. Mudanças no estilo de agricultura para, por exemplo, uma agricultura de base ecológica, também sinalizam possibilidades de superação dos desafios de construção (e manutenção) de melhores condições de segurança alimentar e reprodução social com maior grau de autonomia. Em síntese, o maior desafio para que as famílias construíssem condições de segurança alimentar e reprodução social mais autônomas passavam pela (re)elaboração de estratégias que reduzissem a sua dependência aos complexos agroindustriais e Impérios Alimentares.
- **Estilos de agricultura:** na pesquisa não nos enfocamos nas desigualdades das relações de poder ou em características socioculturais das famílias camponesas pesquisadas. Com enfoque na descrição do modo camponês de fazer agricultura, ou seja, na forma como os camponeses estavam envolvidos com ela e como eles a praticavam. Assim, destacamos o caráter distintivo da agricultura camponesa em relação às formas que a agricultura empresarial ou capitalista são praticadas. Apesar disso, compreendemos que em certa medida as relações desiguais de poder se traduzem em um ordenamento singular das várias atividades e relações que os camponeses se envolvem.

Essas relações são muito diferentes das criadas pelos agricultores empresariais e capitalistas. Isso significa que mesmo nos lotes onde a família destinou mais de 80% da área para a “parceria” para a monocultura da soja ou milho, isso não as desqualificou como camponeses dado os diversos outros elementos que as caracterizavam como na “nova” condição camponesa.

- **Desafios da pesquisa:** toda parte qualitativa teve como objetivo fundamental buscar mais explicações para as constatações quantitativas. Por isso trabalhamos com os diferentes processos de pesquisa para captar as configurações e reconfigurações da segurança alimentar. Ela não é considerada um dado ou situação estática e fixa. Pudemos observar que a segurança alimentar representa para o grupo social estudado, assentados da reforma agrária, processos cotidianos e permanentes de construção em diferentes patamares. Esses processos são construídos de arranjos diversificados de luta para que as famílias se mantenham na terra como camponeses. As (re)configurações passam por diálogos e estratégias de resistência e construção de autonomia onde as famílias camponesas assentadas foram focalizadas durante todos os momentos da pesquisa como atores centrais capazes de interpretar o seu contexto e tomarem decisões.

Por isso, ao nosso entendimento a percepção das estratégias que esses camponeses vêm utilizando em um ambiente hostil, marcadamente fomentado pelo agronegócio, portam elementos que podem contribuir para o entendimento de parte da complexa dinâmica dos assentamentos rurais no contexto da “nova” condição camponesa.

A pesquisa apresentou limites que também servem como sugestão para futuros estudos, sendo alguns deles: a) submeter os dados quantitativos a outros tipos de análises estatísticas; b) discutir profundamente as relações entre a intersectorialidade das políticas públicas envolvidas com a produção de alimentos

e desenvolvimento regional para avaliar as possibilidades da construção de agendas que valorizem a produção regional de alimentos a partir de famílias camponesas e princípios agroecológicos; e c) analisar detidamente a função social da terra oriunda da reforma agrária onde o cultivo da soja é a matéria-prima principal para acesso dos camponeses ao PNPB com os seguintes desdobramentos: 1) atentar a novas estratégias e conflitos que o programa pode gerar nas experiências de reforma agrária; 2) compreender por que não há um limite de uso da área destinada ao PNPB dentro de cada lote; 3) analisar os benefícios e malefícios da produção de soja para atender ao PNPB que utiliza um pacote tecnológico caro e danoso às pessoas, ambiente e animais dentro de um território criado para a reprodução social de famílias camponesas; 4) entrevistar os “parceiros” que são de fora e de dentro do assentamento para compreensão mais detalhada do seu envolvimento e interesses com a “parceria” para o PNPB; 5) investigar por que no programa não há incentivos para que o processo de esmagamento fique sob controle dos agricultores familiares com tecnologias adaptadas à pequena escala; 6) aprofundar o papel do MTA no fortalecimento do assentamento Dom Osório e região; 7) compreender detidamente o papel do sindicato dos trabalhadores rurais no município.

Assim, esperamos que um debate contínuo sobre a segurança alimentar e reprodução social do campesinato em assentamentos rurais possa ajudar na reflexão sobre a função social da terra conquistada por meio de projetos de reforma agrária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O Acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel**: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. São Paulo: FIPE, 2007. (Texto para discussão, 6).

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2010.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **JBS**: a visão de simplicidade dos Batista traduzida na construção de um império. 2014. Disponível em: <<http://obrasilquevaialem.apexbrasil.com.br/Post/JBS-A-viso-de-simplicidade-dos-Batista-traduzida-na-construo-de-um-imprio/81>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/?pg=71976#Se__o4>. Acesso em: 22 junho 2015a.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Biocombustíveis no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=73292&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&1434993053052>>. Acesso em: 22 jun. 2015b.

AIRES, J. S. et al. Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Acta Paulista Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 102-108, 2012.

AJANI, S. R.; ADEBUKOLA, B. C.; OYINDAMOLA, Y. B. Measuring Household food insecurity in selected local government areas of Lagos and Ibadan, Nigeria. **Pakistan Journal of Nutrition**, Ibadan, v. 5, n. 1, p. 62-67, Jan./Feb. 2006.

ALENCAR, E. et al. Complexos agroindustriais, cooperativas e gestão. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 3, n. 2, p. 30-44, jul./dez. 2001.

ALENCAR, E. **Metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA, 2007.

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar**: análise comparativa entre municípios paulistas. Campinas: UNICAMP, 2008. (Relatório técnico-científico de bolsa de pós-doutorado no país).

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; PAULILO, L. F. Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 3, p. 370-385, 2010.

ALMEIDA, P. R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica. Brasília: [s. n], 2004.

AMARO, G. B. et al. **Recomendações técnicas para o cultivo de hortaliças em agricultura familiar**. Brasília: Embrapa Hortaliças. 2007. (Circular Técnica, 47).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 770 p.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 181-191, 2003. Supl. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000700019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2014.

BELIK, W.; SILVA, J. F. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, out./dez. 2001.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BERNI, D. A. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIODIESELBR. **JBS vai incorporar a Biocamp**. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/usinas/info/jbs-incorporar-biocamp-290415.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/ editora/revistaspdf/ saude 13art05.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca. **Instrução Normativa nº 15, de 26 de Maio de 2009**. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=2113570100>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha do programa nacional de produção e uso de biodiesel**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf>. Acesso: 22 jun. 2015a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O selo combustível social**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-selo-combust%C3%ADvel-social>>. Acesso em: 22 jun. 2015b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 60, de 6 de setembro de 2012**. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/portal.mda.gov.br__1.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 12 fev. 2014a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de aquisição de alimentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/seguranca-alimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 12 fev. 2014b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.432, de 29 de setembro de 2003**. Regulamenta a Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/49C7EFF7A988DD7904256DB2004B2824>>. Acesso em: 21 maio 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3991.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/ PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5297.htm>. Acesso em: 23 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.256, de 26 de maio de 2014.** Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8256.htm>. Acesso em: 30 ago. 2014a.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 6.383, de 7 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6383.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.958 de 25 de setembro de 2003.** Define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/957556DBB87E429E04256DB0004E2206>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 24 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 23 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014.** Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13033.htm>. Acesso em: 23 jan. 2014c.

BRIEU, T. P. **Programa nacional de produção e uso de biodiesel:** um balanço da primeira fase até 2008. 2009. 160 p. Tese (Mestrado em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRONZATTO, L. A. **A luta por autonomia no assentamento Santo Dias**. 2013. 139 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

BRUNO, R. L.; DIAS, M. M. **As políticas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2004. (Relatório de Consultoria). Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=274>>. Acesso em: 28 set. 2004.

BURLANDY, L. O. **Comunidade solidária e os programas de alimentação e nutrição: focalização e parcerias no combate à fome, à pobreza e à desnutrição**. 2003. 307 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

BUSATO, M. A. et al. Segurança alimentar e nutricional e as condições do ambiente em assentamento rural de Santa Catarina. **Alimentação e Nutrição**, Araraquara, v. 22, n. 4, p. 555-559, out./dez. 2011.

CAJANGO, S. P. **Colonização e reforma agrária em Mato Grosso**. 1992. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 1992.

CAMPOS, A. **Agronegócio da soja domina produção de biodiesel no Mato Grosso**. 2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/10/agronegocio-da-soja-domina-producao-de-biodiesel-no-mato-grosso/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

CAMPO VERDE. Prefeitura Municipal. Comissão Permanente de Licitação. **Edital-Chamada Pública nº 02/2014. Dispensa nº 016/2014**. p. 18. Disponível em: <[http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00043563/Resumo%20DOE%20-%20JOM%20\(27-02-14\).pdf](http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00043563/Resumo%20DOE%20-%20JOM%20(27-02-14).pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CAMPO VERDE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente de Campo Verde. **Informações sobre o número de domicílios e o total de habitantes dos assentamentos do município de Campo Verde – MT.** Campo Verde, 2007.

CAMPO VERDE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente de Campo Verde. **Mapa geral do Projeto de Assentamento Dom Osório Stófell.** Campo Verde, 2009.

CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão rural e agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: O Autor, 2009.

CARAMANTE, A.; CARVALHO, D. Dilma é a que menos desapropria depois de Collor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1210631-dilma-e-a-que-menos-desapropria-desde-collor.shtml>>. Acesso em: 23 set. 2013.

CARNEIRO, F. F. et al. (Org.). **Dossiê ABRASCO:** um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015. 624 p.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. 228 p.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento rural e o novo rural. In: CAMPONHA, C.; GRAZINAO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro.** Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v. 4.

CAROS AMIGOS. **As multinacionais que controlam o agronegócio.** 2014. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/economia/2758-as-multinacionais-que-controlam-o-agronegocio>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

CASLEY, D.; KUMAR, K. **The collection, analysis and use of monitoring and evaluation data.** Baltimore: John Hopkins University, 1988.

CASTRO, A. M. **Nutrição e desenvolvimento**: análise de uma política. 1977. 221 p. Tese (Livre-Docência em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS, ONG REPÓRTER BRASIL. **Os impactos da soja na safra 2009/2010**. Disponível em: <http://repórterbrasil.org.br/estudo_soja_cma_reporter_brasil_2010.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

CHAYANOV, V. A. Sobre teoria dos sistemas não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. A. **Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Econômica**, London, n. 4, p. 386–405, Nov. 1937.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos: safra 2013/2014**: décimo segundo levantamento. Brasília, 2014. p. 1-127, v. 1. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&ordem=criterioSafra1&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos>. Acesso em: 23 nov. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento: da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Brasília. **Anais...** Brasília, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.
In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL, 3., 2007, Brasília. **Relatório Final...** Brasília, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.
Carta política. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL, 6., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011.

DAVIS, J. H.; GOLDEBERG, R. **A concept of agribusiness**. Boston: Havard
University, 1957. 136 p.

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para
a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA**, Belém,
v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012.

DELGADO, G. C. Questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, L.
(Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília:
IPEA, 2005. p. 51-90, v. 1.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas
intenções propostas pelo serviço de ATES. **Cadernos de Ciência &
Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DOLZANI, M.; JESUS, G. M. **O direito a cidade**: cem anos de feira livre na
cidade do Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <<http://www.uerj.br>>. Acesso
em: 5 fev. 2013.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos
rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 94 p. Dissertação (Mestrado em
Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

DONINI, K. S. C.; DONINI, K. C. C.; DONINI, J. V. S. Diagnóstico de Feirantes de Agricultura Familiar em Campo Verde – MT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 6., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: [s. n.], 2009. 1 CD ROM.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e desenvolvimento. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. p. 308-322.

DUVAL, H. C.; VALENCIO, N. F. L. S.; FERRANTE, V. L. S. B. Autoconsumo num assentamento rural: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 11, p. 101-131, 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistemas de produção**. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

FARIAS, M. F. L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. p. 151-170.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.

FÁVARO, T. et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 785-793, abr. 2007.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Bontempo, 2013. p. 191-206, v. 1.

FERNÁNDEZ, A. J. C. **Violência, luta pela terra e assentamentos: a construção social dos assentamentos em Mato Grosso**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; ALMEIDA, L. M. M. C. Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 1 p. 9-21, jan./jun. 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 262-305, jan./abr. 2011.

FERRANTE, V. L. S. B. Notas metodológicas e os caminhos da pesquisa INCRA/UNIARA. **Retratos de Assentamentos**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 15-43, 2012.

FERREIRA, E. C.; FERNÁNDEZ, A. J. C.; SILVA, E. P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

FERREIRA, E. **Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso**. Campinas: Unicamp, 1986.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1993.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 3. ed. ver. e amp. Viçosa, MG: UFV, 2008. 421 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food and agriculture: agricultural trade and poverty can trade work for the poor?** Rome, 2005. 197 p. (FAO Agriculture Series, 36).

FOOD INSECURITY AND VULNERABILITY INFORMATION AND MAPPING SYSTEMS. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **International Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition - Executive Summary.** 2002. Disponível em: <http://www.fivims.net/jsp?lang=en&page=ISS_exesum>. Acesso em: 13 jul. 2013.

FRANCO-AZEVEDO, C. E. et al. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o Pragmatismo. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. **Trabalhos apresentados...** Brasília: Enepq, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações.** São Paulo: Nobel, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GOMES, E. C. (Coord.). **Dossiê índios em Mato Grosso.** Cuiabá: Operação Anchieta/Conselho Indigenista Missionário, 1987. 192 p.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Caracas, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos da reforma agrária em Mato Grosso**: um aprofundamento da questão. Cuiabá: UFMT, 1993. (Relatório da Mesa Redonda, Mimeo).

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA. **Reforma agrária em Mato Grosso**: a avaliação dos projetos de assentamentos. Cuiabá: UFMT, 1995. (Relatório Final, Mimeografado).

GUANZIROLI, C. E. et al. **Assistência técnica para assentamentos rurais**: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER). Brasília: MDA, 2003. (Relatório de Consultoria). Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=261>>. Acesso em: 4 dez. 2003.

GUERRERO, I. C. O. **(In)segurança alimentar no assentamento rural Horto Vergel – Mogi Mirim/SP**. 2009. 104 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Via Campesina, 2005.

HACKETT, M. et al. Factors associated with household food security of participants of the MANA food supplement program in Colombia. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, Caracas, v. 60, n. 1, p. 42-47, Mar. 2010.

HACKETT, M. et al. Food insecurity and household food supplies in rural Ecuador. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, Caracas, v. 57, n. 1, p. 10-17, Mar. 2007.

HEREDIA, B. M. A. et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 73-111, 2002.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159-172, ago. 1995.

HOLANDA, A. **Biodiesel e inclusão social**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 27 jan. 2015a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510267&search=|infogr%El%ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 12 jan. 2015d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE traça perfil inédito sobre segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2015c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios/2011**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://servico.dados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/pibmunic2011.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Contrato de concessão de uso é entregue a assentados no Mato Grosso.
Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/contrato-de-concessao-de-uso-e-entregue-a-assentados-no-mato-grosso>>. Acesso em: 20 mar. 2015c.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Novo crédito de instalação. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao>. Acesso em: 23 abr. 2015b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Reforma agrária. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 20 mar. 2013a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Reforma Agrária: pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos-2010>>. Acesso em: 20 mar. 2013b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Relação de projetos de reforma agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/treeinfo/file/6862>>. Acesso em: 20 mar. 2015a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. II
Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Tabela com módulo fiscal dos municípios. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 20 mar. 2015d.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Informações regionais sobre tema agropecuária**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

JOHNSTON, B. F.; MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. **American Economic Review**, Nashville, v. 51, n. 4, p. 566-593, Sept. 1961.

L'ABBATE, S. **Fome e desnutrição**: os descaminhos da política social. 1982. 203 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia da USP, São Paulo, 1982.

LAMERA, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. R. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. p. 1-20.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004. (Estudos NEAD, 6).

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria: São Paulo: Nova Cultura, 1988. v. 1.

LEOPARDI, M. T. et al. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001. 294 p.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. England: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo**: una perspectiva centrada en los actores. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

LOPES, J. R. **Perspectiva de desenvolvimento local no acampamento Dom Osório, no município de Campo Verde – MT**: articulações com o terceiro setor e formação de capital social. 2009. 161 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

LORENZO, H. C.; FONSECA, S. A.; BARBOZA, R. B. Limites e possibilidades para a dinamização das atividades econômicas em assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 63-86, jul./dez. 2012.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. A. F. **Caderno de Segurança Alimentar**. 2006. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 6 out. 2013.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. A. F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007. v. 1, 174 p.

MARIN-LEÓN, L. et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1433-1440, 2005.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias**: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 11-52.

MASON, J. B. Measuring hunger and malnutrition: keynote paper. In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC SYMPOSIUM ON MEASUREMENT AND ASSESSMENT OF FOOD DEPRIVATION AND UNDERNUTRITION, 1., 2002, Rome. **Proceedings...** Rome: ESA, 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/Y4249E/y4249e00.htm>>. Acesso em: 1 out. 2013.

MATO GROSSO. Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso. **Instrução Normativa conjunta nº 01/2015 da Sedec, Seaf e Indea-MT**. Disponível em: <<http://www.indea.mt.gov.br/imprime.php?cid=135184&sid=1574>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

MEDEIROS, L. S.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R. J.; CARVALHO, L. C. C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 179-204.

MELGAR-QUINONEZ, H.; HACKETT, M. Measuring household food security: the global experience. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 27-37, July/Aug. 2008. Suppl.

MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 227 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MENDONÇA, S. R.; STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1900. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENEZES, F. Sustentabilidade alimentar: uma nova bandeira? In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 249-270.

MESQUITA, C. M. et al. **Manual do produtor**: como evitar desperdícios nas colheitas da soja, do milho e do arroz. Londrina: EMBRAPA-CNPSO, 1998. 32 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: M. Fontes, 1975.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**: qualitative research methods series. London: Sage, 1997.

MURPHY, S.; BRUCH, D.; CLAPP, J. **Cereal secrets**: the world's largest grain traders and global agriculture. Oxford: Oxfam, 2012. 80 p.

NAPOLITANO, G. (Ed.). **Por dentro da empresa mais secreta do mundo**. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/por-dentro-da-empresa-mais-secreta-do-mundo>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

NASCIMENTO, R. C. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009.

NEVES, D. P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Cadernos de Difusão de Tecnologias**, Brasília, v. 4, n. 3, p. 343-367, set./dez. 1987.

NOBRE, L. N. et al. Segurança alimentar em uma comunidade rural no Alto Vale do Jequitinhonha/MG. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 18-31, 2009.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. 1997. 151 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

OBANA, K. et al. Prevalência e gradientes da insegurança alimentar em um assentamento de reforma agrária localizado no Sul do Estado de Minas Gerais. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2010. 1 CD ROM.

OLIVEIRA, R. C. A transição nutricional no contexto da transição demográfica e epidemiológica. **Revista Mineira de Saúde Pública**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 16-23, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, T. C. Perdas quantitativas na colheita mecanizada de milho safrinha na região norte de Mato Grosso. **Agrarian Academy**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 141, 2014.

PACHECO, A. P. **Trades já controlam o agronegócio em Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.brasilnoticia.com.br/economia/trades-ja-controlam-o-agronegocio-em-mato-grosso/2080>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

PANELLI-MARTINS, B. E.; SANTOS, S. M. C.; ASSIS, A. M. O. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 65-81, jul./ago. 2008.

PANIGASSI, G. et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, out. 2008.

PATRÍCIO, Z. M. Qualidade de vida do ser humano na perspectiva de novos paradigmas: possibilidades éticas e estéticas nas interações ser humano-natureza-cotidiano-sociedade. In: PATRÍCIO, Z. M.; CASAGRANDE, J. L.; ARAUJO, M. F. (Org.). **Qualidade de vida do trabalhador**: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas. Florianópolis: PCA, 1999.

PELIANO, A. M. M. A Assistência alimentar nas políticas governamentais. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 20-26, jan./mar. 2001.

PEREIRA, D. A. et al. Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 34-42, 2006.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Indicadores e medidas de insegurança alimentar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, 15-26, jul./ago. 2008. Supl.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Seguridad alimentaria y nutricional: marco conceptual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 7., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2005. 1 CD ROM.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DE DOMICÍLIOS. **Segurança alimentar**. Rio de Janeiro: MDS, 2010.

PESSANHA, L. A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-37, 2004.

PESSANHA, L. D. R. O sentido brasileiro da segurança alimentar. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 263-283, v. 1.

PESSANHA, L.; VANNIER-SANTOS, M. C.; MITCHELL, P. V. Indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional e a garantia do direito humano à alimentação: metodologias e fontes de dados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008. p. 1-20, v. 1.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul./set. 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO STÓFELL. **Convenio INCRA-MT/Prefeitura de Campo Verde/FAED-CEFET CUIABA**. Campo Verde, 2009. 496 p.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. V. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. V. D. Farming styles as socio-technical networks. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Assen: Van Gorcum, 2003. cap. 3.

PLOEG, J. D. V. D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview, 1990.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007. 479 p.

PORTO, M. O. et al. Formas de utilização do milho em suplementos para novilhos na fase de terminação em pastagem no período das águas: desempenho e parâmetros nutricionais. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, MG, v. 37, n. 12, p. 2251-2260, dez. 2008 .

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, J. E. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000a. p. 15-85.

PRADO JÚNIOR, C. Nova contribuição para análise de questão agrária brasileira. In: VEIGA, J. E. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000b. p. 86-126.

PREVIERO, C. A. **Receita de plantas com propriedades inseticidas no controle de pragas**. Palmas: CEULP/ULBRA, 2010. 32 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Valores e desenvolvimento humano 2010**. Brasília, 2010.

PROJETO FOME ZERO. **Apresentação do projeto fome zero**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/documentos>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

RAHIM, S. et al. Factors influencing household food security status. **Food and Nutrition Sciences**, Delaware, v. 2, n. 1, p. 31-34, 2011. Disponível em: <<http://www.scirp.org/journal/PaperInformation.aspx?PaperID=3641>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

RANGEL, I. Apresentação. In: SILVA, J. G. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2000a. p. 49-84.

RANGEL, I. A questão da terra. In: SILVA, J. G. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2000b. p. 211-220.

RANGEL, I. Crise agrária e metrópole. In: SILVA, J. G. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2000c. p. 221-229.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

REARDON, T. et al. Agrifood industry transformation and small farmers in developing countries. **World Development**, Philadelphia, v. 37, n. 11, p. 1717-1727, Nov. 2009. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/worlddevelopment>. Acesso em: 15 jun. 2013.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1-20.

RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 779-786, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072008000400021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 jul. 2013.

RIBEIRO, A. E. M. et al. Mercados urbanos de cidades rurais: ação pública, comércio, receitas e consumo em feiras livres do Jequitinhonha. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2006. 1 CD ROM.

RIBEIRO, E. M. et al. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 1, jan./jun. 2003.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autônoma, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SACCO DOS ANJOS, F.; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul**: a emergência de uma nova ruralidade. Pelotas: CNPq-UFPel, 2003.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara. 2003. 128 p.

SANTOS, L. L.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Efetividades de programas de reforma agrária e efeitos sobre a segurança alimentar de agricultores familiares do território do Vale do Rio Vermelho-GO. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2013.

SANTOS, L. M. **A política de compras governamentais e a agricultura familiar**: uma avaliação do PAA e do novo formato do PNAE. 2012. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SANTOS, T. S. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 22, p. 150-156, jul./dez. 2009.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 359 p.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Insegurança alimentar no Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE NUTRICIÓN, 13., 2003, Acapulco. **Anais...** Acapulco: Livro de Ponências, 2003. p. 23.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 39-51, jul./ago. 2008. Supl.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Validacion of the USDA food security scale as a valid tool to assess household food insecurity in urban áreas in Brazil. **The FASEB Journal**, Bethesda, v. 18, p. 349-352, 2004.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, mar./ago. 2007.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L. A Segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 87-107, jan./abr. 1995.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G.; BELIK, W.; TAKAGI, M. (Coord.). **Projeto fome zero**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

SIQUEIRA, E. F. L. **Políticas públicas educacionais para a população do campo e a inserção da agricultura familiar no programa nacional de produção e uso de biocombustível - PNPB: interfaces e controvérsias**. 2011. 188 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária n Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar dos beneficiários**. 2011. 192 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995. 175 p.

VIEIRA, R. F. et al. **Frutas nativas da região Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006. 320 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996. p. 1-30

WEID, J. M. V. D. A fome e os transgênicos. **Revista ComCiência**, São Paulo, maio 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/transgenicos/weide.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**: ponencia realizada para el seminario de políticas de seguridad alimentaria y nutricion en America Latina. Campinas: Fodepal, 2003.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics: the governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 22, p. 233-261, 1979.

ZIEGLER, J. **Destrução em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013. 336 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A Produtividade e custo das principais commodities produzidas em Campo Verde

O dados de referência sobre a produtividade da soja, milho e algodão que deram suporte as análises e cálculos efetuados ao longo deste trabalho foram obtidos no sítio do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária – IMEA (2015). Estes dados foram:

Soja: Produtividade estimada da soja no MT (safra 2013/2014) foi de 55 sc/hectare (Preço de compra em 31/07/2014 R\$ 58,80). Custo total de produção da soja convencional: R\$ 2.670,33/hectare ou R\$ 48,55/sc ou 45,41 sc/hectare. Custo de produção da soja transgênica: R\$ 2.642,08/hectare ou R\$ 48,04/sc ou 44,93 sc/hectare (sacos de 60 kg). Esses cálculos não consideram o bônus pago por saca para as entregas feitas para o PNPB e nem a isenção do FUNRURAL

Milho: Produtividade estimada do milho no MT (safra 2013/2014) foi de 90 sc/hectare (Preço de compra em 31/07/2014 R\$ 13,50). Custo total de produção do milho de alta tecnologia: R\$ 2.046,05/hectare ou R\$ 20,46/sc ou 151 sc/hectare. Custo total de produção do milho de média tecnologia: R\$ 1.645,11/hectare ou R\$ 16,45/sc ou 121 sc/hectare (sacos de 60 kg). Devido a supersafra de milho de (2013/2014) e principalmente aumento de aplicações de defensivos por causa da lagarta *Helicoverpa armígera* as empresas rurais e empresas capitalistas amargaram custos de produção do milho superiores ao preço de venda do produto no mercado. Através da CONAB o governo aumentou o limite para compra de milho das compras diretas pela Aquisição do Governo Federal (AGF) e leilões do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) para reduzir os prejuízos.

Algodão: Produtividade estimada do algodão no MT (safra 2013/2014) foi de 240@/hectare (Preço de compra R\$ 53,20/@). Custo total de produção do algodão: R\$ 6.243,52/hectare ou R\$ 83,92/@ ou 117,35@/hectare.

ANEXOS**ANEXO A****Escala Brasileira de Insegurança Alimentar**

1 Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

Sim Não

2 Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida?

Sim Não

3 Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variável?

Sim Não

4 Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

Sim Não

5 Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não

6 Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim Não

7 Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

8 Algum morador de 18 anos ou mais perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida

Sim Não

9 Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

10 Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

11 Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

12 Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

13 Algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

14 Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

15 Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2004)

ANEXO B

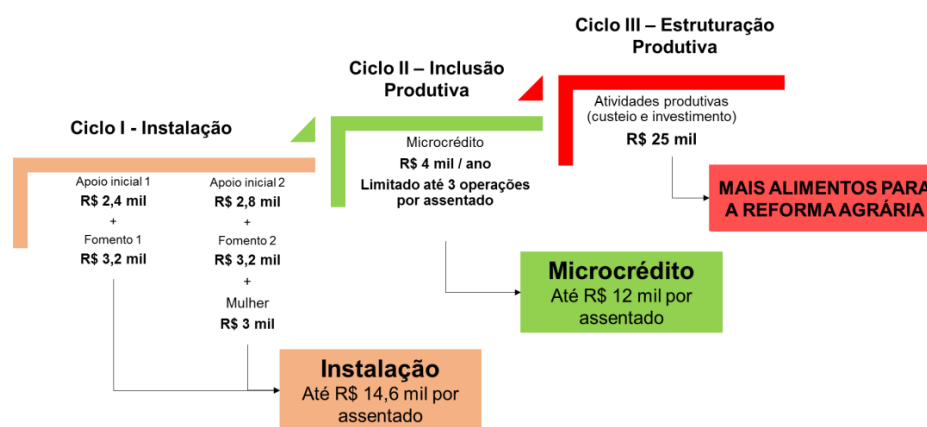
Produção de biodiesel (B100), segundo grandes regiões e unidades da Federação (2005-2013)

Regiões e Estados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Acumulado
Brasil	736	69.002	404.329	1.167.128	1.608.448	2.386.399	2.672.760	2.717.483	2.917.488	11.026.286
NO	510	2.421	26.589	15.987	41.821	95.106	103.446	78.654	62.239	364.534
Rondônia	0	0	99	228	4.779	6.190	2.264	8.406	13.553	21.967
Pará	510	2.421	3.717	2.625	3.494	2.345	0	0	0	15.113
Tocantins	0	0	22.773	13.135	33.547	86.570	101.182	70.247	48.687	327.454
NE	156	34.798	172.200	125.910	163.905	176.994	176.417	293.573	278.379	1.143.953
Maranhão	0	0	23.509	36.172	31.195	18.705	0	0	0	109.581
Piauí	156	28.604	30.474	4.548	3.616	0	0	0	0	67.397
Ceará	0	1.956	47.276	19.208	49.154	66.337	44.524	62.369	84.191	290.823
Bahia	0	4.238	70.942	65.982	79.941	91.952	131.893	231.204	194.188	676.152
SE	44	21.562	37.023	185.594	284.774	420.328	379.410	255.733	261.373	1.584.469
Minas Gerais	44	311	138	0	40.271	72.693	76.619	80.100	88.020	270.176
Rio de Janeiro	0	0	0	0	8.201	20.177	7.716	17.046	8.891	53.140
São Paulo	0	21.251	36.885	185.594	236.302	327.458	295.076	158.587	164.462	1.261.153
SUL	26	100	42.708	313.350	477.871	675.668	976.928	926.611	1.132.405	3.413.262
Paraná	26	100	12	7.294	23.681	69.670	114.819	120.111	210.716	335.712
Santa Catarina	0	0	0	0	0	0	0	0	38.358	0
Rio Grande do Sul	0	0	42.696	306.056	454.189	605.998	862.110	806.500	883.331	3.077.549
CO	0	10.121	125.808	526.287	640.077	1.018.303	1.036.559	1.162.913	1.183.092	4.520.068
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	4.367	7.828	31.023	84.054	188.897	127.272
Mato Grosso	0	13	15.170	284.923	367.009	568.181	499.950	477.713	418.480	2.212.959
Goiás	0	10.108	110.638	241.364	268.702	442.293	505.586	601.146	575.715	2.179.837

Fonte: Adaptado de ANP (2015a)

ANEXO C

Fluxo dos novos créditos da reforma agrária



Fonte: INCRA (2015b)

ANEXO D

Planilha de Registro Final de Alimentos Chamada Publica 001/2014



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE NEGÓCIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO
VERDE-MT

PLANILHA DE REGISTRO FINAL DE ALIMENTOS**CHAMADA PUBLICA 001/2014**

Município: CAMPO VERDE/MT

Validade da planilha: 12 Meses

A partir de: 18 de agosto de 2014

ALIMENTOS	Unidade medida	Marca	Fornecedor Nome Fantasia/Razão Social	Valor Unitário R\$
Alface	KG		COOPERUNIÃO	7,27
Alho	Kg		COOPERUNIÃO	15,00
Banana nanica	Kg		COOPERUNIÃO	3,00
Cebolinha	KG		COOPERUNIÃO	10,50
Farinha de mandioca	Kg		COOPERUNIÃO	5,00
Feijão	Kg		COOPERUNIÃO	3,22
Mandioca descascada	Kg		COOPERUNIÃO	3,00
Salsa	KG		COOPERUNIÃO	19,20
Abacaxi	Kg		REDECOOP	4,80
Abóbora	Kg		REDECOOP	2,00
Banana da Terra	Kg		REDECOOP	3,90
Beterraba	Kg		REDECOOP	2,60
Cebola	Kg		REDECOOP	3,55
Cenoura	Kg		REDECOOP	2,45
Chuchu	Kg		REDECOOP	1,40

Laranja	Kg		REDECOOP	1,45
Mamão	Kg		REDECOOP	2,20
Repolho	Kg		REDECOOP	2,26
Tomate	Kg		REDECOOP	4,80

Data 12/08/2014.

Carimbo da firma e assinatura dos Componentes da Câmara de Negócios

ANEXO E

Planilha de Registro Final de Alimentos Pregão Presencial 001/2014



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE NEGÓCIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO
VERDE-MT

PLANILHA DE REGISTRO FINAL DE ALIMENTOS**PREGÃO PRESENCIAL 001/2014**

Município: CAMPO VERDE/MT

Validade da planilha: 12 meses

A partir de: 18 de agosto de 2014

ALIMENTOS	Unidade medida	Marca	Fornecedor Nome Fantasia/Razão Social	Valor Unitário
Açúcar cristal	Kg	DOCE DIA	COM. MOREIRA	1,59
Batata inglesa	Kg	*****	COM. MOREIRA	2,66
Canela em pó	Kg	PAIOL	COM. MOREIRA	27,74
Coxa e sobrecoxa de frango	Kg	CANÇÃO	COM. MOREIRA	5,45
Doce de frutas	Kg	XODO	COM. MOREIRA	9,00
Doce de leite	Kg	TRIANGULO	COM. MOREIRA	8,90
Farinha de trigo	Kg	DALLAS	COM. MOREIRA	2,98
Linguiça toscana	Kg	EXCELENCIA	COM. MOREIRA	7,30
Maçã	Kg	FUGI	COM. MOREIRA	2,97
Milho para canjica amarelo	Kg	MIKA	COM. MOREIRA	3,50
Milho verde em conserva	Kg	SO FRUTA	COM. MOREIRA	6,79

Peito de frango	Kg	CANÇÃO	COM. MOREIRA	7,43
Sal	Kg	CRISTAL OURO	COM. MOREIRA	1,20
Vinagre	Unid 750 ml	PALHINHA	COM. MOREIRA	1,40
Polpa de frutas	Kg	ITIPOLPA	MVPM – DISTRIBUIDORA	9,50
Bolo pronto	Kg	*****	PAN. MANGGIARE	18,25
Pão doce	Kg	*****	PAN. MANGGIARE	9,50
Pão francês	Kg	*****	PAN. MANGGIARE	6,80
Achocolatado em pó	Kg	TODDY	SUP. MACCARI	13,99
Amido de milho	Kg	YOKI	SUP. MACCARI	5,40
Arroz	Kg	TIO LINO	SUP. MACCARI	1,65
Bolacha salgada (tipo água e sal)	Kg	TRIUNFO	SUP. MACCARI	6,10
Bolacha doce (tipo maisena)	Kg	TRIUNFO	SUP. MACCARI	6,99
Bolacha doce (tipo rosquinha)	Kg	MABEL	SUP. MACCARI	6,99
Carne bovina Costela	Kg	FRIBOI	SUP. MACCARI	8,20
Carne bovina de 2ª em pedaços	Kg	FRIBOI	SUP. MACCARI	10,65
Carne bovina de 2ª moída	Kg	FRIBOI	SUP. MACCARI	8,80
Carne suína	Kg	SUINUTRI	SUP. MACCARI	7,99
Coco ralado	Kg	PALAVITA	SUP. MACCARI	37,49
Colorau (colorífico)	Kg	MIKA	SUP. MACCARI	4,99
Fermento Químico em Pó	Kg	YOKI	SUP. MACCARI	19,90
Fubá de milho	Kg	MIKA	SUP. MACCARI	2,75
logurte	Litro	COMAJUL	SUP. MACCARI	6,49

Leite pasteurizado tipo C	Litro	COMAJUL	SUP. MACCARI	2,29
Macarrão (espaguete, parafuso)	Kg	PAULISTA	SUP. MACCARI	3,99
Margarina	Kg	DELICIA	COM. MACCARI	8,49
Polvilho doce	Kg	YOKI	SUP. MACCARI	6,30
Queijo mussarela	Kg	VENCEDOR	SUP. MACCARI	22,90
Salsicha tipo hot dog	Kg	RESENDE	SUP. MACCARI	5,45
Molho de tomate	Kg	QUERO	SUP.MACCARI	4,25
Óleo vegetal (soja)	Unid 900 ml	CONCORDIA	SUP.MACCARI	2,99
Ovos tipo A	Dúzia	GRANJA C. VERDE	SUP.MACCARI	4,90

Data 12 de Agosto de 2014

Carimbo da firma e assinatura dos Componentes da Câmara de Negócios